UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

José Herbertt Neves Florencio

ARGUMENTATIVIDADE DAS PALAVRAS: construção de aparato textual-interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018

Recife
2020

José Herbertt Neves Florencio

ARGUMENTATIVIDADE DAS PALAVRAS: construção de aparato textual-interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Kazue Saito Monteiro de Barros

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Irandé Costa Morais Antunes

Recife

2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

F632a Florencio, José Herbertt Neves
Argumentatividade das palavras: construção de aparato textual-interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018 / José Herbertt Neves Florencio. – Recife, 2020.
259f.: il.

Orientadora: Kazue Saito Monteiro de Barros.
Coorientadora: Maria Irandé Costa Morais Antunes
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

Inclui referências.

1. Léxico. 2. Textualidade. 3. Interação Verbal. 4. Argumentatividade. 5. Domínio Jornalístico. I. Barros, Kazue Saito Monteiro de (Orientadora). II. Antunes, Maria Irandé Costa Morais (Coorientadora). III. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-46)

José Herbertt Neves Florencio

ARGUMENTATIVIDADE DAS PALAVRAS: construção de aparato textual-interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovada em 12/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Doutora Kazue Saito Monteiro de Barros (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professora Doutora Elizabeth Marcuschi (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professora Doutora Maria Virgínia Leal (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professora Doutora Ana Maria Costa de Araujo Lima (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professora Doutora Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

A Nathalia, minha coautora de todas as vidas. Ela é minha palavra, meu mundo!

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma grande virtude do homem. Sós, nunca chegamos a lugar nenhum, por isso devemos reconhecer o valor das pessoas que estão a nosso lado em todos os momentos. Para mim, em especial, gratidão é tudo, porque reconheço que, na minha vida, devo muito às pessoas de luz que me acompanham sempre e me ajudam a construir a pessoa que sou. Minhas conquistas não são só minhas, são de todos vocês, meus amigos! Por isso, tenho muito a agradecer aqui:

A Deus, essa força espiritual maior que sempre me mostra o quanto me ama e traça os melhores caminhos para minha vida. Nunca sei todos os Seus planos para mim, mas sei que sempre serão os melhores, e já tive inúmeras provas disso.

A Nathalia, mais que minha esposa, minha vida, meu tudo. Este trabalho não teria sido possível sem ela, que chegou a dormir muitas vezes em minha sala de estudos só para ficar ao meu lado, enquanto eu escrevia esta Tese. Na monografia, eu a agradeci como namorada; na dissertação, como noiva; agora, como esposa e companheira de toda uma vida. Não sei nem aceito passar meus dias sem você, meu amor!

Aos meus pais, Ivaldo e Marizete, por tudo que me proporcionaram desde que nasci, pela força, pelas cobranças, pelo amor. Não teria conquistado todas as vitórias da minha vida, se não fosse o empenho de vocês em me tornar a melhor pessoa possível. Também, a minhas avós, Didi e Socorro, pelas mulheres fortes que vocês são, por terem construído, sozinhas, as duas famílias de pessoas honradas e batalhadoras nas quais eu nasci.

A minha irmã, Dayse, por também ter me acompanhado durante a formação de nossas vidas e estar sempre disposta a ajudar nos momentos em que precisei dela. Ainda, a minha família, por toda a base que me proporcionou e apoio que até hoje dá: meus tios Neta, Ana, Nádia, Napoleão, Natanael, Anne e Hilda, meus primos Shirley, Nelo, Caio, Carol, Natan, Nathalia, Murilinho, Eduardo e Luma, minha comadre Cida, meus avôs Maximino (*in memoriam*) e Inácio, meus sogros Geraldo e Marília, tia Marta, meus cunhados Fernanda e Felipe. Esta conquista é de todos vocês, que tanto torcem por mim.

Aos meus afilhados Wedston, Heitor, Weslley, Danilo, Watson e Vitor Hugo. Saibam que amo muito vocês e lhes deposito minha esperança de um futuro melhor para este mundo!

A minha orientadora, Kazue Saito, que considero principalmente uma amiga com quem posso contar em todas as situações. Sua maneira de agregar todos os alunos como um grupo de amigos, para além da pesquisa, é inspiradora para mim. Agradeço todos os toques e a iluminação que me deu nesta Tese ao longo dos anos e sua compreensão com meu modo de trabalhar, sempre tão agitado e atropelado.

A minha coorientadora, Irandé Antunes, que me acompanha já há muito tempo e foi uma influência inegável em meu trabalho. A energia e o entusiasmo com que ela discute sobre o ensino do português, sem dúvida, são um norte para vários professores em todo o Brasil.

A Ana Lima, que, muito além de fazer parte de todas as minhas bancas do doutorado, é uma querida amiga, minha mãe acadêmica (como muitos falam), madrinha de casamento. Minha primeira orientadora na Universidade, devo a ela grande parte do profissional que sou hoje, já que sua inspiração como professora e pessoa marca minha vida desde a Graduação, quando nos conhecemos. Para você, Ana, meu obrigado é mais que especial!

A Beth Marcuschi, que também fez parte de todas as minhas bancas durante o doutorado e, muito além disso, também é uma querida professora e amiga de longa data. A dedicação com que ela faz tudo que se propõe a fazer também é, para mim, fonte de inspiração.

À professora Virgínia Leal, minha primeira professora de Linguística, que muito me honra com sua participação na defesa desta Tese. À professora Cristina Teixeira, que também compõe a banca, pela atenção com que aceitou o convite e pela parceria em diversos outros projetos.

À professora Nelly Carvalho, responsável pela minha entrada no mundo da Lexicologia, agradeço pelas sempre divertidas conversas e por todo conhecimento sobre a língua portuguesa que ela nos passa. Minha orientadora no Mestrado, aprendi com ela a observar nossa língua de um jeito diferente, enxergando o valor de cada palavra na sociedade.

Aos meus outros professores do Mestrado e do Doutorado, Cláudia Roberta Tavares, Stella Telles, Antônio Carlos Xavier, Medianeira Sousa, Vicente Masip e Fabiele Stockmans, por tudo que aprendi com vocês. A Fabiele, em especial, por ter aceitado o convite como membro suplente da banca. Também aos meus outros professores da Graduação, responsáveis por parte de minha formação: Márcia Mendonça, Hérica Karina, Marlos Pessoa, Rosário Sailler, Otávia Pedrosa, Auristela

Oliveira, Lourival Holanda, Anco Márcio, José Rodrigues de Paiva, Aldo Lima, Áurea Rocha, entre tantos outros.

A meus professores a amigos do Colégio Militar do Recife. Com vocês, aprendi todo o conhecimento de uma vida: Karla Bertotti (em especial, pelo apoio que me deu durante a defesa da tese), Maria do Carmo, Maria de Jesus, Renan, Fernando Ivo, Silvia Regina, Rosana, Simone Holanda, Simone Cunha, Dilza, Desterro, Ana Paula, Marcelo, Cláudio, Myrian, Bernadete, TC Caio, Pedro, Vera, Welson, Maria José, Evani, Maria Elisa, Venâncio, Lúcia, entre tantos outros que passaram por minha vida. Também a professores que tive em outros locais e tornaram-se igualmente importantes, como Mônica, Rubia e Erica.

A Santana Meira, minha chefe na Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, pelo imenso apoio de sempre e pela ideia em solicitar o afastamento de minhas atividades na UAL, o que possibilitou uma realização mais tranquila da Tese. Ainda na UAL, não posso deixar de agradecer o carinho e a amizade de Carmen Nóbrega. As duas são minhas mães paraibanas. Além delas, a UAL me deu outras queridas amigas: Laura e Milene, que entraram comigo no mesmo concurso e me dão, até hoje, muita força.

Aos meus amigos da época da Graduação, Lílian, Ricardo, Flávia, Erika, Thalita, Martha, Mariana, Larissa, Eduardo e Jorge. Sem vocês, muitas conquistas em minha vida não seriam possíveis. Vivemos bons momentos nos corredores da UFPE, rimos e choramos juntos.

Aos amigos do grupo InterVer, liderado por Kazue, pela parceria e pelo suporte dado no meio acadêmico: Ricardo, Gabriel, Mirella, Luiza, Erivaldo, Tayana, Marcelo e muitos outros que compuseram o grupo.

A Lílian, de maneira especial, pela amizade que construímos ao longo desses anos. Uma verdadeira irmã, sempre pronta para me ajudar em todos os momentos, ela e Francisco me deram a honra de ser padrinho de Vitor Hugo, criança muito amada por todos nós. Sua participação como suplente da minha banca é uma felicidade para mim.

Aos companheiros do grupo da Ursal, Thalita e Ricardo, pelo intenso debate sobre assuntos tão relevantes em nossa sociedade e pela militância que construímos por um mundo mais justo. A Ricardo, em especial, por ser, além de amigo, uma grande referência nos estudos linguísticos e estar sempre disposto a tirar minhas dúvidas acadêmicas.

Aos amigos do grupo de doutorandos, Otávia e Ricardo, pelas conversas sempre tão pertinentes sobre o mundo acadêmico e por estarem sempre dispostos a ouvirem minhas angústias com a Tese e me darem muitas palavras de conforto.

A Flávia, que, além de aluna e colega de trabalho, é uma querida amiga, sempre disposta a me ajudar nos momentos de aperto. Ela, Thiago, Thiaguinho e Gabriel são parte da família.

Aos amigos de uma vida toda, Karla, Jéssica, Clarinha, Ewerton, Martha, Isis, Amanda, Theo e muitos outros. Crescemos juntos no Colégio Militar do Recife e vamos juntos até o fim.

Aos amigos que fiz em trabalho e que se tornaram grandes companheiros de vida: Andréa Patrícia, André, Marisa Sette, Maria Lúcia, Albânia, Dijanira, Leu, Felipe, Emanuel, Michell, Bivar, Bárbara, Dilamary, Ana Fabrícia, Cris Abreu, Cleonice Rabelo, Alixandra, Silvinha, Patrícia, Camila, Mario Sergio, Fatinha, Marlec, Graça, Katarina, Amanda Borba, Priscilla, Rose Chiari, Ivonete, Catarina, Quésia, Silvia, Alexandre e Edu.

Aos meus alunos, grandes incentivadores do professor que sou. Sem eles, nenhuma pesquisa acadêmica faz sentido, nenhum estudo é necessário. Foram muitos os alunos que tive, mas cito aqui alguns com os quais convivo mais de perto: Evanielle, Gabriel, Hadassa, Lucy, Júlia, Thaiane, Gerlane, Ícaro, Rafaella e Isabelle. Orgulho-me de ter ajudado a construir parte de suas vidas com um ofício do qual me orgulho muito: o de professor.

Por fim, quero deixar registrados meus agradecimentos aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, pelo incentivo que deram, em seus governos, para a educação e a pesquisa no Brasil. Lula Livre!

Com a palavra se criaram e se destruíram mundos, selaram-se destinos, elaboraram-se ideologias, proferiram-se maldições e blasfêmias, expressaram-se ódios, mas também com ela – e só com ela –, em tantos e tão desvairados povos, falou-se de amor, consolaram-se aflições e elevaram-se preces ao seu Deus. Ela tem sido, através do tempo, a mensageira do bem e do mal, da alegria e da dor. (CUNHA, 2004, p. 233)

RESUMO

Esta tese objetiva propor uma perspectiva de estudo do léxico que o conceba como sistema linguístico essencial na construção da textualidade e comprovar empiricamente essa perspectiva na análise de textos de comentário do domínio jornalístico. O trabalho surgiu da observação de que, nos estudos lexicais em geral, a preocupação das pesquisas é maiormente centrada na investigação dos processos de formação das palavras (DE MIGUEL, 2009; BEZERRA, 2004; ABBADE, 2008), nas perspectivas tanto estrutural quanto cognitiva. Faltava, então, o desenvolvimento de um estudo lexical que levasse em conta a funcionalidade dos itens lexicais no texto e na interação (ANTUNES, 2012; 2018). Assim, postulamos uma perspectiva de estudo do léxico que denominamos textual-interativa, com base nos pressupostos teóricos já utilizados na Linguística de Texto, em autores como Marcuschi (2007a; 2012; 2015), Koch (2003; 2007; 2015) e Jubran (2015). Resumidamente, essa concepção de léxico vê a palavra em sua funcionalidade no processo de textualização, explicado a partir dos elementos da interação verbal (BARROS, 2017; KOCH, 2007). Além da proposição desse aparato teórico, nossa pesquisa também mostrou como pode ser desenvolvida uma análise a partir dessa visão de léxico, para a qual selecionamos a propriedade da argumentatividade das palavras como centro de análise em textos do domínio jornalístico. Descreveu-se, então, o emprego de expressões de natureza lexical em 6 (seis) artigos de opinião e 6 (seis) editoriais do jornalismo recifense sobre as Eleições Presidenciais de 2018, mostrando como o léxico é uma relevante pista de contextualização (GUMPERZ, 2013) da orientação argumentativa dos textos. A amostra dos 12 (doze) textos foi originalmente publicada na versão *on-line* do *Diario de Pernambuco*, da *Folha de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio*. Os resultados da pesquisa demonstraram que, no domínio jornalístico, os itens lexicais atuam como organizadores da informação e revelam a orientação argumentativa do texto, mesmo que ela não esteja apresentada de maneira explícita. As palavras carregam referências de interações anteriores, o que nos permite, como leitores autorizados, realizar inferências a partir das pistas lexicais estabelecidas.

Palavras-chave: Léxico. Textualidade. Interação Verbal. Argumentatividade. Domínio Jornalístico.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à proposer une perspective d'étude du lexique qui le conçoit comme un système linguistique essentiel dans la construction de la textualité et à prouver empiriquement cette perspective dans l'analyse des textes de commentaire dans le domaine journalistique. Le travail est né de l'observation que, dans les études lexicales en général, la préoccupation des recherches est principalement centrée sur l'investigation des processus de formation des mots (DE MIGUEL, 2009; BEZERRA, 2004; ABBADE, 2008), tant dans les perspectives structurelles que cognitives. Il fasait défaut, par conséquent, le développement d'une étude lexicale qui tenait compte de la fonctionnalité des éléments lexicaux dans le texte et dans l'interaction (ANTUNES, 2012; 2018). Ainsi, nous postulons une perspective d'étude du lexique que nous appelons textuel-interactive, basée sur les hypothèses théoriques déjà utilisées en linguistique du texte, chez des auteurs tels que Marcuschi (2007a; 2012; 2015), Koch (2003; 2007; 2015) et Jubran (2015). En bref, ce concept de lexique voit le mot dans sa fonctionnalité dans le processus de textualisation, expliqué à partir des éléments de l'interaction verbale (BARROS, 2017; KOCH, 2007). En plus de la proposition de cet appareil théorique, nos recherches ont également montré comment une analyse peut être développée à partir de cette vue lexique, pour laquelle nous sélectionnons la propriété de l'argumentation des mots comme centre d'analyse dans les textes du domaine journalistique. Ensuite, l'utilisation d'expressions lexicales dans 6 (six) articles d'opinion et 6 (six) éditoriaux du journalisme de Recife sur les élections présidentielles de 2018 a été décrite, montrant comment le lexique est un indice de contextualisation pertinent (GUMPERZ, 2013) de l'orientation argumentative des textes. L'échantillon de 12 (douze) textes a été initialement publié dans la version en ligne de *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* et *Jornal do Commercio*. Les résultats de la recherche ont démontré que, dans le domaine journalistique, les éléments lexicaux agissent comme organisateurs d'informations et révèlent l'orientation argumentative du texte, même s'elle n'est pas présentée explicitement. Les mots portent des références d'interactions précédentes, ce qui nous permet, en tant que lecteurs autorisés, de faire des inférences à partir des indices lexicaux établis.

Mots-clés: Lexique. Textualité. Interaction verbale. Argumentativité. Domaine journalistique.

ABSTRACT

This dissertation aims at proposing a perspective for the study of lexis that understands it as an essential linguistic system for the construction of textuality and verifying the efficacy of this perspective on the analysis of argumentative texts of the journalistic domain. This work emerged from the observation that most lexical studies are focused on the processes of word formation (DE MIGUEL, 2009; BEZERRA, 2004; ABBADE, 2008), based on both structural and cognitive perspectives. Thus there is a lack of studies that take into account the function of lexical items in texts and interaction (ANTUNES, 2012; 2018). Therefore, we postulate a perspective on lexical studies named textual-interactive, based on the theoretical assumptions from the Text Linguistics, on authors such as Marcuschi (2007a; 2012; 2015), Koch (2003; 2007; 2015) and Jubran (2015). In summary, this notion of lexis sees the word in its function in the process of textualization, explained by the means of elements of the verbal interaction (BARROS, 2017; KOCH, 2007). Besides the proposition of this theoretical apparatus, this research also showed how the analysis of lexis can be developed based on this textual interactive perspective, for which we selected the word's argumentativity property as the center of the analysis in texts from the journalistic domain. Thereby, we described the use of expressions that have a lexical nature in 6 opinion articles and 6 editorials about the 2018 presidential elections in Brazil and published in newspapers in Recife city (Brazil). The analysis showed how the lexis is a relevant contextualisation cue (GUMPERZ, 2013) on the argumentative orientation of the texts. The 12 sampled texts were originally published on the online versions of three newspapers from Recife: *Diario de Pernambuco, Folha de Pernambuco* and *Jornal do Commercio.* The results show that, in the journalistic domain, the lexical items act as information organisers and reveal the argumentative orientation of the text, even when it is not explicit. The words carry references of previous interactions that allow us - as authorised readers - to make inferences based on lexical cues in the texts.

Keywords: Lexis. Textuality. Verbal Interaction. Argumentativity. Journalistic Domain.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos de opinião presentes na amostra 39
Quadro 2 – Editoriais presentes na amostra 41
Quadro 3 – Processos de textualização 135
Quadro 4 – Posicionamentos identificados no *corpus* 192
Quadro 5 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-DP-01 201
Quadro 6 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-DP-02 206
Quadro 7 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-FP-01 210
Quadro 8 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-JC-01 217
Quadro 9 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em ED-DP-01 223
Quadro 10 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em ED-JC-02 239
Quadro 11 – Itens lexicais mais significativos da amostra 242

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O LÉXICO ENQUANTO ELEMENTO DE ANÁLISE 16
1.1 Problemas de pesquisa e hipóteses 25
1.2 Objetivos 26
1.3 Plano geral da tese 26
2 CONSTITUIÇÃO METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA: O LÉXICO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA TEXTUALIDADE 29
2.1 Análise dos problemas de pesquisa 30
2.2 Descrição e constituição do *corpus* 34
2.3 Procedimentos técnicos adotados 43
2.4 Caracterização metodológica da pesquisa 48
2.5 Categorias de análise 51
3 O TRATAMENTO DO LÉXICO NA LINGUÍSTICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, CONCEPÇÕES E DIMENSÕES NA LÍNGUA 55
3.1 Reflexões gerais sobre a noção de léxico 56
3.2 Perspectivas de análise do léxico nos estudos da linguagem 62
3.3 Concepções de léxico 74
3.3.1 Concepção estrutural 76
3.3.2 Concepção cognitiva 81
3.3.3 Concepção textual-interativa 89
3.4 Relações do léxico com outras dimensões da linguagem 105
3.4.1 Léxico e gramática 105
3.4.2 Léxico, cultura, ideologia e variação linguística 112
3.4.3 Léxico, gênero textual e domínio discursivo 117
3.5 Síntese das discussões 121
4 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA LEXICAL NO TEXTO: A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DA TEXTUALIDADE A PARTIR DE RECURSOS LEXICAIS 125
4.1 A noção de textualidade 127
4.2 Recursos lexicais da coesão do texto 149
4.2.1 Natureza da coesão textual 149

4.2.2 Coesão lexical referencial e predicativa 153
4.2.3 Recursos de coesão lexical 163
4.3 O papel do léxico na compreensão da coerência textual 172
4.4 Funcionamento textual-interativo do léxico 176
4.4.1 Construção temática 179
4.4.2 Orientação argumentativa 182
4.4.3 Domínio discursivo 185
4.5 Síntese das discussões 187
5 O LÉXICO NA INTERAÇÃO ESTABELECIDA PELO TEXTO JORNALÍSTICO ESCRITO: A ARGUMENTATIVIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS 190
5.1 Análise global dos artigos de opinião e editoriais: a argumentatividade no domínio jornalístico 191
5.2 Descrição dos dados: funcionamento textual dos itens lexicais nos artigos de opinião 194
5.3 Descrição dos dados: funcionamento textual dos itens lexicais nos editoriais 220
5.4 Discussão dos resultados 240
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 246
REFERÊNCIAS 250

1 INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O LÉXICO ENQUANTO ELEMENTO DE ANÁLISE

Este trabalho tem como objetivo central propor uma perspectiva de estudo do léxico que o conceba como sistema linguístico essencial na construção da textualidade e comprovar empiricamente essa perspectiva na análise de textos de comentário do domínio jornalístico. Para tanto, buscamos elaborar um aparato teórico que explique o sistema lexical no quadro da interação verbal, no processo de textualização, com especial atenção à argumentatividade, e descrever o emprego de expressões de natureza lexical em artigos de opinião e editoriais sobre as Eleições Presidenciais de 2018. Foi empregada uma metodologia qualitativa-interpretativista baseada nos princípios da vertente brasileira da Linguística Textual, denominada de textual-interativa, que aqui aplicamos como uma nova possibilidade de perspectiva para os estudos lexicais. Com base nesses preceitos, analisamos o léxico empregado em uma amostra de 12 textos de comentários publicados na versão *on-line* por jornais recifenses, a saber: *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. Os resultados da pesquisa demonstraram que, no domínio jornalístico, os itens lexicais atuam como organizadores da informação e revelam a orientação argumentativa do texto, mesmo que ela não esteja apresentada de maneira explícita. Os usos das palavras carregam as significações de interações anteriores, o que nos permite, como leitores autorizados, realizar inferências a partir das pistas lexicais encontradas na superfície do texto e marcadas pelas relações de coerência e coesão ali estabelecidas.

Na tradição dos estudos lexicais na Europa e no Brasil[1], identificamos que boa parte das pesquisas desenvolvidas sobre o léxico centra-se no seu aspecto morfológico, em enfoque seja sincrônico, no estudo da estrutura e formação de palavras, seja diacrônico, no estudo das mudanças ocorridas no sistema lexical de determinada língua com o passar do tempo. No campo aplicado, mesmo em concepções mais modernas de ensino de português, também o léxico é estudado apenas nos processos de formação e na classificação das palavras (ANTUNES,

[1] Observações coletadas na obra de De Miguel (2009), para panorama europeu, e na leitura de alguns trabalhos orientados por integrantes do GT de Lexicologia e Lexicografia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), conforme estado da arte explicado mais adiante, ainda nesta introdução.

2012; 2018). A tendência, então, com que se trabalha o sistema lexical de uma língua é mais estrutural, e trata a palavra frequentemente fora de seus contextos de uso, ou a retira desse contexto para “dissecá-la” em unidades menores de análise. O significado dessas palavras também é explorado, mas num enfoque semântico mais formal, tomando a palavra de maneira mais desconectada de situações reais de uso da língua.

Em bancos de teses e dissertações do país, disponíveis *on-line*, realizamos uma busca sobre trabalhos voltados para a descrição do léxico na língua portuguesa. Em linhas gerais, encontramos duas tendências para os estudos lexicais no Brasil, uma mais voltada para descrição da forma linguística e outra, para a identificação de significados. A seguir, apresentamos algumas teses e dissertações publicadas entre 2015 e 2017 em diferentes universidades do país, em Programas de Pós-Graduação com linha pesquisa relacionada aos estudos lexicais. Destacamos alguns trabalhos por sua relevância teórico-metodológica, dentro do que se propõem a estudar.

Pela primeira tendência, no âmbito da descrição das formas linguísticas, encontramos trabalhos que objetivavam estudar os processos neológicos dentro de textos específicos, mas sob um prisma fundamentalmente morfológico. A dissertação de Fernandes (2017), por exemplo, investiga os neologismos em textos de autoria de Reinaldo Azevedo contra o Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de uma abordagem teórica que relaciona léxico, cultura e comunicação. Os resultados, entretanto, apontam unicamente para identificação e classificação dos processos morfológicos de formação de palavras neológicas. A mesma metodologia é empregada na dissertação de Gama (2017), só que na análise de um veículo de comunicação, o jornal baiano *Massa!*, e não de um único autor. Também são catalogadas as formas neológicas encontradas nos textos desse jornal. Em ambas as pesquisas, elementos da interação, como a autoria e o domínio discursivo, utilizados para seleção do *corpus*, não são levados em conta na catalogação dos processos de formação das palavras.

Na tese de Miranda (2015), também são catalogados itens lexicais, para caracterizar comunidades garimpeiras do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. Na abordagem teórica, explora-se a relação entre língua, cultura e sociedade, que, entretanto, não é usada para explicar fenômenos textuais que envolvem o uso das palavras. O objetivo da pesquisa é centrado na identificação de palavras típicas

daquela comunidade. Outras investigações fazem catalogação de palavras ou morfemas, não ligadas a comunidades de fala específicas, mas, sim, a um *corpus* construído pelo próprio pesquisador ou preestabelecido a partir de frases criadas para esse fim. Silva Jr. (2015), por exemplo, desenvolve uma tese em que, a partir de frases de intuição, classifica os conceitos estabelecidos por verbos de movimento, utilizando-se de um aparato teórico gerativista. A tese de Carrara (2015) cataloga prefixos de grau em um *corpus* amplo do português, identificando padrões de construção das palavras a partir desses prefixos.

Todas essas pesquisas reconhecem a ligação entre língua e sociedade, no tratamento do sistema lexical, mas voltam sua atenção para elementos linguísticos mais estruturais, com a catalogação de palavras em listas ou a identificação de seus padrões de estruturação. Essas teses e dissertações trazem relevantes contribuições para o entendimento da estrutura da língua. Seu objetivo, por isso, não está ligado ao entendimento do léxico em seu funcionamento efetivo em textos diversos.

Pela segunda tendência, no âmbito do estudo cognitivo dos sentidos das palavras, encontramos pesquisas que ora se aproximam de uma abordagem mais formal ora trazem aspectos já ligados ao funcionamento social da palavra. A tese de Santana (2017), por exemplo, busca identificar, em um *corpus* diacrônico, quais estruturas sufixais sofrem mudança de sentido. Da mesma forma, a dissertação de Ganança (2017) investiga os prefixos, desta vez em um *corpus* sincrônico, para classificá-los em um *continuum* que vai do mais prefixal ao menos prefixal, avaliando o caráter de prefixo de diversas estruturas. A diferença entre essas duas pesquisas e as anteriores é que elas não se restringem à identificação de padrões estruturais, mas fazem isso partindo de percepções cognitivas formalmente elaboradas para esse fim.

O aspecto social, então, começa a ter relevância na definição do caráter cognitivo das palavras. Embora o texto ainda não seja o ponto de partida da investigação, alguns elementos interacionais já conseguem ser identificados, como o papel dos interlocutores na definição dos sentidos. Na tese de Doiron (2017), por exemplo, investigam-se questões de motivação semântica dos informantes para fornecerem palavras para o Atlas Linguístico de Alagoas. Nessa proposta, muito voltada ao campo da Dialetologia, catalogam-se palavras, mas buscando entender se há alguma motivação social entre a palavra (o signo linguístico) e o significado

que lhe atribuem. Ainda nessa linha, a tese de Siqueira (2015) investiga os significados dos neologismos e a mobilidade de conceitos em periódicos da ciência da informação, sem levar em consideração necessariamente o papel desses neologismos no texto.

Também a tese de Rodrigues (2015) relaciona cognição com significação de elementos gramaticais, investigando mudanças de significado do prefixo co(N) a partir do entorno linguístico desse morfema nas palavras. O foco do trabalho são os processos cognitivos estabelecidos pelo usuário da língua para adequação fonética dos prefixos.

Em todos esses trabalhos, percebemos que, mesmo que questões da interação apareçam no estudo da relação entre língua e sociedade, não se consideram as propriedades da textualidade envolvidas na significação. O objetivo dessas pesquisas centra-se no aspecto sociocognitivo de produção do significado, trazendo relevantes contribuições para o entendimento de como aspectos extralinguísticos podem atuar na mente humana para organizar as coisas do mundo por meio da linguagem.

Uma análise comparativa dos métodos e objetos de investigação desses trabalhos acadêmicos nos leva a perceber a alternância entre as duas tendências já citadas na área de Lexicologia no Brasil, em estudos tanto sincrônicos quanto diacrônicos. Essas duas perspectivas, uma mais estruturalista e outra mais cognitiva, investigam o léxico observando um aspecto específico de sua constituição. Elas são pertinentes, portanto, quando se querem observar mecanismos de estruturação das palavras ou mesmo processos cognitivos de delimitação de sentidos.

Se quisermos perceber como o léxico funciona mais amplamente e entender sua dinâmica dentro do texto, verdadeira unidade de interação na linguagem, esses enfoques não são suficientes, embora ajudem a perceber níveis de análise anteriores ao nível da textualidade. Trabalhos da área da Linguística Textual propõem-se a esse tipo de investigação, mas o fazem com foco em um fenômeno específico, sem obrigatoriedade de distinção entre o sistema lexical e o gramatical. Por esse motivo, formulamos um aparato teórico que una as possibilidades de pesquisa já desenvolvidas pela Linguística Textual com noções lexicais já consolidadas no âmbito da Lexicologia, como a classificação das palavras ou sua significação.

Propomos, então, uma visão textual-interativa para o trabalho com o léxico, que passa a estudá-lo a partir das relações que esse sistema estabelece no processamento textual. As noções de textualidade (ANTUNES, 2017; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997; KOCH, 2007; 2015; MARCUSCHI, 2007a; 2008; 2012) e interação (BARROS, 2017; KOCH, 2007; 2015; MARCUSCHI, 2007a; 2008; 2012) são basilares para o entendimento dessa perspectiva. Em linhas gerais, cada item lexical que compõe um texto não é escolhido aleatoriamente. Essa escolha segue critérios que, para nós, são de natureza eminentemente interacional, como os papéis assumidos pelos interlocutores no processo comunicativo, a finalidade dos gêneros textuais e as regras de interação no domínio discursivo, ou mesmo o tema abordado pelo texto. Todos esses fatores constituem, na nossa visão, aspectos essenciais para definição da textualidade, o que significa dizer que propriedades como a coesão e a coerência dependem de questões extratextuais para se realizarem (ANTUNES, 1996; 2017), aspecto mais evidenciado na análise do sistema lexical dos textos.

Nosso trabalho, então, assume duas funções no âmbito das pesquisas em estudos linguísticos, uma teórica e outra empírica. A primeira contribuição desta Tese, que rotulamos como sendo no nível teórico, é a postulação de um aparato analítico diferenciado dentro da Lexicologia, constituindo-se em um estudo de interface entre essa disciplina da Linguística e outra, a Linguística do Texto. Como explanado no levantamento a respeito dos trabalhos mais recorrentes na Lexicologia brasileira, falta uma orientação teórica que trabalhe o léxico a partir de um olhar mais amplo, dentro das normas que regem a interação verbal, em qualquer que seja a situação comunicativa. As observações teóricas aqui desenvolvidas dão suporte à análise de variados fenômenos do sistema lexical em relação a fatores de interação verbal.

Para testagem desse aparato teórico, no âmbito de uma tese de doutorado, procedemos a um recorte metodológico. Elegemos, como *corpus*, textos de comentário próprios do domínio jornalístico: o artigo de opinião e o editorial. Esses gêneros textuais proporcionam aos seus leitores uma análise a respeito de questões mais problemáticas da sociedade, sendo, por isso, textos mais avaliativos. Dentro dos temas que são normalmente tratados por esses textos nos jornais, escolhemos as Eleições Presidenciais de 2018, por termos a consciência de ser esse um evento histórico de particular importância para a história do país. Esse pleito eleitoral foi

marcado por diversos embates ideológicos entre eleitores e candidatos cujas visões política e de mundo divergiam. Assistimos a verdadeiras brigas na luta por um país, de um lado, mais democrático e, de outro, mais conservador. O resultado das eleições foi manipulado por diversos atores políticos, como o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público, e a mídia teve efetiva participação na disseminação de opiniões mais conservadoras e, por muitas vezes, distorcidas da realidade. Ficou evidente, desde a época das disputas eleitorais, que o presidenciável vitorioso teria fundamental participação na mudança de condução do país, seguindo para um caminho ou promissor ou retrógrado. Assim, toda a importância desse evento histórico justifica nosso olhar para ele, principalmente no estudo da esfera da linguagem, tão poderosa para indução das opiniões da população.

Essa, pois, é a segunda contribuição de maior proporção dentro desta Tese, que é a de caráter empírico. Além de testar nosso aparato teórico na análise de um conjunto textual, os resultados de nossa pesquisa registram o papel do jornalismo recifense na consolidação de opiniões e, consequentemente, na influência a fatos históricos. A compreensão dos itens lexicais empregados para se referir às eleições presidenciais, ou mesmo a seus candidatos e partidos, mostra como a linguagem é um elemento responsável pela condução da história do país. Entender como a imprensa recifense se posicionou durante um evento histórico dessa proporção significa entender também o comportamento de um grupo social mais ligado à formação da opinião pública.

Eleitos o domínio discursivo e o tema dos textos de nossa investigação, ficou evidente que o aspecto mais relevante para ser investigado no *corpus* era o caráter argumentativo dos textos de opinião. Fiorin (2015), ao realizar um retrospecto a respeito dos estudos sobre argumentação, explora vários recursos argumentativos, que o próprio autor trata de identificar em textos de natureza diversa. Todos esses recursos, como a produção de inferências, as formas mais amplas de raciocínio lógico, o conteúdo destacado por argumentos de múltiplas ordens ou o plano geral estabelecido no texto argumentativo, evidenciam que o estudo da argumentação esteve frequentemente centrado na estrutura lógica dos textos. Koch e Elias (2016) destacam esses mesmos processos na relação entre a argumentação e o texto escrito, com especial atenção a estruturas gramaticais que indicam os pontos de vista.

Para nós, então, apresenta-se a necessidade de mostrar que também o léxico é um fator relevante para a construção da argumentação, o que, no texto, é perceptível na seleção das palavras que vão compor sua face linguística. Por isso, justifica-se a escolha da argumentatividade dos textos como um importante indício da textualidade, uma vez que o objetivo interacional do texto ajuda a entender muitas de suas ideias. Diferentemente das abordagens tradicionais da argumentação, nosso enfoque será na palavra como um elemento fulcral na construção da argumentação, entendida, aqui, como um dos fatores que constituem perspectivas da textualidade na linguagem.

Assim, nosso trabalho entende os itens lexicais como *pistas de contextualização* (GUMPERZ, 2013) para identificação do ponto de vista defendido em um texto. Essa noção de pista de contextualização é situada, o que significa que ela vai variar de acordo com o domínio em que vai ser estudada. De modo mais simples, ela corresponde às pistas que vão orientar o leitor a compreender a informação do jeito que seu autor deseja, embora isso não aconteça sempre de modo efetivo pelo fato de a leitura depender também dos conhecimentos ativados pelo leitor. Defendemos a visão de que a seleção lexical funciona fortemente como uma pista de contextualização, porque o léxico é um sistema de muitas relações com elementos extralinguísticos, no que enquadramos o processo de interação verbal. É preciso deixar claro, ainda, que estamos tratando aqui de um recorte metodológico. Entendemos que há muitos outros mecanismos responsáveis pela instauração da textualidade e, consequentemente, da argumentatividade, mas nosso interesse de pesquisa é mostrar que a seleção lexical também é um desses mecanismos, e dos mais relacionados à interação verbal.

Ao nos referirmos a uma perspectiva textual-interativa, queremos dizer que apenas partindo do texto é que podemos compreender os usos efetivos do léxico. Tal perspectiva é textual porque estuda o léxico a partir das relações de textualidade e de construção de significados, em especial na instauração da coesão e, principalmente, da coerência do texto. É interativa porque, para explicar os mecanismos envolvidos no estabelecimento da textualidade, recorre aos elementos da interação verbal, como o conhecimento que se infere dos interlocutores, a temática desenvolvida, o domínio discursivo e, nosso foco de análise, a orientação argumentativa do texto. Vale lembrar, ainda, que, ao se referir aos textos, esta pesquisa faz referência sobretudo ao texto escrito, nosso campo de investigação da

língua, o que significa dizer que a noção de interlocutor com a qual trabalhamos o trata como um interlocutor presumido, uma vez que não temos acesso à leitura de todos os interlocutores de um texto escrito. Centramos nossa análise, pois, na maioria das vezes, à perspectiva do autor do texto, pela própria dinâmica com que circulam os textos jornalísticos, que são interativos mais do ponto de vista da produção.

Outro aspecto que vale salientar é a nossa visão de *texto*, que muitas vezes oscila nas considerações teóricas, pela própria complexidade com que os textos funcionam na linguagem em geral. O texto pode ser visto como a entidade linguística da interação, o lugar onde acontecem as trocas interacionais, em outras palavras. Koch (2003, p. 22) assim define o texto:

> [...] manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Percebemos, então, que o texto é visto como a própria interação, lugar a partir do qual estabelecemos diversas ações e trocas por meio da linguagem. Outro entendimento para o texto, ainda, toma essa entidade concretamente, no que ele passa a ser concebido como ocorrência de linguagem e, assim, passamos a observar seus fenômenos. Neste trabalho, então, podemos fazer referência a essas duas noções de texto, ou como lugar da interação, ou como objeto concreto passível de ser analisado.

Ainda sobre a noção de texto, também cabe destacar outro posicionamento teórico que assumimos nesta Tese: o conceito de *texto autêntico*. Para nós, um texto autêntico é aquele que circula em situações reais de comunicação, diferentemente daqueles textos que são produzidos *ad hoc*, com a finalidade de serem analisados ou de nele se observarem fenômenos específicos. Na nossa amostra, os 12 (doze) textos que selecionamos são considerados por nós textos autênticos, uma vez que são originalmente produzidos para um fim comunicativo diferente de sua própria análise.

Também na perspectiva textual-interativa, lançamos mão de alguns conceitos que, por vezes, podem se confundir, como as dimensões interacional, pragmática e

discursiva da linguagem. Em nosso aparato teórico, '*interacional'* diz respeito a toda e qualquer forma de linguagem entre os seres humanos, o que inclui todas as formas de comunicação a partir de textos, ou os próprios textos. O '*discursivo'* está ligado aos fatores contextuais, ideológicos e históricos que permeiam as interações, o que muitas vezes é levado em consideração para explicar fenômenos da língua. O '*pragmático'* faz referência às intencionalidades dos interlocutores ao formularem textos para atingir a determinados fins, que nem sempre são atingidos, tendo em vista as diferentes informações pragmáticas dos interlocutores, mais ligadas às suas experiências com os usos da língua. Em nossa visão de linguagem, então, o interacional abarca o pragmático e o discursivo, motivo pelo qual sempre vamos nos referir à interação verbal quando destacamos algum aspecto do discurso ou da pragmática.

Não pressupomos, entretanto, uma exata distinção entre texto, discurso e interação, tendo em vista que essas dimensões não estão dissociadas uma da outra. A complexidade com que a linguagem se desenvolve sociointeracionalmente não permite que estabeleçamos limites precisos entre texto e discurso. Observamos, por exemplo, algumas explicações de Koch (2017, p. 129):

> Nas minhas indagações a respeito de como se efetua a construção dos sentidos em textos escritos e orais, tenho partido do pressuposto básico de que o texto, construto histórico e social, é lugar de interação entre sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos; e que estes, por meio de ações linguísticas, sociocognitivas e interacionais, constroem objetos-de--discurso e propostas de sentido, ao operarem escolhas significativas entre as múltiplas formas de organização textual e as diversas possibilidades de seleção lexical que a língua lhes oferece. A esta concepção subjaz, necessariamente, a ideia de que há, em todo e qualquer texto, uma grande gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis pela mobilização do contexto sociocognitivo e cultural no interior do qual se movem os atores sociais.

Para explicar o que é um texto, então, recorre a autora a diversos elementos que podemos denominar de discursivos e interacionais, como os atores sociais e os processos inferenciais, dimensões da linguagem que não são definidas unicamente pela via linguística. Nossa (in)distinção entre o linguístico e o extralinguístico, na verdade, é o que nos permite equivaler, por vezes, texto e discurso, tendo em vista a fluidez categorial com que trabalhamos essas noções.

Por fim, cabe destacar o que concebemos por *item lexical*. Para nós, item lexical é qualquer palavra da língua que consiga estabelecer relações entre o linguístico e o extralinguístico, no sentido de reportar-se às coisas e eventos do mundo. Nas palavras de Carvalho (2011), são as palavras plenas, em comparação às palavras instrumentais, que são mais próprias do sistema gramatical. Quando um conjunto maior de palavras funciona como um só item lexical, damos o nome de *expressão lexical*, noção mais geral, que inclui até mesmo os próprios itens lexicais unitários. Esses conceitos serão aprofundados nos capítulos referentes ao construto teórico da Tese.

A seguir, vamos dar destaque aos problemas de pesquisa e aos nossos objetivos da Tese, que já foram explicados nessa parte inicial, mas serão sistematizados de maneira mais evidente nas próximas subseções. Ainda, vamos apresentar um plano geral do trabalho, para que se compreendam as funcionalidades de cada seção e as relações que se estabelecem entre elas.

1.1 Problemas de pesquisa e hipóteses

Como indicado, o problema inicial de nossa pesquisa foi de natureza teórica: a percepção de que, no campo científico dos estudos lexicais, a Lexicologia, estava a ampla maioria das propostas de análise centrada no estudo das palavras unicamente em seus processos estruturais de formação, muitas das vezes sem ligações com seu contexto de uso. Como primeira hipótese de investigação, acreditamos que um estudo mais relevante e completo do léxico pode ser feito quando compreendemos seu papel central na construção da textualidade, o que parece acontecer de maneira diferenciada em cada domínio discursivo, motivo pelo qual os fatores da interação verbal também precisam ser levados em conta nesse tipo de estudo.

Para comprovar essa primeira hipótese (teórica), lançamos outra, de natureza mais empírica, que constitui a tese de que os itens lexicais funcionam como pistas de contextualização de ponto de vista defendido no texto. O léxico, então, contribui para a argumentatividade dos textos, razão pela qual elegemos a orientação argumentativa como o elemento da interação verbal que vamos analisar a partir dos itens lexicais. A comprovação dessa hipótese nos ajudou a provar a aplicabilidade

metodológica do aparato teórico aqui proposto, ainda que tenhamos elegido apenas um dos aspectos que postulamos para definição da textualidade.

1.2 Objetivos

A partir das observações construídas anteriormente, podemos constatar, de maneira mais esquemática, que o objetivo geral desta Tese é *propor uma perspectiva de estudo do léxico que o conceba como sistema linguístico essencial na construção da textualidade e comprovar empiricamente essa perspectiva na análise de textos de comentário do domínio jornalístico*. Para isso, traçamos alguns objetivos específicos:

a) elaborar um aparato teórico que explique o sistema lexical no quadro da interação verbal;
b) compreender as relações de textualidade estabelecidas pelo sistema lexical, com especial atenção à argumentatividade; e
c) descrever o emprego de expressões de natureza lexical na construção da argumentatividade em artigos de opinião e editoriais sobre as Eleições Presidenciais de 2018.

1.3 Plano geral da tese

Nesta introdução, primeira seção da Tese, apresentamos a contextualização do trabalho, indicando a necessidade de uma abordagem do léxico que contemple os usos da língua a partir da perspectiva do texto e da interação aqui desenvolvida. Indicamos nosso problema de pesquisa e os objetivos, mostrando que o léxico será tratado, aqui, como um importante indicador da textualidade no domínio jornalístico, o que vamos perceber em específico a partir da argumentatividade revelada nos textos de comentário. Para isso, vamos traçar uma metodologia que vai da formulação de uma perspectiva teórica mais ampla até sua aplicação empírica na análise de textos.

Assim, na segunda seção da Tese, intitulada “Constituição metodológica do objeto de pesquisa: o léxico como elemento de análise da textualidade”, apresentamos o percurso metodológico de análise, iniciando com a ampliação do problema de pesquisa e explicitação mais detalhada de nossos objetivos e

explicando, em seguida, todas as etapas de como foi montado o *corpus* estudado no trabalho. Ainda nessa seção, apresentamos a caracterização dos procedimentos técnicos, da natureza da pesquisa e das categorias de análise, trazendo, nisso, outro plano geral do que se desenvolveu nesta pesquisa.

Para atender a nosso primeiro objetivo específico, formulamos a terceira seção do trabalho, intitulada “O tratamento do léxico na linguística: perspectivas teóricas, concepções e dimensões na língua”. Aqui, constituiu-se um panorama das diversas perspectivas dos estudos lexicais na história das ideias linguísticas, mostrando as três grandes concepções de léxico encontradas ou percebidas nas pesquisas: uma mais estrutural, outra cognitiva e uma terceira, formulada por nós, que preconiza o estudo do léxico em suas funcionalidades textual-interativas. A partir de contribuições teóricas de outras áreas da Linguística, como a Linguística de Texto e a Sociolinguística Interacional, construiremos princípios básicos para uma visão integrada de léxico no texto e na interação. Dessa forma, buscamos construir um aparato teórico que desse conta de verificar o funcionamento do sistema lexical dentro da interação verbal, partindo a observação sempre das relações de textualidade estabelecidas a partir dos itens lexicais, como detalhamos na seção seguinte.

Para atender ao segundo objetivo específico, depois da seção teórica mais genérica, com um panorama geral da perspectiva que denominados de textual-interativa, apresentamos a quarta seção, intitulada “O funcionamento do sistema lexical no texto: a construção interacional da textualidade a partir de recursos lexicais”. Nessa parte do trabalho, apresentaremos um aparato teórico de análise do léxico a partir da interação, o que nos possibilitará, dentre outras coisas, estudar como substantivos, adjetivos e verbos atuam na constituição tanto mais ampla quanto mais superficial da textualidade, já que são essas as classes de palavras plenas, ou seja, aquelas mais lexicais, que apresentam maiores possibilidades de conexão entre a língua e os elementos extralinguísticos. Partindo das noções de textualidade, coesão e coerência para entender como os itens lexicais contribuem para a definição da construção temática, da orientação argumentativa e do domínio discursivo, apresentaremos alguns conceitos que serão, posteriormente, retomados nas análises do *corpus*. Essas últimas três dimensões fazem parte do que chamamos de funções textual-interativas do léxico, tendo em vista reconhecermos que os itens lexicais atuam como indicadores textuais da construção temática, da

orientação argumentativa e do domínio discursivo, explicados a partir de elementos da interação verbal. O modelo que propomos nesse capítulo aborda aspectos mais gerais da textualidade, o que não será totalmente testado por nós nas análises. O recorte escolhido, tendo em vista sobretudo os gêneros textuais analisados e a temática desenvolvida, foi a argumentatividade dos itens lexicais no texto, que será objeto da seção seguinte.

Para atender ao terceiro e último objetivo específico, apresentamos nossas análises, em busca da verificação das hipóteses traçadas, após a formulação do modelo teórico adotado por nós. Assim, na quinta seção da Tese, intitulada “O léxico na interação estabelecida pelo texto jornalístico escrito: a argumentatividade em artigos de opinião e editoriais”, trouxemos a descrição e a análise dos textos da amostra, em um total de 12 (doze), selecionados em equidade dos gêneros (6 artigos de opinião e 6 editoriais) e dos veículos de comunicação (4 textos de cada jornal, sendo 2 de cada gênero textual por jornal). De início, estabelecendo uma visão geral sobre os resultados, explicamos a orientação argumentativa identificada em cada um dos textos, bem como um estudo comparativo dos eixos temáticos e os itens lexicais percebidos a partir da argumentatividade, o que nos permitiu entender melhor a dinâmica lexical no domínio jornalístico. Após essa análise mais geral, procedemos à descrição dos dados, mostrando, em cada texto, (a) sua construção global da coerência e (b) seus elementos lexicais indicadores dos eixos temáticos e de sua orientação argumentativa, explicando, a partir de nossa compreensão sobre as ideias dos textos, as consequências da seleção lexical para construção de sentido. Na terceira e última parte da seção, a discussão de resultados, apresentamos as generalizações que encontramos na descrição dos textos, elementos importantes para confirmação de alguns dos pressupostos teóricos que formulamos nas seções anteriores.

Por fim, na sexta e última seção desta Tese, vieram as considerações finais, com uma retomada de todos os elementos que foram discutidos no trabalho, seguida da explanação das contribuições teóricas e empíricas desta Tese e da avaliação mais genérica dos resultados. Também apontamos possibilidades futuras de desdobramentos de nossa pesquisa.

2 CONSTITUIÇÃO METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA: O LÉXICO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA TEXTUALIDADE

Nesta seção da Tese, explicaremos o percurso metodológico adotado para o tratamento dos dados. O entendimento desse percurso deixa mais claros nossos objetivos de pesquisa e as contribuições teóricas e empíricas que desenvolvemos neste trabalho.

Para isso, na subseção 2.1, analisamos os desdobramentos dos problemas de pesquisa e seu papel na definição do objeto, entendendo as propriedades do léxico que exploraremos para construir um aparato de análise da textualidade e explicar a construção da argumentatividade no texto jornalístico. Explanamos as relações existentes entre os dois principais problemas: a construção do aparato teórico e as observações empíricas na aplicação de uma parte desse construto.

Em seguida, na subseção 2.2, caracterizamos o *corpus* do trabalho com a descrição dos artigos de opinião e editoriais analisados. Essa caracterização é detalhada no relato de todo o processo de escolha dos textos, bem como no tratamento metodológico dado à amostra até chegar a sua configuração final, com os 12 textos abordados nas análises.

Feitas essas descrições iniciais, passaremos ao detalhamento dos procedimentos técnicos escolhidos para realização da análise, além das justificativas para a seleção dos métodos empregados na análise. Na subseção 2.3, explicamos os procedimentos técnicos da pesquisa, o que engloba a observação, a amostragem, a descrição, a comparação e a análise/ síntese. Na subseção 2.4, classificamos a pesquisa de acordo com os métodos utilizados, com as respectivas justificativas que comprovam ser esse um trabalho dedutivo, qualitativo, descritivo, de avaliação de resultados, bibliográfico e documental.

Por fim, na subseção 2.5, colocamos foco nas categorias de análise e em sua natureza linguística, mostrando como elas foram utilizadas na compreensão dos dados e de que forma se pode caracterizá-las em variáveis contínuas, independentes e qualitativas.

2.1 Análise dos problemas de pesquisa

A percepção inicial que nos levou à formulação do problema de pesquisa foi a predominância, nos estudos em Lexicologia, de trabalhos eminentemente voltados para os processos morfológicos de formação de palavras ou para relações semânticas estabelecidas entre palavras ou frases, dois aspectos característicos de uma abordagem mais gramatical da língua, centrada em fenômenos ora morfossintáticos ora semânticos (ANTUNES, 2012), como indicamos no levantamento do estado da arte apresentado na introdução.

Dada a natureza particular do léxico, sistema mais dinâmico, plástico e maleável que a gramática, como caracterizam alguns autores (CASTILHO, 2010; BIDERMAN, 2001; CARVALHO, 2014), percebemos que uma análise apenas dos elementos gramaticais a ele relacionados não dava conta de explicar toda a sua dimensão, sobretudo se procuramos entender os itens lexicais envolvidos na textualidade, como pistas linguísticas do processo de interação verbal, em especial na indicação da argumentatividade nos textos.

A partir daí, buscamos alguns elementos teóricos em que nos pudéssemos basear para formular uma perspectiva que explicasse o funcionamento dos itens lexicais no processo da interação verbal e, consequentemente, na dinâmica do texto. Para isso, precisávamos entender como o sistema lexical da língua é responsável pela construção de significações no quadro da interação verbal, o que nos levou também a buscar compreender as marcas textuais instauradas pelo léxico nos textos como pistas dessa interação, mais especificamente, em como os itens lexicais revelam a argumentatividade de um texto. Haveríamos, assim, que identificar como a textualidade estabelecida pelo léxico estaria relacionada aos elementos formuladores de sua orientação argumentativa, no processo sociocomunicativo de interação verbal, entendido a partir da formulação da rede de significados que compõem o texto.

Os elementos teóricos encontrados em autores como Antunes (2012) e Marcuschi (2003a; 2004) nos encaminharam a entender que o léxico assume papel central no estabelecimento da continuidade semântica, que cria e sinaliza a coesão e a coerência do texto, entre outros fatores da textualidade. Dentro dessa continuidade semântica, um aspecto que nos chamou atenção foi a propriedade de substantivos, adjetivos e verbos, no processo de seleção lexical, em marcar

linguisticamente as escolhas e as intenções do autor de um texto. Para o entendimento desse processo, formulamos, como já explicado, uma concepção de léxico que denominamos textual-interativa, interessados em investigar os itens lexicais em funcionamento nas diversas realizações verbais da sociedade, o que aplicaremos, nesta Tese, ao estudo do texto no domínio jornalístico. Como, dentro da Lexicologia, essa perspectiva não estava sistematicamente formulada, trouxemos para essa área da Linguística postulados já desenvolvidos em outras áreas, com especial atenção para a Linguística Textual.

Constituiu-se, dessa forma, o aspecto teórico de nosso problema de pesquisa: a necessidade de construção de um aparato teórico-metodológico que desse conta de explicar determinados fenômenos de natureza textual-interativa no sistema lexical. Essa formulação, entretanto, não poderia se sustentar de maneira isolada, sem que se pudesse aplicá-la em alguma situação real de uso da língua. Levantou-se, assim, outro aspecto do problema de pesquisa: sua face empírica. O aspecto interacional que elegemos para compor nossas observações empíricas foi a divulgação de eventos relacionados ao segundo turno das Eleições Presidenciais de 2018. Mais especificamente, veremos como os textos da imprensa pernambucana divulgaram os acontecimentos políticos e quais seus posicionamentos, implícitos ou explícitos, sobre as candidaturas.

A aplicação do aparato teórico desenvolvido traz para a pesquisa a necessidade de descrição de alguma prática sociointeracional em funcionamento efetivo, como acabamos de destacar. Elegemos o domínio jornalístico por acreditarmos na relevância social dessa esfera, como nos explica Antunes (1996, p. 120-121):

> A escolha de textos jornalísticos apoia-se, principalmente, no fato de que eles representam uma linguagem-padrão que, se não é literária, também não resvala para o coloquial. De fato, tais textos realizam a conciliação que lhes impõe a situação alargada de sua ocorrência e constituem, por isso, e em grande escala, uma variedade linguística suprarregional e de expressão mais ampla [...] O estatuto institucional que apresentam avaliza a aceitabilidade social que, no caso desta investigação, é, pelo menos em princípio, requerida.

A opção pelo domínio jornalístico, então, também se justificou pelas possibilidades de construção linguística oferecidas pelos textos do jornal, que, na

comparação com outros domínios, deveriam, pelo menos em tese, ser escritos com mais atenção na seleção e no emprego de elementos lexicogramaticais, já que se propõem a ser textos públicos. Além disso, a representatividade social do domínio jornalístico amplia a importância desses textos no registro de acontecimentos e ideias, o que se acentua em textos de comentário. Por isso, escolhemos, dentre os gêneros textuais do domínio jornalístico, dois dos mais representativos argumentativamente, o artigo de opinião e o editorial. A seleção de dois gêneros diferentes realizou-se com o fim de variar a amostra, embora artigo e editorial apresentem características semelhantes no conteúdo, na organização e na estrutura, sendo diferenciados propriamente por um aspecto da interlocução: a autoria.

Estabelecidos o objeto e o campo de investigação, a segunda parte de nosso problema de pesquisa tomou forma. A partir de então, nossa pesquisa pôde voltar-se à testagem do aparato teórico-analítico de léxico que postulamos, para 'comprovar empiricamente essa perspectiva na análise de textos de comentário do domínio jornalístico'. Assim, para todo o desenvolvimento desta investigação, realizamos dois movimentos relativos à sua própria constituição enquanto problema de pesquisa: um teórico, com a proposição de uma concepção textual-interativa de análise do léxico, e outro empírico, com a aplicação do aparato teórico desenvolvido na análise do texto de comentário no domínio jornalístico, em seus aspectos textual-interativos de argumentatividade.

Assumindo uma visão interacional da linguagem (BAKHTIN, 1986), o pressuposto de base para o desdobramento de nosso problema de pesquisa é o de que há uma relação entre as marcas da interação verbal e a argumentatividade indicada pelos itens lexicais. Essa relação está diretamente ligada à construção da textualidade no domínio jornalístico. A partir daí, selecionamos 3 (três) categorias linguísticas que possibilitavam uma relação maior com fatores da interação verbal, a saber: o substantivo, o adjetivo e o verbo, classes de palavra mais plenamente lexicais, pelo fato de aportarem mais relações entre a linguagem e os fatos do mundo. Levantamos o uso desses três elementos nos textos, o que correspondeu a nossas categorias de análise. O trabalho com essas categorias na descrição do texto foi o ponto de partida para que entendêssemos como os itens lexicais colaboram para marcar os elementos da interação nos textos de um determinado domínio discursivo.

Na descrição e análise dos dados, um primeiro fator relacionado à interação verbal é a construção do tema, entendido como o assunto mais específico tratado em um texto. Optamos pelo tema das eleições presidenciais de 2018, que foram marcadas por uma polaridade bem específica entre dois projetos de governo completamente antagônicos, o que se viu refletido também nas interações sociais de diversas ordens em todo o país. Acreditamos que um padrão, no uso de determinados itens lexicais, seria recorrente em todos os textos da amostra. Para observar essa hipótese, a seleção de substantivos, adjetivos e verbos ligados aos eixos temáticos dos textos foi nosso ponto de partida para entender como funcionou globalmente a abordagem do tema das eleições na amostra. O padrão que pretendíamos encontrar nessa escolha deveria, então, mostrar como a imprensa pernambucana organizou a informação dada a sua população a respeito das eleições, construindo, assim, os referentes textuais ligados aos acontecimentos políticos.

Ligado a esse primeiro fator está outro elemento da interação verbal, que aqui tomamos como objeto central de investigação: a construção da orientação argumentativa dos textos. Justamente pela polarização que as eleições efetuaram na sociedade, também os meios de comunicação se dividiram entre as propostas dos presidenciáveis. Acreditamos que a marcação dessa opinião também está presente na escolha dos itens lexicais que compõem o texto. Para isso, a partir da análise dos itens lexicais relacionados a cada uma das duas candidaturas, ou até mesmo ao processo eleitoral em si, pretendemos mostrar como o domínio jornalístico construiu e direcionou a opinião pública, entre outros recursos, a partir da escolha vocabular.

São esses, então, os aspectos que vamos utilizar na análise. Partindo do uso dos itens lexicais nos textos, identificados na descrição de substantivos, adjetivos e verbos, percebemos como o conteúdo do texto é organizado pelos itens lexicais. Demonstramos que essa organização da informação obedece a critérios interacionais mais amplos, tomados aqui como aspectos específicos de análise: a construção temática, que obedece à orientação argumentativa do texto, fator principal observado neste trabalho. Por isso, a relevância das categorias de análise justifica-se no fato de que substantivos, adjetivos e verbos são classes de palavras mais pretensamente avaliativas, tendo em vista que elas podem entrar de diferentes

maneiras em um texto, e a forma como a seleção dessas palavras é feita indica a avaliação do autor de um texto a respeito do tema tratado.

2.2 Descrição e constituição do *corpus*

Definidos o tema e o problema de pesquisa, em seu aspecto teórico, o percurso metodológico adotado levou-nos à escolha de um domínio, o jornalístico, como anteriormente explicado, para elaboração do *corpus*, que, de acordo com Polguère (2016), pode ser estabelecido a partir de um conjunto de textos, incluindo aí os jornalísticos. Seguindo os critérios propostos em Seixas (2009), entendemos o domínio jornalístico como a esfera de circulação social na qual se encontram os gêneros jornalísticos, como a notícia, a reportagem, o artigo de opinião e o editorial, caracterizados por sua importância institucional e sua funcionalidade informativa e opinativa. Além disso, os tópicos tratados no texto jornalístico baseiam-se em temas universais e cotidianos, como é o caso das eleições presidenciais, e as relações entre autor, texto e leitor se dão no momento mesmo da leitura, já que, *a priori*, autor e leitor não se conhecem nem estabelecem outras relações sociais, a não ser no momento mesmo de contato com o texto jornalístico.

A partir da definição do domínio discursivo trabalhado, procedemos à escolha dos jornais dos quais coletaríamos os textos. Decidimos analisar mais de um veículo por acreditarmos que uma amostra mais heterogênea configura maior retrato de usos linguísticos mais generalizados. Evita-se, dessa maneira, o trabalho centrado em textos muito uniformes, e asseguram-se diferentes demandas editoriais e autorais para a análise. Essa posição objetiva permitir que os textos analisados não sejam marcados por um estilo ou um viés ideológico únicos, procurando garantir a variedade de ocorrências dos itens lexicais, em diversificadas formas de elaboração de textos.

Optamos pelos 3 (três) principais jornais em circulação no estado de Pernambuco: o *Diario de Pernambuco* (DP), o *Jornal do Commercio* (JC) e a *Folha de Pernambuco* (FP). Esses três jornais são os mais lidos e difundidos no estado, o que nos permite caracterizar a imprensa pernambucana a partir deles. O primeiro é o mais antigo em circulação na América Latina e traz notícias sobretudo locais; o segundo traz uma abordagem mais genérica, com notícias mais de cunho nacional;

o terceiro é um jornal mais popular, marcado principalmente por notícias de crimes, esportes e fofocas.

A escolha do JC se deu porque, de acordo com pesquisa realizada em 2013 pela Associação Nacional de Jornais (COUTINHO, 2013), ele tem uma elevada média de circulação, ocupando a 25ª posição no *ranking* dos maiores jornais do Brasil, e primeiro colocado em Pernambuco. A escolha pelo DP também se deu por sua importância social no estado de Pernambuco, importância esta já apontada em pesquisas anteriores, como a de Antunes (1992), que o destaca como um veículo jornalístico bastante difundido entre os pernambucanos já há muitos anos. Na mesma pesquisa indicada por Coutinho (2013), o DP aparece em 44º no *ranking* dos jornais de maior circulação no país, sendo o segundo colocado em Pernambuco. Embora não apareça no *ranking* descrito por Coutinho (2013), a FP também figura como um jornal de importância e grande circulação no estado, sobretudo em classes sociais mais populares.

Depois da definição do domínio jornalístico e dos veículos analisados, optamos pelos textos escritos na versão impressa e publicados também na modalidade *on-line* do jornal. Nesses três jornais, os editoriais e artigos de opinião (gêneros selecionados para análise) que circulam nas edições impressas são publicados fidedignamente na versão *on-line*, o que indica, mais uma vez, que os textos aqui analisados são de ampla circulação na sociedade, quando se leva em consideração os meios de divulgação da *internet*. Em nossas análises, trabalhamos com os textos da mesma forma como foram publicados em seus respectivos veículos de comunicação. As reproduções apresentadas na seção 5 deste trabalho não sofreram quaisquer adaptações, tendo sido aqui republicadas na íntegra.

No grupo de textos do domínio jornalístico, analisamos os denominados textos de comentário, definidos por Antunes (1992; 1996) como um subtipo do texto argumentativo. Ainda segundo a autora,

> O planejamento e a organização do texto [de comentário], que, de forma tão contundente, se promovem e se indicam, também, pela realização superficial de seus elementos verbais [a organização do material linguístico], assumem no texto de comentário grandes complexidades (ANTUNES, 1996, p. 119).

Essas complexidades, de natureza linguística, funcionam como marcas institucionais que legitimam o texto do jornal. Em outras palavras, a importância social que o jornal assume enquanto instituição promotora de informações obriga-o a empregar uma linguagem mais monitorada nos textos mais requisitados por leitores mais críticos. Esse fator social explica como a complexidade do domínio discursivo pode influenciar na seleção dos itens lexicais que compõem o material linguístico de seus textos, mais especificamente na construção da textualidade, percebida, neste caso, pela argumentatividade.

A escolha pela análise do gênero editorial se deu porque ele representa socialmente a opinião de um jornal de maneira geral, coletiva. Por constituir símbolo do pensamento de instituições jornalísticas socialmente importantes, o trabalho de escrita do editorial é bastante complexo. O texto é elaborado de maneira que busque espelhar sua importância social, representar a opinião de um grupo de jornalistas (ANTUNES, 1996).

Sobre a importância social do editorial, concordamos com Araújo (2010, p. 818), quando a autora indica que

> [...] o editorial visa à adesão do leitor a um ponto de vista específico. Assim, cabe ao editorialista o papel social de formar opiniões, ou seja, orientar o leitor a tomar uma determinada posição, que é, na realidade, o ponto de vista da instituição jornalística. Podemos dizer, ainda, que o editorialista também exerce uma função social, perante o Estado, de reivindicador e defensor dos interesses da coletividade, de instrumento de desalienação e informação ou mesmo de defensor do Estado.

Pelo fato de haver essa relevância social é que o editorial se constitui importante texto para ser analisado quando buscamos bons exemplares de textos formais. Além disso, fica evidente a necessidade de que esse seja um texto de linguagem bem elaborada, se comparado aos outros também do domínio jornalístico, o que nos interessa particularmente para perceber uma seleção lexical mais apurada. Ainda sobre a caracterização desse gênero textual, Antunes (1992, p. 211) afirma:

> Na caracterização dos vários tipos de atuação jornalística, os editoriais distinguem-se, em relação à notícia, por exemplo, uma vez que, primariamente, orientam-se para a formação da opinião pública, embora cumpram, de certa maneira, também função informativa.

> Além disso, são textos cujos meios de expressão dispensam recursos icônicos utilizando, por isso, a estrita configuração linguística.

Sua função de formação de opiniões também é relevante para a análise, tendo em vista que a construção da argumentatividade ganha mais força quando a própria funcionalidade do texto é persuasiva. O fato de ser o editorial um texto estritamente verbal também nos auxilia a perceber os fatores da interação a partir das marcas linguísticas.

O segundo gênero escolhido foi o artigo de opinião, que reúne as mesmas características linguísticas apresentadas para o editorial. De acordo com Lima e Neves (2019, p. 45),

> A proposta de trabalho com esse gênero [o artigo de opinião] está voltada para o desenvolvimento crítico [...] ao estabelecer, diante de um fato polêmico, opiniões e argumentos bem fundamentados, a fim de convencer o leitor sobre o seu posicionamento.

Com os mesmos objetivos do editorial, o artigo de opinião se difere pelo fato de ser assinado, geralmente por algum leitor ou colunista do jornal, enquanto o editorial é, em geral, marcado por uma espécie de autoria coletiva do jornal. A diferenciação entre os dois gêneros, pois, vai além da materialidade linguística, uma vez que se revela na interlocução, elemento essencial para a compreensão da interação verbal.

O elemento seguinte para delimitação do *corpus* foi a abordagem temática. Escolhemos um tema em bastante evidência na época de nossa coleta: as eleições presidenciais de 2018. Mais especificamente, selecionamos os textos publicados entre os dias 8 e 27 de outubro de 2018, período relativo ao segundo turno. O processo eleitoral em questão foi particularmente importante para o país por ser o primeiro depois do Golpe Parlamentar de 2016. Em todo o Brasil, houve acirramento de ânimos entre os eleitores de lados opostos, fato de ampla repercussão nas mídias e nas redes sociais, gerando, inclusive, diversas brigas entre eleitores, na *internet* e nas ruas. Basicamente, houve a polarização entre os dois projetos de governo que foram para o segundo turno: o do candidato eleito, de extrema direita, marcado por ideais fascistas e violentos, e o do candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, marcado por ideias mais progressistas, voltadas para o

desenvolvimento social e humano. Essa foi uma eleição fortemente influenciada pelas redes sociais, com base em muitas notícias falsas (as chamadas *fake news*) implantadas pelos dois lados concorrentes, principalmente pelo lado eleito, o que ficou, depois, comprovado por diversos documentos e provas materiais. Além disso, outros agentes políticos foram determinantes para os resultados do pleito, como as igrejas, o Ministério Público (*sic.*), o Poder Judiciário (*sic.*) e a imprensa.

Após a delimitação do período de publicação dos textos do *corpus*, coletamos todos os artigos de opinião e editoriais dos jornais no período do segundo turno. Formou-se, assim, nosso *corpus* expandido, com um total de 79 (setenta e nove) textos, assim distribuídos: 55 (cinquenta e cinco) artigos de opinião, sendo 28 (vinte e oito) do DP, 5 (cinco) da FP e 22 (vinte e dois) do JC; e 24 (vinte e quatro) editoriais, sendo 11 (onze) do DP, 7 (sete) da FP e 6 (seis) do JC. O número mais elevado de artigos na amostra justifica-se pelo fato de serem publicados, por dia, até 3 (três) artigos diferentes no DP e no JC, enquanto, nos três jornais, há apenas um editorial publicado por dia.

Para composição do *corpus* restrito, realizamos duas etapas de coleta. Selecionamos uma amostra de 30 (trinta) textos, 15 (quinze) de cada gênero textual, sendo 5 (cinco) de cada jornal. A definição dessa amostra deu-se a partir de um critério mais estrutural: a contagem de palavras. Utilizamos, aqui, o conceito de palavra ortográfica, “[...] algo que se escreve com espaços em branco de ambos os lados, mas sem espaços brancos em seu interior” (TRASK, 2011, p. 218). Dentro das divisões estabelecidas (5 exemplares de cada gênero textual, em cada jornal), selecionamos os 30 textos com maior quantidade de palavras e, por consequência, mais material linguístico propício à análise.

Para configuração, dessa vez definitiva, do *corpus* restrito, foi realizada uma análise prévia da representatividade dos textos para nossa pesquisa. Foram escolhidos 12 (doze) textos, respeitando ainda as divisões estabelecidas (agora 2 exemplares de cada gênero textual, em cada jornal). Esses textos tiveram, aproximadamente e na medida do possível, a mesma proporção de palavras ortográficas, como mostrou a média de palavras que vamos explicar mais adiante, configurando-se em uma amostra possível de ser comparada pela equivalência relativa ao tamanho. Buscamos, ainda, escolher aqueles que apresentaram casos mais recorrentes de uso de itens lexicais, além de algumas especificidades desses elementos para a construção dos textos, como o uso de algumas palavras com

significados diferentes dos habituais ou mesmo funcionalidades particulares na organização dos textos.

Para cada um dos 12 (doze) textos da amostra definitiva, atribuímos um código com as indicações do gênero textual (AO para artigo de opinião e ED para editorial), do jornal (DP, FP ou JC) e da numeração de ocorrência (1 ou 2, respeitando a cronologia da data de publicação para definição desse número). Assim, por exemplo, o texto AO-JC-02 corresponde ao segundo artigo de opinião do *Jornal do Commercio* dentro do *corpus* restrito, enquanto o texto ED-DP-01 corresponde ao primeiro editorial do *Diario de Pernambuco*, e assim sucessivamente.

Organizamos esse *corpus* em dois blocos, separados pelos gêneros textuais a que os textos pertencem. Cada bloco foi organizado contendo as seguintes informações: código relativo ao texto, data de publicação (com a ordem de publicação no dia, para os artigos de opinião), quantidade de palavras (aspecto decisivo na seleção dos textos para compor a amostra) e, no caso dos artigos de opinião, informações sobre a autoria indicadas na própria publicação, como o nome do autor e sua função social.

Dentro da amostra coletada, os artigos de opinião estão assim caracterizados, de acordo com o indicado no Quadro 1:

Quadro 1 – Artigos de Opinião presentes na amostra

CÓDIGO	ORDEM E DATA DE PUBLICAÇÃO	QTD. DE PALAVRAS	AUTORIA	
			AUTOR	CARACTERÍSTICAS
AO-DP-01	segundo de 12/10	761	Maurício Rands	Advogado, PhD pela Universidade Oxford, ex-deputado federal
AO-DP-02	único de 16/10	625	Ricardo Leitão	Jornalista
AO-FP-01	único de 09/10	517	Abelardo Baltar	Economista
AO-FP-02	único de 10/10	543	Nilzardo Carneiro Leão	Professor, advogado do IAHGP e da APL
AO-JC-01	primeiro de 11/10	398	Flávio Brayner	Professor
AO-JC-02	primeiro de 18/10	390	Adeildo Nunes	Juiz de Direito Aposentado

Fonte: o Autor (2020)

Os artigos de opinião contaram com uma média de 539 palavras ortográficas, o que indica que os textos giram mais ou menos em torno dessa média e evita uma disparidade muito grande na constituição do *corpus*.

O texto AO-DP-01, de título “A neutralidade tem consequências” e autoria de Maurício Rands, mostra os problemas sérios que serão causados pelo plano político do candidato eleito e, apesar de se colocar também como contrário ao PT, declara voto em Fernando Haddad. Destacam-se as propostas que terão como consequência o aumento da violência, entrave do serviço público e intensificação das desigualdades.

O texto AO-DP-02, de título “A vanguarda do atraso” e autoria de Ricardo Leitão, explica a onda conservadora que permeou o país, simbolizada pelos valores defendidos pelo presidenciável que acabou sendo eleito. O texto explica os três pilares do financiamento à campanha do ex-militar, representados pelas bancadas do boi, da bala e da bíblia. Listam-se as vantagens que esses setores terão com a desastrosa política prometida pelo então presidenciável.

O texto AO-FP-01, de título “O segundo turno” e autoria de Abelardo Baltar, analisa as condições de cada presidenciável no segundo turno, explicando que o favoritismo do candidato da direita se deu, na verdade, pelo antipetismo crescente no país, derivado principalmente do fracasso do governo Dilma. O texto explica que o conservadorismo em crescimento no país não é o principal motivo desse favoritismo. Mostra-se também a grande probabilidade de esse projeto de governo não ter sucesso em eleições futuras.

O texto AO-FP-02, de título “2018 - Votar, fiscalizar, cobrar” e autoria de Nilzardo Carneiro Leão, organiza-se em alguns blocos que explicam ações de cidadania que devem ser tomadas pelos eleitores no segundo turno e depois dele. Além de reconhecer o direito do voto, o texto incentiva os cidadãos a fiscalizar e cobrar seus representantes eleitos.

O texto AO-JC-01, de título “Um certo cansaço” e autoria de Flávio Brayner, faz uma retomada dos problemas sociais que ocorreram no país durante sua história nos governos militares. Há destaque para o clima de tensão estabelecido entre os lados opostos da eleição ainda no primeiro turno, o que explica o cansaço referido no título.

O texto AO-JC-02, de título “Urnas invioláveis” e autoria de Adeildo Nunes, estabelece uma defesa para a Justiça Eleitoral contra as acusações que foram realizadas pelo candidato eleito sofre fraudes no processo eleitoral. Realiza-se uma retomada histórica da implantação do voto no Brasil e da posterior entrada das urnas eletrônicas, reafirmadas como de segurança inviolável.

Ainda na amostra, os editoriais são assim caracterizados, de acordo com o exposto no Quadro 2:

Quadro 2 – Editoriais presentes na amostra

CÓDIGO	DATA DE PUBLICAÇÃO	QTD. DE PALAVRAS
ED-DP-01	15/10	468
ED-DP-02	16/10	467
ED-FP-01	13/10	460
ED-FP-02	20/10	513
ED-JC-01	14/10	476
ED-JC-02	18/10	497

Fonte: o Autor (2020)

Os editoriais contaram com uma média de 480,17 palavras ortográficas, indicando maior proximidade ainda da média em relação aos seis textos da amostra. Para a constituição do *corpus*, essa proximidade evita mais ainda que os textos sejam muito distintos.

O texto ED-DP-01, de título “Um basta ao discurso do ódio”, mostra como as últimas eleições agravaram o discurso de ódio às minorias, representado pelos diversos embates ideológicos, pessoais e coletivos, nas ruas e redes sociais. Há uma cobrança explícita para que os dois candidatos do segundo turno incentivem um clima menos belicoso entre os eleitores.

O texto ED-DP-02, de título “Olhar para o mundo real”, dá destaque ao Brasil imaginário que é apresentado pelos candidatos ao Planalto, numa realidade bem distinta da que acontece no país. Elencam-se os problemas que o novo presidente terá de enfrentar, como a geração de emprego e renda em comunhão com o equilíbrio fiscal. Cobram-se dos candidatos propostas mais claras para combater esse problema.

O texto ED-FP-01, de título “O que eu tenho a ver com isso?”, descreve o clima de intolerância e desrespeito ao próximo crescente no país, tendo se agravado

com as eleições. Associa-se a intolerância aos regimes totalitários e aos crimes de ódio praticados contra as minorias. Esse editorial tem uma particularidade em relação aos outros da amostra (desde o *corpus* expandido): ele é assinado pela editora-chefe da Folha de Pernambuco, Patrícia de Raposo.

O texto ED-FP-02, de título “Movidos pelo WhatsApp”, explica como esse aplicativo de mensagens tem-se tornado uma ferramenta essencial nas eleições de uma maneira geral. Relembra-se, inicialmente, o caso de Caixa 2 envolvendo o presidenciável da direita, que financiou disparos de mensagens falsas contra seu adversário via WhatsApp. Durante todo o texto, é feita uma reflexão sobre o papel das novas formas de comunicação na sociedade, relacionando-as sempre às eleições. Também esse editorial é assinado pela editora-chefe do jornal, Patrícia de Raposo.

O texto ED-JC-01, de título “Nordeste esquecido”, mostra que, na contramão do papel decisivo do Nordeste para as eleições, a região ainda é a que tem os menores investimentos, sendo, portanto, de um baixo potencial econômico. Propõe-se que os presidenciáveis tenham um olhar mais específico para o Nordeste, pensando na redução da pobreza e na ampliação das oportunidades de emprego. Os programas de governo dos dois candidatos são analisados com especial atenção às políticas voltadas a essa região.

O texto ED-JC-02, de título “O desafio do PT”, faz críticas ao Partido dos Trabalhadores, mostrando que as próprias políticas de gestão desenvolvidas por ele foram as responsáveis pelo amplo antipetismo em voga no país. Mostra-se como o partido vem se isolando e perdendo importantes aliados no pleito eleitoral e indica-se que ele deve seguir por caminhos diferentes, se quiser continuar tendo representatividade política.

Com a montagem do *corpus* restrito definida, realizamos a descrição das ocorrências e a análise, a partir de uma visão textual-interativa do léxico, nos casos em que o item lexical assumiu algum papel relevante na argumentatividade do texto, com o fim de mostrar a atuação do léxico na formulação da textualidade. Entendemos como ocorrência de um item lexical em um determinado texto “[...] uma instância de utilização desse elemento no *corpus* em questão” (POLGUÈRE, 2016, p. 133)[2]. Assim, cada vez em que a palavra ou expressão lexical aparecer no texto,

[2] Texto original: “[...] une instance d'utilisation de cet élément dans le corpus en question” (Tradução nossa).

vamos considerar isso como uma ocorrência específica de item lexical, cada uma portadora de aspectos distintos para a análise.

2.3 Procedimentos técnicos adotados

A partir de proposta de estudo da metodologia científica desenvolvida por Mascarenhas (2012, p. 51), chamamos de técnicas de pesquisa os "[...] procedimentos concretos que utilizamos durante um estudo científico [...]". Em toda pesquisa, há um conjunto de técnicas que, articuladamente organizadas, correspondem às etapas do processo investigativo. Nesta Tese, as técnicas empregadas, de maneira geral, foram a observação, a amostragem, a descrição, a comparação e a análise/ síntese.

A técnica de observação que empregamos inicialmente teve caráter *teórico*, com o levantamento de algumas pesquisas representativas na área de Lexicologia, para posterior coleta de evidências que nos ajudassem a formular um problema empírico de pesquisa. Nossa constatação inicial foi a ausência, pelo menos em nosso levantamento, como indicado na introdução, de um número consistente de pesquisas sobre o léxico a partir de uma visão que desse conta de seu funcionamento no texto e na interação verbal. O problema de pesquisa construído, então, tem relação com o desenvolvimento de um aparato teórico que auxilie na análise textual-interativa do léxico.

Seguindo os critérios de Diehl e Tatim (2006), nossa técnica de observação pode ser assim caracterizada: a) de acordo com os meios utilizados, realizamos uma observação *sistemática*, desenvolvida com planejamento e técnica, tendo em vista toda a organização prévia do estudo que realizamos antes mesmo da coleta inicial de dados, já que buscamos, de maneira direcionada, trabalhos acadêmicos que pudessem sustentar nossa proposta; b) de acordo com a participação do observador, este trabalho corresponde a uma observação *não participante*, uma vez que não há envolvimento direto do pesquisador na observação dos dados (esse envolvimento aparece apenas na interpretação qualitativa dos dados); c) de acordo com o número de observantes, trata-se, aqui, de uma pesquisa *individual*; e d) de acordo com o lugar onde é realizada, temos uma pesquisa *de campo*, já que é feita na vida real, em nosso caso, a partir da observação de uma prática sociointeracional recorrente no domínio jornalístico, da forma como ela normalmente acontece,

mesmo que a observação não ocorra no mesmo tempo da ocorrência inicial dos textos que vão compor a amostra.

Após a observação teórica inicial, buscamos investigar o funcionamento textual-interativo do léxico, em textos autênticos, com a finalidade de constatarmos recorrências de uso dos itens lexicais na argumentatividade do texto jornalístico. Reconhecemos, com Mascarenhas (2012, p. 53), que "[...] a opinião do observador sobre o objeto pode acabar influenciando sua descrição", de forma que as conclusões do processo metodológico de indução de ideias podem ser diferentes das de outras pesquisas semelhantes que já tenham sido realizadas. Em Linguística Textual, entretanto, esse caráter da observação é frequente, tendo em vista a própria natureza do objeto 'texto', que permite, inclusive, que o analista atue como um novo interlocutor da situação de comunicação, promovendo a produção de novos sentidos para o material linguístico em uso.

A segunda técnica empregada no desenvolvimento deste trabalho foi a *amostragem*, relativa ao levantamento e à coleta dos dados para compor o *corpus*. A partir da observação inicial do sistema lexical, precisávamos compor uma amostra que nos permitisse estudar mais sistematicamente o funcionamento do léxico e suas marcas no quadro da interação verbal. Dentro do universo do domínio jornalístico, nossa amostra partiu da escolha de quais gêneros textuais analisar, tendo optado pelo artigo de opinião e pelo editorial.

A escolha de um domínio discursivo para localizar os textos é importante metodologicamente. Na análise do léxico, como explica Marcuschi (2004, p. 272), "As categorizações e suas denominações linguísticas com algum item lexical podem ser variadas e nunca devem ser analisadas fora de seus contextos etnográficos, seus cenários, seus personagens e assim por diante". Dessa forma, apenas na observação de seu domínio discursivo, é possível compreender o funcionamento do sistema lexical revelado nos textos e os critérios revelados na seleção do vocabulário.

Nossa amostragem caracteriza-se por ser *probabilística* (MASCARENHAS, 2012), tendo em vista que a coleta obedeceu a regras predeterminadas. Nossa decisão foi pelo universo dos textos de comentário publicados no período do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o que já foi restringindo as possibilidades de coleta. Em seguida, especificamos o universo para os textos que tiveram esse acontecimento social como tema, já que, no período escolhido para

coleta, outros textos de comentário foram publicados sobre temas diversos. Como em toda amostragem probabilística, “[...] a população deve ser finita e totalmente acessível” (MASCARENHAS, 2012, p. 54), o que se aplica também ao nosso caso, tendo em vista que o universo de análise correspondia a um número determinado, fechado de textos.

Definido o universo dos dados, procedemos à escolha da amostra, que classificamos como *estratificada*. De acordo com Mascarenhas (2012, p. 54), nesse tipo de amostragem, “[...] o pesquisador separa os elementos da população em grupos (estratos). Depois, seleciona aleatoriamente participantes de cada estrato para a amostra”. Foi esse o procedimento que adotamos quando organizamos os elementos da população (em nosso caso, os textos) de acordo com o gênero textual e o jornal em que foram publicados. A composição final do *corpus* restrito obedeceu parcialmente a esse critério da aleatoriedade, tendo em vista que realizamos uma análise prévia e não estruturada para decidir que textos iriam compor a amostragem definitiva.

Definida a amostra, a terceira técnica de pesquisa empregada foi a *comparação*. De acordo com Mascarenhas (2012, p. 55):

> A comparação é uma técnica que aplicamos toda vez que queremos entender as semelhanças e as diferenças entre dois ou mais elementos. Porém, é preciso cumprir algumas exigências [...]. Primeiramente, é importante que os elementos compartilhem características gerais: homem e mulher, por exemplo, são da mesma espécie – têm características gerais semelhantes, mas apresentam características específicas diferentes. Podemos, por exemplo, comparar a formação físico-química de um homem com a de uma mulher para entender como seu organismo difere.
> Por outro lado, devemos lembrar que, em outros estudos, nem sempre se pode comparar qualquer homem com qualquer mulher.

O exemplo trazido pelo autor nos ajuda a explicar como a comparação dos elementos da amostragem precisa ser estruturada e seguir critérios (que serão retomados no momento da análise). A comparação, então, corresponde à estruturação e à organização da amostra para fins de análise.

Em nosso caso, a amostra foi organizada pelo gênero textual (artigo de opinião ou editorial) e pelo veículo impresso de comunicação em que os textos foram publicados (*Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* ou *Jornal do Commercio*). A existência desses critérios facilitou a exploração das categorias de

análise para estudo dos textos, tendo em vista que tais critérios já serviram de norte para nos mostrar alguns padrões textuais ou formas de organização do conteúdo recorrentes.

Ainda na técnica de comparação, havíamos optado, inicialmente, por organizar nossas análises em três blocos relativos às classes de palavras que elegemos para compor as ocorrências na amostra: o substantivo, o adjetivo e o verbo. Escolhemos essas classes por entendermos que elas são essenciais na estruturação e composição dos textos, justamente por terem suas propriedades constitutivas mais próximas do sistema lexical, aquele que mais bem consegue fazer a ligação entre o texto e os elementos do mundo extralinguístico, a partir dos processos de predicação, modificação e referenciação. Para fins de organização da análise, entretanto, essa divisão não se mostrou pertinente, uma vez que, na dinâmica textual, a utilização dessas classes ocorre de maneira integrada, nas redes referencial e predicativa do texto. As análises prévias mostraram, assim, que esse critério de comparação não seria eficaz para nossa pesquisa, motivo pelo qual optamos por não mais utilizá-lo.

A quarta técnica empregada na pesquisa, na verdade, corresponde a um conjunto estruturado de técnicas rotuladas genericamente de *análise e síntese*. Mascarenhas (2012) mostra que essas duas grandes técnicas foram pensadas, originariamente, na filosofia empirista do francês René Descartes e podem ser assim definidas:

> [...] a análise busca dividir um todo complexo em partes mais simples. A síntese, por sua vez, tem o objetivo de reconstruir esse todo. Trocando em miúdos, a análise vai do mais difícil para o mais simples, ao passo que a síntese vai do mais simples para o mais difícil (MASCARENHAS, 2012, p. 55).

Nesta pesquisa, então, a análise, que não foi exaustiva, ou seja, não pretendeu dar conta de toda e qualquer ocorrência encontrada no *corpus*, corresponde às interpretações que realizamos da amostra a partir dos fatores interacionais estabelecidos, com foco na orientação argumentativa. A síntese corresponde à discussão geral dos dados, que aproveita os elementos da análise para chegar a considerações gerais sobre o papel do léxico na construção da textualidade, no quadro da interação. Acreditamos que as categorias utilizadas na

análise podem nos ajudar a entender como se constitui o processo de interação verbal percebido no sistema lexical por meio dos fatores de textualidade e dos indícios de argumentatividade.

A análise e a síntese propostas são *experimentais*, tendo em vista que são elaboradas a partir de fatos concretos, um fato linguístico, neste caso (o léxico no texto). Com relação ao objeto de análise, trata-se de um objeto *não material*, que "[...] é concreto, mas é apenas mentalmente desmontado e reconstituído" (MASCARENHAS, 2012, p. 56). Isso significa dizer que os recortes e as seleções que fazemos na amostra são mentais, não desconstroem fisicamente os textos, que continuam intactos em seu local de origem, e são apenas reproduzidos na coleta dos dados.

Na análise dos dados, a principal técnica adotada foi o *comentário de texto*, assim definido: "[...] método utilizado para explicar uma questão, um fato ou uma ideia com base na análise de um documento" (MASCARENHAS, 2012, p. 80). Como nossa amostra é *documental*, a aplicação da técnica de comentário é essencial para explicarmos como funciona a dinâmica do léxico nos textos do domínio jornalístico. O comentário consiste em destacar, explicar, a partir das categorias preestabelecidas em análise prévia, a atuação do léxico na interação verbal, especificamente na constituição da argumentatividade. Essas categorias dizem respeito aos itens lexicais em funcionamento na interação verbal a partir dos quais queremos estudar fatores interacionais, como a construção temática e a orientação argumentativa.

Diehl e Tatim (2006) indicam quatro etapas para o processo de organização e análise de dados, que vão desde a averiguação da pertinência da amostra até a verificação da representatividade empírica e teórica das análises feitas. Os autores assim denominam as etapas: seleção, classificação, codificação e representação.

A etapa da *seleção* diz respeito à verificação cuidadosa dos dados para detectar possíveis problemas na sua montagem. Nesta Tese, a seleção da amostra seguiu critérios os mais exatos possíveis, buscando a representatividade dos textos escolhidos para o estudo do sistema lexical. A etapa da *classificação* diz respeito ao estabelecimento de categorias. No nosso caso, trabalhamos com categorias qualitativas, centradas nas propriedades constitutivas dos itens lexicais, como já indicamos. Mascarenhas (2012) explica que cada dado deve corresponder a uma categoria, o que, no nosso caso, significa dizer que cada ocorrência será identificada

por meio da classe de palavra a que pertence. A etapa da *codificação* está relacionada aos nomes que demos às categorias e aos códigos atribuídos a cada texto da amostra para facilitar a visualização. A *representação* da análise, última etapa, foi elaborada em forma de comentários sobre o material, tendo em vista a natureza qualitativa do trabalho.

Paralelamente à definição e à análise e síntese da amostra, uma técnica científica empregada foi a *descrição dos procedimentos*, que diz respeito ao registro de todas as etapas de investigação, desde a coleta até a síntese. Essa técnica, de acordo com Mascarenhas (2012), permite que a pesquisa seja adequadamente documentada para que outros pesquisadores tenham acesso a ela, e o conhecimento seja, então, partilhado, multiplicado, corroborado e/ou replicado. Também é o registro das etapas da pesquisa que permite sua caracterização, como vamos proceder na subseção seguinte.

2.4 Caracterização metodológica da pesquisa

Metodologicamente, nossa pesquisa tem diversos traços que possibilitam múltiplas caracterizações. Seguiremos, aqui, as propostas trazidas em Diehl e Tatim (2006) e Mascarenhas (2012), que classificam os métodos e técnicas de pesquisa de acordo com: as bases lógicas de investigação, a abordagem do problema, o objetivo geral, o propósito de pesquisa e o procedimento técnico adotado. Também vamos apresentar alguns aspectos de classificação propostos por Paiva (2019), em aparato voltado especificamente para a pesquisa em linguística.

Segundo as bases lógicas de investigação, esta pesquisa tem caráter predominantemente *dedutivo*, já que ela utiliza conceitos preestabelecidos para uma formulação de conclusão, “[...] parte de um conhecimento geral para entender algo específico” (MASCARENHAS, 2012, p. 43). Nosso percurso metodológico considerou a análise de 12 (doze) textos de comentário a partir de categorias linguísticas já existentes, os itens lexicais. Partimos, então, de algo já conhecido como nossas premissas de pesquisa para chegar a novas conclusões. Como indica Mattar (2017, p. 54), a “[...] conclusão, apesar de resultante das premissas, deve acrescentar algo novo a elas”, ou seja, os resultados que encontramos, a partir da aplicação de determinados postulados teóricos, ajudaram-nos a modificar esses próprios postulados. Em nosso caso, aplicamos esse aparato pré-formulado nos

estudos da interação verbal para entender o funcionamento do léxico no domínio jornalístico. Os resultados de pesquisa confirmaram esses postulados, ao mesmo tempo em que lhes acrescentaram novas informações, como o entendimento de que os itens lexicais favorecem a compreensão de pontos de vista mais implícitos nos textos.

Segundo a abordagem do problema, nosso estudo assume uma perspectiva eminentemente *qualitativa* e *interpretativa*. De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010, p. 113), esse tipo de pesquisa, dentre outros aspectos, é caracterizado quando "[...] uma relação é postulada e então testada em comparação com a realidade [...]". Aqui, propomos fundamentos teóricos que embasem uma análise textual-interativa do léxico, e pretendemos testar a pertinência desse aparato teórico-metodológico para a análise de práticas sociointeracionais no domínio jornalístico. Outro aspecto da pesquisa qualitativa apontado pelas autoras é que "[...] a generalização dos resultados a outros contextos e/ou sujeitos é possível [...]", um enquadre possibilitado pelos objetivos de nossa pesquisa, relativos a uma proposta ampla de análise do léxico possivelmente aplicável a outros domínios discursivos e/ou gêneros textuais.

Diehl e Tatim (2006, p. 52) indicam, também, que, na pesquisa qualitativa, "[...] a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles [...]". Nossa proposta, então, foi a de observar o funcionamento dos itens lexicais nos textos de comentário já enquanto catalogávamos e organizávamos os *corpora* expandido e restrito. Essa análise prévia, inclusive, auxiliou-nos nos processos tanto de escolha dos textos quanto de definição das categorias com as quais pretendemos caracterizar e comparar as funções textual--interativas do sistema lexical no domínio jornalístico.

Segundo nosso objetivo geral, esta pesquisa é considerada *descritiva*. Isso é possível de se perceber, inicialmente, no fato de precisarmos descrever a configuração de nossos dados para proceder à análise interpretativa. Para Mascarenhas (2012, p. 47), a pesquisa descritiva "[...] objetiva descrever as características de uma população ou um fenômeno, além de verificar se há relação entre as variáveis analisadas [...]". O fenômeno que descrevemos aqui é linguístico: funcionamento textual do sistema lexical, na interação verbal. Estabelecemos, para isso, relações com variáveis relativas ao quadro interacional no campo do domínio jornalístico.

Segundo o propósito assumido, desenvolvemos uma pesquisa de *avaliação de resultados* vinculada à grande área da Linguística Teórica. Para Mascarenhas (2012), a avaliação de resultados permite atribuirmos valor a algum objeto investigativo (neste caso, o sistema lexical) a partir da escolha de critérios de análise. Esses critérios correspondem às categorias levantadas, advindas do próprio sistema lexical. Nosso campo de investigação são os textos do domínio jornalístico, a partir dos quais verificamos a pertinência de um aparato teórico. Desenvolvemos, pois, uma pesquisa com objetivos futuros de possibilitar outras análises da mesma natureza.

Por fim, segundo o procedimento adotado, esta Tese assinala uma pesquisa com duplo campo de investigação. No nosso primeiro problema de pesquisa, de caráter mais teórico, apresentamos um trabalho de natureza *bibliográfica*, tendo em vista que construímos um aparato teórico a partir de postulados de teorias já existentes. Como indicam Marconi e Lakatos (2010, p. 166), "[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". No nosso caso, ressignificamos postulados teóricos da Linguística Textual para aplicar na análise do sistema lexical em uso num determinado domínio discursivo.

Em nosso segundo problema de pesquisa, mais empírico, o trabalho é de natureza *documental*. Marconi e Lakatos (2010) assim caracterizam essa técnica de pesquisa:

> A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta dos dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157).

Em nosso caso, as fontes primárias são os textos jornalísticos que compõem o *corpus*, analisados posteriormente a sua publicação. Essa caracterização como fonte primária é evidenciada pelo fato de que o próprio pesquisador realizou a catalogação dos dados (PAIVA, 2019). A respeito da pesquisa documental, Fachin (2017, p. 138) ressalta que "[...] a coleta é o registro dos dados, que deve seguir métodos e técnicas específicos para cada objetivo de estudo documental, pois a sua

classificação não constitui, por si só, uma pesquisa". Para atingir tal aspecto, nossa pesquisa não se limita à simples identificação de substantivos, adjetivos e verbos empregados nos textos. Interessa-nos saber, sobretudo, como o emprego desses itens lexicais concorre para a produção de sentidos na perspectiva da interação verbal.

2.5 Categorias de análise

As categorias por nós adotadas, como mostramos, correspondem aos itens lexicais (substantivos, adjetivos e verbos) entendidos na construção da argumentatividade, dentro do quadro da interação verbal, para análise do funcionamento do léxico nos textos. Elas estão ligadas a fatores determinantes para a dinâmica do sistema lexical e do próprio texto. A identificação dos dados relativos a cada uma das categorias foi realizada por meio da descrição dos itens lexicais em uso no processamento textual. Nossa análise procurou relações entre esses itens e a compreensão mais geral da dinâmica interacional no domínio jornalístico, aspecto revelador de muitos elementos necessários à interpretação efetiva dos textos e de sua construção da argumentatividade.

As categorias de análise são variáveis que utilizamos para organizar a pesquisa e orientar a interpretação dos dados. Metodologicamente, uma *variável* é assim definida:

> [...] uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. Os valores que são adicionados ao conceito operacional, para transformá-lo em variável, podem ser quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc., que se alteram em cada caso particular e são totalmente abrangentes e mutuamente exclusivos. Por sua vez, o conceito operacional pode ser um objeto, processo, agente, fenômeno, problema etc. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 121).

As variáveis de nossa pesquisa correspondem, pois, a conceitos operacionais previamente fornecidos pelos estudos linguísticos: a organização das palavras em classes cujos funcionamentos são tomados, aqui, dentro da interação verbal, quadro mais amplo no qual se situam as práticas de linguagem aqui estudadas: os textos do

domínio jornalístico e sua construção da argumentatividade por meio dos itens lexicais. Nossas categorias, então, são de natureza *linguística* por advirem do próprio sistema lexical. As relações de textualidade (e argumentatividade) por elas estabelecidas são os valores atribuídos às variáveis.

Fachin (2017) propõe um sistema de classificação das variáveis de um estudo científico. Segundo a autora, há 3 (três) possibilidades de classificação de variáveis, segundo o gênero, a espécie ou as categorias. Verifiquemos como nossa pesquisa enquadra as variáveis nesses três casos.

Segundo o gênero, nossas categorias de análise são *variáveis contínuas*, caracterizadas pela possibilidade de gradação numérica e de uma ordenação sequencial. A natureza linguística das categorias explica essa possibilidade pelo fato de serem categorias discretas.

Segundo a espécie, nossas categorias de análise correspondem a *variáveis independentes*. Esse tipo de variável pode ser definido como

> [...] aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 122).

As categorias levantadas para a análise são justamente os recursos linguísticos que revelam a argumentatividade no texto jornalístico (e em qualquer outra interação verbal, provavelmente). Configuram-se, pois, por meio das causas do fenômeno estudado, que serão utilizadas para a interpretação de seu funcionamento.

Segundo o critério das categorias, nosso trabalho apresenta *variáveis qualitativas*, um tipo de variável que “[...] é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente” (FACHIN, 2017, p. 75). A natureza descritiva da análise dos dados explica essa classificação das categorias de análise.

Ainda, nossas categorias linguísticas serão identificadas não só pela classificação previamente orientada (substantivos, adjetivos e verbos). Para análise, vamos selecionar apenas os itens lexicais que forneçam dados sobre algum dos

fatores de interação selecionados, a saber: (a) a construção dos eixos temáticos; (b) a orientação argumentativa, principal aspecto abordado; e, em última instância, (c) o domínio discursivo (e o gênero textual).

Com relação à identificação da temática abordada nos textos, buscamos as palavras que estão relacionadas ao tema selecionado na pesquisa: as eleições presidenciais de 2018. Para isso, identificamos os eixos temáticos trabalhados no texto: o processo eleitoral em si ou os candidatos e partidos. A partir da identificação dos itens lexicais responsáveis pela manutenção temática, podemos verificar como esse acontecimento social (as eleições) foi estabelecido textualmente no *corpus* e que possibilidades de representação foram permitidas pelo processamento textual. A seleção vocabular, nesse caso, demonstrou como os textos representaram o evento das eleições e como isso contribuiu para a provável percepção dos leitores a respeito dos candidatos e dos posicionamentos tomados pelos veículos de informação, o que nos levou ao entendimento da orientação argumentativa.

A respeito da orientação argumentativa, estabelecemos alguns eixos e possibilidades de pontos de vista demonstrados no texto. Em resumo, encontramos textos que pretendiam mostrar uma suposta neutralidade, mantendo o foco no processo eleitoral em si, ou textos que se posicionaram explicitamente a favor de um dos polos políticos representados pelos dois candidatos presidenciáveis no segundo turno. A construção desses pontos de vista, para nós, foi muito marcada no léxico, e a verificação de quais itens lexicais foram mais representativos em cada orientação argumentativa trouxe importantes indícios da percepção dos jornais sobre os fatos sociais. Para identificação dessa orientação argumentativa, elencamos os principais itens lexicais que foram empregados para se referir aos dois candidatos presidenciáveis e a seus universos políticos. A partir da interpretação da escolha dessas palavras, pudemos compreender como se orientou o ponto de vista expresso nos textos.

A construção de nossas categorias analíticas atendeu a alguns critérios levantados por Fachin (2017) a respeito da pertinência e da relevância de uma variável de pesquisa para trabalhos de investigação. Segundo a autora, a elaboração de uma categoria deve pensar em sua viabilidade metodológica, observando-se as características de homogeneidade, inclusividade, utilidade e mútua exclusividade.

Levamos em consideração que a *homogeneidade*, segundo Fachin (2017, p. 77), “[...] é a propriedade de todas as categorias a serem agrupadas em uma relação lógica com a variável em questão e também entre si”. No nosso caso, todas as nossas categorias correspondem a espécies de itens lexicais que concorrem para o estabelecimento interacional do processamento textual. Em relação à *inclusividade*, “[...] o conjunto total de categorias que permite todas as possíveis variações” (FACHIN, 2017, p. 77), as categorias escolhidas, por sua natureza linguística, permitem seu desdobramento em diversos outros subtipos de categoria, com aspectos a partir dos quais se podem revelar múltiplas possibilidades de significação. A terceira característica de uma categorização consistente é a *utilidade*, que, segundo Fachin (2017, p. 78), “[...] diz respeito ao fato de que cada categoria serve a um fim e está relacionada a uma dimensão significativa em uma pesquisa”. A finalidade de nossas categorias é verificar como os fatores da interação verbal contribuem para a construção da argumentatividade no texto jornalístico por meio desses itens lexicais. Por fim, no que atende à *mútua exclusividade*, cada categoria representa uma dimensão específica do léxico, o que justifica sua subdivisão em substantivos, adjetivos e verbos. Embora se possam estabelecer relações entre elas, seu funcionamento, para a análise, continua independente.

3 O TRATAMENTO DO LÉXICO NA LINGUÍSTICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, CONCEPÇÕES E DIMENSÕES NA LÍNGUA

Partindo de noções mais básicas de léxico em direção a outras, mais complexas, esta seção da Tese discute, de maneira mais aprofundada, o sistema lexical da língua portuguesa, indicando perspectivas desenvolvidas na Linguística para o estudo dos itens lexicais, até chegar à construção de uma perspectiva textual-interativa, a partir de postulados da Linguística Textual que propomos aplicar aos estudos da Lexicologia, a fim de entender o funcionamento do léxico no texto, estudado no quadro da interação verbal.

Para ampliar os conceitos expostos até então, inicialmente, na subseção 3.1, nossa discussão está organizada no levantamento de definições mais gerais para o termo ‘léxico’, partindo de noções mais próprias do senso comum, até entender um olhar mais científico a respeito do sistema lexical da língua.

Logo depois, na subseção 3.2, faremos, como já indicado, uma revisão histórica a respeito das principais perspectivas de estudo do léxico no âmbito dos estudos da linguagem. Partimos desde as noções trabalhadas na Antiguidade, bem antes da instituição da Linguística enquanto ciência moderna, passando por todos os períodos históricos, até o entendimento das visões do Estruturalismo, do Gerativismo e dos Funcionalismos. Em cada um desses momentos dos estudos da linguagem, identificamos algumas concepções de léxico que são abandonadas e outras que voltam a ser empregadas, ainda que a partir do foco em aspectos distintos. Em outras palavras: as mudanças teóricas na noção de léxico acompanharam a instituição de diferentes correntes de estudo da língua, na história da Linguística.

Após esse retrospecto histórico das noções de léxico nos estudos da linguagem, indicaremos, na subseção 3.3, um cotejo das grandes concepções do léxico identificadas por nós nas teorias linguísticas, em proposições teóricas distintas, mas que se encontram com frequência até hoje nas publicações da Lexicologia. Em 3.3.1, nosso foco será explicar a concepção estrutural de léxico, que o entende apenas sob o ponto de vista da forma linguística. Em 3.3.2, vamos explicar as concepções cognitivas de léxico, desde uma cognição mais formal até a sociocognição, que já introduz uma visão interacional da linguagem no entendimento

do sistema lexical. Em 3.3.3, a ênfase recai para a interação verbal, desta vez percebida no funcionamento dos fatores de textualidade, examinando, pois, o léxico a partir das relações textuais que ele estabelece, o que denominamos, nesta Tese, de concepção textual-interativa de léxico.

Em seguida, aprofundando essa visão textual-interativa do léxico, explanamos, na subseção 3.4, relações que o sistema lexical estabelece com elementos de dentro e de fora do sistema linguístico, como a própria gramática e a variação linguística, ou os gêneros textuais, a cultura e a sociedade. Em 3.4.1, fazemos comparações sobre o funcionamento linguístico do sistema lexical e do sistema gramatical, indicando aproximações e afastamentos dessas noções nos estudos da linguagem. Em 3.4.2, traçamos associações do sistema lexical com a cultura (dimensão social) e a ideologia (dimensão discursiva), mostrando que essas relações são percebidas na língua principalmente na esfera da variação linguística. Em 3.4.3, damos relevo, mais uma vez, à dimensão textual do sistema lexical, explicando relações entre léxico, gêneros textuais e domínios discursivos, com especial atenção ao texto jornalístico.

Por fim, na subseção 3.5, apresentamos uma síntese de todas as discussões desenvolvidas na seção como um todo, a fim de sistematizar o construto teórico aqui proposto. Com isso, apresentamos nossa proposta teórica para trabalhar o léxico a partir dos fatores de textualidade na interação verbal, o que será mais explicitamente detalhado na seção seguinte.

3.1 Reflexões gerais sobre a noção de léxico

Para dar início às discussões teóricas sobre o léxico, procuramos entender como ele pode ser conceituado. Partindo de visões mais genéricas, buscamos, em algumas obras e *sites* de referência, o verbete ‘léxico’. Primeiramente, vejamos o verbete do dicionário *Houaiss*:

> \cs\ *s.m.* (1836) **1** dicionário de línguas clássicas antigas **2** *p.ext.* m.q. ***dicionário*** **3** ling repertório de palavras existentes numa determinada língua **3.1** ling vocabulário; glossário <*o l. dos juristas*> <*o l. de Guimarães Rosa*> □ *adj.* **4** relativo a vocabulário; lexical □ etim gr. *leksikós,ê,ón* 'que diz respeito às palavras' □ sin/var como subst.: léxicon (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.1174)

A primeira e a segunda acepções trazidas para a palavra são mais voltadas à lexicografia, tratando o léxico como sinônimo de dicionário. Fixemo-nos, aqui, na terceira acepção, ligada à área da Linguística, que identifica o léxico como o "repertório de palavras existentes numa determinada língua". Essa é a definição mais geral para o termo e sugere o entendimento de que o léxico é uma espécie de lista, que corresponderia ao repertório a que todo usuário do idioma teria acesso, a depender de sua familiaridade com o uso de cada uma dessas palavras, nas variadas situações de interação verbal.

É preciso termos atenção, antes de tudo, para o significado que se atribui à expressão 'lista' quando ela é usada para conceituar o léxico. No senso comum, entender o léxico enquanto uma lista de palavras equivale à noção de "lista cartorial" criticada por Marcuschi (2004). Ou seja: é o entendimento de que, somando-se todas as palavras do idioma, como uma espécie de inventário matemático, teríamos acesso ao léxico de uma língua, como se não houvesse necessidade de levar em consideração, primordialmente, a rede de relações que se estabelece entre essas palavras. É a essa noção que nos referimos quando citamos uma perspectiva mais estrutural de léxico como lista, diferente da que abordaremos mais adiante.

A partir dessas observações, podemos começar a refletir a respeito da validade da definição encontrada na terceira acepção de Houaiss e Villar (2009). Posto dessa maneira, o conceito de léxico parece ser demasiadamente simplificado, sem levar em consideração a própria dinâmica de mudanças características de qualquer idioma nem (minimamente) sua composição estrutural. Villalva e Silvestre (2014, p.20), por exemplo, explicam que "[...] o léxico é um repositório das unidades lexicais de uma língua, mas [acrescentam que] nenhuma das partes dessa afirmação [sobre o conceito de léxico] é incontroversa". Em outras palavras, o léxico não pode ser reconhecido unicamente como uma lista, tendo em vista a dinâmica de suas múltiplas funcionalidades na composição de textos e da própria linguagem, o que denominamos aqui de dinâmica lexical.

No verbete do Glossário CEALE, encontramos outras definições mais específicas para o léxico, levando em conta uma complexidade maior de sua natureza:

> O conjunto das palavras e expressões de uma língua é denominado léxico. A noção de léxico é abstrata, visto que não se consegue

> saber exatamente qual é o total de palavras em uso. Como a língua está em constante mudança, ora surgem palavras novas, ora palavras caem em desuso. Logo, nem mesmo os dicionários padrão, por maiores que sejam, conseguem registrar essa dinâmica lexical.
> Nas práticas discursivas diárias, os falantes fazem uso de apenas uma parte do léxico, ou seja, de um subconjunto desse total de palavras, denominado vocabulário (ou repertório lexical). Assim, vocabulário é o conjunto de palavras (ou vocábulos) e expressões efetivamente utilizados, seja por uma pessoa em textos orais ou escritos, seja por um grupo de pessoas de uma determinada faixa etária, de uma certa região ou de uma época específica. Pode-se falar, por exemplo, no vocabulário infantil, no vocabulário da região Norte, no vocabulário de Guimarães Rosa, ou no vocabulário empregado em um poema, uma lenda, uma receita, uma propaganda etc. (CARVALHO, 2014, p. 189)

O primeiro elemento que podemos destacar nessa definição é que o léxico passa a ser entendido como uma noção mais abstrata e, por isso, mais complexa. Como já ponderamos, não podemos compreendê-lo como uma simples lista de palavras, uma vez que cada falante assume, em relação a essa lista, usos diferenciados, definidos nas relações sociais estabelecidas na interação verbal. Essas considerações nos levam a postular a necessidade de uma concepção de léxico que inclua, a partir de uma noção mais ampla de interação, aspectos cognitivos, sociais e discursivos, como estabelece a visão que vamos propor neste trabalho.

Proveniente dessas informações e da ideia estrutural de léxico como lista, outro aspecto que consideramos essencial para o entendimento da dinâmica lexical é o fato de que “[...] não se consegue saber exatamente qual é o total de palavras em uso” (CARVALHO, 2014, p. 189). Em qualquer que seja a concepção de léxico assumida por um estudo, é unânime o reconhecimento de que não dá para calcular, definir com exatidão as palavras de uma língua. Essa noção acompanha todas as teorias lexicais até hoje, representando um problema de natureza metodológica: o léxico é um objeto de investigação indefinido, na ótica de sua extensão numérica, e estudá-lo é um desafio na medida em que não há uma lista prévia de elementos a se explorar, como é o caso de áreas como a Fonologia ou a Sintaxe. O sistema lexical é o mais abstrato de todos os sistemas linguísticos (BIDERMAN, 2001[1978]), porque constitui um sistema aberto, em constante renovação, diferentemente dos demais. É o sistema lexical responsável pelas modificações mais velozes que ocorrem na língua.

O segundo elemento a que damos destaque no verbete do CEALE é a clássica distinção estabelecida entre léxico e vocabulário, proveniente mesmo desse caráter abstrato do léxico que acabamos de citar. Em relação às práticas interacionais, entendidas por nós como os usos efetivos dos textos na sociedade, a autora traz a noção de vocabulário, conceituado como um subconjunto do léxico em efetivo uso. Ela indica, pois, a existência de duas dimensões no sistema lexical da língua: o léxico propriamente dito, sistema linguístico mais geral, indefinível em sua totalidade, e o vocabulário, correspondente ao repertório lexical utilizado por um indivíduo ou comunidade linguística, esse possível de se estabelecer com mais (embora não total) exatidão.

Bezerra (2004) também aborda, seguindo perspectiva semelhante, uma distinção entre léxico e vocabulário. Ela indica que essa diferenciação é uma convenção terminológica estabelecida na história dos estudos linguísticos. Acreditamos que isso se estabeleceu metodologicamente como uma forma de resolver o problema da indefinitude do léxico como objeto de pesquisa. Tal como explorado pelo glossário do CEALE, para Bezerra (2014), a definição de léxico pode ser resumida como o conjunto de todas as palavras de uma língua. O vocabulário seria um subconjunto do léxico posto em uso efetivo por algum grupo específico de usuários em situações reais de interação, possibilitando-se que falemos do vocabulário (e não do léxico) de um texto, de um profissional, de uma área técnica ou de um grupo social.

Essa distinção tem consequências metodológicas difíceis de explicar quando tratamos do léxico enquanto sistema da língua a partir de situações concretas de uso, o que *a priori* estaria na dimensão do vocabulário. Defendemos que, mesmo na análise de textos específicos, podemos identificar padrões de uso mais gerais, que ajudem a explicar a dimensão lexical da língua, sobretudo porque entendemos o léxico em uma noção sociointeracional de linguagem. A própria noção de vocabulário não exclui a noção de léxico, entendido como um conjunto maior que abarca todas as possibilidades de vocabulário em uso. Por isso, nosso objeto de análise, neste trabalho, continua sendo o léxico, uma vez que buscamos entender a dinâmica lexical da língua como um todo, e não de parte dela, mesmo que nossa investigação faça isso a partir de um domínio discursivo específico, o jornalístico, e busque principalmente compreender o funcionamento lexical a partir dos textos desse domínio.

Terminologicamente, adotamos a noção estabelecida por Bezerra (2004): enquanto a unidade de análise do léxico é o item lexical (ou, mais amplamente, a expressão lexical), a do vocabulário é o vocábulo (conceito, inclusive, mais ligado à morfologia estrutural). Utilizaremos, pois, os termos ‘item lexical’ e ‘expressão lexical’ como nosso objeto de exploração. Nesse contexto, a palavra seria o termo genérico, ambíguo, usado indistintamente para identificar essas duas dimensões (léxico e vocabulário). Biderman (2001[1978]) esclarece que essa noção de palavra sempre foi problemática, desde os gregos, justamente por ser um conceito pré-científico, intuitivo. A adoção do termo ‘item lexical’ (ou expressão lexical, para casos de expressões maiores com um funcionamento unitário de sentido) como objeto de análise favorece a resolução desse problema.

Ainda no verbete do Glossário CEALE, mais um aspecto sobre a dimensão do léxico merece atenção:

> Situações de comunicação vivenciadas pelos falantes, como as relações familiares e sociais, as experiências escolares e profissionais, permitem uma constante ampliação do repertório lexical. Em cada contexto comunicativo, o falante expressa sentidos e constrói discursos ao mesmo tempo em que compreende e assimila novos itens lexicais (isto é, novas palavras). Assim como o léxico de uma língua é revelador de uma cultura, de uma visão de mundo, o vocabulário de um falante é revelador de suas vivências. Quanto mais experiências diversificadas tiver, mais amplo será seu repertório lexical (CARVALHO, 2014, p. 190).

Essas observações estão ligadas à dinâmica de ampliação do léxico, que ocorre no dia a dia dos usuários do idioma. Como já destacamos, ele é um sistema linguístico que não se pode medir em exatidão pelo fato de estar sempre em expansão. A explicação para essa natureza plástica do léxico está em sua relação com a experiência social do usuário do idioma. É nas interações em sociedade que se adquire o léxico; como essas interações são amplas e irrestritas, também o léxico passa a ser amplo e irrestrito. São essas interações, ainda, que definem os contextos em que devemos empregar um ou outro item lexical, o que também prova que é na interação verbal que os sentidos do léxico são definidos.

A partir desses postulados, começamos a formular a noção de léxico com a qual trabalharemos, centrada primordialmente em seu papel na construção da textualidade. Em primeira instância, essa definição se afasta de uma visão

unicamente estrutural do sistema lexical, que centraliza suas discussões mais especificamente na distinção entre lexemas e gramemas e nas suas funções nos processos de formação de palavras (BIDERMAN, 2001 [1978]). Embora também acreditemos nessa distinção entre unidades do léxico e da gramática, para nós, ela mostra apenas uma especificidade do léxico, e não toda a sua dimensão no funcionamento da língua. Essas observações também são trazidas no verbete 'léxico' encontrado em Trask (2011, p.155):

> O vocabulário de uma língua. Todo falante de uma língua possui um determinado vocabulário, que compreende seu ***vocabulário ativo***, ou seja, as palavras que dele faz uso, e seu ***vocabulário passivo***, ou seja, as palavras que ele compreende, mas normalmente não usa. Em linguística, porém, geralmente não se fala do vocabulário de uma determinada língua, e sim de seu ***léxico***, o inventário total de palavras disponíveis aos falantes.
> É muito comum que o léxico não seja entendido apenas como uma longa lista de palavras. ao contrário concebemos o léxico como um conjunto de recursos lexicais, que incluem os morfemas da língua e mais os processos disponíveis na língua para construir palavras com esses recursos. [...] (grifos do autor).

A definição do autor converge com nossa concepção por não entender o léxico apenas como uma lista de palavras, mas, sim, como algo mais complexo de perceber. Analisando os conceitos encontrados no verbete, podemos inferir por que uma definição mais precisa de léxico dificilmente é encontrada, uma vez que essa complexidade sempre vai levar esse conceito a ter relações com outros, como os de vocábulo, vocabulário, palavra ou neologismo, alguns encontrados nas explicações desse verbete. Até mesmo esses conceitos correlatos também mudam de acordo com a concepção adotada, se mais formalista ou funcionalista.

O foco nessas relações entre a noção de léxico e outros conceitos na área da Lexicologia acaba por dificultar o entendimento da complexidade lexical, pelo fato de que é no léxico que se encontram expressões, revelações e manifestações da contextualização. Trask (2011), apesar de reconhecer essa complexidade, aponta para uma complexidade mais estrutural, no sentido de que destaca apenas as possibilidades de formação de novas palavras a partir dos recursos gramaticais disponíveis na língua. Não há referência a um aspecto mais amplo: a complexidade sociointeracional do léxico, percebida, a partir da análise de interações verbais, nas relações entre os itens lexicais e o mundo extralinguístico, aspectos que

denominados de elementos da interação, como o contexto, o tema de um texto ou os elementos ideológicos revelados por seu autor.

As noções trazidas por Carvalho (2014), no verbete do CEALE, aduzem à dimensão interativa do sistema lexical de uma língua, o que corresponde à nossa visão de léxico. Buscaremos, pois, trabalhar com uma noção sociointeracional de léxico, um sistema da língua "ligado centralmente aos processos de produção de sentido e às demais atividades linguísticas relacionadas à propriedade sistêmica da língua" (MARCUSCHI, 2003a, p.3). Como componente do processo de produção de sentidos na língua, o sistema lexical assume um papel indispensável para a textualidade.

3.2 Perspectivas de análise do léxico nos estudos da linguagem

No decurso dos estudos linguísticos, várias foram as perspectivas sob as quais o léxico foi estudado e analisado, acompanhando a diversidade de teorias linguísticas surgidas desde a Antiguidade até hoje. Estudar a evolução dos estudos lexicais, pois, é também estudar a história das ideias linguísticas, que possibilitaram olhares muitas vezes semelhantes, outras vezes inconciliáveis para o trabalho com a palavra, em sentido amplo.

Refletindo a respeito de todas as teorias que reservaram atenção para o sistema lexical, podemos postular três grandes olhares epistemológicos desenvolvidos. A principal postura dos pesquisadores para o léxico foi a histórico--filológica, uma vez que a maior parte dos estudos sobre o léxico se concentrou em entender a origem das palavras das línguas em seus percursos históricos, principalmente no século XIX, época da Linguística Comparada. O predomínio, no Brasil, durante muito tempo, dos estudos filológicos fez ser essa visão a mais recorrente em boa parte de nossa história das ideias linguísticas.

Uma segunda postura adotada é a mais antiga: o olhar filosófico para o léxico, surgido já com os gregos, na Antiguidade. Nessa visão, buscam-se entender os sentidos e valores do léxico a partir da investigação da relação entre palavra e realidade. Também os estudos cognitivos sobre léxico e pensamento se encaixam nesse contexto epistemológico.

A terceira postura, mais adotada na atualidade, é o olhar linguístico propriamente dito, que abarca desde estudos a respeito da estruturação de itens

lexicais, passando por seus processos de formação, até a investigação dos usos linguísticos de determinadas classes de palavras em contextos diversos. Neste trabalho, centramo-nos nessa perspectiva, embora com um enfoque diferente do que foi desenvolvido pela maior parte dos estudos em Lexicologia no Brasil até hoje, tendo em vista que o foco, nessa visão, é entender o funcionamento sociointeracional do léxico na construção da textualidade, sobretudo na dimensão da argumentatividade.

Após essa visão geral sobre as principais epistemologias empregadas nos estudos lexicais, passemos a uma retrospectiva desses estudos no âmbito da Linguística, desde os primeiros teóricos, antes mesmo do caráter científico dos estudos da linguagem, até os dias de hoje. Desenvolveremos esse retrospectivo sobretudo a partir do roteiro que encontramos em Bezerra (2004) e de alguns pontos esclarecidos em Rey (1980)[1970] e Abbade (2008).

Os primeiros estudos a respeito do léxico foram desenvolvidos na gramática de Panini, na Índia do século IV a.C. Com uma perspectiva filosófica de estudo do léxico, o gramático indiano fazia uma distinção entre itens lexicais e morfemas. Abbade (2008, p. 716, grifos da autora) observa que “[...] em sua gramática [Panini] estudou o sânscrito e definiu elementos significativos da língua como *palavras reais* – as lexias – e *palavras fictícias* – os morfemas”. Ela destaca, ainda, que a maior preocupação do gramático indiano, ao fazer essa distinção, era com a forma das palavras. Esse tipo de abordagem, totalmente estrutural, torna o estudo lexical centrado sobretudo na morfologia, uma perspectiva que irá acompanhar a Lexicologia em toda sua história.

Na Antiguidade Ocidental, as primeiras preocupações com as questões lexicais vieram com os gregos, que, sob uma ótica filosófica, concebiam a palavra como unidade de articulação da sentença, como nota Biderman (2001[1978], p. 97): “Desde os gregos a palavra foi considerada como a unidade significativa de articulação do discurso”. Entenda-se, nesse contexto, discurso como sinônimo de proposição, sentença, maneira como os gregos compreendiam a noção de discurso. Ao conceituar a ‘palavra’, eles estudavam duas dimensões: a ideia e a forma (materialidade) (BEZERRA, 2004). O estudo da forma traz relações profundas com a morfologia, tal qual aconteceu na gramática de Panini. O estudo da ideia mostra, pela primeira vez, uma interface entre léxico e semântica, outro tipo de abordagem que segue até hoje na Lexicologia.

Entre os gregos, dois são os posicionamentos que fundaram o estudo da relação que os elementos do léxico guardam com a realidade, ambos desenvolvidos na obra *Crátilo*, de Platão. Para o personagem Crátilo, as palavras refletem, por natureza, a realidade que nomeiam, uma hipótese conhecida como “naturalista” (NEVES, 2002). Para o personagem Hermógenes, corroborado por Sócrates, o significado da palavra resulta de um acordo entre os homens, hipótese conhecida como “convencionalista”, seguida também por outro filósofo: Aristóteles (NEVES, 2002). Esse questionamento foi fundamental para as bases filosóficas da Linguística, e seguiu-se por todas as outras teorias que surgiram depois, com a inclusão de outras terminologias e debates.

A partir da gramática de Panini e dos filósofos gregos, são lançados dois tipos de estudos permanentes na Lexicologia moderna. O primeiro é o tratamento exclusivamente morfológico ao estudo do léxico, o que resultará nas concepções estruturais do léxico, de que trataremos mais adiante. O segundo é o tratamento exclusivamente semântico do léxico, que vai fundar concepções cognitivas do léxico, em suas vertentes mais formais ou mais funcionais. Observamos, pois, que parece não existirem bases para o estudo do léxico tendo a própria dinâmica lexical como centro de investigação, fato provavelmente motivado pelo já abordado caráter plástico do sistema lexical, ausente de categorias preestabelecidas, como outros níveis de análise e descrição linguística. O modelo de análise que desenvolveremos nesta tese busca suprir uma parte desse problema, com um enfoque para a dinâmica lexical na construção da textualidade.

Ainda na Antiguidade Clássica, os romanos replicam os métodos de estudo gregos, dando continuidade aos estudos morfológicos e semânticos do léxico. Bezerra (2004, p. 14) observa que

> Os latinos, desenvolvendo estudos gramaticais, contribuíram com a explicação de que as formas lexicais mantêm entre si e com os significados relações inexplicáveis e aparentemente anárquicas, ao contrário da gramática (e consequentemente da morfologia lexical) que apresenta regularidade.

Uma novidade nesses estudos, feitos também em bases filosóficas, é que, pela primeira vez, há uma distinção mais consistente entre os sistemas lexical e gramatical, tomando o princípio da regularidade linguística como elemento central de

contraste. Para os romanos, apenas a gramática era mais sistemática e explicável, enquanto o léxico teria suas relações com significados externos estabelecidas de maneira obscura, anárquica, flexível, convencional. Hoje, já se reconhece que o léxico, embora plástico, funciona também de maneira sistemática na língua, motivo pelo qual ele pode ser apreendido por seus utentes. É o caso de Antunes (2018, p. 250), por exemplo, que explica que uma das propriedades do léxico é constituir-se de um "[...] lugar privilegiado onde podemos perceber, com mais clareza e frequência, o constante movimento das línguas, sua flexibilidade e provisoriedade". Reconhece-se, então, que, embora haja uma intensa dinâmica no funcionamento lexical, essa dinâmica é sistemática a ponto de poder ser apreendida pelos usuários da língua com uma certa regularidade.

Nos estudos linguísticos da Idade Média, também com uma abordagem filosófica do léxico, houve uma continuidade às discussões já estabelecidas no Crátilo, de Platão, na Idade Antiga. Havia a oposição entre dois grupos: os realistas, que entendiam as palavras como reflexo das entidades do mundo, posição correlata aos naturalistas gregos, e os nominalistas, que postulavam a arbitrariedade na relação entre palavras e elementos da realidade, grupo que compartilhava das ideias dos convencionalistas gregos. Intensificou-se, então, o estudo semântico do léxico, fato fundamental na época seguinte para lançar as bases da Lexicologia enquanto área autônoma dos estudos da linguagem.

No século XVIII, época do Renascimento, depois do surgimento da imprensa, possibilitou-se a elaboração dos primeiros dicionários da humanidade, no formato geral que até hoje conhecemos. Isso fortaleceu os estudos lexicais, ainda realizados sob uma perspectiva filosófica. Procurava-se entender "[...] a relação entre palavras, ideias e coisas, a natureza da palavra no discurso individual, que corresponde a um conteúdo variável, e na língua, que deve ter um conteúdo estável, para possibilitar a comunicação" (BEZERRA, 2004, p. 16). Consolida-se, assim, um estudo do léxico como um sistema que possibilita a comunicação e, por isso, tem um grau de regulação na língua. Esse entendimento propicia o surgimento de uma visão mais consistente de léxico pelos estudiosos, o que vai culminar na elaboração de uma disciplina encarregada de estudar o léxico.

Rey (1980)[1970] considera que é nessa época do Renascimento que ocorre a criação da Lexicologia, entendida inicialmente como um estudo do conteúdo lexical da língua a partir de três eixos: (a) o conceitual, que busca entender o sentido básico

de uma palavra, correspondente a qualquer uso; (b) o funcional, que procura compreender o sentido específico das palavras, em situações individuais de uso; e (c) o morfossintático, que pretende analisar o que chamaram de sentido acidental, caracterizado pelos fenômenos morfossintáticos que ocorrem nas palavras, em especial a flexão e a derivação. Os dois primeiros eixos, de abordagem filosófica, correspondem, hoje, às discussões sobre sentido literal e figurado, próprias da Semântica. O último, de abordagem linguística, corresponde aos atuais objetos de investigação da Morfologia.

Houve, no princípio da Lexicologia, um forte caráter estrutural na análise semântica e morfológica do léxico. Defendia-se que os aspectos formal e histórico dos itens lexicais eram subordinados aos elementos semântico e sociocultural (BEZERRA, 2004). Estabelecia-se, assim, uma relação entre forma e sentido, entendendo os fenômenos morfológicos da palavra como derivados de questões de sentido e a mudança linguística como situada socioculturalmente. Essas ideias vão se intensificar no século XX, depois do surgimento da Linguística como disciplina autônoma de estudos da linguagem, a partir das ideias atribuídas a Saussure.

Antes disso, porém, no século XIX, a perspectiva histórica ganhou impulso nos estudos da linguagem, e na Lexicologia não foi diferente. “Os estudiosos da época deixam de se preocupar com a relação pensamento e palavra e o interesse passa a ser a comparação das palavras, marca predominante deste século” (ABBADE, 2008, p. 717). O foco, então, é a investigação da história das palavras, sob uma abordagem linguística, a partir de um método comparativo que levava em conta aspectos fonológicos e morfológicos. Mais adiante, esse olhar histórico vai ceder lugar novamente à abordagem linguístico-filosófica:

> Nos finais do século XIX, com a marca triunfal da Geografia Linguística e consequentemente o florescimento da Onomasiologia [ramo da Lexicologia que estuda as relações entre léxico e realidade], o interesse linguístico passa pouco a pouco da investigação fonética para a dos problemas lexicais (ABBADE, 2008, p. 717).

A essa época, já circulavam as ideias que mais tarde seriam responsáveis pelo afastamento dos estudos linguísticos com métodos diacrônicos, passando à análise sincrônica dos fenômenos da língua. Essa foi a primeira abordagem que caracterizou a Lexicologia no século XX, período histórico em que essa disciplina

passou mais fortemente a dialogar com as teorias linguísticas modernas, absorvendo delas os fundamentos teórico-metodológicos de delimitação do objeto.

No Estruturalismo, a Lexicologia, segundo Bezerra (2004), vai centrar suas atenções à definição de 'palavra' e à delimitação da unidade lexical de análise. Além disso, seguindo os preceitos saussurianos, o léxico é estudado do ponto de vista formal e social (no sentido estrutural de coletivo). Nesse sentido, houve, mais uma vez, uma equiparação da Lexicologia à Morfologia, tendo em vista que a descrição do léxico era resumida a sua decomposição em unidades de significação. Aqui, o léxico é entendido como "[...] conjunto cujos elementos são interligados e formam subconjuntos, que por sua vez também são ligados entre si por meio de diversos laços" (BEZERRA, 2004, p. 17). Os laços a que a autora se refere são estruturais: de um lado, as relações morfológicas que se estabelecem sistematicamente entre as palavras; do outro, a já antiga questão da relação entre palavra e realidade, enriquecida agora pela noção saussuriana de signo linguístico (relações entre significante e significado). Surge, assim, a semântica (ou lexemática) estrutural, definida e sistematizada por Coseriu (1991[1981]).

Díaz (2009, p. 227) explica a semântica estrutural da seguinte maneira:

> Os estudos lexicais, portanto, serão [foram] baseados essencialmente nas ideias de oposição e limitação negativa explicadas acima [no texto original], aplicadas não mais aos fonemas, unidades mínimas do campo fonológico, mas aos lexemas, unidades mínimas do campo léxico-semântico.[3]

O que houve, como mostra a autora, foi uma transposição da metalinguagem de uma já desenvolvida fonologia estrutural (uma fonética, em verdade) para a análise de itens lexicais. As estruturas lexemáticas eram ligadas à ideia de relação léxica, que se desenvolvia em dois planos, o conjuntivo e o disjuntivo. No primeiro plano, estudavam-se os aspectos comuns entre os significados dos itens lexicais, o que propiciou a noção de campo lexical (nessa teoria, equivalente a campo semântico ou associativo). No segundo plano, estudavam-se as diferenças de significado entre os itens lexicais. Esses dois tipos de estudo foram a base para a criação de uma semântica de traços.

[3] Texto original: "Los estudios léxicos partirán, pues, esencialmente, de las ideas de oposición y limitación negativa antes expuestas, aplicadas no ya a los fonemas, unidades mínimas del campo fonológico, sino a los lexemas, unidades mínimas del ámbito léxico-semántico." (tradução nossa).

Sobre o campo lexical, para os estruturalistas, Bezerra (2004, p. 17) assim o define: “Correspondem ao levantamento de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios, que mantêm uma relação de sentido entre si e o tema principal”. Ou seja: nessas classes de palavra, normalmente características por serem mais lexicais, o lexicólogo procura, na verdade, um morfema radical de significado comum entre palavras, tomando-se o termo (radical) emprestado da Morfologia. Já em 1957, Hjelmslev, estruturalista do Círculo Linguístico de Copenhague, explicava os problemas dessa proposta:

> Ao contrário dos fonemas, bem como dos morfemas, os elementos do vocabulário, os vocábulos ou palavras, têm este particular: são numerosos, até mesmo em princípio ilimitados e incalculáveis. Mais ainda: o vocabulário é instável, muda constantemente. [...] É por isso que qualquer tentativa de estabelecer uma descrição estrutural do vocabulário e, mais ainda, uma semântica estrutural parece fadada ao fracasso e facilmente se torna presa do ceticismo. (HJELMSLEV, 1957, p. 273, tradução nossa).[4]

O autor reconhece que a própria natureza do léxico impede que as mesmas técnicas de análise da fonologia ou da gramática sejam aplicadas com sucesso na descrição de itens lexicais. A noção de semântica adotada não corresponde à que é mais reconhecida nos estudos atuais. O conceito de semântico, aqui, é puramente formal. Apesar de tratar de conjuntos de palavras que circulam em esferas sociais comuns, a ligação que se estabelece entre elas ainda é pelo sentido propriamente dito, identificado em radicais, sem levar em consideração seu papel nas relações de interação social.

Reconhecendo as limitações da abordagem estruturalista da língua, Noam Chomsky funda as bases do Gerativismo. Essa teoria se caracteriza pela “associação com o mentalismo e a sua reafirmação como doutrina filosófica tradicional do conhecimento inato” (LYONS, 2013, p. 187). A língua, aqui, passa a ser entendida como um sistema cognitivo do qual fazem parte um sistema computacional (correspondente à sintaxe) e um sistema lexical. Passa-se, pois, a estudar o léxico do ponto de vista cognitivo.

---

[4] Texto original: “Par opposition aux phonèmes aussi bien qu'aux morphèmes, les éléments du vocabulaire, les vocables ou mots, ont ceci de particulier: d'être nombreux, voire même d'un nombre en principe illimité et incalculable. Il y a plus: le vocabulaire est instable, il change constamment. [...] C'est pourquoi tout essai por établir une description structurale du vocabulaire et à plus forte raison une sémantique structurale semble être voué à l'échec et devient facilement la proie du scepticisme.”

Segundo Bezerra (2004, p. 18), os gerativistas costumam estudar o léxico como um "[...] conjunto de elementos lexicais, cada um deles sendo um sistema articulado de traços fonéticos, semânticos e sintáticos". Reduz-se, mais uma vez, o léxico a seu caráter estrutural, formal. A diferenciação maior em relação aos estruturalistas está no entendimento de que o sistema lexical "[...] funciona, fornecendo as informações de som, de significado e sintáticas ao sistema computacional, que as seleciona e integra para formar expressões linguísticas" (BEZERRA, 2004, p. 18). O léxico não é mais visto apenas como um dos sistemas da língua, mas como o sistema central do qual derivam todos os outros. Um dos focos dos gerativistas é descobrir como se processa a aquisição do léxico em nosso cérebro, sua organização e funcionamento lógico no sistema cognitivo do homem. Encara-se esse processo como um traço universal da linguagem humana, entendendo o saber lexical como um elemento único e imutável em todos os seres humanos.

De Miguel (2009) nos apresenta uma teoria desenvolvida pelo estudioso James Pustejovsky na primeira metade da década de 1990, com base nos postulados do Gerativismo: a Teoria do Léxico Gerativo. Trata-se de uma espécie de semântica lexical que busca unir a ciência linguística com a ciência da computação, com particular interesse pelo processamento dos significados lexicais. Essa teoria tem aplicações práticas na elaboração de dicionários e pode assim ser resumida:

> A proposta de que, efetivamente, haja um significado mínimo e uma possibilidade, regulada por princípios e mecanismos regulares, de produzir múltiplos significados nos contextos permite explicar uma preocupação clássica com modelos formais de natureza gerativista: a de como ocorrem a aquisição e o processamento da linguagem. Se é postulado que o falante não armazena significados infinitos no léxico mental, mas tem definições infraespecíficas e um conjunto de princípios e mecanismos gerais e provavelmente universais, o problema de aquisição e processamento da linguagem torna-se mais acessível [...] (DE MIGUEL, 2009, p. 339).[5]

[5] Texto original: "La propuesta de que, en efecto, existe un significado mínimo y una possibilidad, regida por principios y mecanismos regulares, de desencadenar múltiples significados en contexto permite dar cuenta de una preocupación clásica de los modelos formales de corte generativista: la de cómo tiene lugar la adquisición y el procesamiento del lenguaje. Si se postula que el hablante no almacena infinitos significados en el lexicón mental sino que cuenta con unas definiciones infraespecificadas y con un conjunto de principios y mecanismos generales, probablemente universales, el problema de la adquisición del lenguaje y el de su procesamiento resultan más abordables […]" (Tradução nossa).

Como se pode notar, os princípios centrais da teoria gerativista são retomados pelo autor: a existência de mecanismos mentais universais que regulam a produção da linguagem e cuja descrição permite entender uma gramática universal responsável pela capacidade humana de adquirir a linguagem. Até hoje, é essa teoria a mais empregada nos estudos do léxico nos âmbitos nacional e internacional. No Brasil, ela é utilizada em pesquisas sobre a formação de palavras e a neologia, como as propostas em Alves (2010), na Lexicologia, Rodrigues e Alves (2015), na Morfologia Lexical, e Gonçalves (2016), na Morfologia Construcional.

Um conceito que entra na Lexicologia a partir dos estudos gerativistas é o de léxico mental. Villalva e Silvestre (2014) vão defini-lo como o léxico interno de cada falante, dependente da apropriação dos estímulos lexicais a que ele é exposto socialmente. De acordo com os autores, é o léxico mental responsável pelo armazenamento das unidades linguísticas apreendidas individualmente, das propriedades dessas unidades e dos princípios de relacionamento entre essas unidades e seus traços significativos. Há, aí, uma abstração ainda maior na noção de léxico já trabalhada pela teoria estruturalista.

Nesses modelos de estudo gerativistas, acaba-se por tratar o léxico com a mesma redução com que ele foi tratado nos modelos estruturalistas: esquece-se de que a dinâmica lexical é definida unicamente nos usos linguísticos. Desenvolvem-se estudos de cognição puramente formal, sem levar em conta minimamente o papel da sociedade e da interação para o processamento cognitivo. É no reconhecimento desses problemas que a Lexicologia passa a acompanhar as teorias funcionalistas, passando a ver o caráter mais social, interativo do sistema lexical.

O postulado central das teorias funcionalistas é “o reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno isolado, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos, e, entre eles, aquele propósito (sempre tão invocativo) de, simplesmente, ‘efetuar a comunicação’ não é o último” (NEVES, 2018b, p. 28). Na Lexicologia, esse princípio terá reflexos na consideração de como os itens lexicais funcionam para contribuir à construção de sentidos na interação verbal. Bezerra (2004, p. 18) observa que, nessa perspectiva, o léxico corresponde ao “[...] conjunto de todos os lexemas básicos de uma língua, que constituem os predicados e os temas básicos”, utilizados na elaboração de textos em interações diversas. Essa definição alude a um princípio básico da visão funcionalista: o estudo dos diversos níveis de análise

linguística de forma integrada. Em outras palavras, só se estuda o léxico de maneira integrada com a sintaxe, a semântica e, sobretudo, a pragmática.

Em abordagem mais ampla, compreendemos por visão funcionalista da linguagem como um conjunto de teorias que trazem como pressuposto central o fato de que a linguagem não acontece *per si*, mas sempre em função de outros elementos que são a ela externos. Nesse sentido, desenvolve-se a pesquisa na observação dos itens lexicais em seu funcionamento na interação verbal. Para esse tipo de trabalho, o texto é tomado como o lugar em que a linguagem acontece. Por isso, é apenas na observação da dinâmica lexical em textos autênticos que poderemos entender o funcionamento dos itens lexicais na língua, como pistas de contextualização para que ocorra a interação verbal.

Neves (2018b) explica um modelo de análise funcionalista para os enunciados, que aqui podemos tomar também para entender a dinâmica dos itens lexicais na língua. Segundo a autora:

> [...] em um intercurso de fala, o enunciado revela dependência: (i) em relação àquilo que o falante supõe que seja a expectativa de seu ouvinte sobre o que ele vai dizer, e também daquilo que ele supõe que seja o potencial de seu ouvinte para interpretar o que ele diz; (ii) em relação à interpretação do interlocutor, em função da avaliação que esse interlocutor, ao receber o enunciado, faça da intenção e do potencial informativo de quem o produziu (NEVES, 2018b, p. 29).

Percebemos que, na definição dessa dinâmica dos usos linguísticos, que o emprego dos itens lexicais nos textos segue um princípio avaliativo de cada um dos interlocutores. A avaliação desse uso é aprendida a partir das diversas experiências sociais de interação verbal que vivenciamos ao longo da vida. Analisar o funcionamento de itens lexicais partindo de uma visão funcionalista é sempre pensar em como esses elementos constroem sentido a partir de suas relações com os diversos componentes da linguagem, sobretudo o sociointeracional.

Usón e Cortés (2009) dão destaque para modelos funcionais da Lexicologia que, segundo eles, têm caráter teleológico, explicativo. Os autores destacam que

> A principal característica dos modelos teleológicos é o uso de ‘explicações’ funcionais para a produção da linguagem. Portanto, a faculdade de linguagem é entendida como competência comunicativa, ao contrário da competência linguística que o

> formalismo chomskiano defende (USÓN; CORTÉS, 2009, p. 247, tradução nossa).[6]

Substitui-se, pois, a proposta de estudo mentalista, biológica da linguagem por uma visão contextual, social-interativa. Um dos modelos teóricos funcionalistas descritos pelos autores é a Gramática Funcional de Dik, que vai abordar os itens lexicais como elementos centrais no estudo dos enunciados. Constituem o léxico "[...] aquelas expressões que não são deriváveis por meio de qualquer regra sincronicamente produtiva. Essas expressões são os predicados e os termos básicos"[7] (USÓN; CORTÉS, 2009, p. 263). Nessa definição, os autores reconhecem os itens lexicais como elementos nucleares de formação de sentido, a partir dos quais todas os enunciados são formados. É por isso que afirmam que o léxico não é derivável por meio de regras sincrônicas da língua, como são os enunciados. Destaca-se, então, a interface do léxico com a sintaxe. Com relação ao léxico entendido como termos básicos, há um destaque para seu componente semântico, uma vez que são os itens lexicais os responsáveis pela elaboração da significação contextual em uma língua.

Esses estudos são feitos de maneira interpretativa, com base nos elementos da interação verbal para explicar os sistemas linguísticos. Isso pode ser visto na proposição do modelo de predicação na gramática de Dik:

> A característica central de um predicado será sua capacidade de expressar um ato de atribuição, entendido como a expressão de alguma propriedade de um participante ou alguma relação entre dois ou mais participantes [da interação]. Assim, o adjetivo alto expressa a atribuição de uma propriedade à entidade referida pelo termo *Pedro* em *Pedrito é alto*, e *entregar* atribui uma relação entre três participantes na oração *O carteiro entregou-me um pacote certificado* (USÓN; CORTÉS, 2009, p. 262, grifos dos autores).[8]

---

[6] Texto original: "La característica principal de los modelos teleológicos es la utilización de 'explicaciones' funcionales para la producción del lenguaje. Por ello, la facultad de lenguaje se entiende como competencia comunicativa, a diferencia de la competencia lingüística que propugna el formalismo chomskiano."

[7] Texto original: "[...] aquellas expresiones que no son derivables por medio de ninguna regla sincrónicamente productiva. Estas expresiones son los *predicados* y los *términos básicos*." (tradução nossa).

[8] Texto original: "La característica central de un predicado será su capacidad de expresar un acto de adscripción, entendido este como la expresión de alguna propiedad de un participante o alguna relación entre dos o más participantes. Así, el adjetivo *alto* expresa la adscripción de una propiedad a la entidad a la que se refiere el término *Pedro* en *Pedrito está alto*, y *entregar* adscribe una relación entre tres participantes en la oración *El cartero me entregó un paquete certificado*." (tradução nossa; grifos dos autores).

Percebemos, aí, uma proposta funcionalista de descrição da língua, tendo em vista que os elementos linguísticos são analisados sempre em função de algo extralinguístico. Cada item lexical é descrito a partir das propriedades possibilitadas pelos participantes da interação verbal. Para esse tipo de análise, observam-se preferencialmente textos autênticos, recuperando (pelo menos parcialmente) a situação de interação. Assim, o lexicólogo consegue compreender, da maneira mais aproximada possível, o real funcionamento dos itens lexicais do idioma.

Após a entrada das perspectivas funcionalistas nos estudos da linguagem, outras teorias que trabalham a língua em uso foram se desenvolvendo, e a Lexicologia acompanha seu curso. É o caso da Linguística Textual. Bezerra (2004, p. 25), discorrendo sobre o ensino do vocabulário, sintetiza o trabalho proposto por essa disciplina da Linguística para o tratamento do léxico:

> Com os estudos de texto, oral ou escrito, divulgados pela linguística textual e linguística aplicada, a abordagem de vocabulário na sala de aula começa a ser alterada: aos poucos o item lexical (unidade de estudo) vai sendo estudado no âmbito do texto, não mais simplesmente da frase ou de forma isolada. Além das relações semânticas (sinônimo, antônimo, polissemia), é necessário também identificar o funcionamento dos itens lexicais no texto, para se construir uma unidade de sentido, fazer inferências, generalizações, perceber o papel das figuras de linguagem no texto; e para construir uma unidade, ao produzir-se um texto, selecionando vocabulário adequado ao tema, ao destinatário, ao registro linguístico e às intenções do autor.

Mesmo que se reconheça a necessidade de entender o léxico do ponto de vista da textualidade, pouco foi feito, até hoje nessa área. É essa lacuna que nossas proposições teórico-analíticas buscam preencher.

No Brasil, todas as perspectivas que abordamos até aqui estiveram ou ainda estão presentes em nossos estudos linguísticos, sempre influenciados pela produção intelectual estrangeira. Bezerra (2004) compõe um panorama dos estudos sobre o léxico no Brasil, organizados em 4 (quatro) eixos, as pesquisas sobre: (a) formação de palavras; (b) vocabulário de especialidade; (c) ensino do vocabulário; e (d) terminologia. Nos estudos sobre ensino do léxico, fomos amplamente influenciados pelas teorias estruturalistas, na década de 1980, e pelas teorias do texto, a partir da década de 1990.

Todas essas perspectivas abordadas também nos permitiram postular algumas concepções de léxico que subjazem às teorias. Elas correspondem à forma de compreender o funcionamento do sistema lexical na língua e serão nosso objeto de discussão na subseção a seguir.

3.3 Concepções de léxico

O percurso histórico que descrevemos até aqui mostrou que, em cada teoria linguística que deu base para os estudos do léxico, houve destaque para um traço específico do sistema lexical. Ora o estudo concentrava-se na estrutura da palavra, ora em suas nuances de sentido, alternando entre um enfoque na Morfologia e outro na Semântica. É possível perceber, com isso, a existência de determinadas concepções que norteiam os trabalhos de análise do léxico em cada momento desses, provenientes, como já explicado, do caráter volátil do léxico. Entendemos por concepção o "modo de ver ou sentir, ponto de vista; entendimento, noção" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 511), isto é, a forma como os estudos linguísticos concebem o léxico em suas pesquisas.

Castilho (2010, p. 109) reconhece que

> O léxico tem ocupado um lugar central na teorização sobre as línguas naturais. Não sem razão, Carlos Franchi costumava lembrar que as principais teorias linguísticas têm uma base lexicalista. Apesar disso, não há unanimidade sobre como definir esse sistema linguístico.

Apesar de estar presente em praticamente todas as teorias da Linguística, o estudo do sistema lexical não conseguiu ainda definir com exatidão todas as dimensões do léxico, como já feito com outros níveis de análise. O padrão para esses estudos foi tratar o léxico na sua dimensão formal, com um aporte estrutural ou cognitivo. Mais recentemente é que, aos estudos cognitivos, o elemento social vem sendo associado. Mesmo assim, falta ver o léxico em dimensões maiores, em quadros de interação.

A definição encontrada em Polguère (2016) mostra essa ausência de traços específicos para o estudo do sistema lexical:

> Por entidade teórica entendemos que o léxico não é realmente um conjunto no qual os elementos, as lexias, possam ser enumerados de maneira sistemática. O léxico assemelha-se, antes, a um "conjunto impreciso", um conjunto sobre o qual nem sempre é possível dizer se contém esse ou aquele elemento particular (POLGUÈRE, 2016, p. 109).[9]

Note-se que ele deixa claro estar tratando do léxico como entidade teórica, ou seja, um postulado criado para fins de análise, no qual se busca abstrair ainda mais essa noção linguística para que ela fique mais observável cientificamente. Isso se justifica com uma tentativa de diminuição da imprecisão apontada pelo autor, mas tira do objeto de investigação sua naturalidade, fazendo com que nos distanciemos do entendimento real de seu uso. Essa postura contribui para a ausência de uma teoria que assuma o estudo do léxico em sua dimensão textual-interativa, visão que procuraremos defender e construir neste trabalho.

Um último ponto a ser destacado antes de detalharmos as concepções de léxico é que, nas teorias linguísticas, ao tentarem estudar o sistema lexical, os lexicólogos, na verdade, não descrevem todas as palavras da língua, mas aquelas que constituem seu acervo lexical, explicado por Borba (2003, p. 46) como

> [...] os traços definitórios que delineiam os conjuntos – os que representam substâncias –, os substantivos ou nomes; os que representam atributos ou qualidades – os adjetivos –; os que representam ações, estados ou processos – os verbos. São esses tipos que constituem o grosso acervo lexical da língua, e este se caracteriza por ser um conjunto aberto sempre vulnerável a influências externas.

Seguindo essa noção, nosso estudo está centrado nas duas classes de palavras de certa forma mais evidentemente lexicais: o substantivo e o verbo. São essas duas classes as mais suscetíveis às influências extralinguísticas de que fala o autor. Como nosso foco recai sobre essa relação entre o linguístico e o extralinguístico na construção do significado, são os substantivos e os verbos os que mais se prestam a essa observação. Por isso, em cada uma das concepções de

[9] Texto original: "Par entité théorique, nous voulons signifer que le lexique n'est pas véritablement un ensemble dont les éléments, les lexies, peuvent être énumérés de façon systématique. Le lexique ressemble plutôt à un « ensemble flou », un ensemble dont il n'est pas toujours possible de dire s'il contient tel ou tel élément particulier." (Tradução nossa)

léxico descritas a seguir, vamos definir essas classes a partir do corte conceitual permitido pela concepção explicitada.

Retomando as construções teóricas feitas até agora, descrevemos, a seguir, as três grandes concepções de léxico identificadas nos estudos linguísticos: as duas primeiras, a estrutural e a cognitiva, recorrentes na maior parte das pesquisas realizadas, e a última, a textual-interativa, pouco explorada até hoje, e nosso objeto de investigação de maior interesse.

Reconhecemos, por fim, ser importante levar em consideração que essas três concepções não são excludentes entre si; elas são complementares. Assim, uma descrição completa do funcionamento do sistema lexical deve levar em conta, além de seus aspectos estruturais de formação, os processos cognitivos que se realizam socialmente para o entendimento das significações do léxico e, ainda, os processos interacionais fundamentais para que as unidades lexicais atuem na tessitura textual, a partir de propriedades da textualidade, como a coesão e a coerência.

3.3.1 Concepção estrutural

Ao fazer uma descrição de como se caracteriza o ensino do léxico na Educação Básica, Antunes (2012) traz um exemplo que mostra com exatidão como se desenvolveram os estudos lexicais que tomaram por base uma concepção estrutural de língua e, consequentemente, de léxico. Segundo a autora,

> Na maioria dos livros didáticos, sobretudo os do ensino fundamental, o estudo do léxico fica reduzido a um capítulo em que são abordados os processos de “formação de palavras”, com a especificação de cada um desses processos, acrescida de exemplos e de exercícios finais de análise de palavras. O destino que terão as palavras criadas é silenciado. O significado que tem a possibilidade de se criar novas palavras pouco importa. Tampouco importa a vinculação de tais criações com as demandas culturais de cada lugar e de cada época. Importa reconhecer o componente gramatical implicado nesses processos. Tanto é assim que a questão da formação de palavras consta no bloco do compêndio destinado à sistematização da morfologia (ANTUNES, 2012, p. 20-21).

A preocupação, pois, de uma Lexicologia Estrutural é identificar padrões gramaticais nos processos de formação das palavras da língua. Para isso, são realizados estudos sobre os morfemas que compõem os itens lexicais e seus graus

de significação contidos em radicais e afixos. Nessa perspectiva, o processo de formação de palavra mais frequentemente abordado nas pesquisas é a neologia (CARVALHO, 2011), analisado a partir de outros processos morfológicos já existentes no idioma e que possam ser aplicados à formação de novas palavras (incluindo-se, aí, os empréstimos linguísticos, termos de outras línguas que são incorporados à nossa).

Como se pode notar, o entendimento desses processos não ultrapassa o nível estrutural. Trata-se da já mencionada equiparação entre Lexicologia e Morfologia, percebida, no Dicionário de Linguística e Gramática, no verbete 'Lexicologia', reproduzido a seguir:

> Termo usado por alguns gramáticos para designar o estudo dos vocábulos, tanto em sua flexão (v.) (MORFOLOGIA, *stricto sensu*) quanto nos processos para sua derivação (v.) e composição (v.). Abrange assim o estudo dos morfemas flexionais e dos morfemas lexicais, que servem para formar novas palavras na base de uma palavra primitiva (cf. Ali, s.d.). A MORFOLOGIA, *lato sensu*, equivale à lexiologia (v. gramática) (CAMARA Jr., 2011[1956], p. 194).

Camara Jr. (2011)[1956], nosso principal teórico do Estruturalismo no Brasil, chega a postular a equiparação entre Lexicologia e Morfologia, o que demonstra, mais uma vez, um tratamento estrutural dado ao estudo do léxico, resumido à decomposição da palavra em morfemas e aos processos de combinação desses morfemas para a formação de palavras (novas ou não) no idioma. Para os estudos dos processos de flexão, mais gramaticais que lexicais, ele reserva também espaço na Morfologia, só que entendida a partir de outro viés, unicamente estrutural, ainda mais restrito.

Partindo de entendimento semelhante, Polguère (2016, p. 71) chega a definir as entidades lexicais como "[...] os elementos da língua que ou são formas de palavra, ou podem ser vistos como reagrupamentos de formas de palavra"[10], caracterização que remonta ao olhar do estudioso para questões eminentemente morfológicas do léxico. Mais uma vez, são os processos de combinação de palavras e morfemas que conduzem o olhar do lexicólogo.

[10] Texto original: "[...] les éléments de la langue qui soit sont des mots-formes, soit peuvent être vus comme des regroupements de mots-formes [...]" (Tradução nossa).

Outro aspecto do léxico que ganha relevo nessa concepção é a consideração de que ele seja uma lista estruturada de palavras. A interpretação da dinâmica lexical se volta para entender de que forma a união dos vocabulários dos indivíduos forma o léxico da língua. Biderman (2001) [1978] reflete sobre isso:

> É certo que cada indivíduo, membro da comunidade que fala essa língua, domina apenas uma parcela pequena do Léxico global. Vamos chamar de l_1 o Léxico total desse sujeito. Um outro indivíduo dominaria o repertório l_2, que coincidirá parcialmente com l_1; um terceiro indivíduo disporá de um repertório léxico l_3, e assim por diante. Donde: $L = l_1 + l_2 + l_3 + ... + l_n$ (BIDERMAN, 2001[1978], p. 180).

Adotando métodos matemáticos, a autora tenta mostrar que há uma equivalência entre a soma do vocabulário de todos os usuários da língua e o léxico global dessa mesma língua, o que concluímos ser uma expressão mais evidente do tratamento do léxico como uma lista de elementos. Entretanto, quando se trata da análise dos sistemas linguísticos, não se pode conceber as relações como sendo tão exatas quanto mostra a fórmula descrita por Biderman (2001[1978]). Tanto é que a própria autora reconhece que “Existirão, porém, intersecções entre todos esses léxicos parciais [...], condição *sine qua non* para que os membros da comunidade linguística em apreço possam comunicar-se” (BIDERMAN, 2011[1978], p. 180). A existência dessas intersecções comprova que não basta somarmos os vocabulários de todos os falantes para conhecer o léxico da língua. É preciso descortinar as relações que são estabelecidas, a partir do léxico, entre os indivíduos e, mais, entre os indivíduos e a sociedade, em seus aspectos histórico, cultural, político, etc.

Um problema central em adotar essa concepção estrutural é que o léxico passa a não ser o objeto de investigação em si, e o estudo se volta para as formas linguísticas e seus mecanismos estruturais de articulação morfológica. Em outras palavras: deixa-se de estudar o léxico em sua complexidade para estudar apenas sua estrutura, uma parte de seus elementos. Passa-se da palavra para a forma, o que fica claro quando observamos alguns dos conceitos aludidos pela Lexicologia Estrutural. Quase todos são provenientes da Morfologia Clássica, como a noção de lexia:

> Do ponto de vista da estrutura mórfica, há lexias simples e complexas. São simples as lexias formadas por uma única forma

> livre [cara, porto, vento] e complexas as que combinam mais de uma forma livre [porta-luvas, malmequer, joão-de-barro] ou uma forma livre e uma ou mais de uma forma presa [desconsolo, incontrolável] (BORBA, 2003, p. 22).

Borba (2003) inicia suas explicações delimitando o campo conceitual da ‘estrutura mórfica’ na análise das unidades do léxico. A noção de lexia por ele desenvolvida tem como critério de classificação a composição dos itens lexicais em morfemas (radicais e afixos) que se combinam para estruturar as palavras. É nessa noção que se centram os estudos estruturais do léxico para conceituar as classes de palavras como os substantivos ou os verbos.

Hauy (2014), por exemplo, em sua *Gramática da língua portuguesa padrão* (obra de vertente mais tradicional), inicia sua conceituação dos substantivos e adjetivos destacando suas possibilidades de variação em gênero, número e grau. Nos verbos, a autora salienta seu caráter de variação morfológica em categorias gramaticais de expressão das flexões: pessoa, número, tempo, modo, forma nominal, voz e aspecto. Em seguida, são descritos os elementos estruturais do verbo, os morfemas que compõem suas formas nos paradigmas de conjugação verbal.

Para caracterização dos substantivos, Raposo (2013), que opta por tratá-los como ‘nomes’ procede a uma distinção básica entre os nomes comuns e os nomes próprios. Para o autor, os nomes comuns

> [...] caracterizam-se por ter um gênero intrínseco (masculino ou feminino – cf. *livro* e *mesa*, respectivamente) e por variarem morfologicamente em número (cf. *casa*, *casa<u>s</u>*). São frequentemente precedidas por um especificador, quer quantificador (*muitos livros*) quer determinante (*os livros*) (RAPOSO, 2013, p. 328-329, grifos do autor).

Nota-se que essa classe é definida principalmente por seus aspectos morfológicos (suas flexões) e sintáticos (arranjo de seus determinantes no sintagma), diferentemente do que é feito com os nomes próprios, cuja caracterização estrutural remete apenas ao fato de eles serem precedidos, no português europeu, pelo determinante (artigo) definido, uma observação de natureza sintática (RAPOSO, 2013).

Sobre a classe dos adjetivos, Veloso e Raposo (2013) explicam sua dupla função sintática: a de modificadores e a de predicadores, a depender da forma como estão articulados na oração. Ainda são apresentadas as possibilidades de configuração dessa classe dentro da sentença. Essas observações sintáticas, junto à caracterização morfológica, dão relevo ao funcionamento estrutural do adjetivo.

A respeito dos verbos, é a caracterização morfológica que predomina na definição dada por Raposo (2013), desta vez associada a alguns elementos da semântica e da sintaxe:

> Morfologicamente, podem ocorrer numa forma finita ou não finita; quando ocorrem numa forma finita, apresentam marcas flexionais que codificam propriedades semânticas temporais (cf. *cant<u>o</u>* – *cant<u>ei</u>* – *cantar<u>ei</u>*), modais (cf. *cant<u>o</u>* – *cant<u>e</u>*) e aspetuais (cf. *cant<u>ei</u>* – *canta<u>va</u>*); em forma finita e no infinitivo flexionado, concordam em pessoa e número com o sujeito da frase (cf. *eu cant<u>o</u>* – *tu cant<u>as</u>* e *(para) tu ler<u>es</u>* – *(para) nós ler<u>mos</u>*) (RAPOSO, 2013, p. 329, grifos do autor).

Basicamente, são os mesmos paradigmas de conjugação verbal que Raposo (2013) utiliza para a caracterização dos verbos em seus elementos flexionais (morfológicos) e sintáticos. O critério estrutural continua sendo o principal aspecto descritivo no trabalho com o léxico. Na definição em questão, há ainda uma especificidade: são as desinências, que recebem destaque do autor como marcas morfológicas de fenômenos sintáticos (concordância verbal), em uma descrição, pois, morfossintática.

Ainda sobre os verbos, cabe lembrar que Borba (2003) destaca o fato de que eles "[...] expressam conceitos lexicais em sua maioria, apenas alguns expressam exclusivamente conceitos gramaticais. Por isso, os primeiros são chamados verbos plenos, em contraste com os segundos, chamados auxiliares ou funcionais" (BORBA, 2003, p. 61). Neste trabalho, a classe dos verbos a que nos referimos é a dos verbos plenos, aqueles mais amplamente lexicais, que trazem maiores relações, nos textos, com elementos extralinguísticos.

Observamos, então, nas descrições de Hauy (2014) e Raposo (2013), uma atenção centrada principalmente para o aspecto morfológico dos itens lexicais, sem ao menos adentrar nas relações que essa morfologia mantém com elementos

maiores da linguagem, como os textos e a interação. É esse o principal ponto que falta à concepção estrutural de estudo do léxico.

Um último ponto a respeito da concepção estrutural do léxico diz respeito ainda a sua caracterização como uma lista geral de palavras resultada da soma de outras listas utilizadas pelos falantes. Villalva e Silvestre (2014, p. 23) caracterizam o léxico como

> [...] entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes de uma mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, de que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade, quando é possível apreendê-la, dada a muito maior fluidez da oralidade face à escrita.

Destaca-se aí o caráter acumulativo do léxico, desta vez ligado a outra de suas dimensões constitutivas: as diferenças que ocorrem a partir dos contextos sociais de uso. Essa observação permite ampliar a visão do léxico antes definida unicamente sob critérios estruturais, passando a reconhecer a importância da comunidade linguística, da modalidade da língua e de sua historicidade na determinação da dinâmica lexical. O conhecimento lexical passa a ser entendido como um saber cumulativo (no caso da aprendizagem e criação de novas palavras, por exemplo) e mutável (no caso dos arcaísmos, por exemplo), a depender sempre de seus usos em diferentes fases da vida. Assim pensado, o estudo do léxico (sobretudo de sua aquisição e processamento) vai buscar elementos para sua significação nos processos mentais e nas experiências sociais dos usuários da língua, elementos que fazem emergir uma concepção cognitiva para as teorias que tratam do léxico, caminhando, mais adiante, para percepção de língua e léxico mais funcional, pragmática, interacional.

3.3.2 Concepção cognitiva

Uma primeira teoria linguística caracterizada como de abordagem cognitiva no estudo do léxico foi o Gerativismo, de Noam Chomsky. Rey (1980[1970], p. 253) destaca que “As concepções de Chomsky levam, assim, a uma tentativa de analisar

os conteúdos dos ‘objetos lexicais’ na forma de traços pertencentes a uma classificação hierárquica, em matrizes”[11]. Esses traços seriam espécies de compartimentos do cérebro humano responsáveis por categorizar em matrizes de significação os estímulos linguísticos dos falantes. Trata-se, pois, de uma noção mentalista, biologizante da dinâmica lexical. O tratamento científico do processamento lexical a partir de matrizes de armazenamento de sentido é o ponto característico principal da concepção cognitiva. Embora essa visão cognitiva, nas teorias mais recentes, já se encontre distante desse caráter biológico e próxima de uma noção social da cognição, o conceito de matriz cognitiva permanece.

Fontanals assim resume essa visão cognitiva da linguagem:

> Os linguistas cognitivistas propõem que os seres humanos não têm acesso a uma realidade independente de sua categorização mental e que, portanto, a estrutura da realidade, como transmitida pela linguagem, é um produto de nossa mente. Assim, o significado é concebido como uma estrutura conceitual convencionalizada que é o resultado de nossa experiência corporal com o meio ambiente. Nossas estruturas semânticas têm que refletir, portanto, as categorias mentais que formamos a partir de nossa experiência e nossa atividade no mundo (FONTANALS, 2009, p. 282).[12]

O ponto inicial de modificação dos estudos lexicais é, pois, a relação entre palavra e realidade, concebida a partir das experiências dos usuários da língua com seu entorno físico e social. Percebe-se que, agora, não há preocupação central na decomposição de palavras e no estudo de seus processos de formação (enfoque morfológico), mas, sim, na investigação dos processos de definição e gênese dos significados (enfoque semântico-cognitivo). Busca-se, sobretudo, compreender como o sistema lexical se organiza na mente humana a partir de reflexos do contato com o mundo real. A realidade, inclusive, passa a ser encarada como um fenômeno produzido e percebido na linguagem, visto que categorizamos o mundo nas interações sociais, a partir dessas matrizes cognitivas que pertencem ao sistema

[11] Texto original: “Les conceptions de Chomsky conduisent donc à tenter d’analyser les contenus des ‘objets lexicaux’ sous la forme de traits relevant d’une classification no hiérarchique, en matrices” (Tradução nossa).

[12] Texto original: “Los lingüistas cognitivistas proponen que los seres humanos no tenemos acceso a una realidad independiente de nuestra categorización mental y que, por lo tanto, la estructura de la realidad, en tanto que vehiculada por el lenguaje, es un producto de nuestra mente. Así, pues, el significado se concibe como una estructura conceptual convencionalizada que es fruto de nuestra experiencia corporal con el entorno. Nuestras estructuras semánticas tienen que reflejar, por lo tanto, las categorías mentales que hayamos formado a partir de nuestra experiencia y nuestra actividad en el mundo.” (Tradução nossa)

lexical. Nessa nova concepção, além das estruturas formais do léxico, a atenção maior fica voltada, pois, para suas dimensões conceituais, objetos teóricos ligados à reprodução das matrizes.

Um elemento central na definição de matriz cognitiva é a noção de armazenamento. Biderman (2001[1978]) estabelece uma relação entre léxico e experiência humana como proporcionadora desse armazenamento:

> A incorporação paulatina do Léxico se processa através de atos sucessivos de cognição da Realidade e de categorização da experiência, através de signos linguísticos: os lexemas. A percepção, a concepção e a interpretação dessa Realidade são registradas e armazenadas na memória, através de um sistema classificatório que é fornecido ao indivíduo pelo Léxico. A forma como se dá tal armazenamento nos é desconhecida. É certo, porém, que a memória registra, de maneira ordenada, o sistema lexical. De fato, a experiência quotidiana comprova a existência de processos mnemônicos, estruturalmente ordenados, de tal forma que, quando nos queremos lembrar de um vocábulo, desencadeia-se um processo que nos fornece, normalmente em série, várias palavras que integram um mesmo subsistema léxico ou então um determinado campo semântico (BIDERMAN, 2001[1978], p. 181).

De acordo com as ideias da autora, a aquisição do léxico é cumulativa no sentido de que depende desse armazenamento. Quanto mais experiências tivermos com a linguagem, maior é a quantidade de dados processados e armazenados pelo cérebro e maior é nossa capacidade de utilização da língua. É o léxico que fornece o sistema de classificação responsável por organizar esse armazenamento de nossas experiências de linguagem nas já citadas matrizes cognitivas. Por isso, podemos dizer, também, que o léxico é responsável por nossa interação com o mundo, motivo pelo qual, a essa concepção cognitiva, é acrescida, mais tarde, a noção de interação, resultando em outra concepção de léxico, que detalharemos mais à frente.

Fontanals (2009, p. 282) resume, mais uma vez, a visão de léxico da Linguística Cognitiva a partir da seguinte afirmação: “[...] o que os linguistas cognitivistas reivindicam é o papel fundamental da mente humana na compreensão do que é o significado: este não é mais visto como um objeto externo à mente

humana [...]”[13]. Todo o funcionamento da dinâmica lexical, pois, é processado internamente por meio de conexões cognitivas estabelecidas na mente humana. Assim, não se poderia conceber a produção de sentidos fora desse quadro cognitivo, o que mantém, para o autor, esse processo ainda desconhecido pelo linguista, tendo em vista que ainda não se desenvolveu nenhum instrumento de análise capaz de desvendar todos os fenômenos relacionados à mente humana.

Nesse sentido, percebemos que a noção de léxico ainda permanece como uma entidade abstrata. Castilho (2010, p. 680), por exemplo, define-o como “Um dos sistemas de que se compõem as línguas naturais, caracteriza-se por ser um inventário de categorias/ subcategorias cognitivas/ traços semânticos pré-verbais, concentrados num vocabulário por meio da lexicalização”. A explicação desse autor coloca o léxico como um sistema pré-verbal, não materializado e, portanto, substancialmente cognitivo. Entretanto, não é só o sistema abstrato que pode ser considerado léxico porque a língua não funciona distintamente dentro e fora da mente ou da sociedade. O vocabulário fica entendido como sendo o léxico em uso, e o inventário pré-verbal de que fala Castilho (2010) é explicado como sendo apenas uma das propriedades do léxico. Compreendemos que esse inventário está na base de construção do sistema lexical, mas não podemos conceber o léxico unicamente com essa característica, sem levar em conta os usos específicos que concretizam o saber lexical.

A concepção cognitiva de léxico adotada por esses estudiosos revela alguns aspectos do sistema lexical que precisam ser bem compreendidos pelo linguista no momento de sua análise. Todos eles têm a ver com o fato de serem as relações estabelecidas mentalmente entre as matrizes cognitivas as responsáveis pelas combinações que realizamos entre os elementos linguísticos para formular textos. Elas compõem o que comumente se chama, na Lexicologia Cognitivista, de redes lexicais. Polguère (2016) explica que a rede lexical equivale ao próprio léxico, caracterizado por ser uma interconexão de traços de significação estabelecidos pela experiência humana. É apenas nessas relações que os sentidos da língua são construídos. Como indica o autor: “O léxico não é um conjunto ‘plano’, uma simples lista de lexias. Cada lexia adquire seu valor na língua pelas múltiplas relações de

[13] Texto original: “[...] lo que reivindican los lingüistas cognitivistas es el papel fundamental de la mente humana en la comprensión de lo que es el significado: este no se ve ya como un objeto externo a la mente humana […]” (Tradução nossa)

oposição, similaridade, compatibilidade, incompatibilidade etc. que a unem às outras lexias [...]" (POLGUÈRE, 2016, p. 130)[14]. Percebemos uma notável mudança em relação à postura de Castilho (2010), que era considerar o léxico apenas como uma lista estruturada independente das relações estabelecidas entre os itens lexicais.

Outro aspecto deslindado pela concepção cognitiva do léxico é a universalidade da mente humana na composição de sentidos. Acredita-se ser o conhecimento lexical próprio da natureza humana, inato. Esse caráter universal (no sentido de pertencer a todos os seres humanos) do léxico, entretanto, é posto em tensão com seu caráter particular, cultural. A esse respeito, observa Biderman (2001[1978], p. 182):

> Os dados empíricos mostram que os indivíduos estruturam mentalmente o seu repertório léxico, seguindo os modelos e os usos de sua comunidade linguística, através de um processo mental de categorização. Essa classificação categorial latente na memória do falante decorre de duas operações complementares: a) o conhecimento do mundo e da taxionomia que a sua língua e a sua cultura atribuem a essa mesma Realidade; b) o seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado desde o seu nascimento.

A autora destaca o papel da mente e das comunidades linguísticas no processo de armazenamento dos itens lexicais e, por conseguinte, dos significados do idioma. Enquanto a capacidade de armazenamento dos itens lexicais é universal, aludindo à mente humana, as categorias de armazenamento são culturais, mostrando o papel central do componente social no processamento lexical. Trabalhar apenas com o primeiro aspecto faz o pesquisador incluir-se em uma visão puramente cognitiva; levar em conta o segundo aspecto é a postura dos teóricos que se incluem em concepções sociocognitivas de língua e, por consequência, de léxico.

Na definição das classes de palavras, uma concepção apenas cognitiva põe em relevo o critério semântico de classificação, diferentemente de uma concepção estrutural, que destaca critérios morfológicos e sintáticos. Mendes (2013, p. 256), por exemplo, explica que "[...] os membros das classes lexicais representam a

[14] Texto original: "Le lexique n'est pas un ensemble < plat >, une simple liste de lexies. Chaque lexie prend sa valeur en langue du fait des multiples relations d'opposition, de similarité, de compatibilité, d'incompatibilité, etc., qui l'unissent aux autres lexies" (Tradução nossa)

realidade extralinguística, em toda a sua riqueza ontológica, com especializações típicas (ainda que não únicas) de cada uma das classes: os nomes denotam entidades, os verbos denotam situações [...]". Dentro do quadro de armazenamento dos itens lexicais, então, seriam os substantivos as categorias mentais das entidades, e os verbos, das situações. Embora essa conceituação represente um avanço no trabalho com os itens lexicais (deixa-se de priorizar apenas a estrutura), ela ainda não reconhece toda a dimensão da dinâmica lexical, como poderemos perceber mais adiante.

Caracterização semelhante é feita por Raposo (2013). Em relação aos substantivos comuns, ele os define também como "[...] palavras cujos elementos mais típicos denotam classes de entidades, concretas ou abstratas [...]" (RAPOSO, 2013, p. 328). Sobre os substantivos próprios, ele indica serem

> [...] palavras que referem de maneira direta entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas e lugares, entre outras), não enquanto membros de uma classe (como os nomes comuns), mas através da sua individualização dentro da classe a que pertencem (RAPOSO, 2013, p. 329).

Ou seja: a classe dos substantivos é aquela que expressa as categorias reservadas às entidades do mundo, como já aponta Mendes (2013). Entretanto, Raposo (2013) acrescenta uma distinção entre as entidades gerais, categorizadas pelos nomes comuns, e as particulares, individuais, específicas, categorizadas pelos nomes próprios. Essa distinção nos faz lembrar que, nos processos mentais que constituem a rede lexical, dentro das próprias categorias, há subcategorias que podem, ainda, subdividirem-se infinitamente, a depender das demandas das relações sociais. São essas subcategorias semânticas do substantivo que são selecionadas pelo adjetivo para marcar determinadas propriedades desse substantivo. Isso fica evidente ainda na definição de verbo que o autor traz, como "[...] palavras cujos elementos mais típicos denotam ações, atividades, processos ou estados [...]" (RAPOSO, 2013, p. 329), aludindo à existência de diversas subcategorizações verbais.

Outras considerações sobre uma concepção (socio)cognitiva de léxico ainda podem ser apontadas. A primeira diz respeito à ausência de uma correspondência real entre linguagem e mundo externo. Marcuschi (2004, p. 268) reconhece que "[...]

o léxico não é uma lista do mobiliário do mundo a serviço de uma relação de correspondência cujo resultado seria a verdade". Refuta-se, então, a ideia de que as palavras sejam vistas como espécies de etiquetas do mundo, que conseguem encaixar perfeitamente as ideias e os objetos da realidade em compartimentos esquematizados na mente humana. É por isso que reconhecemos que "[...] o léxico não é um aparato para dizer o mundo como se ele estivesse ali discretizado e etiquetável" (MARCUSCHI, 2004, p. 265). Embora as categorias cognitivas identificadas pelo analista do léxico pareçam perfeitamente discretas e exatas, elas são complexas e imprecisas, uma vez que só são mobilizadas a partir de determinados parâmetros sociointeracionais.

Diante dessa constatação, Marcuschi (2004) propõe que apenas uma percepção da cognição a partir de suas relações constituídas com a dinâmica social é capaz de fornecer ao linguista/lexicólogo instrumentais de análise mais consistentes. "Trata-se da *perspectiva sociocognitiva*, que não postula nem uma relação natural nem convencional, mas uma relação instável, social, histórica e negociada entre linguagem e mundo: *relação como ação*" (MARCUSCHI, 2004, p. 265, grifos do autor). É preciso, assim, que se entenda que, aos itens lexicais, não correspondem sentidos imanentes, todos são negociados sociocognitivamente. A sociocognição é compreendida, nesse caso, como uma cognição socialmente adquirida e definida. Admitir essa postura epistemológica nos leva a adotar, também, uma concepção de léxico baseada na interação, como veremos na subseção seguinte.

Dentro desse aspecto (socio)cognitivo do léxico, engendram-se relações com a já discutida noção de rede lexical. Marcuschi (2004, p. 281) postula:

> Retornando [...] ao problema da *cognição distribuída***,** parece importante frisar que o conhecimento lexical se dá não na forma de uma *lista de itens* e sim na forma de uma *rede de relações.* E no interior dessa rede não há isolamento e sim distribuição do conhecimento, pois o léxico é um todo em que os elementos se integram com a cultura e as ações ali praticadas. Essa distribuição do conhecimento é fundamental e essencial, pois sem isso, não haveria entendimento intersubjetivo. Portanto, pode-se defender que o léxico em funcionamento na língua é uma questão de conhecimento distribuído (destaques do autor).

Compreendemos, como o autor, que o léxico é o sistema da língua que trava relações diretas com o mundo extralinguístico. Tanto a aquisição das palavras quanto sua seleção ocorrem por meio de relações que essas palavras estabelecem umas com as outras. É por isso que devemos reconhecer que o sentido de um item lexical sempre se constrói recorrendo a interpretações intersubjetivas entre os usuários da língua e, mais ainda, entre as possibilidades sociocomunicativas que esse item permite linguisticamente.

Uma última consideração a respeito de uma visão (socio)cognitiva de léxico é que devemos reconhecer que, quando um usuário da língua escolhe uma palavra para entrar num texto, ele não faz uso de todas as possibilidades de sentido que essa palavra tem. Ao deixar um bilhete para seu filho dizendo “Volto mais cedo para casa hoje!”, as significações da palavra ‘casa’ usadas pelo pai circunscrevem-se apenas à casa como moradia compartilhada por uma família (sentido que pode, por si só, remeter a vários outros). Ficam de fora dessa seleção outros traços do item lexical, como o local onde se nasceu, um ponto comercial, entre outros. A conclusão a que se chega é de que uma das características do léxico é corresponder a um “[...] feixe de propriedades de que lançamos mão para a criação [e utilização] das palavras [...]” (CASTILHO, 2010, p. 110). Ao selecionar um item lexical para nosso texto, recorremos cognitivamente a uma (ou mais de uma) dessas propriedades. O mesmo recurso é empregado para a criação de um neologismo.

O processo inverso também é válido para explicar a dinâmica lexical. Castilho (2010, p. 110) destaca que: “Quando expostos a uma nova palavra, identificamos nela as propriedades ativadas pelo interlocutor no momento mesmo de sua ocorrência, percorrendo o caminho inverso. A captação dessas propriedades pode ou não acontecer [...]”. Essa identificação, entretanto, não é tão automática como a afirmação pode fazer pensar. Para que essa interlocução possa acontecer, é preciso que vários sistemas de conhecimento sejam ativados pelos interlocutores. Ainda, deve-se levar em consideração as trocas sociais nas quais esses interlocutores estão envolvidos. Todas essas questões estão relacionadas à interação verbal, e serão mais detalhadas na subseção a seguir.

3.3.3 Concepção textual-interativa

Temos defendido, em diversas passagens desta Tese, que as concepções de léxico que centram sua atenção primordialmente em elementos formais (estruturais ou cognitivos) não permitem que se perceba a dimensão total do funcionamento lexical nos textos. Isso porque só se conseguem compreender os sistemas da língua em seu real funcionamento se a análise incidir sobre o texto concreto, representativo da verdadeira unidade de significação da linguagem, que é a interação. Mais ainda: apenas no quadro da interação podemos perceber a pluralidade de sentidos que esse texto é capaz de produzir. Por isso, propomos aqui uma concepção textual-interativa do léxico, dificilmente encontrada nas teorias lexicais que se propõem a estudar o sistema lexical.

Tal concepção de estudo do léxico não se limita a apontar processos de estruturação ou de significação presos à superfície textual; ela vai mais além. Seu caráter textual justifica-se porque, para o entendimento da dinâmica lexical, são observadas as relações de textualidade, voltadas à organização e à funcionalidade do texto, com olhar específico para as propriedades da coerência e da coesão. Seu caráter interativo explica-se no fato de que, para análise da textualidade, recorre-se a elementos da interação verbal, como o tema, o contexto ou o perfil dos interlocutores. O entendimento, por exemplo, da seleção lexical de um texto só é alcançado com mais propriedade se compreendermos como os itens lexicais funcionam na situação de interação, com as possíveis intenções dos interlocutores e a partir de sentidos preestabelecidos socialmente.

Originalmente, como perspectiva textual-interativa, entendemos uma vertente brasileira da Linguística Textual que se desenvolveu sobretudo na década de 1990, a partir do postulado teórico de que o texto, entendido no sentido de objeto concreto de estudo, só pode ser analisado como um processo imerso na atividade da interação verbal. Autores como Marcuschi (2007a), Koch (2007), Marcuschi e Koch (2015) e Jubran (2015) foram responsáveis pela sistematização dessa vertente teórica, principalmente no âmbito do projeto *Gramática do Português Falado*, no tratamento dos textos falados em língua portuguesa. Entender o texto no curso da interação significa levar em consideração fatores como a interlocução e o contexto comunicativo como determinantes para fenômenos que ocorrem no texto enquanto ato verbal, sendo esses fenômenos mais explícitos ou implícitos. Jubran (2015)

destaca, como explicaremos mais adiante, as relações dessa visão de língua com a Linguística Textual (com foco no texto escrito), a Análise da Conversação (com foco no texto falado) e a Pragmática (com foco na linguagem em geral, nos usos linguísticos). Ainda, há autores que não estão inclusos nessa vertente teórica, mas adotam posturas funcionalistas de análise da língua que permitem diálogos com uma visão textual-interativa, como Neves (2018) e Antunes (2012; 2018).

Partindo dessa concepção, em um quadro mais amplo de conceituação para o léxico, Antunes (2012) indica que ele

> [...] pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação. Ao lado da gramática, mais especificamente junto à morfossintaxe e à fonologia, o léxico constitui o outro grande componente da língua. Se é verdade que não existe língua sem gramática, mais verdade ainda é que sem léxico não há língua. As palavras são a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem (ANTUNES, 2012, p. 27).

As observações da autora permitem entender que o léxico, seu uso e sua aquisição estão ligados às necessidades de comunicação. Por isso, são as demandas comunicativas as responsáveis pela produção de sentidos que o léxico opera na língua. Essa é a razão para se postular que apenas no quadro da interação verbal é que se pode reconhecer a dimensão complexa que o sistema lexical representa na língua.

Outro ponto que merece atenção é o funcionamento do léxico como matéria-prima de construção das ações de linguagem. Organizamos os textos enunciados a partir de ideias centrais, responsáveis pela manutenção e pela progressão dos sentidos que pretendemos dar nessa enunciação. A materialização textual dessas ideias ocorre também por meio do sistema lexical. A escolha dos itens lexicais que irão compor os textos obedece, pois, a essas ações comunicativas, ações que influenciam a realidade a partir de sua concretização verbal. Um exemplo mais evidente disso é percebido quando elaboramos um texto técnico ou acadêmico de qualquer área. Nos gêneros textuais mais acadêmico, na esfera da linguagem, por exemplo, optamos por utilizar determinados termos que não são comuns na linguagem ordinária, como ‘sintagma’, ‘morfema’, ‘interdiscursividade’, ‘heteroglossia’, entre outros. Além de constituírem-se como marcas de determinadas

teorias, essas palavras encontram-se nos textos também para mostrar a seus leitores que o enunciador é alguém autorizado, com referências em sua área de atuação.

Esses dois aspectos característicos do sistema lexical suscitam, ainda segundo a autora, outros pontos mais específicos ligados ao papel cognitivo do léxico na construção dos sentidos na interação verbal. Essas reflexões são importantes para percebermos que uma concepção textual-interativa de léxico não descarta que ele seja visto, primeiramente, sob uma ótica sociocognitiva. Devemos relembrar, para essas reflexões, que o léxico é responsável pela representação linguística dos elementos que percebemos no mundo. Para Castilho (2010, p.109), compõem o léxico de uma língua "matrizes cognitivas armazenadas no cérebro, associadas à sua representação linguística", o que demonstra essa relação entre o linguístico e o cognitivo. Reconhece-se, pois, a insuficiência de estudar o sistema lexical sem levar em consideração uma perspectiva (socio)cognitiva da linguagem.

Por estar vinculado à construção (socio)cognitiva que o usuário da língua desenvolve na produção de sentidos na interação verbal, o léxico se situa também como um elemento de uma cultura social. Isso se comprova no fato de que, nas línguas naturais, "todas as palavras remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa" (ANTUNES, 2012, p. 28). O léxico empregado por uma pessoa, então, é reflexo direto de suas experiências socioculturais, vivenciadas principalmente em situações de interação verbal, coletivas, sociais.

Vale lembrar, ainda, que, por ser um sistema da língua relacionado a uma espécie de "memória" social, cognitiva, cultural, obtida nas experiências de interação verbal, o léxico é naturalmente plástico, maleável, passível de constantes mudanças. De acordo com Marcuschi (2004, p. 270), "é o nível da realização linguística tido como o mais instável, irregular e até certo ponto incontrolável", o que justifica a complexidade da dinâmica lexical. Acreditamos que seja essa, talvez, a característica do sistema lexical que tornou, durante muito tempo, seu trabalho na pesquisa linguística tão afastado da realidade da língua e dos usos comunicativos, reduzido à decomposição de palavras em unidades menores. Fica mais difícil explicitar o funcionamento de um sistema tão aberto e renovável como esse, sobretudo quando se concebe a língua como uma atividade rígida, marcada por uma padronização excessiva.

Retomados esses postulados iniciais, passemos à explicitação de elementos da atividade linguística que caracterizam uma concepção textual-interativa do sistema lexical. Faz-se necessário, para isso, que sistematizemos de maneira mais consistentemente a noção que assumimos de linguagem em interação. A visão teórica que adotamos

> [...] é aquela que encara a linguagem como *atividade*, como *forma de ação*, ação interindividual finalisticamente orientada; como *lugar de interação* que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes (KOCH, 2007[1993], p. 7-8, grifos da autora).

Assim, a língua é um dos meios pelos quais realizamos as mais diversas atividades comunicativas. Esses atos de linguagem geram reações em nossos interlocutores e estabelecem os mais variados vínculos entre os membros de uma sociedade. Todo texto, pois, é construído a partir de uma finalidade ligada a essas ações, com base em informações pragmáticas, contextuais, de seus interlocutores, e o papel do analista do texto é descobrir como essas finalidades interferem no processo de textualização. Neves (2018b, p. 40) nos fornece um resumo esquemático desse processo quando explica que

> [...] a expressão linguística é função: (i) da intenção do falante; (ii) da informação pragmática do falante; (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. E a interpretação do destinatário é função: (i) da expressão linguística; (ii) da informação pragmática do destinatário; (iii) da sua conjetura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha dito.

Sendo assim, são esses alguns dos critérios que o analista do texto deve levar em conta ao conceber a língua como interação. Deve-se pensar também no objetivo da análise do texto: “descrever e explicar a (inter)ação humana por meio da linguagem, a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados” (KOCH, 2007[1993], p. 10). Para isso, é importante observar que, mesmo que pareça que esse processo e todos os seus componentes são de fácil

identificação, ele é muito mais complexo, e aquilo com que o analista trabalha são pistas da interação, e não provas concretas.

A partir dessas informações, percebemos que “[...] o processo de interação verbal passa a constituir [...] uma realidade fundamental da língua” (BRANDÃO, 2004, p. 8), sem a qual não podemos explicar os sistemas da língua, incluindo-se, aí, o léxico e toda sua complexidade. Com isso, lançamos as bases para o entendimento do que caracteriza a concepção textual-interativa do léxico, concebida por nós a partir de um aparato teórico desenvolvido pela Linguística Textual.

Ressaltamos aqui que, quando nos referimos à Linguística Textual, não estamos tomando a disciplina em suas fases iniciais, dedicadas ao estudo de uma análise transfrástica ou de uma gramática gerativa do texto, nos moldes realizados sobretudo na década de 1970 (BENTES, 2001). Pautamo-nos em uma terceira fase: o desenvolvimento de teorias do texto que objetivam compreender, a partir de diferentes visões, os processos que caracterizam a dinâmica textual de produção de sentidos, com vistas ao estabelecimento da textualidade.

Jubran (2015) descreve os postulados de uma descrição textual-interativa da gramática do português falado, modelo do qual aproveitamos alguns aspectos. Sobre a perspectiva da Linguística Textual, a autora destaca:

> A perspectiva que selecionamos para o tratamento de nosso objeto de investigação é a das fases posteriores de desenvolvimento da Linguística Textual, nas quais se busca o enfoque linguístico-pragmático, refletido na concepção de texto como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro do processo interacional (JUBRAN, 2015, p. 34).

Essa visão, para nós, ganha especial importância pelo fato de o nosso objeto de investigação ser o texto escrito. Dentre as disciplinas que Jubran (2015) aponta como base para reflexões textual-interativas, a Linguística Textual voltou sua atenção principalmente para os problemas referentes ao texto escrito, enquanto a Análise da Conversação voltou-se ao texto falado, e a Pragmática, à dinâmica da linguagem em geral, na percepção dos contextos de uso das formas linguísticas e suas consequências na linguagem e na sociedade. Nesta Tese, o objeto investigado é a dinâmica lexical no processamento do texto escrito, o que justifica seu enquadre teórico na Linguística Textual, na sua perspectiva da interação, em sua interface com a Lexicologia.

Um pressuposto central da concepção textual-interativa é que “[...] os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística, pela introjeção natural da atividade discursiva no processamento verbal de um ato comunicativo” (JUBRAN, 2015, p. 33). Ou seja: é importante lembrar que a concepção textual-interativa não advoga um estudo dicotômico entre sistema linguístico (incluindo o lexical) e o interacional. Esses dois sistemas funcionam articulados, um dentro do outro, cada qual fornecendo os elementos necessários para definição das competências tanto linguísticas quanto comunicativas. O léxico, nessa visão, assume um papel central na medida em que ele é o reflexo mais verificável das relações da língua com o extralinguístico. O fato de os itens lexicais revelarem maior capacidade referencial e predicativa dentro do sistema linguístico prova que é a partir do léxico que melhor podemos perceber toda essa dinâmica interacional da língua.

Também se faz necessário entender que, dentro do quadro da interação verbal manifestado em textos, os sentidos e as intenções são mediados (e não estabelecidos) pelo léxico (e, ainda, pela gramática). Não podemos entender que está apenas no próprio item lexical a carga de significação que estabelece elos entre linguagem e realidade, que é responsável por instituir a interação. O processo é inverso: são as propriedades da interação que vão utilizar o sistema lexical para processar os textos e neles marcar seus elementos constitutivos. Entendemos os itens lexicais, então, como pistas de contextualização de que o interlocutor vai precisar para entender os sentidos que as situações comunicativas pretendem estabelecer. “Ressalta-se, assim, a visão de linguagem como manifestação de uma competência comunicativa, definível como capacidade de manter a interação social, mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente” (JUBRAN, 2015, p. 32). Ao mesmo tempo em que garante a interação, a língua (incluindo o sistema lexical) é utilizada e interpretada nesse processo interativo, atendendo a exigências emergidas na própria sociedade.

Reconhecemos, admitindo que a língua se constrói na interação e o léxico só é compreendido plenamente pela via interacional, que a unidade de análise legítima da língua é o texto e que, para analisar o papel do sistema lexical no processamento das informações do texto, algumas noções teóricas de textualidade tradicionalmente estudadas pela Linguística devem ser ampliadas. Por isso, são aspectos da textualidade que devem iniciar uma análise linguística que se proponha a compreender o real funcionamento do léxico. Passemos, então, à teorização sobre:

(i) o papel do interlocutor na dinâmica lexical; (ii) as relações entre léxico, contexto e significação; (iii) o léxico como fator de textualização; e (iv) os critérios relacionados à atividade de seleção lexical para os textos escritos.

Na teorização sobre a dinâmica do processo interacional, Bakhtin (1986) levanta considerações sobre o caráter dialógico da linguagem, que é invariavelmente estabelecida nas relações entre interlocutores. Sobre esse aspecto, é célebre a passagem que reproduzimos a seguir:

> Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1986, p. 113).

As observações do autor russo, ao utilizar o termo ‘palavra’, referem-se, na realidade, a toda a linguagem, observada como uma espécie de jogo interacional entre os participantes da comunicação. A interação verbal é simbolizada linguisticamente pela palavra, que é entendida como elo entre interlocutores, estabelecendo uma espécie de diálogo constante entre eles, qualquer que seja a situação de linguagem. Essa ideia explicita o caráter dialógico da linguagem, chave do pensamento bakhtiniano, que compreende a natureza da língua e todos os seus fenômenos no âmbito da interação.

Para a concepção textual-interativa que discutimos aqui, a ideia do dialogismo bakhtiniano nos auxilia a compreender o papel dos interlocutores no processamento textual. A palavra, tomada agora por nós como o item lexical, é responsável por imprimir no texto (a materialidade da língua) as pistas dos sentidos, das intenções comunicativas, das ideologias e identidades dos interlocutores, das pressuposições; tudo isso é (re)significado no(s) momento(s) da produção e da leitura.

Há, com isso, uma consequência para a constituição do significado dos itens lexicais nos textos. O sentido de um item lexical depende também do sujeito, como destaca Marcuschi (2004, p. 269): “A depender do ponto de vista dos interlocutores, vamos construir os seres e objetos do mundo de uma ou outra forma”. Tomemos,

para ilustrar essa questão, um caso que constantemente vem tendo repercussão na mídia e nas redes sociais: a utilização do item lexical ‘golpe’ para designar o processo político que culminou em mais de 20 anos de uma ditadura militar no Brasil. Enquanto parte dos brasileiros tem consciência de que o que foi articulado, em 1964, foi um golpe militar, outra parte, ligada a ideais nazifascistas, prefere chamar o fato de ‘revolução democrática’. Para esse segundo grupo, então, o item lexical ‘golpe’ não carrega traços de realidade, enquanto que, para o primeiro grupo, ele é a melhor expressão para o que ocorreu naquela época.

A partir do exemplo descrito, fica evidente que a linguagem (e o mundo, por consequência) são construídos sociointeracionalmente na cognição dos interlocutores. Marcuschi (2004, p. 270), nesse sentido, argumenta:

> Conhecer um objeto como *cadeira, mesa, bicicleta, avião, livro, banana, sapoti* não é apenas identificar algo que está ali, nem usar um termo que lhes caiba, mas é fazer uma experiência de reconhecimento com base num conjunto de condições que foram internalizadas numa dada cultura. O mundo de nossos discursos (não sabemos como é o outro) é sociocognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da organização desse mundo. (grifos do autor)

Assim, o modo como organizamos o mundo e, por consequência, textualizamos ideias, produzimos significados é discursivamente orientado, entendendo discurso, nesse caso, como o próprio texto em que ocorrem os fenômenos linguísticos. Isso significa que os sentidos de um item lexical não são apriorísticos, isto é, não são estabelecidos total e originariamente pelo próprio sistema da língua (como nos faz crer uma abordagem de semântica formal). O que ocorre, na verdade, é que o sistema fornece múltiplas possibilidades formuladas já em interações diversas; e essas possibilidades vão se multiplicando em outras interações, sendo resgatadas, modificadas ou ressignificadas. Castilho (2010, p. 110) argumenta nessa mesma linha quando destaca que as propriedades do sistema lexical “[...] não são apriorísticas, não representam uma espécie de ‘pacote’ que recebemos pronto, assumindo-se aqui, ao contrário, que esse tipo de conhecimento linguístico é continuamente refeito nas situações concretas de fala”. Acrescentamos que o papel social dos interlocutores interfere na construção dessa significação, e isso terá reflexos evidentes na superfície textual, com a escolha de

determinados itens lexicais, ou mesmo de arranjo gramatical. Marcuschi (2003a, p. 20) fundamenta mais detalhadamente essa questão:

> Para que não pairem dúvidas, frisamos que ao postularmos que uma língua não providencia uma semântica para o léxico, não estamos dizendo que as palavras são vazias de sentido, mas que o sentido por nós efetivamente atribuído às palavras em cada uso é providenciado pela atividade cognitiva situada. Assim, a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sociocomunicativas. Portanto, a língua não tem uma semântica determinada e a cognição não é apenas um fenômeno mental.

As observações do linguista reafirmam a noção de que o item lexical não é vazio de sentidos, mas oferece indícios, possibilidades de significação que são recuperadas e significadas em cada atividade verbal. No processo de textualização, são os interlocutores que decidem que propriedades do léxico serão ativadas na interação, realizando movimentos de ativação, desativação e reativação de significados. Ressaltamos ainda que essa negociação de sentidos entre os interlocutores não acontece livremente em qualquer interação. Ela obedece a critérios situacionais, vinculados principalmente ao contexto (e ao gênero textual, em certa medida) no qual aquela interação se enquadra. Acreditamos, assim, que o contexto funciona como uma espécie de limitador dos sentidos do léxico, moldando inicialmente as escolhas dos interlocutores. Ao contexto, evidentemente se somam outros fatores, como as experiências vividas e partilhadas pelos interlocutores, os efeitos de sentido e inferências recorrentes na língua, o assunto abordado no texto, etc. Tudo isso contribui para o sentido final que será atribuído ao texto, que, mesmo assim, encontra-se em processo, nunca sendo entendido como um produto acabado.

Diante dessas considerações, uma observação ainda se faz pertinente. Mesmo numa visão textual-interativa, o sistema da língua não deixa de ser levado em consideração, afinal é o léxico um subsistema desse próprio sistema maior, o mais prenhe de significados extralinguísticos entre todos os outros. É por isso que se reconheceu que as palavras não são vazias de significado. Uma concepção textual-interativa não elimina o estudo da materialidade do texto em deferência apenas aos aspectos contextuais. Esses dois sistemas, o linguístico e o extralinguístico, complementam-se e são necessários para o analista do texto,

entendido como um evento comunicativo historicamente situado. Antunes (2012, p. 52) reconhece essa dupla funcionalidade do léxico:

> Nessa percepção de totalidade, as palavras são vistas, simultaneamente, como unidade da língua e como unidades do discurso. Seus sentidos são definidos tanto pelo sistema lexical da língua quanto pelos contextos de sua atualização discursiva, o que implica admitir que as palavras, se são providas de um significado desde o sistema da língua, são também suscetíveis de sofrer variações na dependência das situações de interação [...].

A mesma plasticidade identificada no sistema lexical para a formação de novos itens é válida para a atribuição de significados desse sistema no texto, que se mostra assim flexível e variável. Essa dupla natureza do sistema lexical estabelece, ainda, padrões de uso, a partir tanto do linguístico quanto do extralinguístico. Esses padrões correspondem às diversas classes de palavras, que devem ser entendidas não apenas do ponto de vista estrutural, como o fez a Tradição Gramatical, mas do ponto de vista do texto, em diversas funções na dinâmica lexical (AZEREDO, 2010).

No que diz respeito ao papel do léxico na textualização, processo de materialização de sentidos em um texto concreto, também devemos levar em conta que esse é um processo interacional. Henriques (2011) destaca que a textualização do léxico no tempo e no espaço obedece a critérios variados de uma combinação entre todos os itens lexicais (além do sistema gramatical). O significado das palavras também obedece a essa combinação: “[...] a compreensão do significado mostrará que o que começa em cada parte de uma UNIDADE LEXICAL só termina mesmo quando se chega à UNIDADE DO TEXTO” (HENRIQUES, 2011, p. 76, grifos do autor). Em outras palavras: o léxico só é compreendido realmente se observado na unidade textual, reafirmando que, apenas no sistema linguístico geral, não temos noção exata e completa da dimensão do léxico. Só a unidade de texto constituinte do texto é que pode fornecer ao analista dados mais relevantes para o estudo do léxico.

Em nossas considerações, adotamos a seguinte ideia para a conceituação do texto e do processo de textualização enquanto objetos de análise:

> Tomando-se o **texto** como um evento comunicativo em que atuam princípios gerais de organização para produção de significações e acesso a sentidos, considera-se o **processo de textualização** como

> um enquadre condicionante de ações que regulam relações linguísticas, sociais e cognitivas, entre as quais figura de modo crucial a seleção lexical para o funcionamento intersubjetivo do texto. O processo de textualização diz respeito sobretudo a estratégias para produção de sentido e não a regras de boa-formação textual. Seguramente, aqui também entra o gênero textual como um regulador de grande influência (MARCUSCHI, 2003a, p. 6-7, grifos do autor).

A definição de texto de Marcuschi (2003a) levanta a existência de uma confluência de elementos que definem seu estatuto como tal. Tais elementos caracterizam o processo de textualização dentro de um enquadre específico, que é a interação verbal. O analista do texto, então, deve entender o funcionamento desses elementos para estudar a dinâmica textual. Dentre esses elementos, o que tem particular importância, por ser o mais propenso à identificação de pistas de contextualização, é a seleção lexical, foco de análise desta Tese.

Marcuschi (2003a, p. 7) define a seleção lexical como a ação relacionada aos "[...] elementos linguísticos que operam no texto vinculados à produção de sentido". Somam-se a esses elementos outros, de natureza sociopragmática e (socio)cognitiva, que definem que itens lexicais são escolhidos para compor a superfície textual e quais deles não são selecionados para isso. "A seleção lexical constitui um nível central ligado à **atividade de produção de sentido**" (MARCUSCHI, 2003a, p. 7). Ela está ligada ao processo maior da textualização e obedece a alguns critérios. Cardoso (2015) assim resume essa questão:

> Os falantes de uma língua têm à sua disposição todo o conjunto lexical e dele podem extrair as palavras que desejam para expressar suas ideias, sentimentos etc. Embora todas as palavras pertençam igualmente a esse enorme conjunto, as escolhas lexicais são limitadas pelas circunstâncias. É preciso, muitas vezes, seguir determinados padrões preestabelecidos pela sociedade e reproduzir esses modelos. Delimitam, portanto, as escolhas lexicais o momento histórico, o lugar, a idade, o sexo, a profissão, o grau de instrução, o status socioeconômico e muitos outros fatores (CARDOSO, 2015, p. 118).

Antunes (2012), por sua vez, lista alguns dos fatores de seleção lexical, como o assunto/tema, o propósito interacional, o gênero textual, o suporte, o interlocutor, a modalidade, o grau de monitoramento e o contexto. Tais elementos são interdependentes na definição da seleção lexical, e serão aqui separados apenas

para a formulação de um aparato teórico-analítico. Já explicamos o papel dos interlocutores nesse processo; sobre o gênero textual, aprofundaremos essa relação mais adiante. Entendamos, agora, como os demais fatores colaboram com a seleção lexical.

Como os itens lexicais já trazem consigo determinadas propriedades adquiridas pelos interactantes em experiências de comunicação anteriores, alguns deles são agrupados a partir de seus sentidos nas dinâmicas sociais de uso da língua, o que denominamos de campo semântico ou lexical, assim definido por Polguère (2016, p. 228): "O campo semântico de S – campo semântico da cozinha, do esporte, dos sentimentos – é um grupo de lexias cujas definições têm o mesmo significado 'S' – 'cozinha', 'esporte', 'sentimentos'"[15]. Ou seja: o campo semântico de uma unidade lexical corresponde a ela e a todas as outras unidades lexicais que carregam consigo algum traço básico de significado em comum. Essa correlação é eminentemente interacional, tendo em vista que é consolidada culturalmente, nas trocas sociais entre as pessoas, e individualmente, com os usuários da língua imersos de situações comunicativas por natureza interacionais.

Os grandes significados a que Polguère (2016) se reporta na delimitação do campo semântico correspondem às áreas da sociedade em que ocorrem as interações verbais. É dentro dessas áreas que se definem o assunto e o tema de um texto. Como compreende Antunes (2012, p. 53), "[...] o próprio tema funciona como um limite, como um esquema a partir do qual escolhemos umas e não outras palavras [...]". Isso significa reconhecer que as escolhas feitas pelos interlocutores para a significação das palavras não são tão livres ou intersubjetivas, porque passam primeiro por alguns limites impostos pelo próprio texto e pelo sistema. Um exemplo claro dessa situação está na palavra 'Morfologia', interpretada distintamente em um artigo científico da área da Linguística e outro da Medicina. Embora a base de significado da palavra permaneça a mesma (estudo das formas), ela é utilizada diferentemente nessas duas áreas do conhecimento (formas de palavra, na Linguística, e formas do ser humano, na Medicina).

Outro critério de seleção lexical é o propósito interacional do texto. A escolha por um ou outro item lexical pode estar interligada ao objetivo do texto enunciado,

[15] Texto original: "Le champ sémantique de S – champ sémantique de la cuisine, du sport, des sentiments... – est un regroupement de lexies dont les définitions ont en commun le sens 'S' – 'cuisine', 'sport', 'sentiment'..." (tradução nossa).

considerando aqui apenas a ótica do autor, uma vez que disso deriva o próprio esquema lógico (mental) que construímos previamente para elaborar um texto. Esse próprio projeto já delimita as palavras que podem ou não entrar em um texto, sob o risco de não lograrmos êxito com nosso propósito, caso haja deslizes na escolha dos vocábulos. Essa escolha pode ser prévia, feita no momento mesmo da concepção do projeto de texto, ou pode acontecer no momento da revisão que o próprio autor faz de seu texto antes de “finalizá-lo”. É o caso, por exemplo, de um advogado que elabora uma peça para incriminar alguém e se utiliza apenas de palavras que reforcem os aspectos negativos do acusado, sem dar destaque para nenhum elemento positivo. A esse respeito, é importante lembrar que a escolha lexical nem sempre garante o êxito do propósito comunicativo de um texto, pois a compreensão das ideias desse texto nunca está centrada apenas no autor, mas, sim, em sua interação com o próprio texto e o leitor.

A modalidade da língua em que o texto se encontra, atrelada ao contexto interacional, também é um fator que auxilia na seleção lexical. Em nossa cultura, alguns itens lexicais são mais facilmente encontrados nos textos falados, em sua modalidade mais coloquial, como no caso das gírias ou de apelidos, enquanto outros são mais frequentes na escrita, como termos técnicos. O enunciador do texto leva isso em consideração no momento da elaboração, uma vez que ele infere que seu interlocutor já espera que ele tome essas decisões. Além disso, “O fato de a escrita acontecer na ausência do interlocutor, e com menos dependência contextual, leva à escolha de palavras que possam suprir, com sucesso, os elementos contextuais em falta ou apenas presumidos” (ANTUNES, 2012, p. 56). Reconhece-se, pois, que, no texto escrito, os itens lexicais geralmente necessitam de uma maior precisão semântica, oferecendo menos possibilidades de significação do que os itens lexicais do texto falado. Essa propriedade é ainda mais evidente observada nos textos de escrita formal.

Relacionado ao fator da modalidade, está o grau de monitoramento dos interlocutores no momento da interação. Um mesmo usuário da língua, a depender das pressuposições de monitoramento a que ele julgar estar submetido, produzirá um texto mais (ou menos) formal ou informal. Essas escolhas recaem também na seleção lexical, como observa Antunes (2012, p. 57):

> A harmonia que se espera entre o texto e contexto se expressa também pela adequação do nível de formalidade das palavras. Palavras menos comuns, palavras mais técnicas, palavras mais específicas de determinada área respondem às exigências de um evento mais formal, como, por exemplo, uma conferência ou uma defesa de tese.

A partir dessas constatações, retomamos a ideia de que todos os critérios de seleção lexical são inter-relacionados. Nos exemplos apresentados por Antunes (2012), percebemos que simultaneamente são considerados, além do grau de monitoramento, o gênero textual (ao citar uma conferência ou defesa de tese) e o assunto (ao citar a presença de palavras técnicas). De todos esses critérios discutidos até então, há um mais geral que estabelece ligações com todos os outros: o contexto.

Entendemos o contexto no sentido de enquadre interativo defendido por Tannen e Wallat (2013), que o concebem como a percepção dos interlocutores de qual seja a atividade de comunicação desenvolvida no momento da interação. Essa noção mostra que nosso entendimento de contexto está muito ligado às relações entre os interlocutores e ao tipo de atividade comunicativa em curso. As autoras explicam:

> A noção interativa de enquadre se refere à definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado. Para usarmos o exemplo clássico de Bateson, um macaco precisa saber se uma mordida de um outro macaco deve ser entendida dentro do enquadre da brincadeira ou do enquadre de luta. As pessoas constantemente se deparam com essa mesma tarefa interpretativa. Para compreender qualquer elocução, um ouvinte (e um falante) deve saber de qual enquadre ela foi composta [...] (TANNEN; WALLAT, 2013, p. 188).

A ideia de contexto com a qual trabalhamos, então, equivale à noção de enquadre que as autoras especificam para o texto falado. No texto escrito, nosso campo de investigação, o contexto é refletido no processo de textualização pelo enquadre tópico, que proporciona, segundo Marcuschi (2003a), o processamento das significações e escolhas lexicais nas atividades sociointeracionais. O contexto, dessa forma, equivale à situação percebida pelos interlocutores.

Vistos os pressupostos centrais da concepção que denominamos de textual--interativa, podemos resumir, pois, o papel do analista do texto/léxico à interpretação das pistas de contextualização presentes na materialidade linguística que compõe o texto. Essas pistas são definidas por Gumperz (2013, p. 152) como “[...] todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais”. Uma perspectiva textual-interativa entende que os itens lexicais, como substantivos, adjetivos e verbos, funcionam como sinais ou pistas dos sentidos e das intenções expressas na interação verbal.

Para finalizar esta subseção, passemos à caracterização de substantivos, adjetivos e verbos a partir do aspecto textual-interativo. É válido lembrar que suas funções textual-interativas não anulam seu funcionamento estrutural e cognitivo, como se pode, erroneamente, fazer acreditar. Trata-se apenas de uma dimensão mais ampla dessas classes, que leva em conta seu papel como pistas de contextualização.

Antunes (2012, p. 30) reconhece que o sistema lexical “[...] de uma língua não se resume a uma lista – transparente e precisa – de palavras com que se dá nome a essas coisas. Ou seja, o léxico não é um conjunto de etiquetas com que se marca, com que se nomeia ou rotula as coisas ao nosso redor”. Com essa observação, a autora fornece a ideia central de funcionamento dos substantivos. Em uma concepção textual-interativa, essa classe de palavra assume importância por ser considerada, em comparação com as outras classes, a que geralmente possibilita maiores possibilidades de significação para a elaboração de um sentido lexical, ligado ao universo extralinguístico, que extrapola o sistema. Sua capacidade referencial, na textualização de *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003), mostra que o substantivo marca, na interação, um maior número de possibilidades discursivas, sendo responsável pela organização tópica, aspecto central na delimitação da textualidade.

Neves (2018a) entende o substantivo como um item lexical composto de múltiplos (mas não infinitos) traços semânticos sociointeracionalmente construídos nos textos. Ao escolher um substantivo para compor a materialidade do texto, o usuário da língua faz uma seleção de qual desses traços atende melhor ao que se espera na interação em que o texto se desenvolve. Esse procedimento também é feito levando-se em conta uma pressuposição de interpretações por parte do interlocutor. Neves (2018a) ainda demonstra que um trabalho de Semântica Lexical,

por exemplo, ao fazer o levantamento dos traços semânticos de um item lexical, não promove senão uma listagem dessas propriedades dos substantivos. A autora reconhece basicamente duas funções textual-interativas gerais para o substantivo, “as funções SUBSTANTIVAS de denominação (= ser o nome de algo) e de referenciação (= construir referência a algo, em um discurso)” (NEVES, 2018a, p. 226, grifo da autora). De maneira geral, os substantivos próprios são responsáveis ainda pela denominação, enquanto os substantivos comuns constroem apenas a referenciação.

Sobre o adjetivo, a autora destaca sua funcionalidade no texto, em “[...] seu papel na composição descritiva dos enunciados, o papel de atribuição de propriedades a um substantivo” (NEVES, 2018a, p. 280). Ela também evidencia que o adjetivo pode atuar junto ao substantivo indicando qualificação ou tipificação, numa distinção entre adjetivos qualificadores e classificadores. Lima (2014) acrescenta a essa classificação a observação de que os adjetivos trazem uma contribuição às narrativas na descrição de seus elementos, como personagens e objetos. Outra função textual dos adjetivos é marcar a avaliatividade do autor em relação a temas e pessoas inseridos ne rede referencial do texto.

Outro item lexical abordado em Neves (2018a) é o verbo, compreendido como uma representação semântica dos eventos do mundo, que são categorizados em dinâmicos e não dinâmicos. O verbo é o principal elemento da predicação, processo por meio do qual se arranja sintaticamente a sentença, a partir das relações entre seus elementos. Nosso entendimento de predicação também é interacional, uma vez que acreditamos que a seleção dos predicados que compõem uma sentença (e, consequentemente, um texto) não é simplesmente semântica, baseada na cognição, mas, sim, que ela obedece também aos mesmos critérios de seleção que foram explicados para os itens lexicais em geral, como o gênero textual e o propósito comunicativo.

A partir desse funcionamento, é por isso que a autora observa: “Insista-se em que um mesmo VERBO, conforme as relações que assuma com os participantes da predicação, pode definir-se diferentemente em distintos textos” (NEVES, 2018a, p. 154, grifo da autora). Essa ideia sustenta o fato de que os verbos comportam-se distintamente em cada situação interativa específica e que, como aponta Borba (2003), quanto mais frequente for um verbo na língua, maior é sua possibilidade de

variação contextual, embora se reconheça que é sempre na predicação que ele se mostra saliente na dinâmica lexical.

3.4 Relações do léxico com outras dimensões da linguagem

O estudo das concepções de léxico nos permitiu conhecer uma série de relações que esse sistema linguístico mantém com outros sistemas, dimensões e fenômenos da língua e fora dela.

O primeiro deles foi perceber que o léxico compõe, junto ao sistema gramatical, o núcleo de uma língua, a partir do qual funcionarão os fenômenos textuais, em seus contextos de uso da linguagem. Observamos ainda que a aquisição e o uso dos itens lexicais estão subordinados a demandas culturais da sociedade. Por isso, também a estruturação e o significado desses itens dependem da uma dinâmica sociocultural, altamente variável e heterogênea. Por fim, se defendemos que o léxico só mostra sua real dimensão se for observado no quadro da interação verbal, é necessário que compreendamos as relações que esse sistema estabelece dentro dos textos, nas múltiplas práticas sociais de uso das linguagens.

Tendo em vista tais observações, passemos a uma teorização mais aprofundada sobre as relações do léxico com: (i) a gramática; (ii) a cultura, a ideologia e a variação linguística; e (iii) os gêneros textuais e seus respectivos domínios discursivos.

3.4.1 Léxico e gramática

O léxico e a gramática são vistos inicialmente como dois subsistemas do sistema linguístico de um idioma. O léxico, conjunto de palavras, seria registrado nos dicionários, enquanto a gramática, conjunto de regras, seria registrada nos compêndios gramaticais. Pelas próprias observações que construímos aqui a respeito da dinâmica lexical, podemos perceber que as dimensões lexical e gramatical não são tão simples quanto parecem, guardando muito mais intersecções do que dicotomias. Vários autores tentaram sintetizar essa relação, e é a partir dessas teorizações que vamos postular as noções de léxico e gramática assumidas por nós.

Primeiramente, é necessário explicar de que léxico estamos falando quando fazemos a distinção entre léxico e gramática. O léxico pode ser entendido, aqui, como o conjunto total de palavras do idioma; ele inclui, nesse sentido, todos os tipos de palavras e morfemas, além de prever mecanismos de sua própria ampliação. Borba (2003) chama esse conjunto de léxico total, dentro do qual há dois subsistemas, o lexical e o gramatical. Segundo o autor,

> [...] o léxico total se compartimenta em dois grandes subconjuntos – o das palavras lexicais e o das palavras gramaticais. As primeiras são aquelas que relacionam o sistema de noções da língua com o mundo exterior, uma vez que cada item desse sistema é uma representação da realidade extralinguística. As segundas constituem-se de um sistema de noções que se realizam no interior do sistema. Por isso se diz que as palavras têm significação lexical (ou externa) e gramatical (ou interna). As primeiras, por constituir uma lista aberta, são quantitativamente superiores às segundas, que formam uma lista fechada (BORBA, 2003, p. 46).

A principal diferença, pois, entre os dois sistemas reside no campo da semântica, uma vez que é a capacidade relações de sentido palavras com o mundo extralinguístico que vai incluí-las em um dos dois sistemas, resultando em diversas outras características para os dois grupos. A primeira delas, relacionada à ligação que as palavras lexicais têm com o mundo extralinguístico (mediada pela interação), diz respeito a sua ampla renovação. A toda hora, uma palavra lexical é criada, enquanto outras perdem frequência de utilização. No sistema das palavras gramaticais, isso é bem mais raro, tendo em vista que esse grupo de palavras instrumentais corresponde a uma lista menos aberta que herdamos de fases anteriores do nosso idioma. Quando nos referimos, neste trabalho, aos itens lexicais, estamos sempre nos remetendo às palavras do sistema lexical, mais dinâmico e contextualmente mais expressivo.

Para o processo de textualização, entretanto, esses dois sistemas têm muita relevância, porque é nas interligações de uso de palavras lexicais e gramaticais que expressamos sentidos e intenções, construímos orações, períodos, parágrafos e textos. Enquanto, no léxico, organizamos o texto mais sob o ponto de vista de sua vinculação com a realidade extratextual, o contexto, na gramática, organizamos o texto mais sob o ponto de vista interno ao sistema, marcado por relações estruturais entre as ideias. Esses dois sistemas contribuem de maneira diferente para o fluxo

informacional do texto, mas um depende do outro para que se concretize o processo de textualização. Essa informação é corroborada por Antunes (2012, p. 112), quando explica que

> [...] os sentidos e as intenções expressos em qualquer texto resultam não apenas do conjunto das unidades lexicais que escolhemos (a rigor, substantivos, adjetivos, verbos), mas também das relações que, pela presença de unidades da gramática, são estabelecidas entre aquelas unidades. Quer dizer, do ponto de vista linguístico, o global entendível a partir dos elementos linguísticos de um texto é fruto de vinculação entre léxico e gramática.

Assim, para compreender o sentido global de um texto, não podemos isolar esses sistemas, pois isso faria com que houvesse falhas na interpretação. Apenas quando se quer discutir uma questão específica vinculada ao léxico ou à gramática, o analista vai isolar os respectivos sistemas. Esse isolamento, no entanto, não é total, porque é a composição geral do texto que vai definir a configuração das palavras empregadas, o que nos leva a postular que, mesmo que se pretenda dar um tratamento específico ao sistema lexical, não se pode deixar de investigar também sua relação com o sistema gramatical do texto, expresso principalmente nas ligações construídas entre as palavras ou blocos de informação.

Outro ponto que é central na consideração dos sistemas lexical e gramatical no processo de seleção é a frequência lexical, quantidade de vezes que uma palavra aparece em um texto (ou na língua). Por causa da própria dinâmica lexical, que é mais aberta e instável, diferentemente da dinâmica gramatical, mais estática, há diferenças consideráveis na frequência com que essas palavras são encontradas tanto em um texto específico quanto na língua em geral. Partindo da noção de que o sistema lexical é constituído de uma lista aberta de palavras, Borba (2003, p. 46) destaca:

> Dessa propriedade [a produtividade lexical] resulta a obrigatoriedade de ocorrência de palavras gramaticais em qualquer texto e a eventualidade de palavras lexicais. Ou, em outras palavras, a ocorrência de uma palavra lexical num texto depende da temática, do assunto do discurso, e da de uma palavra gramatical, não, já que é a que estabelece as relações intra e interdiscursivas. Por isso também, a frequência das palavras gramaticais é muito maior do que a das palavras lexicais. A circulação do léxico é marcada, primeiro, por essa diferença de frequência e, depois, pela polissemia que atinge o

> léxico como um todo, mas em graus diferentes em cada um desses universos lexicais.

Com isso, Borba (2003) pretende mostrar que, em um texto específico, sempre vão ocorrer itens gramaticais de todos os tipos, independentemente do tema e de outras componentes desse texto. Além disso, como o conjunto das unidades da gramática é menos numeroso na língua, elas acabam aparecendo com mais frequência nos textos, uma vez que os usuários dispõem de um leque menor de opções para utilização. Do outro lado, como os itens lexicais sempre estão atrelados a um tema específico, eles geralmente tendem a aparecer em consonância com o tema do texto. Ademais, como o conjunto das unidades do léxico é incalculável e a cada dia surgem novas palavras, a frequência com que um item lexical específico aparece nos textos é menor. Por isso, deve-se investigar critérios de seleção lexical a partir de fatores mais diversificados, diferentemente da seleção gramatical, que é bem mais restrita.

A partir das observações aqui empreendidas, podemos perceber que, por meio do sistema lexical e do gramatical, há diferentes possibilidades comunicativas ou de textualização. Passemos, então, a uma caracterização mais detalhada desses dois sistemas para entender como eles funcionam na língua.

Perini (2016) faz uma distinção entre os significados possibilitados pelos dois sistemas. Enquanto o significado lexical, para o autor, evoca esquemas mentais específicos, permitidos pela interação verbal, o significado gramatical é possibilitado pelas construções e associações que se desenvolvem no interior do texto, oportunizando diferentes possibilidades de significação em relação ao primeiro grupo.

Mendes (2013, p. 257) explica que os itens lexicais mostram tendência a “apresentar um significado descritivo, denotador de entidades, propriedades, eventos, estados, etc.”, estabelecendo relações com o mundo extralinguístico e, por isso, proporcionando remissão para fora da linguagem, com as entidades que circulam socialmente e suas diversas propriedades. Os itens gramaticais, ainda segundo a autora, são caracterizados por “ter um significado que codifica algumas áreas semânticas particulares, como tempo, modo, aspecto, número, gênero, ou a ter uma função estruturadora da frase e do discurso” (MENDES, 2013, p. 257), marcas do sistema intralinguístico que, embora também reflitam os elementos

envolvidos na interação, fazem-no de maneira mais genérica, funcionando, *a priori*, em qualquer contexto de interlocução. Raposo (2013, p. 333), sobre esse aspecto, argumenta que

> [...] os membros das classes gramaticais têm essencialmente uma função estruturadora, quer ao nível da frase quer ao nível do discurso. Quando apresentam valores semânticos, estes são altamente codificados, formando um conjunto paradigmático e fechado em campos semânticos especializados (p.e., as preposições da área espacial e temporal). Esses campos semânticos, quando comparados com os campos semânticos que caracterizam as classes lexicais, não se deixam definir de modo tão claro em termos descritivos extralinguísticos.

Mostra-se, com isso, que o significado lexical é pretensamente discretizável, ou seja, pode-se decompor em traços de sentido mais ou menos padronizados, motivo pelo qual seu estudo, durante muito tempo, resumiu-se à identificação desses traços discretos de sentido preestabelecido e fixado na língua antes mesmo da concepção dos textos. Numa concepção textual-interativa de estudo do léxico, essa discretização permanece, mas agora encarada de maneira mais complexa, sem que se consiga recuperar todos esses traços pré-textuais, como significados cristalizados nas palavras.

Na estruturação da frase, marcada no processo de predicação, também esses dois sistemas se inter-relacionam. Neves (2002, p. 125-126) explica que “[...] as classes gramaticais nada mais são do que instrumento de realização das classes maiores (nome, verbo, adjetivo e alguns advérbios), uma vez que é a elas que a valência se aplica e é a uma delas que o ‘caso’ se refere”. Por isso, os itens gramaticais também são chamados de palavras instrumentais, que atuam para cumprir determinadas funções além dos itens que não constituem a predicação. O fato de a autora entender as classes de unidades do léxico como maiores relaciona-se a outro: o fato de que a significação por elas permitida no texto é mais nuclear, mais referencial em relação as ideias do mundo extralinguístico. Basicamente, essas palavras são itens plenos, responsáveis pela textualização dos elementos de uma realidade sociointeracional e, por isso, carregam as informações mais importantes em um texto, ficando a cargo das classes de unidades gramaticais, itens instrumentais, a organização e hierarquização dessas ideias.

Mendes (2013) ainda aponta que, enquanto os itens lexicais não dependem de nenhum outro elemento da língua para ter seu sentido mínimo apreendido pelos usuários do idioma, ou seja, têm autonomia fonológica, morfológica e sintática, os itens gramaticais só conseguem ser compreendidos minimamente se postos em uma frase, junto a outros elementos, tendo menor autonomia fonológica e morfossintática. Também os itens lexicais recebem marcas de flexão verbal ou nominal para indicar noções gramaticais das palavras; por sua vez, os itens gramaticais, em sua maioria, não têm esse tipo de marca. A Morfologia da língua, aliás, funciona quase que exclusivamente no sistema lexical. Somado a isso, a autora também diferencia as classes lexicais e gramaticais. Enquanto as primeiras correspondem a sistemas mais abertos, em que entram e saem palavras continuamente, as segundas compõem um sistema mais restrito de elementos linguísticos.

Diante de todas as observações propostas, resumidamente, podemos definir os itens lexicais como

> [...] as unidades cujo significado remete às coisas, aos fenômenos do mundo da experiência, do mundo extralinguístico, a seus modos de existir, a suas propriedades e manifestações; estabelecem, portanto, a vinculação entre a língua e a experiência; têm índices de frequência variáveis, pois dependem do gênero [textual] e do tema em desenvolvimento (ANTUNES, 2012, p. 32).

Essas características demonstram que o sistema lexical é definido a partir de múltiplos elementos da interação, além da própria complexidade que já carrega o sistema linguístico. Ele é, então, um campo de investigação mais propício à compreensão da dinâmica interacional dos textos.

Por sua vez, os itens gramaticais podem ser definidos como

> [...] as unidades cujo significado remete ao interior do próprio sistema linguístico, constituindo-se em índices da função e da relação que as formas constituintes de um enunciado exprimem; são de alta frequência e costumam ocorrer em todo tipo ou gênero de texto (ANTUNES, 2012, p. 32).

As unidades da gramática, então, como já destacado, correspondem a um sistema mais fechado, que tem seus elementos definidos pelas convenções da

língua menos relacionadas ao quadro da interação, se comparados à dinâmica lexical.

Vale lembrar que, nas próprias unidades do léxico, atuam também outras unidades, da gramática, no momento, por exemplo, em que uma desinência (unidade gramatical) atua num substantivo (unidade lexical) para marcar-lhe o gênero gramatical (masculino ou feminino) ou o número (singular ou plural), aspectos eminentemente gramaticais de um idioma. Sistema lexical e sistema gramatical, então, têm interseções no sentido de que um fornece para o outro certas condições de sua realização.

Essa observação nos leva a compreender que as distinções entre léxico e gramática não podem ser estudadas a partir de uma dicotomia, como se os dois sistemas se desenvolvessem separadamente e, apenas em alguns momentos, eles entrassem em contato. A dependência de um em relação ao outro é constante, e o processo de textualização depende dessa dinâmica para acontecer. Por isso, partindo da clássica distinção entre léxico e gramática, Perini (2016) mostra que as pesquisas em Lexicologia foram atualizadas ao perceberem que "[...] um número muito grande de fenômenos 'gramaticais' são sujeitos a restrições 'lexicais' e vice-versa" (PERINI, 2016, p. 539). O autor reforça que a distinção entre os dois sistemas é válida, mas carece da percepção de que, na verdade, eles são extremos de um contínuo de elementos dentro do qual há diversos casos intermediários em que se identificam marcas tanto lexicais quanto gramaticais em uma palavra. Por isso, não se pode ser taxativo ao falar desses dois sistemas. É essa a ideia defendida por Mendes (2013, p. 258):

> A distinção lexical (ou pleno) vs. gramatical (ou funcional) não constitui uma dicotomia, mas antes um *continuum*, ao longo do qual encontramos diferentes graus de 'gramaticalidade', estando, por exemplo, os itens nominais no polo mais lexical e os afixos flexionais, como os sufixos verbais de tempo/modo/aspecto, no polo oposto. (grifos da autora)

Passamos, pois, a entender as noções de léxico e gramática em uma perspectiva escalar. Nela, todas as palavras da língua comportam uma carga de lexicalidade e outra de gramaticalidade. Quanto maior for a primeira carga, maior a proximidade dessa palavra no polo lexical; quanto maior for a segunda, maior a proximidade do polo gramatical. Identificamos, assim, as palavras e outros

elementos linguísticos em mais lexicais ou mais gramaticais, ressaltando esse caráter duplo de todos eles.

Uma característica básica dessa compreensão escalar da distinção entre léxico e gramática é perceber que

> [...] dentro de cada classe, nem todos os elementos têm o mesmo estatuto, uma vez que podem apresentar algumas, mas não todas as propriedades que são típicas dos itens lexicais ou dos itens gramaticais. Assim, o léxico apresenta-se como uma escala contínua, em que classes diferentes, e mesmo subclasses ou itens particulares dentro de uma determinada classe, podem ocupar posições intermediárias distintas (MENDES, 2013, p. 255-256).

Com isso, a autora quer dar relevo ao fato de que, em cada classe de palavras, há uma multifuncionalidade de usos que faz com que, muitas vezes, uma palavra transite de uma classe para outra. Mesmo que possa parecer que todas essas classes são homogêneas e, por isso, não sofrem variação no uso, há muita mobilidade das palavras, que podem passar de mais lexicais a mais gramaticais, processo que os funcionalistas denominam de gramaticalização (CASTILHO, 2010). Há diversos fatores que contribuem para essa mobilidade sistêmica das palavras. Um dos principais são os aspectos culturais, essenciais para a interpretação dos significados dos itens lexicais. Na próxima subseção, discutiremos essa relação.

3.4.2 Léxico, cultura, ideologia e variação linguística

Nas visões (socio)cognitiva e textual-interativa do léxico, compreende-se que a produção de sentidos a partir da atribuição de significados aos itens lexicais não é apriorística, ou seja, não é processada apenas por elementos estritamente linguísticos, prontos previamente antes mesmo do processamento textual. Na dinâmica das relações sociais, as “[...] comunidades podem deixar de ativar um dado conjunto de propriedades numa dada palavra, selecionando outros conjuntos para esse fim” (CASTILHO, 2010, p. 110), a depender das demandas socioculturais estabelecidas em cada época. O sentido dos itens lexicais depende, pois, de sua integração em interações sociais, de como os interlocutores se colocam entre si e no meio em que convivem. Compreendemos, então, que a significação é proveniente de convenções sociais tácitas que se desenvolvem entre as pessoas em situações

sociais diversas. Para compreender essas convenções, precisamos entender como ocorre a dinâmica social, emergida a partir da cultura construída nas interações. O léxico, pois, é elemento integrante dessa cultura, constituindo-se como sua principal marca.

A respeito das relações entre léxico e cultura, Vilela (1994, p. 6) explica que é no léxico que arquivamos nossa percepção das coisas do mundo e, funcionando como uma via de mão dupla, essa percepção nos é possibilitada pelo léxico, pela sua concretização na linguagem:

> O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a atividade extralinguística e que arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.

A atividade extralinguística a que o autor se refere é a interação verbal. Os avanços, descobertas e encontros destacados por ele são acontecimentos sociais permitidos pelas interações. Os itens lexicais, nesse contexto, têm a função de expressar esses acontecimentos, uma vez que as trocas interacionais são maiormente mediadas pelo léxico, elemento linguístico responsável pela formulação e organização das ideias e informações. O léxico, assim, passa a ser interpretado como uma exigência social para manutenção e expressão da cultura. Ficam marcadas, também, as semelhanças e diferenças entre as diversas culturas por meio do léxico. A própria compreensão dos textos depende também dessas marcas culturais que o léxico imprime.

Para a compreensão das discussões que empreendemos aqui, é importante, inicialmente, reconhecer que há várias concepções de cultura nos estudos sociológicos e antropológicos. Trabalhamos com a noção desenvolvida por Duranti (2000), que afirma ser o conceito de cultura muito complexo e prefere explicá-la a partir de seis características: a) sua possibilidade de transmissão de ideias e valores na convivência social e entre gerações; b) seu lugar na construção do conhecimento; c) sua funcionalidade na comunicação entre indivíduos; d) seu papel na mediação das relações humanas; e) sua composição como um sistema de

práticas sociais; e f) sua constituição como um sistema de participação em que os indivíduos transformam sua própria sociedade a partir das interações em que se envolvem. Não nos resta dúvida, portanto, da relação entre cultura e linguagem. Assim, a discussão que desenvolvemos nesta subseção tem o objetivo de mostrar que essa relação é mediada, é construída principalmente pelo léxico (o que não exclui o papel da gramática nessa associação).

Entendendo a cultura como reflexo das experiências humanas em sociedade, percebemos os valores ideológicos e identitários do léxico, identificados pelo analista por meio da seleção de itens lexicais, que atende a propósitos comunicativos e socioculturais dos textos. Cardoso (2015, p. 124) reconhece que

> A escolha lexical usada na elaboração de um texto diz muito sobre as intenções comunicativas de quem o produziu e de seu papel na sociedade. As palavras selecionadas podem revelar valores ideológicos, retratar o conjunto da experiência humana acumulada, assim como práticas sociais e culturais, já que é no léxico que se veem representadas, de forma mais objetiva, as visões de mundo dos sujeitos participantes da prática discursiva.

Relaciona-se às ideias da autora a característica que têm os textos de conseguir marcar o papel do indivíduo na sociedade, uma vez que eles são ações de linguagem que servem, entre outras finalidades, ao posicionamento do homem em uma função social. Um texto acadêmico, por exemplo, serve a uma afirmação de seu autor, no meio social das ciências, como um ser pesquisador. Para isso, ele utilizará uma gama de itens lexicais desse campo semântico que indicarão seu conhecimento a respeito do tema tratado e todo o trabalho de construção do conhecimento realizado nas pesquisas. O léxico possibilita, portanto, que os interlocutores se posicionem socialmente e se reafirmem enquanto atores da linguagem capazes de interferir na realidade.

Outro ponto relevante no papel do léxico em relação à cultura são as marcas ideológicas que ele deixa nos textos. O posicionamento ou a interpretação do interlocutor diante de um item lexical são revelados nas escolhas que são feitas para compor um texto. No contexto, por exemplo, da saída da presidente Dilma Rousseff, em 2016, a denominação do acontecimento como golpe ou como *impeachment* revelava a ideologia de quem utilizava cada uma dessas palavras, se o interlocutor assumisse valores políticos de esquerda ou de direita. O mesmo acontece com o

exemplo já citado sobre a Ditadura Militar no Brasil, em que alguns usuários da língua não utilizam itens lexicais como ‘golpe’ ou ‘ditadura’ para referenciar esse período de nossa história, demonstrando afinidade com ideologias fascistas.

Essa propriedade dos itens lexicais de revelarem ideologias carrega relações com as atitudes dos interlocutores diante de suas experiências sociais. É na experiência em situações imbuídas de uma cultura que serão apreendidos e ressignificados os itens lexicais. A interpretação que os enunciatários fazem de suas experiências vividas é fator primordial na escolha dos itens lexicais que farão parte do processo de textualização das ideias. Esse é um fator textual-interativo indicador das relações intrínsecas entre léxico e cultura.

Outro fator proveniente dessas relações entre léxico e cultura pode ser percebido nas marcas linguísticas de uso estabelecido nas convenções sociais. Trata-se do fenômeno da colocação, que corresponde aos determinados graus de preferência que os itens lexicais carregam em relação a outros itens da língua. É uma marca linguística evidente de que o processamento cognitivo do léxico é construído a partir das relações de interação que se desenvolvem nas culturas. Antunes (2012, p. 158) explica que o fenômeno da colocação corresponde ao

> [...] fato de as palavras tenderem a ter determinadas outras como suas companhias preferidas, gerando uma espécie de ‘conjunto recorrente’; é assim que se costuma dizer que ‘a galinha põe ou bota ovo’, mas não se diz que ‘a galinha coloca ovo’, o que, a rigor, poderia ser dito, já que, em certos contextos, ‘pôr’, ‘botar’ e ‘colocar’ são dados como sinônimos [...].

Esses exemplos ilustram o postulado de que o sistema lexical não é definido apenas linguisticamente, mas, sobretudo, é processado e esquematizado sob uma base cultural. A combinação entre unidades lexicais é um exemplo do domínio que as interações sociais têm sobre a linguagem, ao ponto de relações como as vistas nos exemplos dados por Antunes (2012) só serem explicadas do ponto de vista de uma convenção tácita efetivada culturalmente, sem necessariamente haver uma base lógica que as explique unicamente pelas formas da língua. A colocação, inclusive, é um fenômeno lexical que terá interfaces com a sintaxe dos elementos linguísticos, tendo em vista que o posicionamento e a combinação entre itens lexicais têm consequências no arranjo e na ordenação das partes do texto.

Ainda no campo linguístico, a maior expressão das inter-relações entre léxico e cultura é o fenômeno da variação linguística, mais especificamente da variação lexical, que diz respeito aos vários itens lexicais utilizados para referência ao mesmo objeto de discurso, e da variação semântica, que se relaciona à polissemia dos itens lexicais. Esses fenômenos são motivados sobretudo pelas relações socioculturais que subjazem aos textos. Nesse sentido, Biderman (2001[1978], p. 183) explica que "[...] as novas conotações do significado que vão sendo continuamente introduzidas no Léxico de uma língua despertam potencialidades para novas categorizações, donde resulta um reajuste na estrutura léxica". Essas novas categorizações correspondem ao processo de mutabilidade do idioma expresso pelas variações linguísticas de itens ressignificados.

Há, porém, uma ideia de que essa variação e outras modificações na semântica da língua são motivadas pelos usuários da língua, entendidos como parte integrante da sociedade, mas não formados e definidos por essa sociedade. Isso significaria dizer que os interactantes são parte de uma sociedade, mas não têm suas escolhas linguísticas estabelecidas nas trocas que constroem as relações humanas nessa sociedade. Sobre essa visão do léxico, Biderman (2001[1978], p. 179) explica:

> Embora o Léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras.

Biderman (2001[1978]) estabelece uma distinção entre indivíduo e sociedade, colocando-os como dois polos distintos na estruturação do universo semântico de uma língua. Parece-nos reducionista pensar em indivíduo e sociedade como uma relação dicotômica, como se se tratasse de dois elementos independentes entre si, uma vez que os usuários de uma língua produzem sentidos para atender a uma demanda social, que é criada, por sua vez, nas próprias relações entre os usuários. A interdependência entre léxico e cultura é, portanto, contextual. Por isso, também é contextual o processo de reorganização do léxico que resulta da criação de neologismos, novos itens lexicais para o idioma, e no surgimento de arcaísmos,

itens lexicais cuja frequência de uso é gradualmente zerada (CORREIA; ALMEIDA, 2012).

Esses dois fenômenos, o neologismo e o arcaísmo, são resultados do contínuo movimento pelo qual passa o sistema lexical. Enquanto a língua funcionar como elemento central da interação humana, ela acompanhará a dinâmica da sociedade em tornar-se cada vez mais múltipla e heterogênea. É por isso que se diz que um dicionário, por melhor que seja sua técnica de elaboração lexicográfica, nunca estará totalmente atualizado, tendo em vista ser impossível acompanhar em tempo real as palavras que aparecem ou desaparecem em um idioma. Biderman (2001[1978]) reconhece que

> Nesse processo em desenvolvimento, o Léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do Léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes, surgem para enriquecer o Léxico (BIDERMAN, 2001[1978], p. 179).

Ou seja: a dinâmica de mudanças socioculturais é o motor da constante renovação da língua, por meio das modificações de seu sistema lexical, mais plástico e complexo que o sistema gramatical. Os interactantes procedem a essas reformulações do léxico a partir das demandas interativas, de mesma maneira com que eles selecionam as palavras que vão empregar em seus textos. Esse processo é incessante. “Só existe uma possibilidade para um sistema lexical se cristalizar: a morte da língua. Foi o que sucedeu ao latim” (BIDERMAN, 2001[1978], p. 203). Nos estudos de resgate de línguas antigas, o que os pesquisadores descobrem são os itens lexicais que circularam nessa língua até o momento de sua morte. Alguns desses itens, entretanto, transferem-se para outras línguas, e continuam sua evolução na dinâmica lexical desses outros idiomas.

3.4.3 Léxico, gênero textual e domínio discursivo

Na discussão sobre os critérios de seleção lexical de um texto, destacamos que o domínio discursivo é um aspecto determinante no processo de textualização

do léxico. Os itens lexicais empregados em um texto obedecem a regras do uso específicas de cada gênero, essas provenientes de um elemento maior, que é o campo social em que esse texto circula, seu domínio discursivo. Nesta subseção, iremos ampliar essas ideias, mostrando como a funcionalidade interacional dos textos orienta sua formatação linguística, em especial na dinâmica lexical de construção da materialidade do texto.

Adquirimos as palavras lexicais em situações de uso relacionadas aos contextos de circulação dos textos. O conhecimento de um item lexical, então, só é plenamente possível se compreendermos seus efeitos significativos nos diversos gêneros textuais em que ele se realiza dentro de seu domínio discursivo. Isso acontece porque o contexto, emanado do domínio discursivo, possibilita um enquadre que delimita certos usos sociointeracionais da palavra, e é a partir desse nível que se começa a construir o significado tanto do texto quanto das palavras que dele fazem parte.

Cardoso (2015) explica o processo de textualização como uma apropriação que o enunciador faz do material linguístico à sua disposição levando em conta o tipo e o gênero do texto solicitado pela interação em curso, a própria situação suscitada por esse gênero e o tipo de público de que provêm seus interlocutores. Para o analista do texto, pois, é preciso ter “[...] em consideração [que] o gênero [textual] e a formação de campos léxico-semânticos pode resultar em formas diferentes de análise de textos, tendo por alvo a escolha lexical [...]” (CARDOSO, 2015, p. 118). Por esse motivo, a caracterização da situação de interação é um elemento essencial para que o analista compreenda a funcionalidade do léxico em sua real dimensão.

Concebendo o gênero textual como os “[...] textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), entendemos que é essa recorrência de interações que contribui para que o falante, por meio de suas experiências sociais, passe a associar determinados itens lexicais a alguns contextos específicos. Porém, essas experiências organizadas em gêneros obedecem, ainda, às regras sociais de um contexto maior, o domínio discursivo, que, para Marcuschi (2008),

> [...] constitui muito mais uma ‘esfera da atividade humana’ no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e

> indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder (MARCUSCHI, 2008, p. 155, grifos do autor).

Assim, a gênese dos itens lexicais no processo de textualização passa primeiramente pelo domínio discursivo, para só depois recorrer à situação comunicativa e ao gênero. É perceptível a existência de palavras típicas, por exemplo, da esfera pedagógica, como ‘caderneta’, ‘prova’, ‘estudar’, ‘avaliar’, ‘corrigir’, ‘estudante’ etc. Esse grupo de itens lexicais associa-se, formando os campos lexicais ligados a cada área do conhecimento. Vale lembrar, ainda, que a análise desses itens apenas em formato de uma lista de palavras que circulam em contextos semelhantes não é suficiente para a compreensão mais efetiva da dinâmica lexical, tendo em vista que apenas a observação da situação específica de interação (que pode vir parcialmente reproduzida pelo analista) é que fornece toda a complexidade com que o léxico constrói seus efeitos e significações.

Há itens lexicais que, eventualmente, circulam em diferentes domínios discursivos, passando a corresponder a significações diferentes em cada um deles. Por exemplo: o item lexical ‘candidato’ vai adquirir uma significação, no domínio interpessoal, em uma anedota, diferente daquela que assume no domínio jornalístico, como no caso de um editorial. O domínio interpessoal, primeiramente, por fazer referência a situações menos monitoradas do cotidiano, já possibilita algumas significações e interpretações mais coloquiais para o item lexical ‘candidato’, permitindo que, em um texto de anedota, a palavra possa ser utilizada para fins de ridicularização e humor. No domínio jornalístico, esse uso já perde muita probabilidade significativa, o que se amplia, por exemplo, quando percebemos se tratar de um editorial, texto que exige uma postura de maior seriedade com a informações escolhias e a seleção vocabular, pela representação social que ele exerce.

É nesse sentido que Marcuschi (2004, p. 272) vai afirmar que “O léxico é apenas um sistema indiciário e o cálculo desses indícios para determinação referencial é feito no discurso”. Devemos, por isso, pensar no domínio desse texto,

entendido como um critério de seleção muito ligado ao contexto. Pensar nos itens lexicais como pistas de contextualização, como é a proposta da concepção textual-interativa, é interpretá-los sempre sob a ótica do contexto de que tais itens revelam participar.

Cada gênero textual formula nos interlocutores determinados esquemas de construção que são definidos na interação. Dentro desses esquemas, são selecionados os itens lexicais como maior expressão linguística dos elementos da interação. Analisando o emprego do léxico em diferentes contextos de uso, Marcuschi (2003a, p. 9) nos faz interpretar:

> Observe-se, por exemplo, que o funcionamento do léxico para a produção de sentido, continuidade referencial e organização tópica em *receitas culinárias* e *bulas de remédio* difere muito em relação a *piadas*, *entrevistas*, *contos* etc. [...] não é propriamente a seleção lexical que produz o efeito de sentido e a organização tópica, mas sim uma determinada "contaminação" produzida por um ***enquadre tópico*** que submete todo o sistema referencial a uma reorientação interpretativa. (grifos do autor)

A demanda pelos itens lexicais, então, já é uma marca em que se reflete a organização geral do texto. Cada palavra escolhida para compor a superfície textual tem uma funcionalidade na garantia dessa organização. O efeito de sentido emergido desses itens lexicais, entretanto, não está na seleção vocabular em si (ela é apenas uma pista de contextualização desses efeitos), mas, sim, no próprio enquadre possibilitado pelo texto, que, por sua vez, já replica enquadres maiores, elaborados nas interações de cada domínio.

Marcuschi (2004) traz como exemplo para essa questão o gênero resumo de novela. O interlocutor presumido de um texto dessa natureza procura sua leitura pelo fato de já acompanhar a trama desenrolada na novela. É esperado, pois, que ele já conheça os personagens envolvidos nas ações e os fatos que já ocorreram antes da data a que o resumo faz referência. Isso já elimina do enquadre do texto a necessidade de explicitação dessas informações. Logo, os itens lexicais ali presentes, sobretudo os substantivos, não vão precisar de outros itens ou de contextualização para serem compreendidos (não apenas no nível do sentido básico, mas, sobretudo, em sua funcionalidade no texto). Essa configuração, pois, já é recorrente no contexto, e reflete uma interação frequente no texto do domínio

interpessoal, que é a familiaridade de assuntos e temas compartilhados pelos interlocutores.

Por fim, um último aspecto relativo ao papel do gênero textual na definição do sistema lexical está na sua ligação com o suporte do texto. Antunes (2012, p. 55) afirma que “Qualquer gênero de texto é veiculado em um ‘meio qualquer’, que ‘o transporta’ e, de certa maneira, intervém na configuração de sua forma, onde entra também a natureza do vocabulário a ser escolhido”. Com isso, a autora quer mostrar que, em sua relação com gênero textual, o suporte do texto parece ser um critério levado em conta na dinâmica lexical. A partir de Marcuschi (2003b, p. 11), entendemos, por suporte de um gênero textual

> [...] um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.

Assinalamos que, no caso do suporte, podem ser as limitações de espaço ou material físico, ou até o próprio formato que fazem o enunciador optar por um determinado item lexical, e não por outro. Esse tipo de situação, entretanto, ocorre com menor frequência, o que nos permite postular que, dentre todos os critérios de seleção lexical dos textos, é o suporte o de menor relevância, embora ele também forneça algumas motivações de escolha das palavras ou de sua formatação.

3.5 Síntese das discussões

Iniciamos esta seção detalhando o processo histórico que se constituiu na Linguística, nas teorias que se voltaram ao estudo do léxico. O exame das principais teorias lexicais, nesse percurso levantado, revelou a existência de três grandes concepções de léxico adotadas nas pesquisas, sendo as duas primeiras de extrema recorrência nos estudos, até hoje, e uma terceira, proposta neste trabalho, entendida como um aparato de análise que forneça uma visão mais sociointeracional para o léxico.

Antunes (2012, p. 27) fornece-nos uma definição de léxico como “[...] o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos

falantes para atender às suas necessidades de comunicação". Esse conceito resume algumas das definições que trouxemos para discutir a dimensão do léxico na língua. A partir dessa visão geral trazida pela autora, apontamos três aspectos principais na explicação do sistema lexical.

a) Ele é entendido como um conjunto de palavras que constitui o repertório dos usuários da língua. Visto dessa maneira, o léxico é tratado sob um ponto de vista estrutural, que tende a orientar sua concepção como uma lista de palavras na qual atuam fenômenos morfológicos, sintáticos e semânticos.
b) Nesse conjunto, observa-se que as palavras estão disponíveis aos falantes, o que aponta para uma capacidade cognitiva, esquemática dos usuários da língua para armazenar essa lista de palavras de forma organizada. Esse entendimento leva à formulação de uma concepção cognitiva do léxico, que será entendido como um sistema de matrizes a partir das quais armazenamos dados ativados e reativados no processamento textual (já no curso interacional, quando falamos da sociocognição).
c) A ativação dessas matrizes responde a necessidades de comunicação impostas na interação verbal para a formulação dos textos com os quais realizamos ações verbais. Ainda, é o compartilhamento de experiências sociais que possibilita a interlocução e permite que os interlocutores construam, juntos, a textualidade, utilizando-se, para isso, da competência lexical (entre outras). Essas considerações proporcionam a formulação de uma perspectiva textual-interativa para o estudo do léxico.

Levantamos, dessa forma, uma série de pressupostos para conceber essa concepção textual-interativa de léxico, visão até então minimamente empregada dentro da Lexicologia. Salvo os trabalhos de Antunes (2012), Marcuschi (2003a; 2004) e Cardoso (2015), que já abordavam os fundamentos para essa percepção do léxico, pelo menos pelo que descobrimos em nosso levantamento, explicado na introdução, não houve estudo sistematizado, nos grupos de pesquisa em Lexicologia, alguma linha de pesquisa ou projeto nesses moldes.

Dentre os pressupostos levantados, o principal deles é o entendimento de que a significação dos itens lexicais é interacional. Seguindo as ideias de Marcuschi (2004, p. 264), compreendemos que

> Entender é sempre entender no contexto de uma relação com o outro situado numa cultura e num tempo histórico e esta relação sempre se acha marcada por uma ação. Assim, talvez o maior deslocamento metodológico e epistemológico seja o da relação para a ação.

Passamos, assim, a deixar de entender o léxico como um sistema definido na relação exata entre língua e realidade, ou mesmo entre elementos estritamente linguísticos, e começar a perceber seu papel nas ações que o interlocutor realiza ao fazer uso de determinado item lexical. Compreendemos, a partir de então, que a única maneira de analisar a dinâmica lexical, com toda sua complexidade, é pela via do texto, entendido como um processo de interação verbal. Os mecanismos que levam ao processamento das ideias por meio do léxico correspondem aos critérios de seleção lexical, todos de natureza interacional, extralinguística.

Essa visão mais sociointeracional do léxico leva em consideração as relações que ele mantém com outras dimensões da linguagem, como o sistema gramatical, a cultura e os domínios discursivos. Isso não significa, entretanto, que não se deva levar em conta, para chegar ao entendimento do funcionamento textual-interativo do léxico, aspectos de sua estrutura ou do processo cognitivo de produção do sentido. Rio-Torto (2015, p. 125) assim resume nosso entendimento da dinâmica lexical, mostrando que

> [...] as unidades lexicais não são dissociáveis da comunidade em que são produzidas e usadas e dos cenários conceptuais e culturais que as enformam. [...] as unidades do nosso léxico mental não são completamente dissociáveis das propriedades gramaticais que o seu uso envolve. O léxico não é apenas um conjunto de estruturas, regidas por procedimentos e por regras, ou seja, não é apenas uma gramática; não é também apenas um acervo, um monumento de unidades lexicais, de preferência triadas pelo crivo das autoridades e dicionarizadas; e também não é apenas uma ferramenta ou instrumento de comunicação e de interação. Não podemos alienar o léxico da realidade social e mental em que é usado, pelo que esse conjunto aberto de unidades e de produções sociocognitivas de sujeitos historicamente e culturalmente situados há-de necessariamente refletir-se na análise das competências e das práticas lexicais daqueles.

Nesse ponto de vista, as concepções estrutural, cognitiva e textual-interativa de léxico se complementam, não podendo nenhuma ser trabalhada em dissociação

com as outras. Busca-se, com isso, perceber todas as dimensões do léxico na língua. Ele é construído não só em conjunto com o sistema gramatical, formalmente, como também em integração com a cultura desenvolvida em cada comunidade, interacionalmente. A dinâmica lexical, então, é situada histórica e socioculturalmente. É assim que os usuários da língua adquirem e socializam sua competência lexical, empregada nos processos de textualização em interações diversas.

4 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA LEXICAL NO TEXTO: A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DA TEXTUALIDADE A PARTIR DE RECURSOS LEXICAIS

Na seção anterior desta Tese, detalhamos as características de uma concepção de estudo do léxico que denominamos textual-interativa. Por esse viés teórico que postulamos, estudam-se os itens lexicais a partir de sua funcionalidade no texto, concebido nas relações de sentido coproduzidas no quadro da interação. São as palavras, pois, importantes marcas dos elementos interacionais presentes em todo o processamento textual. Agora, nesta seção do trabalho, também de caráter teórico, vamos ampliar as noções envolvidas nessa concepção textual--interativa do léxico, a fim de mostrar como é a atuação desse sistema linguístico, o lexical, em relação ao funcionamento textual-interativo da linguagem. apresentamos diversas dimensões da textualidade que compõem um entendimento maior da interação verbal. Com relação a esses fenômenos que compõem a textualidade, damos especial atenção à argumentatividade.

Para isso, inicialmente, na subseção 4.1, vamos entender com qual noção de textualidade trabalhamos quando nos referimos a essa visão textual-interativa de língua e, consequentemente, de léxico, retomando princípios centrais da Linguística do Texto e aplicando-os ao estudo do léxico. A partir de um panorama teórico geral sobre os fatores de textualidade, estabelecemos relações com a interação verbal, dando especial atenção a fatores como a intencionalidade e a aceitabilidade como princípios para que possamos entender melhor a constituição dos textos. Apresentamos uma visão mais geral sobre a coesão e a coerência, detalhadas nas subseções seguintes.

Assim, na subseção 4.2, voltamos a atenção para a propriedade da coesão textual, a partir sobretudo da proposta desenvolvida em Antunes (1992; 1996; 2005), explicando os recursos a partir dos quais o léxico estabelece a coesão do texto, fenômeno de destaque em nossas análises. Em 4.2.1, estudamos a natureza dos mecanismos de coesão do texto em geral, para situar o papel da coesão lexical nesse processo, entendida sob as óticas sociointeracional e semântica. Em 4.2.2, damos mais detalhes a respeito da coesão lexical, explicitando os dois grandes processos de constituição do texto nos quais o léxico tem fundamental importância: a referenciação e a predicação. Em 4.2.3, explicamos as diversas relações,

procedimentos e recursos pelos quais a coesão lexical se instaura no texto, com atenção aos mecanismos de repetição e substituição lexical e suas consequências para a compreensão textual.

Logo depois, na subseção 4.3, exploramos o léxico enquanto elemento relevante na coerência textual, procurando entender o papel das palavras lexicais na constituição mais global do texto e na compreensão de suas ideias e intenções. Destacamos o aspecto semântico envolvido na coerência textual, entendendo a semântica, aqui, em uma visão sociointeracional de língua, como uma construção de significados elaborada na interação entre o texto, seu autor e seus pretensos leitores, já que nosso foco é a escrita.

Após uma análise mais ampla dos fatores de textualidade, apresentamos, na subseção 4.4, o funcionamento textual-interativo do léxico. Exploramos algumas dimensões da linguagem que, para nós, são elementos da interação envolvidos diretamente no processo de textualização. Em 4.4.1, apresentamos os mecanismos de construção temática de um texto, com destaque para o fato de que o tema é um dos principais aspectos que revelam a situação interacional do texto. Isso é percebido no léxico desse texto, a partir da relação entre as palavras e as significações que elas já carregam de interações anteriores. Em 4.4.2, explicamos a noção de orientação argumentativa e como ela só é percebida com mais propriedade se a entendermos a partir de elementos sociointeracionais. O sistema lexical é postulado como base de organização dos blocos informativos de um texto, concebidos em sua relação com a orientação argumentativa. Em 4.4.3, dedicamo--nos ao entendimento do domínio discursivo como outro elemento relevante da interação, já que há determinadas regras em cada domínio (e em seus gêneros textuais) que orientam as interações ali estabelecidas, o que inclui a utilização de itens lexicais.

Por fim, na subseção 4.5, apresentamos uma síntese de todas as discussões desenvolvidas na seção como um todo, a fim de sistematizar o construto teórico aqui proposto. Com isso, apresentamos um conjunto de conceitos que utilizam o sistema lexical em relação com os fatores de textualidade na interação verbal, o que será utilizado como aparato de análise na seção seguinte.

4.1 A noção de textualidade

A formulação teórica de propriedades de textualidade entra na Linguística a partir das ideias de Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang Ulrich Dressler, na obra *Introduction to text linguistics*, publicada pela primeira vez em 1973[16]. Segundo os autores,

> Um TEXTO é um EVENTO COMUNICATIVO que atende a sete normas de TEXTUALIDADE. Se um texto não satisfaz uma dessas normas, então ele não pode ser considerado comunicativo. Por conseguinte, textos que não são comunicativos não podem ser analisados como se fossem textos genuínos [...] (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 35, grifos dos autores)[17].

Essas observações mostram que as propriedades de textualidade são originalmente compreendidas como regularidades na identificação da formação da autenticidade dos textos. Em outras palavras: o objetivo de se postularem sete propriedades de textualidade era poder verificar quando uma determinada reunião de palavras seria (ou não) um texto.

Assim, acabava-se por entender essas noções de textualidade como regras de boa-formação do texto, categorias por meio das quais se poderiam distinguir textos de não textos. Costa Val (1999, p. 5) indica essa compreensão quando define a textualidade como sendo o "[...] conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases". Prevalece, pois, nessa visão distintiva, uma noção de textualidade que podemos definir como classificatória, distintiva entre textos e não textos, afastada, pois, de um entendimento mais contemporâneo da textualidade, na perspectiva da interação verbal. Essa noção classificatória estaria mais ligada ao entendimento de 'norma' enquanto regra, diferente da percepção de regularidade proposta pelos autores.

Com uma visão mais voltada aos aspectos sociointeracionais da linguagem, Marcuschi (2008) atualiza essa noção, elaborando algumas ressalvas ao entendimento inicial da teoria das propriedades de textualidade. De acordo com o

---

[16] Utilizamos, nesta Tese, as observações encontradas na edição espanhola de 1997, motivo pelo qual as citações reproduzidas estão referenciadas em tal ano.

[17] Trecho original: "Un TEXTO es un ACONTECIMENTO COMUNICATIVO que cumple siete normas de TEXTUALIDAD. Si un texto no satisface alguna de esas normas entonces no puede considerarse que ese texto sea comunicativo. Por consiguiente, los textos que no sean comunicativos no pueden analizarse como si fueran textos genuinos […]" (Tradução nossa).

linguista, devemos refletir sobre alguns pontos relativos a essa noção de textualidade:

> Primeiro, porque não se podem dividir os aspectos da textualidade de forma tão estanque e categórica. Alguns dos critérios são redundantes e se recobrem. Segundo, porque [...] não se deve concentrar a visão de texto na primazia do código nem na primazia da forma. Terceiro, porque não se pode ver nesses critérios algo assim como princípios de boa formação textual, pois isto seria equivocado, já que um texto não se pauta pela boa formação tal como a frase, por exemplo (MARCUSCHI, 2008, p. 93-94).

A textualidade, então, ultrapassaria a noção classificatória da distinção entre textos e não textos. As propriedades do texto passam a ser vistas como um processo dinâmico, complexo, no qual os interlocutores expressam sentidos no cotexto, buscando, para tal, conhecimentos de natureza cognitiva diversa, sempre com vistas ao estabelecimento da interação entre pares. Os interlocutores, nesse caso, assumem papel importante na interpretação dos sentidos de um texto, atuando colaborativamente para um entendimento mútuo do que se escreve ou fala (ANTUNES, 2009).

É preciso, assim, que se compreenda a textualidade sempre em relação às práticas discursivas que emergem da interação verbal, e não simplesmente sob a forma linguística, tomada fora de uma função comunicativa. Brandão (2004, p. 8) explica a relação entre os textos e as práticas sociais ao afirmar que “O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa [...] desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos”. Não podemos, dessa forma, deixar de compreender essa orientação interacional como um elemento central na construção da textualidade, no processamento textual, enfim. Nossa visão da textualidade, então, é a de que os fatores governados pela interação verbal concorrem no processamento textual, da concepção inicial das ideias até sua materialização, não nos esquecendo de que esse é um procedimento dos interlocutores sempre relativo, dinâmico, e nunca exato, no sentido de que sempre será subjetivamente orientado por esses interlocutores.

Como o léxico é um elemento linguístico central no entendimento da interação verbal, passamos a compreender as pistas de contextualização que o sistema lexical

fornece como elementos intrinsecamente relacionados à textualidade. É essa a ideia central da concepção textual-interativa de léxico que construímos aqui. Tratamos os itens lexicais como integrantes do processo de textualidade que constitui os textos, motivo pelo qual esperamos que apenas um tratamento analítico do sistema lexical com vistas à interação possa fornecer-nos uma visão mais consistente de toda a dinâmica textual. A esse respeito, Jubran (2015, p. 33) destaca:

> As condições comunicativas que sustentam a ação verbal inscrevem-se na superfície textual, de modo que se observam marcas do processamento formulativo-interacional na materialidade linguística do texto. No âmbito de uma descrição textual-interativa é, portanto, fundamental observar as marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados, a fim de investigar os processos de construção textual e as funções textual-interativas exercidas por eles.

As observações da autora resumem o que compreendemos, aqui, como estudo textual-interativo dos itens lexicais. A investigação do léxico como marca enunciativa da interação significa que devemos relacioná-lo aos processos de formulação textual, como a predicação, a modificação, a referenciação textual ou a situacional (NEVES, 2011). Deve-se investigar, pois, como os itens lexicais produzem sentido por meio das marcas impressas no texto a partir desses processos linguísticos de elaboração, levando em conta elementos recuperados ao máximo das práticas de linguagem nas quais o texto emerge, como sua orientação argumentativa ou o domínio discursivo.

Como já explicitado, para a noção de textualidade que estamos formulando aqui, com vistas à análise do léxico, deve-se tomar o processamento do texto como uma evidência de um processo maior, movido por elementos interacionais. Passemos, dessa maneira, à elaboração de uma compreensão mais detalhada a respeito da interação verbal, com o objetivo de ampliar nossa caracterização da concepção textual-interativa do léxico e da textualidade.

Em suas reflexões funcionalistas da linguagem, Neves (2018a), ao explicitar o processo de interação verbal falada, mostra-nos um importante esquema teórico, o qual aproveitamos, aqui, para explicar o que entendemos, em nosso trabalho, como textualidade em uma visão textual-interativa. Pretendemos, dessa maneira, conjugar

alguns elementos de uma vertente funcional da linguística com outros de ordem sociointeracionista.

Segundo a autora, a interação acontece motivada pelas necessidades sociais e comunicativas dos sujeitos, que passam, então, a ativar diversos sistemas de conhecimentos para atingir seus objetivos interacionais em situações variadas. Cabe ao analista explicar como esses objetivos, conhecimentos e informações textuais estão indicados no texto a partir de elementos linguísticos. Adaptamos aqui o esquema elaborado por Neves (2018a) para pensar nas condições de elaboração de um texto escrito, objeto de nossas reflexões sobre textualidade.

Embora não seja essa uma situação unânime, parte do enunciador a motivação central para a produção do texto. Ele "[...] produz uma expressão linguística com a intenção de obter algum efeito no conhecimento, no pensamento, no comportamento (etc.) de seu interlocutor" (NEVES, 2018a, p. 40). Depreende-se, então, dessa informação, que toda a configuração da expressão linguística seja elaborada levando em conta esses objetivos, o que não é diferente para o sistema lexical. É o processamento textual condicionado também pela intenção comunicativa, motivo pelo qual não podemos conceber a textualidade fora do quadro interacional. É baseado nessa intenção que o enunciador "[...] dentro do sistema de sua língua, [...] faz escolhas para compor seu enunciado (as expressões linguísticas), no sentido de obter de seu interlocutor a interpretação que mais corresponda àquela interação que dirigiu [seu texto]" (NEVES, 2018a, p. 40). Logo, para cada uma dessas escolhas (gramaticais e lexicais), poderá ser encontrada uma (ou mais de uma) justificativa dentro do quadro da interação.

Do outro lado desse esquema interativo, está o enunciatário (a audiência), que, ao interpretar uma expressão linguística, "[...] sabe que quem a produziu queria alguma coisa com sua formulação naquele momento e naquela situação" (NEVES, 2018a, p. 40) e vai em busca de entender esses objetivos para estabelecer uma interação. Particularmente, esse enunciatário (audiência) entra em contato com

> [...] a expressão linguística (o produto enunciado) e a toma como pista para a interpretação, porque sabe que o que tem de ser recuperado não é apenas o significado daquelas expressões linguísticas, mas é o próprio propósito que dirigiu as escolhas do [enunciador] (NEVES, 2018a, p. 40).

Nesse sentido, é à expressão linguística e ao propósito comunicativo que a audiência recorre também para conseguir interagir com seu enunciador. Por esse motivo, é o léxico um significativo material linguístico de que dispomos como recurso para analisar-se um texto, produto central da interação verbal.

Indo mais além, acreditamos que o próprio sistema geral da língua já seja moldado por esse jogo interacional. Quando escolhemos que expressões utilizaremos em nossos textos, os elementos desse sistema linguístico já vêm marcados por nossa própria experiência como usuários do idioma. Já há, pois, uma espécie de filtro que seleciona previamente as palavras que podem pertencer ao vocabulário de um texto, mesmo que uma ou outra não seja aproveitada. Esse filtro está ligado em grande medida ao domínio discursivo, que molda as situações de uso da língua. Se estamos escrevendo, por exemplo, um editorial para um jornal de grande circulação, já é sabido que não podemos, salvo em situações específicas, utilizar um vocabulário mais informal, de acordo com o que é pedido pela própria situação. A seleção de itens lexicais é feita, então, a partir desse pressuposto; um determinado grupo de palavras já fica fora de nossas possibilidades comunicativas em cada situação de linguagem de que participamos. Além do contexto proporcionado pela situação e pelo domínio discursivo, também o gênero, em menor grau, pode ser responsável por moldar os discursos ali veiculados.

Um outro elemento destacado por Neves (2018a), ainda no que diz respeito ao enunciador, é particularmente importante para o analista do texto. Segundo a autora, para atingir seu objetivo comunicativo, o enunciador “[...] leva em conta toda a informação que tiver sobre o conhecimento, o pensamento, o comportamento (etc.) de seu interlocutor e sobre a situação em que se dá aquela interação” (NEVES, 2018a, p. 40). Acontece que todo esse bloco de informações, essencial para o enunciador, não tem garantia alguma de veracidade, sobretudo se se tratar de um texto escrito. Essas informações são sempre pressupostas por esse enunciador, uma vez que não temos contato direto com o interlocutor nem podemos ter acesso a seus sistemas cognitivos de conhecimento.

Essas informações confirmam-se no fato de que, do lado do enunciatário (audiência),

> [...] também [se] leva em conta tudo o que [se] sabe e/ou avalia sobre seu interlocutor e sobre a situação em que se dá aquela interação.

> Mas, mais que isso, [o enunciatário] leva em conta aquilo que considera que o [enunciador] pretendia, quando disse o que disse (NEVES, 2018a, p. 40).

Dessas informações, podemos considerar que a interação verbal é uma troca de pressuposições entre os interlocutores marcada na textualidade, e é a essa troca que o analista do texto se refere quando tenta explicar as ideias permitidas pelo processamento textual. Além disso, elementos contextuais também são essenciais para entender o processo de textualização, uma vez que o contexto supre a explicitude de certas informações, ou seja, o autor de um texto pode deixar certas lacunas em seu material linguístico graças à possibilidade de recuperação da ideia permitida pelo contexto.

Todas as ideias que entram em um texto, pois, são sempre pressupostas pelo enunciador e pelo enunciatário, da mesma maneira que o analista também vai pressupor as intenções do enunciador ao produzir um texto. O estudioso do texto cumpre, assim, o papel de um terceiro interlocutor, que busca o entendimento não apenas da expressão linguística em si nem dos objetivos dos outros interlocutores, mas, sim, do processo global em que as trocas interacionais acontecem a partir desses objetivos.

Neves (2018a) ainda alerta, a respeito de todas essas considerações sobre a interação verbal:

> Insista-se em que isso que acaba de ser exposto é um recorte artificial: é como um congelamento da imagem no momento de produção e recepção de uma expressão linguística, mas, de todo modo, serve para sugerir como é complexa a produção de sentido na interação verbal

O trabalho do analista do texto, nesse sentido, é o de captar essa interação “congelada” para explicar os fenômenos do processamento textual. A própria natureza complexa e dinâmica da linguagem não permitiria o acompanhamento *in presencia* de toda a interação verbal, motivo pelo qual todas as observações que fazemos a respeito dos textos são baseadas em pistas que resgatamos a partir dessa imagem captada. É uma estratégia metodológica para que cheguemos ao máximo perto da dinâmica real da interação, um processo bem mais global do que podemos perceber com nossos recortes específicos.

Esse processo global deixa, na superfície do texto, marcas que vão guiar os interlocutores na interpretação das ideias e intenções ali presentes. A ideia que estamos construindo é a de que o sistema lexical assume um papel central nesse processo, como destaca Marcuschi (2004):

> É nesse processo [a elaboração do texto] que dois indivíduos, ao interagirem linguisticamente, chegam a saber do que estão falando e como estão construindo seus referentes. Estão emaranhados numa rede de significações tecida pelo léxico e não numa lista cartorial de entidades designadas pelo léxico. Os referentes interativamente coconstruídos são *objetos de discurso.* E os textos são construídos com estes tipos de objetos e não com as coisas do mundo empírico (MARCUSCHI, 2004, p. 278, grifos do autor).

As observações do autor reforçam que o sistema lexical não pode ser entendido unicamente como uma lista de palavras ou de etiquetas das coisas do mundo. Isso porque não são essas coisas do mundo que entram na construção de um texto, mas, sim, representações dessas coisas elaboradas discursivamente pelos interlocutores de um texto e associadas, na superfície textual, também aos itens lexicais.

Os processos referenciais, como entendidos por Mondada e Dubois (2003), são os grandes responsáveis, junto à predicação, pelo processamento textual como um todo. É por isso que substantivos e verbos plenos, que atuam nesses dois processos, são classes centrais para o entendimento global dos textos. O fato de essas duas classes de palavra serem as mais lexicais, isto é, apresentarem com mais proeminência elementos extratextuais, indica que elas são as mais propícias à indicação dos elementos interacionais envolvidos no processamento do texto. Também os adjetivos, no processo de modificação de referentes, são essenciais para entender como se organiza o processo de textualização.

É sobretudo (mas não só) por meio desses itens lexicais que podemos recuperar elementos da situação comunicativa, uma vez que o material mais concreto de que o analista dispõe para o estudo do texto é a superfície textual, associando-se a ela, evidentemente, qualquer outro elemento não concreto de maior relevo que tenha sido resgatado ou encontrado com mais facilidade na situação de comunicação a partir da qual o texto tenha-se construído.

É preciso reforçar, entretanto, que não são as palavras em si as responsáveis pelo completo estabelecimento da textualidade. Seria falho compreender como sendo essa a funcionalidade dos itens lexicais. Como viemos demonstrando aqui, é a interação verbal que constitui a textualidade e o processamento do texto, cabendo aos itens lexicais estabelecerem apenas indícios desse processo, como destacam os próprios Beaugrande e Dressler (1997):

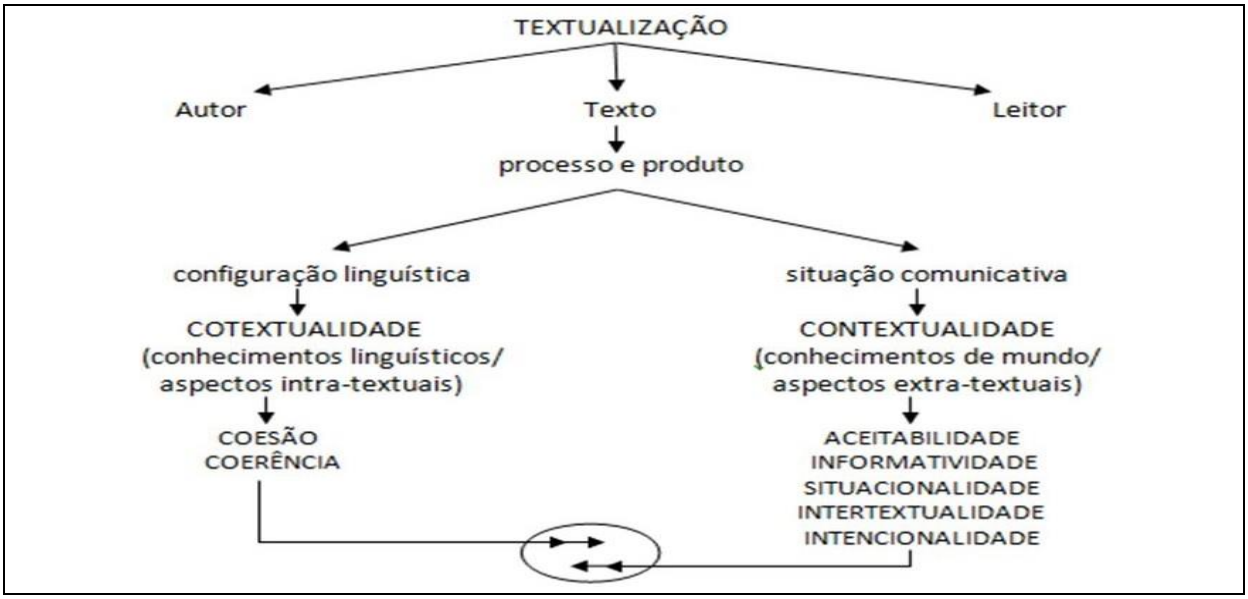
> As palavras e frases que aparecem na superfície de um texto são indicações interessantes que o analista deve levar em conta, mas elas não reproduzem a totalidade do que está sendo comunicado, portanto, se em nossa análise nos limitássemos a elas, nunca poderíamos oferecer uma descrição completa de como um texto funciona. E precisamente o problema mais urgente que deve ser resolvido é como os textos FUNCIONAM na INTERAÇÃO COMUNICATIVA (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 35, grifos dos autores)[18].

Ao mesmo tempo, pois, em que dependemos dos itens lexicais para recuperar os elementos do processo interacional, não podemos nos fixar unicamente neles para realizar essa interpretação. É justamente essa uma característica essencial para a compreensão de uma concepção textual-interativa do léxico. Isoladamente, as palavras não referem, apenas trazem indícios de significação, propriedade que Apothéloz (2018) denomina de opacidade referencial. Tais indícios só serão adequadamente compreendidos se postos em uma situação real de utilização da língua, atualizados nos textos.

A teoria proposta por Beaugrande e Dressler (1997) organiza os fatores de textualidade em dois grandes blocos. O primeiro bloco, segundo os autores, é centrado na materialidade textual, dentro do qual se encontram a coesão e a coerência. O segundo bloco é centrado nos usuários e comporta os chamados fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Marcuschi (2008) sintetiza esses fatores no Quadro 3, a seguir:

[18] Trecho original: “Las palabras y oraciones que aparecen literalmente en un texto son indicaciones interesantes que ha de tener muy en cuenta el analista, pero no reproducen la totalidad de lo que se está comunicando, por lo que si en nuestro análisis nos limitásemos a ellas nunca podríamos ofrecer una descripción completa de cómo funciona un texto. Y precisamente el problema más apremiante que ha de resolverse es cómo FUNCIONAN los textos en la INTERACCIÓN COMUNICATIVA” (Tradução nossa).

Quadro 3 – Processos de Textualização



Fonte: Marcuschi (2008, p. 96)

Nesse modelo, enquanto a coesão e a coerência estão mais ligadas aos conhecimentos linguísticos do autor enquanto interlocutor e, consequentemente, aos sistemas gramatical e lexical, os demais fatores centram-se no conhecimento de mundo e seriam, por isso, ligados mais diretamente aos interlocutores. O primeiro grupo corresponderia aos processos intratextuais, que seriam definidos pelo próprio material linguístico, o cotexto. O segundo grupo abarcaria processos extratextuais e, para compreendê-los, é necessário ir além do cotexto, chegando ao contexto.

Essa distinção, entretanto, não se sustenta quando concebemos a linguagem interacionalmente. Em uma concepção textual-interativa, como a que defendemos aqui, qualquer elemento que concorra para o processamento textual deve ser tomado a partir dos interlocutores e entendido como uma pista formulada com vistas ao propósito comunicativo do texto, ligado a uma audiência específica. Nesse entendimento, todos os fatores de textualidade são interacionais, na medida em que se sustentam na atividade verbal, no uso linguístico, e o que os diferencia é o maior (ou menor) grau de envolvimento com a situação comunicativa e/ou o material linguístico. Para melhor compreensão dessa ideia, passemos a uma descrição mais efetiva de cada um desses fatores.

A coesão textual é definida como uma propriedade textual responsável pelo estabelecimento das diversas conexões de uma sequência de componentes da superfície textual (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997). Marcuschi (2008, p. 98),

sobre essa propriedade, observa que “Os processos de coesão dão conta da estruturação da sequência [superficial] do texto [...] não são simplesmente princípios sintáticos. Constituem os padrões formais para transmitir conhecimento e sentidos”. O autor destaca o fato de a coesão não ser um fenômeno unicamente sintático, sendo constituído, também, de uma face pragmática (a transmissão de conhecimento) e outra semântica (a transmissão de sentido). O entrelaçamento desses três níveis constitui, inclusive, uma premissa básica da visão funcionalista da linguagem (NEVES, 2018b), que entende a natureza linguística do texto como sendo de ordem pragmática, semântica e sintática, com um nível dependendo do outro, todos sob o “comando” do primeiro.

Entendendo o processamento textual nesse quadro teórico, acreditamos que nenhum fenômeno linguístico, mesmo próprio da superfície do texto, produz sentido fora do uso, de uma situação comunicativa, o que leva à conclusão de que tudo, no texto, é interacional. Com a coesão, então, não seria diferente. É generalizante, portanto, dizer que a coesão é um fator eminentemente centrado no texto (admitindo, claro, que haja fatores centrados no uso), como conceberam Beaugrande e Dressler nessa primeira fase de sua teoria do texto.

Essa percepção da coesão é revelada na necessidade que têm os interlocutores de recorrer ao contexto para interpretar certos recursos coesivos. Em outras palavras, apenas o plano da superfície linguística não é suficiente para estabelecer a coesão. Nesse sentido, Antunes (1996) relaciona a coesão com a organização (global) da superfície do texto:

> No exercício comum da linguagem, como em outros domínios da experiência, o conceito de coesão, de uma forma geral, aplica-se aos dispositivos utilizados pelas pessoas para ligar e relacionar os diversos segmentos com que pretendem construir uma unidade. No âmbito linguístico, tais dispositivos recobram maior relevância quando a unidade em construção é o todo complexo e integrado do texto. Isto ocorre, não só porque, nas situações de comunicação, é o texto que comparece, enquanto forma de realização, como também porque é, no texto, que tais recursos de ligação assumem maior complexidade operacional e de função (ANTUNES, 1996, p. 26).

As inter-relações características da coesão são definidas pela autora como complexas, tendo em vista que elas são construídas na rede de elementos do texto, entendido aqui como um processo dinâmico, múltiplo, tentacular, tendo em vista

justamente sua natureza interacional. Ou seja: o estabelecimento das relações coesivas do texto mobiliza diferentes sistemas de conhecimento, o que firma a propriedade coesiva do texto à construção de sua coerência. Dessa maneira, a constituição das palavras do texto e sua organização local e global atendem aos fatores pragmáticos da interação verbal, motivo pelo qual não concebemos a coesão sem sua ligação com a situação de interlocução.

Beaugrande e Dressler (1997, p. 37, grifo dos autores) parecem chegar a essa mesma conclusão quando afirmam que, "Na interpretação de um texto, [...] a superfície textual não é decisiva em si mesma; para conseguir que a comunicação seja eficaz, deve existir INTERAÇÃO entre a coesão e as outras normas de textualidade"[19]. Mais uma vez, a coesão se mostra um fator ligado a elementos semânticos e pragmáticos do processamento textual (entendido no quadro da interação verbal, vale lembrar).

Em resumo, compreendemos a coesão textual como um fator de textualidade ligado ainda ao material linguístico, mas sobretudo à natureza interacional do texto. Diferentemente de autores que equivalem a coerência à coesão (cf. MARCUSCHI, 2012), entendemos essas duas dimensões do texto de maneira distinta, estando a coesão textual mais ligada à micro-organização do texto e a coerência, à macro, embora, para o estabelecimento de sentido no processamento textual, ambas as propriedades recorrem ao global e ao pontual.

Um segundo fator de textualidade é a coerência textual. Para Beaugrande e Dressler (1997, p. 37, grifos dos autores), "A coerência regula a possibilidade de que sejam acessíveis entre si e interajam de maneira *relevante* os componentes do MUNDO TEXTUAL, isto é, a configuração dos CONCEITOS e das RELAÇÕES que *se encontram* sob a superfície do texto"[20]. Em outras palavras, eles fazem menção à harmonia entre os diversos componentes de um texto para construção de uma unidade de sentido relevante para uma interação. Ao trazerem uma referência ao que está sob a superfície do texto, os autores permitem uma relação entre a coerência e as ideias implícitas ali presentes, o que mostra não ser suficiente, mais

[19] Texto original: "En la interpretación de un texto, […] la superficie textual no es decisiva en sí misma; para conseguir que la comunicación sea eficaz ha de existir INTERACCIÓN entre la cohesión y las otras normas de textualidad" (Tradução nossa).

[20] Texto original: "La coherencia regula la posibilidad de que sean accesibles entre sí e [*sic.*] interactúen de un modo *relevante* los componentes del MUNDO TEXTUAL, es decir, la configuración de los CONCEPTOS y de las RELACIONES que *subyacen* bajo la superficie del texto" (Tradução nossa).

uma vez, apenas o exame da materialidade linguística para estabelecimento da coerência. É preciso que os interlocutores do texto recorram a sistemas (socio)cognitivos diversos para recuperar as informações e estabelecer sentido (KOCH, 2015). Os sistemas de conhecimento ativados nesse processo têm base em elementos da interação verbal, ideia que segue na linha aqui construída de que todos os fatores de textualidade são constituídos na interação verbal.

Na definição de coerência, os ‘conceitos’ a que aludem os autores estão ligados a esses sistemas de conhecimento ativados (socio)cognitivamente pelos interlocutores, a exemplo do conhecimento das estruturas e do léxico do idioma, das regras de interação social necessárias às situações comunicativas, do acúmulo de experiências dos interlocutores, etc. Já as ‘relações’ são os vínculos que se estabelecem entre esses conceitos, o que dá unidade ao texto e permite a produção de sentidos.

Ainda sobre o caráter (socio)cognitivo e interacional da coerência textual, Marcuschi (2008) exemplifica:

> Suponhamos que um texto trate de uma narrativa sobre animais selvagens. É evidente que muitas propriedades dos animais selvagens e muitas de suas ações típicas não são aventadas no texto como tal, mas podem fazer parte integrante do conjunto de representações ativadas para organizar o sentido global do texto e sua coerência. Assim é que funciona a língua enquanto modelo para compreensão da realidade e organização dos sentidos. A língua não é um depósito de conhecimentos, mas é um guia que permite elaborar caminhos cognitivos nas atividades linguísticas (MARCUSCHI, 2008, p. 119-120).

O autor mostra que, para eleger o material que vai compor linguisticamente a superfície do texto, incluídos aí o léxico e a gramática, selecionamos as ideias mais relevantes, que supomos não serem conhecidas previamente pela audiência. Nesse sentido, a coerência traz relações com a informatividade, reconhecidamente um fator pragmático de textualidade, mesmo na teoria clássica de Beaugrande e Dressler (1997). No exemplo trazido de Marcuschi (2008), ilustra-se um jogo de interpretação entre interlocutores (nesse caso, retomando o modelo de interação de Neves (2018a) que explicamos no início desta subseção). O estabelecimento da coerência está nesse jogo de implícitos e explícitos, como explica Charolles (2002). Esse mesmo autor formula a noção de coerência como um “princípio de interpretabilidade

do discurso", mostrando que esse fator de textualidade atua no processamento textual quando os interlocutores, a partir de cálculos (socio)cognitivos e interacionais, estabelecem, conjuntamente, os sentidos do texto (CHAROLLES, 1983; 2002).

A clássica distinção entre coesão como a conexão estabelecida pela forma e a coerência como continuidade obtida pelo sentido (MARCUSCHI, 2008) é relativizada a partir de nossa interpretação sobre os fatores de textualidade. Embora a coesão seja mais percebida pelo componente linguístico e a coerência seja estabelecida globalmente na integridade do texto, reconhecemos que esses dois fatores estão interligados. Ambos dependem tanto do linguístico quanto da significação para estabelecerem a textualidade.

Dentre essas duas propriedades da textualidade, entretanto, aquela mais intimamente ligada aos elementos da interação é a coerência textual, que se estabelece na continuidade de sentidos do texto. Antunes (2017) observa que a principal funcionalidade da linguagem é expressar sentidos, do lado do enunciador, e compreender esses sentidos, do lado do enunciatário. A produção de sentidos do texto passa pela formulação de sua coerência, e é a ela que recorrem os interlocutores para o estabelecimento de um mútuo contrato de comunicação no momento da interação, no qual vão decidir que material linguístico vai produzir significação nos textos. Daí, observamos que a coerência

> [...] é construída na relação colaborativa entre interlocutores, a partir de um contexto, de uma situação comunicativa qualquer e aliada ao conjunto de saberes já sedimentados na memória. O contexto em que acontece o evento sociocomunicativo é parte constitutiva dessa coerência; é, portanto, muito mais que um item acessório ao qual eventualmente se recorra (ANTUNES, 2017, p. 75).

Dessa forma, confirmamos a informação anteriormente postulada de que a coerência é a propriedade mais relacionada à interação, pois a ela estão relacionadas outras propriedades, como a situação comunicativa ou mesmo as trocas sociointeracionais entre os interlocutores, e até a organização formal das ideias no material linguístico (ANTUNES, 2005). Com o sistema lexical, isso não é diferente: a seleção vocabular de um texto é pensada para significar, para ser coerente com as regras da interação estabelecida entre os interlocutores.

Entendemos que o estabelecimento da coerência é a finalidade primeira de um texto, e, por isso, a dinâmica do texto se dá em torno dela. Só produzimos um texto para fazer sentido. Em relação à coesão, acreditamos que o processo é inverso: não há conexão no sistema linguístico de um texto sem que seu produtor procure organizar adequadamente as ideias e os sentidos das palavras, pensando em significar algo para seu interlocutor.

Da ideia que acabamos de expor, decorre o fato de a coerência ter um estatuto hierárquico maior no processamento textual. Ela constrói, então, relação com outras propriedades de textualidade apontadas por Beaugrande e Dressler (1997), que são a intencionalidade e a aceitabilidade, fatores diretamente ligados aos interlocutores. Antunes (2009, p. 79) explica que

> Um texto é resultado de uma atividade exercida por dois ou mais sujeitos, que, numa determinada situação social, interagem; produzem juntos uma peça de comunicação. Logo, as implicações resultantes das intenções e expectativas desses sujeitos constituem, também, elementos do sentido configurado.

Essas observações nos mostram, mais uma vez, a importância dos interlocutores no estabelecimento compartilhado da coerência do texto, motivo pelo qual as noções de intencionalidade e aceitabilidade também são centrais para o processamento textual.

Sobre a propriedade da intencionalidade, Beaugrande e Dressler (1997) explicam:

> A intencionalidade refere-se à atitude do **produtor** textual: que uma série de sequências de sentenças constitua um texto coeso e coerente é uma consequência do cumprimento das intenções do produtor (transmitir conhecimento ou alcançar uma META específica dentro de um PLANO) (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 40-41, grifos dos autores)[21].

Essa observação permite que se perceba que o estabelecimento de outras dimensões da textualidade também depende do fator da intencionalidade, que,

[21] Texto original: “La intencionalidad se refiere a la actitud del **productor** textual: que una serie de secuencias oracionales constituya un texto cohesionado y coherente es una consecuencia del cumplimiento de las intenciones del productor (transmitir conocimiento o alcanzar una META específica dentro de un PLAN)” (Tradução nossa).

conforme Antunes (2009), baseada em Beaugrande e Dressler (1997), corresponde à predisposição de quem vai falar ou escrever para só dizer coisas coerentes, que tenham sentido para seu interlocutor. Empreende-se todo esforço necessário para entender seu interlocutor. Com isso, o enunciador pretende ter sucesso em sua atividade verbal, favorecendo, sempre que possível, a compreensão do enunciatário.

Sobre esse conceito, Antunes (2009, p. 80) explica que

> Essa disponibilidade do interlocutor abrange não apenas o propósito prévio de construir uma atividade linguística coesa e coerente, mas também a providência de manter este propósito, no decorrer de toda a interação, pela utilização dos diferentes recursos disponíveis.

É assim que se mantém, do início ao fim do texto, uma conexão semântica entre suas partes, o que corresponde à manutenção do tópico discursivo, para que o interlocutor esteja sempre atento, compreendendo os sentidos trocados entre os pares da interação. É, pois, uma propriedade interacional de ordem também cognitiva, uma vez que parte do esforço mental do enunciador para textualizar ideias e ser compreendido.

Marcuschi (2008, p. 127) lembra que, “Com base na intencionalidade, costuma-se dizer que um ato de fala, um enunciado, um texto são produzidos com um objetivo, uma finalidade que deve ser captada pelo leitor”. Isso significa que toda a força ilocucionária do texto deriva desse esforço cognitivo de seu enunciador para ser compreendido, o que não significa que intencionalidade e intenção pragmática são a mesma coisa. A força ilocucionária do texto é de ordem pragmática, que diz respeito ao propósito (extralinguístico) do enunciador com a elaboração daquele texto, diferentemente da propriedade textual da intencionalidade, de ordem mais cognitiva, como já explanamos. Mesmo na literatura linguística, há uma certa confusão entre essas dimensões do texto, uma vez que são propriedades mais ligadas ao universo do produtor desse texto, e a própria denominação que lhes é atribuída provoca essa confusão.

Marcuschi (2008) ainda demonstra que a noção de intencionalidade como fator de textualidade pode possibilitar outra interpretação equivocada de que tudo que ocorre no texto é de responsabilidade de seu enunciador e, mais ainda, que tudo que é planejado por esse enunciador produzirá com sucesso sentidos no texto. Conceber o processamento textual unicamente sob a égide de seu enunciador

desloca a interpretação do texto para um princípio de subjetividade que tornaria inacessível todo e qualquer texto para outros usuários da língua que não o próprio autor desse texto. Essa questão levanta outra, de natureza metodológica:

> É difícil identificar a intencionalidade porque não se sabe ao certo o que observar. Também não se sabe se ela se deve ao autor ou ao leitor, pois ambos têm intenções. Mas o problema fica ainda maior quando queremos analisar a intencionalidade como um critério de textualidade. Seria mais conveniente vê-la integrada ao plano global do texto e nos processos produtores de coerência (MARCUSCHI, 2008, p. 127).

A intencionalidade, pois, deve ser vista como outra espécie de arquifator de textualidade que contribuiria, em busca da coerência, para o estabelecimento de todos os outros fatores. Isso se deve pela própria dinâmica interacional da língua, na qual os textos são concebidos por pelo menos dois interlocutores que atuam em iguais proporções para a interpretação das ideias. Percebemos, assim, o valor desse fator na definição de todo o processamento textual.

Outro aspecto também é levantado pelas observações metodológicas de Marcuschi (2008): não se pode estudar a intencionalidade do enunciador dissociada da aceitabilidade do enunciatário. Ou seja: é preciso, para o estudo das intenções comunicativas, observar o "outro lado da moeda", apresentado, por Beaugrande e Dressler (1997), no estudo do fator da aceitabilidade.

Segundo os autores,

> A aceitabilidade refere-se à atitude do **receptor**: uma série de sequências que constituem um texto coeso e coerente é aceitável para um determinado destinatário se ele perceber que tem alguma relevância, por exemplo, porque o ajuda a adquirir novos conhecimentos ou porque permite que ele coopere com seu interlocutor na realização de uma determinada meta discursiva (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 43, grifos dos autores)[22].

Logo, intencionalidade e aceitabilidade podem ser consideradas dois grandes polos dentro de um mesmo fator de textualidade, que é a própria interação verbal.

---

[22] Texto original: "La aceptabilidad se refiere a la actitud del **receptor**: una serie de secuencias que constituyan un texto cohesionado y coherente es aceptable para un determinado receptor si éste percibe que tiene alguna relevancia, por ejemplo, porque le sirve para adquirir conocimientos nuevos o porque le permite cooperar con su interlocutor en la consecución de una meta discursiva determinada" (Tradução nossa).

No terreno da análise do texto, os itens lexicais são importantes indícios desses dois fatores de textualidade. Marcuschi (2008, p. 128) observa que “A aceitabilidade se dá na medida direta das pretensões do próprio autor, que sugere ao seu leitor alternativas estilísticas ou gramaticais que buscam efeitos especiais”. Assumindo essa visão, pensamos nos itens lexicais como elementos que o enunciador imprime no cotexto com o objetivo de chegar a seu interlocutor e fazer-lhe compreender o texto, o tema de que ele trata, o domínio a que pertence, sua orientação argumentativa, entre outros elementos. Esses elementos podem, ou não, ser recuperadas por esse interlocutor, o que gera outras possibilidades de sentido. É tarefa complexa, pois, recuperar os elementos cotextuais que indicam a intencionalidade e a aceitabilidade, como bem destaca Marcuschi (2008), já que essas duas propriedades correspondem a posturas dos interlocutores na elaboração e aceitação dos sentidos do texto.

Sobre essa complexidade na relação entre intencionalidade e aceitabilidade, indicam Beaugrande e Dressler (1997, p. 42):

> Se o receptor minimiza seu grau de aceitabilidade, o processo comunicativo pode deteriorar-se. Se o receptor questiona a aceitabilidade do que diz o falante, quando a intenção deste foi de fato clara e compreensível, o falante pode considerá-lo como um sinal de que o receptor não quer cooperar na manutenção da conversação ou que esta transcorra de um modo habitual[23].

Percebemos, nessa ilustração, o reconhecimento de que a significação só ocorre no processo interacional. É preciso esforço cognitivo de todos os interlocutores para que o texto seja processado adequadamente, motivo pelo qual defendemos que a intencionalidade e a aceitabilidade, como polos de um mesmo *continuum*, recobrem diversos outros fatores de textualidade que entram na construção linguística do texto para estabelecer coerência.

Uma questão paralela à aceitabilidade é a interpretação que o interlocutor faz do texto enunciado. Percebendo que o tratamento muitas vezes dado ao estudo da interpretação a partir do enunciatário sugere que ele seja passivo, receptor direto do

[23] Texto original: “Si el receptor minimiza su grado de aceptabilidad, el proceso comunicativo puede deteriorarse. Si el receptor cuestiona la aceptabilidad de lo que dice el hablante, cuando la intención de éste ha sido en realidad ser claro y comprensible, el hablante puede considerarlo como una señal de que el receptor no quiere cooperar en el mantenimiento de la conversación o en que ésta transcurra de un modo habitual” (Tradução nossa).

texto, Heine (2017) propõe substituir essa noção pela de responsividade desenvolvida por Bakhtin (2003):

> [...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente) complementa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante [...]. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva ativa [...] (BAKHTIN, 2003, p. 271).

Assim, a ideia de que a compreensão do texto é uma atividade que envolve todos os interlocutores de maneira responsiva parece-nos mais cabível dentro de uma concepção textual-interativa da linguagem (e do léxico, por consequência). Isso significa entender que as atitudes tomadas pelos interlocutores em relação ao texto contribuem para o processamento textual, uma vez que terão influência direta na produção da significação pretendida para a interação verbal. Toda a construção do texto é moldada nessa relação responsiva ativa e formulada na interação, o que garante ainda mais importância às propriedades de intencionalidade e aceitabilidade, na medida em que esse esforço cognitivo dos interlocutores em estabelecer interação acaba por influenciar o processo de interpretação, incluindo ainda diversos outros fatores da textualidade.

O quinto fator estudado por Beaugrande e Dressler (1997) é a informatividade. Os linguistas explicam a funcionalidade dessa propriedade: “A informatividade serve para avaliar até que ponto as sequências de um texto são previsíveis ou inesperadas, se transmitem informação conhecida ou nova” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 43)[24]. Todo texto é processado a partir de informações que devem oscilar entre novas e velhas. Nenhum texto traz seu conjunto de informações totalmente inédito, pois, se assim fosse, não haveria condição de elas serem recuperadas pelos interlocutores. Na mesma medida, nenhum texto se constrói a partir de uma totalidade de informações óbvias, já conhecidas pela audiência (de maneira geral). Esse tipo de realização não atrairia

[24] Texto original: “La informatividad sirve para evaluar hasta qué punto las secuencias de un texto son predecibles o inesperadas, si transmiten información conocida o novedosa” (Tradução nossa).

interlocutores para o texto, o que resultaria na sua fraca funcionalidade discursiva e social.

A construção da informatividade, então, é interacional, estabelecida nos discursos. A esse respeito, observa Costa Val (1999):

> Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado, pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade (COSTA VAL, 1999, p. 14).

Ao explicar que o grau de informatividade mais adequado é o mediano, Costa Val (1999) traz uma justificativa relacionada às interpretações dos interlocutores e, por consequência, ao estabelecimento da coerência. A autora destaca que as informações postas nos textos sempre são processadas em vistas de sua audiência. São os interlocutores pretendidos que moldam em que medida uma informação deve entrar ou sair do texto, sempre com vistas às possibilidades interpretativas oferecidas pelos interlocutores, ou mesmo pela situação de comunicação.

O sucesso da interação é, assim, o objetivo maior, como destacam Beaugrande e Dressler (1997, p. 43): "[...] o produtor textual deve ser cuidadoso e evitar que a tarefa de processamento que será realizada pelo receptor não seja tão árdua que se ponha em perigo a comunicação"[25]. Mais uma vez, a construção da informatividade é dada no jogo interacional. São os interlocutores que definem a relevância informativa (ANTUNES, 2009) das ideias do texto.

Ainda sobre esse fator de textualidade, Marcuschi (2008, p. 132) observa que, "A rigor, a informatividade diz respeito ao grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido". Essa expectativa (dos interlocutores) está relacionada aos elementos da interação verbal, como o gênero textual ou o tema do texto. Se é verdade que o fator da informatividade não corresponde apenas à análise de unidades informacionais do texto, também é verdade que é no cotexto que se confirmam (ou se contraditam) as

[25] Texto original: "[...] el productor textual ha de ser cuidadoso y evitar que la tarea de procesamiento que ha de realizar el receptor no sea tan ardua como para que se ponga en peligro la comunicación" (Tradução nossa).

expectativas a respeito dessas informações. Isso significa dizer que, embora seja em grande medida um fator pragmático da textualidade, também é a informatividade ancorada (em menor grau, é verdade) no material linguístico disposto no texto. Nesse sentido, o sistema lexical também atua na orientação da informatividade.

O sexto fator de textualidade trazido por Beaugrande e Dressler (1997) é a situacionalidade, que "[...] se refere aos fatores que fazem com que um texto seja RELEVANTE na SITUAÇÃO em que aparece" (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 44, grifos dos autores)[26]. Essa propriedade diz respeito à pertinência e à relevância que serão buscadas pelos interlocutores ao processarem o texto, com o objetivo de estabelecer a situação comunicativa em que se dá a interação. De maneira geral, a situacionalidade já corresponde à própria gênese do texto, tendo em vista que é a situação comunicativa que origina o contato social entre os interlocutores. Todo texto, portanto, "[...] figura como uma ação dentro de uma situação controlada e orientada" (MARCUSCHI, 2008, p. 129). Para ilustrar essa afirmação, observemos este exemplo:

> Tomemos o caso de alguém que quer falar ao telefone: essa situação exigirá uma série de ações mais ou menos consolidadas e que vão constituir o gênero *telefonema*. Haverá a chamada, as identificações e os cumprimentos mútuos, a abordagem de um tema, ou vários, e as despedidas. Assim será com qualquer outro texto, por exemplo, uma *ata de condomínio* e até mesmo uma *redação escolar*, que exigirão determinados requisitos situacionalmente definidos. Em certo sentido, todo texto conserva em si traços da situação a que se refere ou na qual deve operar. A SITUACIONALIDADE PODE SER VISTA COMO UM CRITÉRIO DE ADEQUAÇÃO TEXTUAL (MARCUSCHI, 2008, p. 129, grifos do autor).

Percebemos que a situacionalidade já é implicitamente estabelecida entre os interlocutores no momento mesmo em que a situação comunicativa é posta para o processamento do texto. Podemos considerá-la, assim, como um fator pragmático de base, aquele que carrega mais relações com a situação de interação verbal, tendo em vista que ele diz respeito à própria situação. Ao interagirem, os usuários de uma língua constroem seu texto com base nas mais diversas situações, de ordem contextual, social, cultural. A adequação a essas situações garante parte do sucesso da interação, motivo pelo qual outros fatores, mais ancorados no material

[26] Texto original: "[...] se refiere a los factores que hacen que un texto sea RELEVANTE en la SITUACIÓN en la que aparece […]" (Tradução nossa).

linguístico, também serão afetados pela situacionalidade, incluindo aí os meios de coesão do texto, como já observaram Beaugrande e Dressler (1997). Pode-se depreender, daí, que o sistema lexical também carregará relações com a situação discursiva, pois, no momento em que se selecionam itens lexicais para compor o cotexto, a adequação à situação discursiva também é levada em conta.

A própria configuração dos textos estabelece relações com a situacionalidade. É o que Costa Val (1999, p. 12) nos explica: “Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa”. É por isso que determinados textos são menores ou maiores que outros, para atender às expectativas criadas pelos interlocutores para a situação comunicativa. Com isso, compreendemos que fica explicada, ainda, a relação da situacionalidade com os outros fatores de textualidade, como a escolha dos recursos coesivos (gramaticais e lexicais) ou mesmo a intencionalidade e a aceitabilidade. Afinal, o estabelecimento da situação comunicativa também é uma construção conjunta entre os interlocutores.

Por último, temos o fator da intertextualidade. Beaugrande e Dressler (1997, p. 45) assim a explicam: “A intertextualidade refere-se aos fatores que fazem depender a utilização adequada de um texto a partir do conhecimento de outros textos anteriores”[27]. Em outras palavras, é uma relação que têm todos os textos entre si, marcada em alguma medida no processamento textual. Ocorre, por exemplo, quando há menção de um texto em outro, o que faz com que os interlocutores recorram a esse outro texto para compreender as ideias do primeiro. A percepção da intertextualidade fica, então, a cargo de estratégias cognitivas utilizadas pelos interlocutores.

Koch, Bentes e Cavalcante (2012) distinguem alguns tipos de intertextualidade, dentre os quais, de maneira mais geral, estão a intertextualidade explícita (geral) e a implícita (restrita). No primeiro caso, a ligação entre um texto e outro é expressa, é apontada no cotexto por meio, por exemplo, da indicação do texto-fonte, como ocorre nas citações diretas do texto acadêmico. No segundo caso, não há indicação cotextual do texto original, como no caso de algumas paráfrases, e fica a cargo do interlocutor a identificação da relação intertextual. Dessa forma, as

[27] Texto original: “La intertextualidad se refiere a los factores que hacen depender la utilización adecuada de un texto del conocimiento que se tenga de otros textos anteriores” (Tradução nossa).

pistas linguísticas que indicam o intertexto aparecem de diferentes maneiras no processamento textual, requerendo do interlocutor estratégias diferentes de interpretação.

Enquanto, na intertextualidade implícita, o intertexto é recuperado na situação comunicativa, na explícita, antes mesmo de recorrer à situação, já se encontra a indicação do intertexto na superfície textual. Compreendemos, por isso, que essas duas possibilidades de intertextualidade apresentam funcionamentos distintos no processamento textual. Ainda assim, sempre haverá, em qualquer texto, em maior ou menor grau, uma relação com outro texto, motivo pelo qual também afirmamos que todo texto é um intertexto.

Como toda atividade de elaboração textual é interacional, entendemos, em resumo, que a intencionalidade e a aceitabilidade, tomadas como dois grandes fatores indissociáveis, regulam toda a operação de produção de sentido posta no texto em busca da coerência e permitida por todas as outras propriedades de textualidade. É a coerência, então, o principal fator de textualidade, seguida da intencionalidade e da aceitabilidade. Desses dois últimos fatores, decorrem todos os outros, motivo pelo qual defendemos que todo fator de textualidade é, em alguma medida, pragmático. A distinção entre os diversos fatores, então, ocorre pelo maior (ou menor) grau de percepção da materialidade linguística que os interlocutores terão que acionar no processamento do texto. Há aquelas propriedades mais ligadas à situação comunicativa (contexto) e aquelas mais perceptíveis na superfície textual (cotexto), tendo todos os fatores algum grau de envolvimento com essas duas dimensões.

Tendo em vista todas as observações que aqui formulamos sobre a natureza da textualidade, retomamos uma ideia de Marcuschi (2003a) sobre o papel do léxico no processamento textual.

> [...] a presença de itens lexicais, seja na forma de campos léxicos, repetição, sinonímia e outras, não garante o acesso direto à significação nem a continuidade tópica do texto porque eles não funcionam autonomamente e sim no processo enunciativo que se dá na atividade de textualização. Em outros termos, defende-se o princípio de que identidade lexical, significação e identidade tópica não são automaticamente correlacionadas, mas enunciativamente produzidas (MARCUSCHI, 2003a, p. 3).

Dessa maneira, cabe-nos aqui esclarecer que relações tem o léxico com todos os fenômenos apontados pelo autor. Em comum, esses fenômenos têm a ligação com as relações coesivas que se estabelecem ao longo da cadeia textual, objeto de discussão da próxima subseção.

4.2 Recursos lexicais da coesão do texto

Nesta subseção, demonstraremos como os recursos lexicais da coesão textual contribuem para o processamento textual. Tal processo, entretanto, não está ancorado unicamente no cotexto. Embora a coesão seja percebida sobretudo na superfície textual, ela só é adequadamente interpretada se também a relacionarmos com a situação comunicativa formulada na interação verbal, a partir da intencionalidade e da aceitabilidade de seus interlocutores.

4.2.1 Natureza da coesão textual

Como já elucidamos, a noção de coesão textual está ligada aos nexos estabelecidos entre os diversos elementos de significação do texto. Antunes (2009) nos lembra, inclusive, de que dizer que um elemento coeso é concebê-lo como algo ligado, relacionado. Essa explicação a respeito do que é coeso nos ajuda a entender a própria natureza da coesão textual, estabelecida no texto para a articulação dos itens de seu sistema linguístico.

Nas primeiras fases da Linguística de Texto, Halliday e Hasan (1976, p. 4) já se preocupavam em definir essa propriedade da textualidade: “O conceito de coesão é semântico; refere-se a relações de significado que existem dentro do texto e que o definem como um texto”[28]. Essa definição, embora ainda com algum caráter classificatório (estabelecimento do que é ou não um texto), já revela que é o componente semântico o responsável pelo estabelecimento da coesão, e não unicamente a estrutura do texto, como pode fazer pensar uma visão mais formal de articulação. Nesse sentido, Jubran (2015, p. 35) alerta que, “Enquanto unidade sociocomunicativa globalizadora, o texto apresenta propriedades de coesão e coerência fundadas numa ordem própria de relações constitutivas, diferenciadas das

[28] Texto original: “The concept of cohesion is a semantic one; it refers to relations of meaning that exist within the text, and that define it as a text” (Tradução nossa).

que se estabelecem no limite frasal", o que significa aceitar que os nexos coesivos de um texto não são de natureza exclusivamente sintática, atendem a critérios mais complexos, que tomam o texto em uma perspectiva global, mesmo que as sinalizações da superfície linguística refiram elementos pontuais.

Tendo em vista essas observações, é preciso destacar que, no decurso da elaboração de um texto, dois tipos de coesão podem ser estabelecidos: a coesão estrutural e a não estrutural. A coesão estrutural, como seu nome indica, é oriunda da estruturação das frases de um texto, diz respeito aos nexos sintáticos estabelecidos dentro das frases, sendo, por isso, restrita à unidade frasal. Esse tipo de coesão diz respeito à organização e ao ordenamento das palavras para constituírem, de maneira hierárquica, sintagmas e orações, que, por força dessa estruturação interna, já estabelecem entre si relações coesivas. O fenômeno da concordância, por exemplo, é uma marca desse tipo de coesão: quando flexionamos um verbo no plural para concordar com um sujeito também nesse número gramatical, como em "Os eleitores falharam nas urnas", já expressamos esse elo sintático existente entre os sintagmas verbal e nominal.

Tanto Halliday e Hasan (1976) quanto Beaugrande e Dressler (1997) associam a coesão estrutural aos chamados textos mínimos, compostos de uma só frase, afirmando que esses textos têm sua coesão construída sem ultrapassar o domínio das relações sintáticas (estruturais) características do nível frasal. Essa ideia poderia levar à associação biunívoca entre (a) coesão estrutural e frase e (b) coesão não estrutural e texto, o que não procede, tendo em vista que ambas estão presentes nos textos como um todo, e a noção de coesão não estrutural é mais geral e engloba mais fenômenos, dessa vez de ordem semântico-pragmática, que podem ocorrer tanto na frase quanto para além dela. Sobre essa distinção, concordamos com Antunes (1996, p. 42), quando explica que

> A diferenciação relativa a estes dois tipos de recursos coesivos não implica qualquer avaliação quanto à relevância maior ou menor de um ou de outro na constituição do texto como um todo significativo. Ambos se complementam e interagem no tecido da armação textual.

Quando nos referimos, entretanto, à coesão enquanto propriedade da textualidade, é à coesão não estrutural que estamos aludindo, entendendo que ela é mais global e recorre aos elementos da interação para ter seu uso adequado às

situações comunicativas. Além disso, ela não é apenas sintática, podendo ser estabelecida por recursos tanto gramaticais quanto lexicais. O uso de itens lexicais, nesse caso, imprime nos elos coesivos propriedades mais complexas, ligadas à dinâmica sociointeracional da seleção vocabular. As marcas coesivas, assim, seriam responsáveis por indicar também elementos extratextuais, como já citamos.

A propriedade da coesão textual (não estrutural) estabelece movimentos de ida e volta no texto, formulando uma rede articulada de ideias e palavras. É por isso que

> A coesão ocorre quando a INTERPRETAÇÃO de algum elemento do discurso depende da de outro. Um PRESSUPÕE o outro, no sentido de que um elemento não pode ser efetivamente decodificado, exceto recorrendo ao outro. Quando isso acontece, é estabelecida uma relação de coesão e, assim, os dois elementos [...] são pelo menos potencialmente integrados ao texto (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4)[29].

Essas observações destacam que a coesão também apresenta relações com princípios de interpretabilidade, pois é o vínculo semântico-pragmático estabelecido entre referentes e predicados que faz o texto avançar em suas ideias, em constantes movimentos de retomada e antecipação. Os dois elementos a que os autores fazem referências são os itens mínimos a partir dos quais se pode construir uma cadeia coesiva no texto, sendo um o antecedente, aquele que é introduzido primeiro no texto, e outro, o subsequente, aquele que retoma termos anteriormente introduzidos na malha textual. A necessidade de uma interpretação global para a compreensão dessas relações mostra como os interlocutores precisam cooperar também para estabelecer os nexos coesivos do texto, o que demonstra mais uma vez a importância de levar em consideração a interação verbal para análise dos textos.

Ainda sobre a construção dos nexos do texto, Antunes (1996) destaca duas funções centrais da coesão: a continuidade temática e a organização global. Sobre a primeira função, a autora afirma que os recursos coesivos provêm e assinalam "[...] a continuidade da organização superficial do texto" (ANTUNES, 1996, p. 45), mantendo, na peça textual, uma elaboração lógica que garante a interpretação das

[29] Trecho original: "Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another.The one PRESUPPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When this happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements [...] are thereby at least potentially integrated into a text" (Tradução nossa).

ideias em um bloco único. Tal propriedade permite que se estabeleça uma unidade ao texto, além da capacidade de reconstituí-lo em sua totalidade, recuperando toda espécie de informação necessária para tal. Seria essa sua segunda função, mais ligada ao "[...] estabelecimento dos fundamentos macroestruturais do texto, com referência aos quais se pode, mais facilmente, promover, indicar e recuperar a unidade tópica do texto" (ANTUNES, 1996, p. 46).

Por fim, é preciso destacar o papel do componente semântico para definição dos elos coesivos do texto. Seja qual for o recurso de coesão textual empregado, para que sua realização seja realmente efetivada e interpretada pelos interlocutores, é preciso que se estabeleçam primordialmente relações semânticas entre os nexos coesivos:

> A coesão faz parte do sistema de uma língua. O potencial de coesão está nos recursos sistemáticos de referência, elipse e outros que são incorporados à própria língua. A atualização da coesão em qualquer instância, no entanto, depende não apenas da seleção de alguma opção dentre esses recursos, mas também da presença de algum outro elemento que resolva o pressuposto que isso configura. É óbvio que a seleção da palavra *maçãs* não possui força coesiva por si só; uma relação coesiva é estabelecida apenas se a mesma palavra, ou uma palavra relacionada a ela, como *fruto* [...], já tiver ocorrido anteriormente. É menos óbvio, mas igualmente verdadeiro, que a palavra *eles* também não tem força coesiva, a menos que haja alguma referência explícita ao seu alcance. Nos dois casos, a coesão está na relação que é estabelecida entre os dois (HALLIDAY; HASAN, 1996, p. 5)[30].

Ou seja: são múltiplos os recursos de que os interlocutores podem lançar mão para estabelecer coesão no texto, mas todos eles só são efetivamente realizados quando recorremos a elementos externos ao texto para resolver as relações pressupostas entre as palavras. A lógica que constitui esses elos é semântica, do sentido, mas só adquire interpretabilidade no texto se esse sentido for colocado em uso. Dessa forma, provêm-se a continuidade e unidade semântica do texto, partindo

[30] Trecho original: "Cohesion is part of the system of a language. The potential for cohesion lies in the systematic resources of reference, ellipsis and so on that are built into the language itself.The actualization of cohesion in any given instance, however, depends not merely on the selection of some option from within these resources, but also on the presence of some other element which resolves the presupposition that this sets up. It is obvious that the selection of the word *apples* has no cohesive force by itself; a cohesive relation is set uponly if the same word, or a word related to it such as *fruit* [...], has occurred previously. It is less obvious, but equally true, that the word *them* has no cohesive force either unless there is some explicit reference for it within reach. In both instances, the cohesion lies in the relation that it is set up between the two" (Tradução nossa).

da superfície textual até sua estrutura profunda de significação, na qual se encontram as ideias implícitas, as entrelinhas. Os autores ainda destacam a possibilidade de a coesão ser assinalada em dois sistemas linguísticos: no léxico, como no caso do substantivo “fruto”, ou na gramática, como no caso do pronome “eles”. Sobre os recursos da coesão lexical e suas possibilidades de organização do texto, trataremos na próxima subseção.

4.2.2 Coesão lexical referencial e predicativa

Halliday e Hasan (1976, p. 274) definem que “[a coesão lexical] é o efeito coesivo realizado pela seleção do vocabulário”[31]. Essa conceituação põe em relevo dois aspectos: a) a coesão é entendida a partir dos efeitos que provoca no texto, como os movimentos de retomada de unidades característicos da atividade verbal; e b) é a seleção dos itens lexicais que provoca tais efeitos, motivo pelo qual podemos postular que são os fatores da interação verbal, responsáveis pela seleção do léxico, que definem as relações de coesão constituídas no texto. Em nossa análise, então, interessa saber como esses fatores da interação verbal atuam na seleção vocabular (mais especificamente, de substantivos, adjetivos e verbos), para, a partir daí, organizarem a rede coesiva do texto, responsável, como destacamos anteriormente, pela organização geral do texto e por sua manutenção temática.

A compreensão do que é a coesão lexical, em comparação a uma coesão gramatical, parte da distinção entre as unidades do léxico e da gramática. Elas são assim diferenciadas:

> Um dos pontos de apoio para esta distinção está no fato de que, na [coesão gramatical], operam elementos que pertencem a ‘inventários fechados’ do sistema e, são, por si mesmos, indicação de alguma ocorrência coesiva. [...] na coesão lexical, ao contrário, entram elementos que, paradigmamente, compõem uma ‘série aberta’ e não constituem, à partida, indício de coesão. Só na construção sintagmática é que se revelam em condição de interligação coesiva (ANTUNES, 1996, p. 59).

Portanto, a coesão a partir das unidades da gramática é estabelecida no vínculo direto entre os elementos antecedentes e subsequentes, sem intervenção

[31] Trecho original: “[This] is the cohesive effect achieved by the selection of vocabulary” (Tradução nossa).

mais efetiva de elementos contextuais, enquanto a coesão lexical tem sua definição mais dependente de outros fatores contextuais e ocorre a partir da interpretação dos interlocutores sobre as prováveis relações entre as palavras. É esse um fator essencial de diferenciação.

A noção de opacidade referencial elaborada em Apothéloz (2018) ajuda-nos a explicar essa questão da dependência do item lexical para realizar referências. Isolada, uma palavra nada refere, tem apenas indícios de sentido. Um substantivo como ‘eleição’, por exemplo, não consegue estabelecer, sozinho, elos coesivos com outros elementos de um texto (e, em maior instância, da própria linguagem). A partir do momento em que ele é colocado em um sintagma nominal, como “A eleição” ou “A eleição presidencial de 2018”, já se começa a construir uma referência para esse substantivo, que vai funcionar dentro da cadeia textual.

Outro aspecto é que essas unidades lexicais, ao mesmo tempo em que dependem do contexto para serem definidas, também fornecem ao interlocutor as pistas necessárias para a definição e orientação desse contexto. A seleção de um item lexical em detrimento de outros dá indícios da orientação argumentativa ou mesmo limites do contexto de uso em que os textos se encontram imersos. Explicando essa propriedade dos itens lexicais, Antunes (2009) apresenta relevantes considerações do ponto de vista metodológico:

> As marcas formais da coesão também fornecem indicações para o estabelecimento local do contexto de interpretação. Ou seja, por essas marcas são dados sinais para que o destinatário da interação não construa um contexto mais amplo do que é necessário. Daí que deixar de ter em conta os sujeitos que atuam na atividade comunicativa é pôr em risco e, até mesmo, falsear as reais condições da atividade verbal (ANTUNES, 2009, p. 84).

Disso resulta que o analista do texto não pode interpretar as palavras de maneira aleatória, ideia já bastante difundida nos estudos do texto. Para a disciplina da Lexicologia, em especial, evocamos a concepção textual-interativa de estudo do léxico aqui postulada, a que fornece mais subsídios para recuperarmos esse princípio de interpretabilidade do texto na compreensão do funcionamento das palavras. Apenas a análise da estrutura de uma palavra ou de seu sentido não dá conta desse estudo mais textual, uma vez que essas perspectivas atendem a outras demandas da linguagem, como o entendimento da organização abstrata da língua.

A respeito das relações lexicais de coesão textual, Antunes (2012, p. 40) recupera que, no texto,

> Elas [as relações] promovem a necessária continuidade semântica que caracteriza a atividade textual. Em toda a linha do texto, as palavras vão formando elos que possibilitam a configuração linguístico-cognitiva de uma unidade semântica. Não é o sentido particular de cada palavra que confere unidade ao texto. É a rede de sentidos criada, explícita ou implicitamente, pelas palavras presentes à linha do texto. Uma remetendo a outra, anterior ou posterior, próxima ou distante. Uma condicionando a outra ou pressupondo a outra; uma dando acesso a outra ou associando-se a outra.

Para o entendimento do processo de significação das palavras de um texto, essas observações são pertinentes, tendo em vista que mostram como a seleção vocabular está condicionada à sua determinação textual dentro de uma rede de palavras. A referência é pragmática, privativa do uso. Isto é, um item lexical isolado nada refere, como já explicamos anteriormente; ele apenas funciona na dependência de outros itens lexicais, situados na prática sociocomunicativa. Essa é a propriedade do léxico que vamos levar em conta para entender a dinâmica do funcionamento de substantivos, adjetivos e verbos na coesão lexical, a partir dos fenômenos da referenciação, da modificação e da predicação.

Trataremos, aqui, mais detidamente dos processos de referenciação e predicação. Retomando as noções de Neves (2018a), destacamos as propriedades das classes lexicais que as relacionam diretamente com o universo extratextual, a saber:

a) são os substantivos, como núcleos do sintagma nominal, repositórios de traços semânticos de uma palavra, que se veem atualizados na atividade da interação verbal, na qual são selecionadas referências, a partir das interpretações dos interlocutores, para referir o universo discursivo em que o texto se encontra;
b) são os verbos plenos, no texto, como núcleos do sintagma verbal, uma representação semântica de eventos do mundo, que recebem significação também discursivamente, no processo de textualização, formulando de maneira central os diversos enunciados que vão compor o texto, a partir da propriedade de predicação.

É, portanto, o substantivo, como núcleo do sintagma nominal, o termo mais relacionado ao universo referencial do texto, enquanto o verbo consta no universo predicador. Podemos, dessa maneira, postular a existência de duas naturezas da coesão lexical: uma coesão lexical referencial e outra predicativa. É importante ter em conta que ambas se complementam na tessitura do texto, uma vez que tudo no texto está absolutamente articulado. A elaboração de uma referência pode, inclusive, transitar da referenciação à predicação, e vice-versa. Quando retomamos, por exemplo, o verbo “eleger” pelo substantivo “eleição”, em uma sentença como “Pensou que ia se eleger, mas não obteve êxito nesta eleição”, passamos da predicação de ‘eleger’ para a referenciação, com ‘eleição’.

Essas observações são importantes para mostrar que a organização aqui desenvolvida, separando a coesão lexical referencial da predicativa, é de cunho metodológico, para sistematizar nossas análises e entender o funcionamento dessas duas instâncias da linguagem, até mesmo para poder conhecer melhor suas relações na constituição do texto.

A referenciação é um processo que acontece no uso da linguagem, ou seja, nas práticas sociointeracionais. Concebemos esse fenômeno a partir das visões de Mondada (2001; 2005) e Mondada e Dubois (2003), que explicam a passagem de uma noção mais estrutural de referência para outra, mais interacional, (socio)cognitiva, de referenciação enquanto processo linguístico-discursivo no qual os interlocutores definem, a partir de propriedades (co)construídas na interação, a significação e a funcionalidade das palavras, encontradas em textos autênticos.

Esse entendimento do processo de referenciação nem sempre foi unânime na linguística. Mondada (2001) estabelece duas concepções distintas para as noções de referência e referenciação. Segundo a autora,

> A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística; nestes quadros, ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, da verbalização do referente, em que a forma linguística escolhida é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele [o mundo]. A questão da referenciação opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades

> práticas e às ações em curso dos enunciadores[32] (MONDADA, 2001, p. 9).

Parte-se de uma noção mais formal de referência, que entende as palavras como uma espécie de espelho da realidade (o que revela uma concepção de língua como expressão do pensamento), em direção ao entendimento do texto como um processo sociodiscursivo. Essa segunda visão, agora denominada referenciação, é a que se enquadra na perspectiva textual-interativa de léxico que defendemos nesta Tese. Por isso, é a esse segundo sentido que nos referimos aqui, quando tratamos do papel do léxico dentro da referenciação.

De acordo com essa visão de língua, é a referenciação, dessa maneira, "[...] resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores [...]" (MONDADA, 2005, p. 11). Não há, por isso, uma referência previamente formulada para os itens lexicais, que só referem nas interações, uma vez que

> [...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não verbais, nas negociações dentro da interação (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

A noção de objeto de discurso desenvolvida pelas autoras coaduna com a ideia de que os substantivos não são simples rótulos das coisas do mundo; são, essencialmente, (re)construídos na interação de acordo com a visão e as experiências dos interlocutores em ação. É por isso que defendemos haver a seleção do interlocutor para escolher que item lexical é mais adequado à referência que se pretende fazer. Isso nos permite concluir que a atividade de referenciação revela também o viés ideológico e as intenções dos interlocutores. Também por isso,

[32] Texto original: "La question de la référence est un thème classique de la philosophie du langage, de la logique et de la linguistique; dans ces cadres elle a été historiquement posée comme un problème de représentation du monde, de verbalisation du référent où la forme linguistique choisie est évaluée en termes de vérité et de correspondance avec lui. La question de la référenciation opère un glissement par rapport à ce premier cadre: elle ne privilégie pas la relation entre les mots et les choses, mais la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées en termes d'adéquation aux finalités pratiques et aux actions en cours des énonciateurs" (Tradução nossa).

não podemos admitir que os objetos de discurso (nem os itens lexicais) se confundem com a realidade extralinguística, mas são apenas sua (re)construção dentro do processo de interação verbal, a ligação entre o texto e seu exterior, mediada pelos interlocutores.

Em Mondada (2001), encontramos a sistematização desse entendimento:

> Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente dentro da dinâmica discursiva. Dito de outra maneira, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas de linguagem; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente[33] (MONDADA, 2001, p. 9).

Como viemos reiterando, é a atividade discursiva que define o valor do sistema linguístico no texto. Abreu (2018, p. 213), quando afirma que os "[...] elementos linguísticos que estão à disposição no texto vão sendo (re)elaborados a partir das relações que ocorrem no texto, estabelecendo os sentidos que o produtor quer imputar", reconhece essa concepção de objeto de discurso e referenciação. Assim, nenhum fenômeno da textualidade é gratuito na elaboração de um texto, tudo está posto com vistas ao estabelecimento da interação, a partir dos universos linguístico-discursivos dos interlocutores.

Entender essa dinâmica do processo de referenciação é fundamental para concebermos os substantivos dentro de uma concepção textual-interativa de léxico. Essa classe é a mais prototípica para configurar, no texto, as expressões referenciais, tendo em vista ser a referenciação uma propriedade ligada ao sintagma nominal. Embora alguns pronomes, unidades gramaticais, também exerçam esse papel de núcleo de um sintagma nominal, só o fazem quando estão em correferência com substantivos. É por essa razão que associamos o substantivo, núcleo do sintagma nominal, à referenciação.

---

[33] Texto original: "Les objets de discours sont donc des entités constituées dans et par les formulations discursives des participants: c'est dans et par le discours que sont posés, délimités, développés et transformés des objets de discours qui ne lui préexistent pas et qui n'ont pas une structure fixe, mais qui au contraire émergent et s'élaborent progressivement dans la dynamique discursive. Autrement dit, l'objet de discours ne renvoie pas à la verbalisation d'un objet autonome et externe aux pratiques langagières; il n'est pas un référent qui aurait été codé linguistiquement" (Tradução nossa).

Analisando a importância da referenciação para que, no decurso da interação, a produção e a compreensão de textos sejam atividades de (re)elaboração de significados, tanto Cavalcante (2012) quanto Abreu (2018) destacam, ainda, suas funções de organização da informação do texto, manutenção e progressão do tópico discursivo e marcação da orientação argumentativa. Esses aspectos serão retomados por nós, no estudo das funções textual-interativas dos itens lexicais.

Para o tratamento analítico do texto, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) sintetizam duas noções importantes para o estudo textual-interativo do léxico, que dizem respeito aos conceitos de referente e expressão referencial. Segundo os autores, o "[...] referente (ou objeto de discurso) é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto" (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 27). Chaves (2013, p. 181) também define o referente como aquilo "[...] de que se está a falar quando usamos um determinado sintagma nominal [expressão referencial] num enunciado concreto". Ou seja: um referente é a entidade sociodiscursiva estabelecida no texto que possibilita aos interlocutores identificarem quais elementos extralinguísticos podem ser recuperados para o entendimento do texto. Quando dois itens lexicais têm, num mesmo texto, possibilidades de ligação com um mesmo referente, dizemos que eles são correferenciais.

Já o segundo conceito é o de expressão referencial, "[...] uma estrutura linguística utilizada para manifestar formalmente, na superfície do texto (ou seja, no cotexto), a representação de um referente" (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 28). Essa expressão referencial diz respeito ao material mais concreto do texto. Em nossa análise, cada vez que estivermos nos referindo à ocorrência de um item lexical substantivo como núcleo de um sintagma nominal, estamos tratando de uma expressão referencial.

No entendimento da coesão lexical, além do funcionamento do substantivo nos recursos de referenciação, precisamos compreender o papel dos verbos na construção da predicação. Segundo Chaves (2013, p. 208-209),

> Nem todas as propriedades semânticas lexicais têm a ver com relações entre palavras. Algumas destas propriedades manifestam-se em inferências que envolvem unidades frásicas, e têm a ver, em particular, com a relação que se estabelece entre um predicador [...] e os seus argumentos.

Tais relações lexicais manifestam-se na estrutura dos enunciados, cuja configuração obedece a certos princípios coesivos, como as possibilidades de combinação entre elementos. Essa relação fica clara quando pensamos em um verbo como ‘eleger’, que só pode selecionar como sujeito, em condições usuais de linguagem, um substantivo como ‘pessoas’ ou ‘brasileiros’, e não um como ‘pedra’. Acontece que o verbo ‘eleger’ traz, em sua semântica, exigências para ser combinado com itens lexicais que carreguem o traço [+ humano], predicando apenas com esse tipo de palavra para compor o núcleo do sintagma nominal. Desse exemplo, observamos, então, a existência de propriedades semânticas que vão delimitar elos coesivos do texto. Tais propriedades só são definidas, vale lembrar, no quadro da interação, responsável pela atribuição de significado aos predicados de um texto.

A perspectiva de predicação que empregamos aqui é de “[...] um modo particular (possivelmente o mais típico nas línguas humanas) de organizar linguisticamente a informação expressa por uma proposição” (RAPOSO, 2013, p. 352). Ela, então, é uma propriedade da língua responsável pela seleção semântica de itens lexicais (sobretudo os verbos) que poderão ser combinados entre si para compor enunciados de naturezas diversas. A organização de enunciados que é processada nessa predicação tem, pois, caráter relacional, uma vez que os elos semânticos que estabelecem esses enunciados são definidos na relação de uma palavra com outra.

Na estruturação dos enunciados, a propriedade da predicação é a primeira responsável pelo arranjo linear e pelas escolhas lexicais que são realizadas. Nesse processo, encontramos, de acordo com Neves (2011), três ações:

(i) a escolha da natureza do predicado, e de como esse predicado estabelece significação no texto;

(ii) a seleção dos argumentos, outros itens lexicais solicitados pelo predicador para compor o enunciado, que podem ser o argumento interno (os complementos), se estiverem dentro do mesmo sintagma que o predicador, ou o argumento externo (o sujeito), se estiverem em outro sintagma, que não o do predicador; e

(iii) a eleição dos satélites, sintagmas ou itens lexicais não obrigatoriamente exigidos estruturalmente pelo predicador, mas que são necessários à

formulação dos sentidos que o enunciador deseja apresentar em seu texto.

Esse processamento textual envolvido na predicação fornece ao analista do texto diversos elementos para buscar entender a coerência do que ali está posto. Neves (2011), em observações a respeito da natureza funcional dessa propriedade predicadora, estabelece que

> A verificação dos enunciados efetivamente utilizados revela uma seleção, feita pelo falante [interlocutores, em nossa visão], que organiza seu texto de modo que esteja expresso o conteúdo ideacional que ele quer transmitir, de modo que estejam distribuídas devidamente as peças da informação, e, ainda, de modo que esteja garantida a troca linguística em que cada ato de fala se constitui. Tudo isso implica, por exemplo, uma determinação de aspectos linguísticos ligados a diversas escolhas [...], todas elas implicadas no fluxo de informação do enunciado (NEVES, 2011, p. 24).

Também compartilhamos dessa noção funcional de textualização explicada pela autora, uma vez que ela elege elementos da interação verbal para explicar a dinâmica de constituição linguística dos textos. Dentre esses elementos, encontram-se, por exemplo, a intenção discursiva dos interlocutores, ou mesmo os conhecimentos previamente partilhados entre eles na hora da seleção e da interpretação dos itens lexicais. Vale lembrar que entendemos o conceito de conhecimento prévio, na interação, de maneira inferencial, ou seja, aquilo que concorre para a formulação de um texto é a inferência que o autor realiza de do conhecimento prévio de seu interlocutor.

Além disso, reconhecemos que “O predicador de uma frase é o item lexical que define o conteúdo fundamental das proposições, independentemente da sua natureza semântica mais precisa como representando ações, atividades, processos ou situações estáticas” (RAPOSO, 2012, p. 358). Isso significa admitir que o conteúdo extralinguístico indicado pelo verbo no texto vai delimitar a estruturação e a organização dos enunciados. Mais uma vez, percebemos que a estrutura do texto, tanto a global quanto a pontual, são estabelecidas de fora para dentro da materialidade linguística. Tal entendimento está inserido na nossa perspectiva textual-interativa do léxico, proveniente da concepção de língua enquanto atividade da interação verbal.

Da mesma forma como concebemos a referenciação, na dinâmica do discurso, também estudamos a predicação: “[...] itens lexicais que podem funcionar como predicadores são aqueles que têm um conteúdo descritivo, i.e., que representam propriedades atribuídas a entidades ou relações entre entidades” (RAPOSO, 2013, p. 358). Está, então, a coesão lexical intimamente relacionada ao processamento textual, a essa interdependência entre o material linguístico do texto e suas propriedades sociointeracionais.

Essas duas principais formas de coesão lexical, a referencial e a predicativa, estão ligadas, como estamos observando, por dois aspectos. No nível do cotexto, uma unidade de referenciação está normalmente associada a uma unidade de predicação. Quando um predicador verbal como ‘fraudar’ seleciona um argumento externo ‘candidato’, em uma sentença como “O candidato eleito fraudou as eleições”, ele está selecionando uma expressão referencial (“candidato”) que vai, mais uma vez, estabelecer relações entre a materialidade linguística e a realidade discursiva que constituem o texto.

É por meio dessa primeira ligação, no nível cotextual, que também chegamos ao entendimento de outra ligação, agora no nível contextual. Itens lexicais de referenciação e de predicação pertencem ao que Peres (2013) chama de ‘universo de discurso’: “[...] o conjunto de todas as entidades que podem ser nomeadas por uma língua. [...] um sistema complexo e diversificado, que reflete parcialmente a complexidade e a variedade do próprio real” (PERES, 2013, p. 736). Assim, estendemos à definição de predicação as observações feitas à referenciação, como um processo discursivo, que se estabelece dinamicamente entre interlocutores (MONDADA, 2005).

É válido salientar, por fim, que a principal funcionalidade coesiva desses dois mecanismos no texto é garantir a continuidade temática. Estabelece-se tanto a continuidade referencial, “[...] conseguida no eixo da referenciação, ou seja, no eixo das referências feitas aos distintos indivíduos de que se fala” (ANTUNES, 2012, p. 76), quanto a predicativa, “[...] que resulta dos laços criados no âmbito da predicação, ou seja, no âmbito do que se afirma, do que é predicado acerca dos indivíduos referidos” (ANTUNES, 2012, p. 77). Ou seja: são os dois grandes mecanismos de textualização que estabelecem discursivamente a cadeia coesiva de um texto.

4.2.3 Recursos de coesão lexical

Nesta subseção, vamos explorar os recursos textuais a partir dos quais os itens lexicais estabelecem a coesão textual. Além do caráter relacional de tais recursos, procuramos mostrar sua capacidade para formulação de referentes, aproximando os elementos coesivos da coerência geral dos textos. A adesão a uma perspectiva textual-interativa nos permite, também, explicar a funcionalidade desses recursos lexicais no processamento do texto, dentro do quadro da interação verbal.

Na explicação a respeito do papel coesivo de palavras semanticamente equivalentes, Antunes (2012) explora os mecanismos de coesão lexical e explica de que forma eles compõem a estrutura de um texto:

> [...] a construção de um texto se faz em um movimento de idas e vindas, de avanços e de retomadas, o que implica procedimentos de reiteração, de reafirmação constante, que, por sua vez, provocam a repetição de uma mesma expressão ou sua substituição por outra, de qualquer forma, equivalente (ANTUNES, 2012, p. 76).

Todo esse aparato linguístico-discursivo constitui alguns dos recursos a partir dos quais o léxico atua no processo de textualização. Como já definimos, a coesão lexical é aquela estabelecida na seleção dos itens lexicais que formam um texto, a partir das amarras de significação e de referência que o caracterizam enquanto unidade. Em toda a linha do texto, percebemos que substantivos, adjetivos e verbos aparecem como elementos de maior referência extratextual, o que faz a ponte entre cotexto e contexto. Essas classes lexicais entram na constituição do que denominamos cadeia coesiva, cujo conceito encontramos em Antunes (1996, p. 78): “[...] a junção de nexos de uma mesma natureza, [...] o encadeamento textual de nexos semanticamente semelhantes”, as referências e predicações.

A cadeia coesiva é construída a partir dos processos de referenciação e predicação, interligados, como explicamos na subseção anterior. Para formulação dos enunciados, “Compete à predicação informar o que se passa com as entidades referenciadas” (AZEREDO, 2018, p. 98), motivo pelo qual os dois processos estão interligados. Acontece, entretanto, que, partindo desses processos, os itens lexicais materializam-se a partir de múltiplos recursos, que marcam os movimentos de ida e volta característicos da cadeia coesiva. Podemos reunir esses recursos em dois

grandes grupos, os de repetição lexical e os de substituição lexical, os quais vamos estudar a partir de agora.

Marcuschi (2015, p. 209) define a *repetição* como "[...] a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo"[34]. Para nós, especificamente, interessam os casos em que essa repetição se dá por itens lexicais, em especial substantivos, adjetivos e verbos, motivo pelo qual trataremos o 'segmento textual' no sentido de 'palavra'. A primeira ocorrência com que essa palavra aparece no texto é denominada pelo autor de 'matriz'; essa vai servir de base para que se reitere a referência com outros itens lexicais repetidos, em uma ocorrência denominada 'repetição'. Marcuschi (2015) ainda aponta que essas repetições podem ser integrais, quando há identidade de forma, ou com variação, quando essa identidade formal é parcial.

A repetição lexical é estabelecida no texto a partir de três grandes mecanismos: a ativação, a reativação e a desativação de referentes e predicados. Tais movimentos contribuem, sobretudo, para a organização da informação do texto e sua manutenção temática. Quando um item lexical aparece pela primeira vez no texto, ele ativa um objeto de discurso para que o interlocutor o identifique. Esses objetos são desativados e reativados durante todo o texto, à medida que outros itens lexicais passam a compor esse texto. Cada vez que um mesmo item lexical é repetido no texto, entretanto, ele apresenta outras possibilidades de referenciação diferentes das anteriores. Tal atualização de referências é promovida não só pela simples repetição, mas também pela distribuição desses itens dentro do cotexto.

A respeito da importância da distribuição das palavras em um texto, Antunes (2012) explica que

> [...] a relevância desse recurso não está apenas na *quantidade de vezes que uma palavra é repetida*. Está também na *distribuição que as repetições assumem no percurso do texto*; isto é, nos pontos em que aparecem como pistas estratégicas que ajudam o leitor ou o ouvinte a manter ativadas na memória referências e predicações e, assim, ir construindo a unidade do texto (ANTUNES, 2012, p. 71, destaques da autora).

[34] Embora as observações encontradas em Marcuschi (2015) tenham sido elaboradas para o estudo de contextos de língua falada, boa parte de seus postulados pode ser aplicada também para o estudo do texto escrito. São esses aspectos que vamos utilizar em nossos estudos.

Essa distribuição de itens lexicais no texto leva em conta alguns fatores. Talvez o principal deles esteja ligado à obtenção da clareza e da precisão das ideias do texto. A repetição de um mesmo item lexical mantém, com o interlocutor, o foco no que se vem tratando no texto, como se houvesse uma espécie de confirmação: “se estamos usando essa mesma palavra, continuamos no mesmo assunto”, reativamos o mesmo referente. Logo, essa repetição é um dos fatores que promove a clareza referencial com que elaboramos o texto para nossos interlocutores.

Por estabelecerem a relação discursiva entre cotexto e contexto, os itens lexicais assumem uma forte relevância na distribuição de palavras no texto. As unidades da gramática estabelecem sentidos diferenciados a cada vez que aparecem no texto, mas isso é processado de maneira mais local, tendo em vista que as relações gramaticais, embora dependam de demandas gerais do texto, atualizam-se de maneira mais pontual. As unidades do léxico, ao contrário, a cada vez que aparecem, vão acumulando nuances de significado que já foram estabelecidos em outras ocorrências no texto.

Outro fator decisivo para a distribuição de itens lexicais é a dimensão do texto. Cotextos de maiores proporções e, consequentemente, com mais material linguístico, possibilitam mais opções de distribuir as palavras repetidas pela superfície textual. A frequência com que essas palavras são repetidas também é maior em textos maiores, como se pode depreender de uma lógica natural. Somados a esses dois fatores, a clareza e a dimensão, também há outros que podem definir como distribuímos itens lexicais no texto, como seu gênero textual ou seu propósito comunicativo.

Um ponto de fundamental importância para compreendermos a dinâmica da repetição lexical são suas funcionalidades na atividade comunicativa. Como já ponderamos, a primeira delas é a continuidade do tema. Para os interlocutores, manter algumas palavras no texto de maneira constante, é uma forma de sinalizar que ambos continuam na mesma interação, produzindo um mesmo evento comunicativo. Também podem os itens lexicais exercerem uma função de ênfase para elementos trazidos no texto; quanto mais um item lexical aparecer em um texto, mais enfatizada será a ideia que ele representa.

Antunes (2012) ainda aborda, dentro das funcionalidades da repetição lexical, a propriedade de estabelecer explicações, enumerações, reformulações, correções e contrastes no texto, o que reforça o caráter coesivo dessas repetições, uma vez

que os nexos vão sendo estabelecidos no texto a partir de distintas operações de reconstrução da cadeia textual. Outrossim, podemos destacar, com Antunes (1996), que as repetições também funcionam como estratégia de resumir, concluir, fechar um texto, retomando em especial as ideias de seu tema central. Na análise de editoriais jornalísticos, a autora mostrou a frequência com que palavras que apresentavam o tema na introdução do texto eram repetidas na conclusão, para fechar a exposição do tema e reforçar sua presença até o fim do texto.

Marcuschi (2015) ainda associa a repetição à construção da argumentatividade e da interatividade nos textos. Ele destaca que essas repetições "[...] têm um papel importante na condução da argumentação. Servem como estratégia para reafirmar, contrastar ou contestar argumentos". Isso ocorre tendo em vista que a formulação textual é elaborada, como já estamos destacando desde o início desta Tese, com vistas a uma interlocução. Para conseguirmos a adesão de nosso interlocutor, a estratégia de repetição lexical atua na formulação e organização de argumentos que vão sustentar nossa linha de pensamento.

Acreditamos que, mais do que a organização e a seleção de blocos de informação ou de múltiplas vozes para o texto, a seleção lexical é a grande responsável por marcar a direção da argumentatividade, tendo em vista que são os itens lexicais que trazem propriedades mais relacionadas às decisões e opiniões do enunciador.

Em resumo,

> Quanto às suas funções, a repetição tem na coesividade e condução do tópico sua presença mais frequente e sistemática; já as funções de argumentatividade e interação têm presença mais variada. Com isso, a repetição constitui-se numa estratégia valiosa para o processo textual-interativo, seja na contribuição para o processamento informacional, seja na preservação da funcionalidade comunicativa (MARCUSCHI, 2015, p. 239).

Além da repetição, a outra grande estratégia coesiva com a qual o léxico se constrói no texto é a substituição lexical[35], que diz respeito às retomadas de referentes e predicados estabelecidas por itens lexicais a partir de formas

[35] Algumas vezes, a substituição lexical é denominada de variação lexical. Uma observação importante a ser feita, nesse sentido, é que não podemos confundir o conceito de variação lexical dentro da textualidade com o conceito da variação lexical da Sociolinguística, correspondente à possibilidade de reconstituição das classes de palavras a partir da mudança linguística (LABOV, 2008).

linguísticas diferentes das anteriormente empregadas. No estudo do texto, ela corresponde à

> [...] operação cognitivo-discursiva derivada de avaliar, conforme as determinações do contexto, a possibilidade de reconhecer um tipo qualquer de equivalência ou de grande aproximação, seja no âmbito da continuidade referencial, seja no âmbito da continuidade predicativa do texto (ANTUNES, 2012, p. 75).

Há diferentes sub-recursos, no texto, para o estabelecimento da substituição lexical, e cada um será diferenciado a partir dos modos de equivalência ou de aproximação estabelecidos pelo item lexical, como explica Antunes (2012). O emprego de um ou de outro recurso obedece a propriedades definidas na interação verbal, a partir das possibilidades de sentido que os interlocutores desejam produzir, com palavras semanticamente equivalentes. Dentre os principais recursos utilizados, vamos destacar a substituição por sinonímia e a substituição por hiperonímia, a partir de proposta estabelecida em Antunes (1996; 2010; 2012).

Um primeiro recurso que podemos utilizar na substituição lexical é o emprego de palavras sinônimas. Um conceito proveniente do senso comum para a *sinonímia* é a equivalência de sentido entre palavras diferentes. Entender tal relação lexical dessa forma traz vários problemas para a compreensão da real natureza do fenômeno. Mahecha e Ferro (2017, p. 136-137) observam que, “Mesmo no ponto de vista [estritamente] semântico, a rigor, não há dois termos que compartilhem totalmente o mesmo significado. No entanto, no uso da linguagem surgem situações em que duas formas linguísticas são intercambiáveis [...]”[36]. Isso significa, então, admitir que não existe equivalência absoluta de sentido entre as palavras da língua, o que há é uma equivalência discursiva (muitas vezes aproximada) entre pares de itens lexicais encontrados em um mesmo texto. Além disso, a observação dos autores também evidencia que a relação sinonímica é definida apenas nos usos linguísticos, ou seja, em práticas discursivas que tomam como base o texto, “[...] até porque o sentido de uma palavra não se restringe à extensão de seu significado” (FERRAREZI Jr., 2019, p. 89), e, sim, é possibilitado por sua funcionalidade na atividade comunicativa.

[36] Trecho original: “Desde un punto de vista semántico, en sentido estricto, no hay dos términos que compartan totalmente el mismo significado. No obstante, en el uso de la lengua se presentan situaciones donde dos formas lingüísticas son intercambiables […]” (Tradução nossa).

Logo, o estabelecimento de uma relação sinonímica não é atribuído *a prori*, nos sentidos de base de uma palavra, pois não há significações absolutas em uma língua. É na relação textual entre dois itens lexicais que os sinônimos são definidos. Essa propriedade, pois, enquadra a relação lexical sinonímica no texto dentro de uma concepção de coesão, uma vez que ela se formula por meio de conexões semânticas dadas no texto. A coesão que se instaura no par de palavras é que vai produzir o efeito sinonímico, como sinaliza Antunes (2012, p. 78): "[...] a principal função da sinonímia se manifesta no âmbito do texto, quando a ocorrência de uma palavra e de seu sinônimo cria e sinaliza nexos de continuidade e sinais de unidade". Mais uma vez, percebemos que a relação lexical é formulada para atender a questões de sentido mais globais do texto.

Resumidamente, denominamos esse entendimento sobre a natureza das relações de sinonímia de 'orientação sociointeracional dos significados', a partir de postulados encontrados em Antunes (2010, p. 182):

> Esses detalhes de diferenciação [entre os sentidos de uma palavra em um ou outro contexto] decorrem da própria ação dos falantes em suas atividades de linguagem, onde, sem dúvida, os sentidos das palavras vão apanhando ajustes, vão sofrendo extensões ou restrições, vão apanhando, enfim, outros valores para além daqueles já sedimentados.

Uma visão textual-interativa de léxico deve conceber a sinonímia a partir dessa instabilidade inicial de sentidos, que são atualizados e um pouco mais estabilizados na atividade sociocomunicativa, a interação verbal. Entendemos tal relação, enfim, como a conexão semântica de equivalência que se estabelece entre dois ou mais itens lexicais, na cadeia coesiva do texto, para atender a significações que tenham em vista diversos elementos da interação, como os interlocutores ou a situação sociocomunicativa.

Tamba (2006) estabelece algumas propriedades para explicar a sinonímia enquanto relação lexical, mas de um ponto de vista mais formalista. Vamos retomar as observações dessa autora para entender se elas se aplicam a uma noção textual-interativa e quais suas possíveis relações com os recursos coesivos estabelecidos entre sinônimos.

Uma propriedade destacada pela autora é que a sinonímia ocorre "essencialmente [em] unidades lexicais codificadas [...]" (TAMBA, 2006, p. 89). Ou

seja: ela admite que a relação entre sinônimos só se dá entre palavras, e não entre palavras e blocos maiores de enunciados. Essa definição exclui, por exemplo, as paráfrases e as siglas da noção de sinonímia, embora haja equivalência semântica, nesses casos. O entendimento de que é apenas o par de palavras que se constitui como sinônimo ajuda-nos a compreender uma característica que já exploramos a respeito do fenômeno: os sinônimos são nexos textuais mais pontuais, mas que atendem a necessidades comunicativas mais globais.

Outra propriedade encontrada em Tamba (2006) destaca que há, na sinonímia, "[...] possibilidade de trocar duas unidades lexicais em contextos mínimos, suficientes para discernir uma significação estável, memorizável exclusivamente no quadro de definição, abstraindo-a de toda situação de uso particular" (TAMBA, 2006, p. 90). Assumir essa noção é estabelecer vínculos com uma concepção mais estrutural de léxico, que aceita haver equivalência total no uso de pares sinonímicos em diferentes contextos. A autora faz, inclusive, a distinção entre sinonímia total e parcial. Não compreendemos o fenômeno dessa forma, visto que adotamos uma visão para ele que destaca o contexto como essencial para determinação de sinônimos, sem concebê-los como uma relação perfeita de sentido. Diversos semanticistas, inclusive de orientação mais formal, já reconhecem a inexistência de uma sinonímia perfeita (cf. LYONS, 1977; ILARI; GERALDI, 1992; CANÇADO, 2012; CHIERCHIA, 2003; FERRAREZI Jr., 2919).

Assim, Tamba (2006) assume uma visão de sinonímia mais abstrata, apriorística, exclusivamente dentro do sistema da língua. Por esse motivo, essas duas propriedades que a autora destaca como formuladoras desse fenômeno ignoram o vínculo textual pelo qual as palavras relacionam-se como sinônimas. Em outras palavras, a autora não concebe a sinonímia como um recurso coesivo obtido na substituição lexical.

Outro sub-recurso da substituição lexical é a *hiperonímia*, relação fundada na hierarquização de sentido entre itens lexicais que se apresenta em uma língua em geral. Nos estudos em semântica, esse conceito surge no final da década de 1960, a partir das observações de Lyons (1970). Polguère (2016) assim a conceitua:

> O item lexical L_1 é um *hiperônimo* do item lexical L_2 se esses dois itens estiverem unidos por uma relação semântica que possua as seguintes propriedades: (i) o semantema 'L_1' está incluído no semantema 'L_2'; (ii) 'L_2' denota um caso particular de 'L_1'. O item

> lexical L_2, por sua vez, é chamado de *hipônimo* L_1[37] (POLGUÈRE, 2016, p. 182, grifos do autor).

Em outras palavras, o hiperônimo é um item lexical mais geral, cujo sentido inclui o sentido de outros itens lexicais mais específicos, chamados hipônimos. Forma-se, aí, uma relação de conjunto entre um e outro: o item ‘cor’, por exemplo, é um hiperônimo dos hipônimos ‘vermelho’, ‘verde’, ‘azul’, ‘amarelo’ e ‘laranja’. Esses últimos itens formam o conjunto de hipônimos do hiperônimo ‘cor’. Miller (1998), psicólogo americano que trabalha com o conceito de categorização, afirma que essas relações são responsáveis por estruturar conceitos dentro da mente humana.

Quanto a essas relações hiperonímicas e hiponímicas, é preciso haver atenção para o fato de que não há, nelas, uma simples relação de inclusão de sentidos, como os exemplos podem fazer pensar. Embora menos dependente da textualidade que a sinonímia, esse tipo de relação também é concebido na cadeia coesiva, a partir dos significados que são atualizados nos textos, com nexos coesivos que aproveitam as categorizações de objetos de discurso para organizar as informações dos textos. No âmbito da coesão lexical, hiperônimos e hipônimos podem corresponder a itens lexicais correferenciais, um mais genérico e outro mais específico, formas de “[...] estabelecer uma definição ou uma categorização de algo” (ANTUNES, 2012, p. 83).

Por meio dessas relações, criam-se esquemas opostos generalizadores e especificadores:

> No nível lexical, as relações de hiponímia/hiperonímia servem para construir estruturas hierárquicas com o auxílio de uma escala de generalidade descendente ou ascendente, intrínseca a uma categoria. Ela constitui, ao mesmo tempo, um procedimento indutivo de generalização por classificação hierárquica e um procedimento de análise por especificação diferencial (TAMBA, 2006, p. 109).

Assim, a seleção de uma forma hiperonímica ou hiponímica para compor a cadeia coesiva revela a categorização realizada pelos interlocutores para organizar seus objetos de discurso, de maneira mais genérica (agrupando diversos outros

[37] Trecho original: “La lexie L_1 est un *hyperonyme* de la lexie L_2 si ces deux lexies sont unies par une relation sémantique qui possède les propriétés suivantes : (i) le sémantème ‘L_1’ est inclus dans le sémantème ‘L_2’; (ii) ‘L_2’ dénote un cas particulier de ‘L_1’. La lexie L_2, quant à elle, est appelée *hyponyme* de L_1.” (Tradução nossa).

itens lexicais) ou mais específica (indicando proximidade de um item lexical com outros do mesmo conjunto). É uma forma, ainda, de classificar itens lexicais em grupos hierárquicos, como destacam Ortega *et al.* (2011).

No caso da hiperonímia, há, em especial, o emprego de palavras genéricas para representar possibilidades mais amplas de categorização. Segundo Antunes (2012, p. 84), esse recurso ocorre por meio de "[...] palavras que expressem um significado 'não específico' – como 'item', 'dispositivo', 'equipamento', 'produto', 'fator', 'medida', 'problema', entre tantas outras – [e que] possam figurar em lugar de muitas outras". Em geral, tal relação se estabelece quando os interlocutores desejam indeterminar a referência a alguns objetos de discurso, por motivos diversos, como a proteção da face ou a intenção discursiva (NEVES, 2015), ou apenas variar a forma de expressar a correferência.

No decurso de construção da cadeia coesiva do texto, encontramos casos em que as palavras não são sinônimas nem hiperônimas, mas revelam bastantes afinidades de sentido entre si. Esse fenômeno, a *associação semântica*, é mais relacionado aos laços de sentido que se constroem no seio de um mesmo campo semântico. Antunes (2010, p. 180) explica que a associação semântica ocorre para atender à totalidade semântica do texto: "A intuição de que um texto tem começo, meio e fim aponta para essa condição da unidade semântica pretendida, o que implica uma convergência de sentido possibilitada pelas palavras semanticamente afins". Esse, na verdade, é um dos primeiros critérios estabelecidos na interação verbal, a manutenção de um mesmo tema, como veremos adiante.

Sobre os nexos coesivos criados nessa associação, Antunes (2012, p. 88) pondera que

> [...] a associação semântica entre uma palavra e outra ou outras cria, necessariamente, uma condição de contiguidade, que, por sua vez, enseja, no percurso de qualquer texto, a formação de uma cadeia, de uma rede de laços semanticamente convergentes. É essa rede de laços que, junto a outros recursos, promove a unidade requisitada pela coerência.

Logo, percebemos, dentro dos recursos de coesão lexical, que a associação semântica é um dos elementos de base para constituição da cadeia coesiva do texto. Isso ocorre porque ela também é uma condição necessária para a coerência, tendo em vista suas ligações com a totalidade de sentido do texto.

Um último fenômeno ligado à coesão lexical são as combinações preferenciais entre os itens lexicais, recurso chamado por Halliday e Hasan (1976) de *colocação*. No processo das interações verbais que ocorrem a todos os momentos nas atividades sociocomunicativas, "[...] determinadas palavras tendem a vir juntas com determinadas outras, formando pares ou segmentos mais ou menos estáveis ou fixos e, por isso, previsíveis" (ANTUNES, 2010, p. 180-181). Passamos, então, a utilizar determinadas palavras juntas a outras; por exemplo, quando usamos a palavra 'tecnologia', nas interações cotidianas, ela constantemente vem acompanhada de palavras como 'digital', '*on-line*', 'virtual', etc. São tais combinações entre pares de palavras que geram as palavras compostas.

Há, pois, uma fixidez relativa nas combinações: "[...] se somos livres para escolher as palavras não somos tão livres assim quando se trata de combiná-las" (ANTUNES, 2010, p. 181). É importante destacar que tratamos, aqui, de uma combinação preferencial (mas que cria uma expressão fixa), e não obrigatória, por isso o termo que caracterizamos a fixidez como relativa. A estabilidade nessas combinações, vale ressaltar ainda, só é constituída interacionalmente, podendo inclusive ser reformulada com o tempo, motivo pelo qual afirmamos que ela também não é um atributo apriorístico nas relações lexicais, mas é um dispositivo regular em nossas interações.

Em suma, compreendemos que a cadeia coesiva, que contribui para instaurar o texto enquanto artefato sociointeracional, apoia-se nos itens lexicais de maneira bastante evidente para alcançar o processamento dos sentidos nesse texto. A conjunção de todas as propriedades da textualidade nos dá as pistas de contextualização necessárias para entender nexos construídos entre as diversas palavras que compõem o texto. O modo como a coerência textual está relacionada a esse processo de conexão dos itens lexicais será nosso objeto de discussão na subseção seguinte.

4.3 O papel do léxico na compreensão da coerência textual

Nesta subseção, vamos explicar como a seleção lexical dá pistas de como o processamento textual se serve dos elementos da interação para formulação da coerência textual. Em outras palavras, vamos apresentar as relações entre a coerência textual e o emprego dos itens lexicais de um texto. O objetivo é entender,

dentro da compreensão global do texto, como o léxico expressa a relação entre o material linguístico (cotexto) e o entorno interacional (contexto) do texto, enquanto artefato de análise, de maneira decisiva para o estabelecimento do sentido das palavras.

Na arquitetura de um texto, como já elucidamos, as palavras concorrem para formulação de uma unidade de sentido. Essa unidade é percebida, inclusive, nas constantes retomadas de referentes e predicados (que são características do texto), para manutenção temática desse texto. Isso também é percebido na recorrência dos eixos temáticos de um texto, que são estabelecidos nesse mesmo movimento de ida e volta, ou mesmo na organização do texto a partir das demandas de seu gênero textual, que estabelecem espécies de modelos de interação que se repetem nas práticas sociointeracionais.

Por essa percepção, não queremos, aqui, explicar o texto apenas em seu aspecto coesivo, “[...] como uma manifestação estruturada, cujas partes são dependentes entre si na composição do todo, semelhantemente à língua” (BENTES; REZENDE, 2008, p. 23), visão de uma correlação formal entre texto e língua, como desenvolve Hjelmslev (1975). Essa ideia leva ao entendimento do texto apenas em seu aspecto estrutural, que, embora importante para o processamento textual, não é decisivo nem preenche todos os requisitos necessários para elaboração do sentido. É por isso que não podemos perder de vista as dimensões globais e contextuais do texto, mesmo no momento da análise de seu material linguístico. Embora nossa proposição seja partir do léxico para entender questões de articulação do texto completo, tomamos esse material linguístico como uma pista de elementos mais amplos da interação.

Dessa forma, a análise da coerência textual é primordial para a compreensão dos itens lexicais, pois a percepção de aspectos como a finalidade do texto e seu domínio discursivo, concorrentes para seu sentido global, pode fornecer pressupostos para entendermos a funcionalidade e a significação das palavras. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 21) marcam esse posicionamento teórico-metodológico, quando afirmam:

> A existência de um texto está atrelada à possibilidade de se atribuir coerência a uma dada ocorrência comunicativa (não exclusivamente linguística). A coerência surge da percepção de uma unidade negociada de sentido que depende da intenção argumentativa do

> locutor, da coparticipação do interlocutor, das indicações marcadas na superfície do texto e de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados.

Valemo-nos, portanto, dessa premissa para investigar as relações que se estabelecem entre os itens lexicais, elementos mais pontuais do texto, e a coerência textual, propriedade mais global. Levamos em conta, também, que "[...] as unidades linguísticas, potencialmente, comportam diferentes significados. [...] em determinado texto, graças ao conjunto daqueles elementos contextuais envolvidos, tais unidades atualizam um desses significados e assumem, portanto, um sentido [...]" (ANTUNES, 2009, p. 87). Entender o léxico no processo de textualização, dessa forma, é interpretar essa escolha de significados envolvida na seleção vocabular, a partir da observação desses elementos contextuais (os elementos que compõem o quadro da interação, para nós).

Insistimos na ideia de que não é o material linguístico o elemento primordial para se chegar ao entendimento do texto, mas, sim, uma ferramenta relevante para tal finalidade. Compartilhamos da noção de coerência apresentada em Antunes (2017, p. 75):

> A coerência não depende apenas da materialidade do texto. [...] ela é construída na relação colaborativa entre interlocutores, a partir de um contexto, de uma situação comunicativa qualquer e aliada ao conjunto de saberes já sedimentados na memória. O contexto em que acontece o evento comunicativo é parte constitutiva dessa coerência [...].

As observações tanto de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) quanto de Antunes (2017) destacam essa noção sociointeracional de coerência. Assumimos essa posição para entender como se processam as ideias de um texto de maneira mais geral, antes mesmo de explorar questões mais pontuais, como o caso da seleção lexical.

Entender como a seleção lexical é textualizada em um evento sociocomunicativo passa, depois do entendimento global do texto, pela identificação das relações estabelecidas pelos itens lexicais entre si, e entre tais itens e o quadro da interação. Dentre outros aspectos envolvidos nesse processo, estão as relações semânticas firmadas entre os itens lexicais de um texto. Por esse motivo, Bérnardez (1982, p. 118) explica que

> [...] as relações entre lexemas representam um dos meios fundamentais de textualização. Se a repetição lexical é um fenômeno parcialmente sintático e estilístico, a coerência obtida através dessas relações semânticas lexicais tem um caráter mais profundo, e a sintático só tem uma função secundária.[38]

Devemos tomar cuidado, contudo, para não confundir as noções de coesão e coerência dentro do funcionamento semântico do texto. Mesmo reconhecendo a importância das relações entre itens lexicais para produção de sentido, Bérnardez (1982) ainda se localiza numa tradição inicial da Linguística Textual que concebia o texto mais sob seu aspecto formal, estrutural. Por essa visão, as estratégias coesivas estão mais ligadas a fatores sintáticos, enquanto as de coerência seriam mais semânticas. Trazendo a noção de interação para definição da textualidade, sabemos que as duas propriedades – a coesão e a coerência – são constituídas na semântica do texto, entendida como um componente dinâmico e processual.

O autor prossegue suas explicações:

> [...] as relações entre lexemas estão estreitamente ligadas a outros processos de textualização, sendo o principal deles a apresentação e o desenvolvimento do tema do texto nos subtemas, ou temas parciais ou subordinados, de suas diferentes unidades temáticas-comunicativas. Ou seja, o estudo das relações entre lexemas não pode ser separado do estudo dos fenômenos do tema do texto[39] (BÉRNARDEZ, 1982, p. 118).

Reconhece-se, dessa forma, a necessidade de buscar elementos extratextuais para se explicarem relações lexicais desenvolvidas no texto. Ao trabalhar com a noção de tema e subtemas como organizadores do texto, contudo, Bérnardez (1982) ainda entende tema como um elemento determinado na materialidade do texto. Mesmo discordando dessa noção de tema (para nós, o tema

---

[38] Texto original: "[…] las relaciones entre lexemas representan uno de los medios fundamentales de textualización. Si la repetición léxica es un fenómeno en parte sintáctico y estilístico, la coherencia obtenida mediante estas relaciones semánticas lexemáticas tiene un carácter más profundo, y lo sintáctico sólo tiene una función secundaria" (Tradução nossa).

[39] Texto original: "[...] relaciones entre lexemas están estrechamente unidas a otros procesos de textualización, el principal de los cuales es la presentación y desarrollo del tema del texto en los subtemas, o temas parciales o subordinados, de sus diferentes unidades temático-comunicativas. Es decir, el estudio de las relaciones entre lexemas no puede separarse del estudio de los fenómenos del tema del texto" (Tradução nossa).

é definido sociointeracionalmente), aproveitamos, dessa visão, a relevância que se dá à categoria tema para compreensão da escolha vocabular de um texto.

A análise da coerência textual feita pela via do sistema lexical passa, pois, pela observação de aspectos diversos da interação verbal. Elegemos alguns desses fatores de interação para relacionar ao funcionamento textual-interativo do léxico, com especial atenção à orientação argumentativa. Para isso, também vamos explorar fatores como a construção temática e o domínio discursivo por serem eles fundamentais para o entendimento da textualidade em nossa análise.

4.4 Funcionamento textual-interativo do léxico

A caracterização de léxico que estamos exaustivamente explicando neste trabalho sempre é feita para o entendimento de que os itens lexicais estabelecem efeitos de sentido no processamento textual, visto por nós sob a ótica da interação verbal. Trabalhamos, até aqui, com dimensões mais voltadas ao léxico dentro das propriedades da textualidade, uma vez que são elas que vão indicar como, no processo de construção do texto, os elementos linguísticos vão assumir diferenciados papéis interacionais.

Nesta subseção, vamos tratar o léxico como um sistema que imprime marcas dos elementos da interação da qual o texto emerge. Para isso, vamos caracterizar alguns aspectos que julgamos centrais para a análise do funcionamento da interação verbal. Como já sinalizamos, tais elementos aqui destacados são a construção temática, a orientação argumentativa e o domínio discursivo. Essas três dimensões são aqui tomadas para mostrar como o léxico é essencial também para a interpretação da argumentatividade de um texto, em especial, na esfera jornalística, aqui analisada.

Tomando o léxico como pista de contextualização, precisamos, inicialmente, voltar a atenção para a materialidade textual e para como a seleção lexical marca, na cadeia coesiva, esses sinais de interação. Aceitamos essa visão porque concordamos com Antunes (1996, p. 83), que afirma:

> O teor altamente implicitivo da atividade verbal, justificado, inclusive, pela sua inserção num contexto concreto de ocorrência, respaldado ainda pelo princípio de cooperação em que, normalmente, entram os parceiros da comunicação, sugere a hipótese de que grande número

> de nexos coesivos lexicais realizam-se sob a condição de relações semânticas menos diretas de seus termos, ou seja, mediante a ativação do conhecimento preexistente que temos acerca do mundo e de seus esquemas de organização.

Tal explicação destaca a razão pela qual associamos a coesão lexical a essas pistas de contextualização: os nexos coesivos decorrentes do sistema lexical que está presente nos textos obedecem a fatores mais amplos, justificados pela atuação dos interlocutores no processo interacional. Por esse motivo, precisamos entender o papel dessa interlocução na definição de todo o material linguístico que entra no processo de textualização, incluída aí a estrutura coesiva dos textos. Sobre a atuação dos interlocutores na compreensão do sistema lexical, dois aspectos são relevantes: as decisões tomadas pelos interlocutores na interpretação dos sentidos das palavras e o compartilhamento de modelos comunicativos e informações entre os participantes das atividades sociocomunicativas realizadas, principalmente, nos textos da mídia.

A respeito da interpretação semântica dos itens lexicais, defendemos a ideia de que a seleção lexical não é realizada a partir de critérios aleatórios adotados pelo enunciador. Para escolher as palavras que vai utilizar, o enunciador leva em conta sua ideologia, suas experiências interacionais e antecipa possíveis interpretações do enunciatário. É por isso que, na análise de um texto, a carga ideológica e as possibilidades múltiplas de significação das palavras não podem ser ignoradas (FAIRCLOUGH, 2001; LEAL, 2004). Percebemos, de acordo com o que nos explica Fairclough (2001, p. 230), que

> [...] como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processes sociais e culturais mais amplos.

As escolhas lexicais de um texto, portanto, nascem da interação entre pessoas, situada sempre em um contexto sócio-histórico do qual emergirão as demandas sociocomunicativas, que são coletivas, e não individuais (FAIRCLOUGH,

2001; LEAL, 2004). É também por esse motivo que precisamos levar em conta a interação verbal para estudar as palavras e seus significados nos diversos textos, mesmo reconhecendo que há também uma certa dependência do sistema para essa interpretação.

Além disso, nos contextos mais atuais em que se desenvolvem as práticas comunicativas na mídia, como é o caso dos textos de comentário no domínio jornalístico, cada vez mais, encontramos um tipo de interação ágil e com muitas outras possibilidades interpretativas, tendo em vista a presença quase que infinita de interlocutores, na maioria das vezes apenas previstos, o que obriga os enunciatários a pensar em novas formas de configuração dos textos. Logo, surgem novos modelos comunicativos, baseados em informações mais amplas, genéricas, para que o pressuposto interlocutor seja contemplado tanto quanto possível. Strongoli (2006, p. 173) dá destaque para isso, quando afirma:

> [...] a interatividade comunicativa produzida pelos avanços tecnológicos criou uma coletividade imensa de destinatários da comunicação midiática formada de sujeitos diferenciados, mas ansiosos por um modelo comunicativo eficiente que lhes possibilite interação com a complexidade desse mundo.

Em nossas análises, pelo fato de os textos pertencerem a esse universo comunicativo, marcado por múltiplos interlocutores, o contexto midiático em que eles ocorrem também precisa ser levado em consideração. A funcionalidade dos itens lexicais presta-se a essa coletividade na interlocução midiática, motivo pelo qual a argumentatividade do texto é determinada por múltiplos fatores sociointeracionais, alguns estudados adiante.

Por fim, entendemos por função textual-interativa do léxico as possibilidades que os itens lexicais apresentam de marcar, no texto, aspectos relevantes para definição da interação verbal, por meio dos quais os interlocutores constroem, de maneira conjunta, os sentidos veiculados nesse texto, além de nuances de significação, como é o caso das marcas de argumentatividade. Nas subseções a seguir, então, vamos mostrar como essa argumentatividade é construída semanticamente por meio do léxico, explicando de maneira mais detalhada também aspectos da construção temática e do domínio discursivo.

4.4.1 Construção temática

Nesta subseção, mostraremos mais detalhadamente como os itens lexicais presentes em um texto atuam na continuidade temática e na organização desse texto, para alcançar seu tema central, a partir da construção de eixos temáticos que se alternam na peça textual. As relações postas entre os itens lexicais de um texto são interpretáveis pelos interlocutores com bastante evidência a partir do tema desenvolvido na interação. De acordo com Antunes (2012, p. 65-66, grifos da autora),

> [...] *os índices de ocorrência das unidades lexicais em um texto já apontam para sua concentração temática; já sinalizam a disposição do interlocutor de não se afastar do núcleo pretendido*. É previsível ainda que, se o tema principal se desenvolve com subdivisões, haverá também sinais dessa dispersão no que toca à repetição de unidades.

Isso significa dizer que a seleção das palavras em um texto busca, primeiramente, dar continuidade, manter a interação em curso durante todo o tempo necessário para tal. Para compor essa continuidade, o enunciador busca empregar núcleos de sentido que deem unidade ao que se enuncia, mostrando ao interlocutor que se fala ou escreve sobre o mesmo universo temático do início ao fim. Por isso, "[...] os núcleos de sentido que asseguram a unidade do texto condicionam palavras com sentidos afins a se fazerem presentes, marcando, dessa maneira, a definição desses núcleos" (ANTUNES, 2010, p. 179). Em outras palavras, a associação semântica que se estabelece em torno dos itens lexicais empregados em um texto é proveniente da necessidade interacional de manter o tema tratado do início ao fim desse texto.

No tratamento do tema de um texto, em geral, assumimos a postura de que, mesmo na língua escrita, a construção temática é processada também na interação, e não está limitada apenas ao planejamento do texto.

Objetivando orientar o interlocutor para a construção do tema, o enunciatário irá organizar seu texto a partir de eixos temáticos, espécies de subtemas que vão formar, de maneira integrada, articulada, o tema central do texto. Tais eixos, e as informações que constam em cada um desses blocos de informação, são hierarquizados também com vistas à adesão da audiência, o que constitui outro

traço da argumentatividade dos textos. Azeredo (2018, p. 99), sobre esse procedimento de elaboração textual, observa:

> A hierarquização é responsável pela distribuição dos conteúdos no interior dos enunciados segundo a relevância informacional atribuída a cada um. O enunciador pode conferir às entidades referenciadas e às predicações diferentes *status*, que discriminaremos como informação dada/conhecida, informação nova, informação recuperável, informação inferível, informação implícita, informação pressuposta, tópico e foco.

Uma forma de conferir às informações do texto esses diferentes *status* a que o autor se refere é a escolha de quais itens lexicais devem figurar no centro dessas informações, na referenciação e na predicação. Por isso, entender o significado que cada palavra do texto imprime para a manutenção e organização do tema é essencial. Mais do que a simples formulação e o arranjo dos argumentos e das informações, a argumentatividade do texto pode ser entendida mais como um recurso do implícito, daquilo a que um enunciador pretende dar foco para garantir a adesão do enunciatário. Ele busca, pois, nos significados possíveis de uma palavra, aquele que vai atender melhor a suas demandas de comunicação.

Há, ainda, outro aspecto que pode aparentemente apresentar relações com o tema, mas é uma dimensão diferente da interação: o tópico discursivo. Não é a ele que estamos nos referindo ao tratar do tema de um texto. A noção de tópico discursivo é assim explicada por Marcuschi (2003a, p. 7, grifos do autor):

> **Tópico discursivo** é aqui entendido como um fenômeno dinâmico. Não é fixo nem pré-definido, mas determinado no curso das ações [...]. Nesta acepção, o tópico não é necessariamente 'aquilo sobre o qual se fala', mas ***aquilo que se produz falando.*** Produzido não necessariamente de forma linear e local, o **enquadre tópico** diz respeito a processos de determinação de significações e escolhas lexicais nas atividades discursivas.

Em outras palavras, o tópico discursivo está ligado à manutenção da interação verbal, enquanto o enquadre diz respeito às escolhas linguísticas operadas pelos interlocutores para atingir os propósitos pretendidos, que podem ir desde a contação de uma história à persuasão de seus interlocutores. As relações entre os diversos tópicos discursivos de um texto são estabelecidas pelo princípio da organicidade, "[...] que permite aos analistas do texto o desmembramento do tópico

discursivo em unidades menores [...]" (BARROS, 2017, p. 309), a fim de que possamos entender como se processa a interação. Nosso foco de análise, entretanto, não é o tópico discursivo, mas, sim, o tema do texto.

No estudo do enquadre tópico, a seleção lexical toma fundamental relevância para entender o que supostamente se pretendeu com o texto. Para ilustrar essa questão, Marcuschi (2003a) utiliza o conhecido texto de Ricardo Ramos, *Circuito Fechado*[40].

O autor explica que "Não é a sequência léxica, mas uma dada experiência de mundo que serve como enquadre tópico para produzir essas significações" (MARCUSCHI, 2003a, p. 12). A interpretação do assunto tratado (narrado, no caso) no texto é inteiramente contextual. O nexo coesivo aí estabelecido é feito por meio do sistema lexical, a partir das relações que ele mantém com os sistemas de conhecimento compartilhados pelos interlocutores. Tanto é que, no caso do texto analisado, "Não sendo [o interlocutor] membro de uma cultura com esses usos e costumes nunca iria ter condições de construir uma experiência similar a essa" (MARCUSCHI, 2003a, p. 12), não podendo existir, caso isso ocorresse, o próprio texto.

Além disso, é o enquadre estabelecido na seleção das palavras que promove o direcionamento da interpretação do interlocutor. No caso do conto de Ricardo Ramos, foram escolhidas palavras comumente utilizadas em situações de rotina em casa e no trabalho, as quais praticamente formam sozinhas o cotexto. Mesmo sem o auxílio de recursos gramaticais para estruturar a informação, a própria conexão que

---

[40] Reproduzo aqui o trecho utilizado por Marcuschi (2003a, p. 11):

CIRCUITO FECHADO (Ricardo Ramos)

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. (...)

Dentes, cabelos, um pouco do ouvido esquerdo e da visão. A memória intermediária, não a de muito longe nem a de ontem. Parentes, amigos, por morte, distância, desvio. Livros, de empréstimo, esquecimento e mudança. Mulheres também, com os seus temas. (...)

Muito prazer. Por favor, quer ver o meu saldo? Acho que sim. Que bom telefonar, foi ótimo, agora mesmo estava pensando em você. Puro, com gelo. Passe mais tarde, ainda não fiz, não está pronto. Amanhã eu ligo, e digo alguma coisa. Guarde o troco. Penso que sim. Este mês não, fica para o outro. (...)

Ter, haver. Uma sombra no chão, um seguro que se desvalorizou, uma gaiola de passarinhos. Uma cicatriz de operação na barriga e mais cinco invisíveis, que doem quando chove. Uma lâmpada de cabeceira, um cachorro vermelho, uma colcha e os seus retalhos. Um envelope com fotografias, não aquele álbum. (...)

Fonte: Os Melhores Contos Brasileiros de 1973. Porto Alegre, Editora Globo, 1974, pp. 169-175.

é feita pelo leitor entre os itens lexicais e as práticas sociointeracionais cotidianas é a responsável pela manutenção temática e pela organização e distribuição das informações pelo cotexto. É essa a relação apontada atrás da afinidade semântica entre as palavras. A cadeia coesiva que é formulada, nesse texto, a partir da associação entre itens lexicais, é definida apenas quando os interlocutores recorrem a aspectos sociointeracionais, como o conhecimento do cotidiano de um trabalhador para interpretar as intenções do enunciador. De certa forma, é isso que sempre acontece no entendimento da coerência do texto.

Um último aspecto envolvido na análise da construção temática é a frequência vocabular. De acordo com Antunes (2012, p. 63), “[...] em um texto, as palavras que ocorrem numa frequência maior representam, regularmente, o tema central do texto, ou os tópicos mais significativos [...]”. Para análise da construção temática de um texto, portanto, devemos levar em consideração as palavras que mais aparecem nesse texto, com o objetivo de entender quais os principais sentidos que o enunciador deseja atribuir ao tema desenvolvido.

4.4.2 Orientação argumentativa

Entendemos como orientação argumentativa os aspectos sociais e ideológicos que o enunciador de um texto imprime na superfície linguística e na situação comunicativa, deixando-se perceber, ou não, pelo interlocutor suas concepções a respeito dos conteúdos enunciados, ou seja, sua perspectiva a respeito dos fatos e dos temas do mundo.

A orientação argumentativa é revelada nas escolhas linguísticas do enunciador. Koch (2005; 2007) nos explica que, em toda forma de comunicação estabelecida nos textos, subjaz alguma intenção pragmática. A adesão a essa intenção, por parte do enunciatário, é o objetivo central do enunciador, que vai construir seu texto para obter sucesso em sua meta. Nesse sentido, a seleção lexical é um instrumento relevante para explicar a argumentatividade do texto.

Teóricos como Ducrot (1987), Anscombre (1995) e Anscombre e Ducrot (1988) percebem essa propriedade da orientação argumentativa como intrínseca à linguagem humana. Para eles, a argumentatividade é traço constitutivo de todo e qualquer texto. Os interlocutores estão, a todo momento, interessados em expressar suas concepções e, às vezes, propô-las. Partindo desse entendimento, Plantin

(2008) explica que a orientação argumentativa é definida, naturalmente, na seleção de enunciados realizada pelo enunciador para construir um discurso comunicativamente encadeado. Ainda nessa linha, Fiorin (2015, p. 15) define: “[...] a argumentação é o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que as expressam”. Todas essas noções nos levam a perceber a orientação argumentativa como a expressão semântica organizada na superfície textual, ideia que, para nós, é ainda reducionista, por não levar em conta a dimensão sociointeracional da linguagem.

Tais estudos creditam a percepção da orientação argumentativa principalmente ao arranjo gramatical do texto, como explicita Koch (2011, p. 31):

> [...] a maioria das relações existentes entre os enunciados componentes de um texto podem ser detectadas por meio de uma gramática textual ou macrossintaxe do discurso. Encadeando-se uns sobre os outros, de acordo com as intenções do falante e, por consequência, com o sentido que se pretende dar ao discurso, os enunciados trazem em seu bojo relações de ordem pragmática, que se revelam, na maioria das vezes, através dos operadores do discurso – ou operadores argumentativos – os quais, por meio desse encadeamento, estruturam os enunciados em um texto verbal linear.

Nosso entendimento de orientação argumentativa continua ligado à percepção dessas intenções do enunciador (que Koch denomina de falante), mas com um peso maior no léxico, e não na gramática, embora não deixemos de reconhecer o papel desse sistema na argumentatividade do texto.

Afastando-nos dessas visões fundadoras do estudo da argumentação em linguística, nossa atenção se volta, aqui, para o papel da seleção vocabular na percepção da orientação argumentativa. Acreditamos que, mais que o arranjo sintático do texto, é a escolha das palavras lexicais e suas nuances de significado que marcam mais expressamente a perspectiva do enunciador do texto. Esse enunciador “[...] opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido” (KOCH, 2005, p. 34-35). Logo, os processos de referenciação e predicação estão alinhados, também, à orientação argumentativa do texto, e as escolhas dos interlocutores para a interpretação das palavras são centrais para a delimitação da construção semântica da argumentatividade.

Está, dessa forma, a noção de orientação argumentativa interligada à força ilocucionária do texto, percebida pela pressuposta intenção dos interlocutores na situação comunicativa, que é múltipla e pode representar funções inclusive desconhecidas pelo analista do texto, que trabalha com hipóteses dessas intenções. Koch (2011, p. 22) resume bem essa questão:

> Já que cada enunciação pode ter uma multiplicidade de significações, visto que as intenções dos falantes, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas, não teria sentido a pretensão de atribuir-lhes uma interpretação única e verdadeira. O conceito de intenção é, assim, fundamental para uma concepção de linguagem como atividade convencional: toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções. A noção de intenção não tem, aqui, nenhuma realidade psicológica: ela é puramente linguística, determinada pelo sentido do enunciado, portanto linguisticamente constituída. Ela se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores num jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social.

Entretanto, no texto de comentário, nosso campo de investigação, as intenções dos interlocutores, muitas vezes, são explicitadas na própria superfície textual, tendo em vista serem esses textos deliberadamente persuasivos. Artigos de opinião e editoriais são gêneros textuais argumentativos, no sentido de que apresentam uma tese, um ponto de vista e articulam ideias e informações com vistas à defesa dessa tese acerca da realidade social. Fica mais evidente, dessa forma, a intenção dos enunciadores ao produzirem seu texto, o que não significa que ela é totalmente explícita. A evidência maior para o entendimento das intenções comunicativas e dos posicionamentos defendidos pelos enunciadores está, para nós, na escolha dos itens lexicais que compõem o texto. Os sentidos que eles associam ao texto são peça central para entendemos, pelo menos hipoteticamente, o ponto de vista que esse texto permite estabelecer para seus interlocutores.

Partindo desses pressupostos, Marcuschi (2007b) realizou estudo sobre como os verbos, itens lexicais, introduzem a opinião do enunciador em textos jornalísticos. O autor parte da premissa de que

> [...] toda informação é fruto de uma certa *compreensão* do fenômeno apresentado. E esta compreensão funda-se nas estruturas sócio-

> político-culturais daquele que informa, seja ele um indivíduo, o jornalista, ou uma entidade, a agência noticiosa ou linha editorial do órgão jornalístico (MARCUSCHI, 2007b, p. 146, grifos do autor).

Resumidamente, ele percebeu que a escolha dos verbos indicadores de ação, ao relatar-se uma opinião alheia, estava atrelada à orientação argumentativa pretendida no texto. “[...] as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas de comunicação” (MARCUSCHI, 2007b, p. 168). Esse estudo funda-se, pois, em uma visão de léxico como a que propomos, que o entende no plano interacional da linguagem, pelo fato de perceber que a escolha das palavras obedece a elementos como a orientação argumentativa revelada no texto.

4.4.3 Domínio discursivo

Barros (2005, p. 1) observa que “Os analistas do gênero de diferentes linhas teóricas, assim como leigos na área, parecem compartilhar a compreensão de que há gêneros que se assemelham e que, portanto, podem ser agrupados para estudo”. Essa percepção leva-nos ao estudo dos domínios discursivos como formas de organizar os textos que circulam na sociedade. Ainda segundo a autora, os teóricos do texto tratam esse fenômeno sob diferentes termos, como domínio discursivo (MARCUSCHI, 2008), esferas de atividade humana (ou esferas de utilização da linguagem, ou esferas de circulação) (BAKHTIN, 1986; 2003) ou comunidade de práticas (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1997), conceitos que não são equivalentes.

Assumimos, para nossas análises do sistema lexical pelo domínio discursivo, a noção explicada por Marcuschi (2008, p. 194):

> [...] uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder.

Acreditamos que o sistema lexical (assim como o gramatical) estabelece vínculos diretos com as práticas de escrita desenvolvidas nos domínios discursivos. A definição que reproduzimos de Marcuschi (2008) suscita alguns elementos que podemos relacionar ao sistema lexical: a organização dos textos como forma de comunicação passa pela seleção de seus itens lexicais, elementos centrais para as possibilidades de compreensão do texto pelos interlocutores; a estabilidade de modelos de leitura e produção de textos também está vinculada à escolha das palavras; por fim, os propósitos comunicativos e os efeitos de sentido pretendidos são relevados principalmente pelos itens lexicais do texto. Como ainda destaca Marcuschi (2008, p. 194), "[...] os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros". Dentre diversos outros fatores, essas práticas sociodiscursivas são percebidas também nas escolhas lexicais dos enunciadores.

Para a definição de um domínio discursivo, diferentes critérios podem ser levados em conta. Barros (2005, p. 2) explica que os domínios "[...] podem estar relacionados a instituições sociais (como domínio pedagógico, domínio religioso), a atividades (como domínio jornalístico, domínio jurídico, domínio comercial) ou a objetivos (domínio instrucional, domínio publicitário)". Dessa maneira, compreendemos o domínio jornalístico como o conjunto dos textos e demais atividades sociocomunicativas que respondem à atividade do jornalismo. Kunczik (2002, p. 16) define jornalismo como "[...] a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento [...]". No primeiro grupo, identificamos os enunciadores dos editoriais, os editores dos jornais; no segundo grupo, os enunciadores dos artigos de opinião, os leitores dos jornais.

Dentro do domínio jornalístico, interessa-nos em especial o estudo dos textos de comentário (artigos de opinião e editoriais), construídos a partir de temas de relevância social que despertem alguma polêmica, a ponto de serem construídas, a partir deles, diferentes teses. O objetivo central desses textos, então, é defender uma tese, para o que vão selecionar informações e opiniões que constituirão os argumentos. A avaliação social desses textos, em geral, é marcada pela

credibilidade das instituições jornalísticas que o veiculam, o que lhes confere uma importância social como fontes de informação.

A constituição linguística dos textos do domínio jornalístico, portanto, não difere dos padrões encontrados em outros domínios. As interações que nele se desenvolvem possibilitam a formulação de textos que seguem determinadas configurações:

> Há formas de composição, palavras, expressões e construções gramaticais que são próprias de certos campos de conhecimento e de atividade, e que o profissional/especialista da respectiva área ou membro da respectiva classe ou grupo utiliza quando aborda um assunto qualquer do ponto de vista desse campo ou entre seus pares (AZEREDO, 2018, p. 89).

Essa observação nos permite postular a existência de itens lexicais recorrentes nos textos de comentário do domínio jornalístico, relacionados aos conteúdos de informação e opinião. Assim, o entendimento dos itens lexicais relacionados à construção temática e à orientação argumentativa pode nos fornecer as pistas de contextualização necessárias para o entendimento do sistema lexical do domínio jornalístico.

4.5 Síntese das discussões

A noção de textualidade que desenvolvemos neste trabalho a concebe dentro do quadro da interação verbal. Resumidamente, defendemos a ideia de que o processamento textual está imbricado mais a elementos de fora da materialidade linguística do que a questões propriamente estruturais ou cognitivas do idioma. É por isso que, para explicar a dinâmica textual, é preciso recorrer frequentemente a elementos externos, de conhecimento do analista do texto ou de seus demais interlocutores.

Postulamos, assim, um modelo de análise do léxico que busca entender como esse sistema da língua é marcado, no texto, por elementos variados da atividade verbal sócio-historicamente situada (MARCUSCHI, 2003a; 2004; 2008; KOCH, 2007; 2015). Denominamos essa visão de ‘textual-interativa’, baseados na vertente da Linguística de Texto estabelecida no Brasil (JUBRAN, 2015). Tal denominação

revela dois aspectos centrais para o entendimento do léxico, em suas propriedades textuais:

a) como um sistema linguístico definido no processo de textualização, a partir das escolhas operadas para a seleção vocabular, o que implica seu caráter **textual**; e
b) como um sistema linguístico definido no quadro da interação verbal, tendo em vista a função que a atividade comunicativa exerce para que um enunciador decida o arranjo e a organização de seu texto, pensando sempre na outra ponta, em seu interlocutor, o que implica seu caráter **interacional**.

É por essa dupla caracterização que estamos, a todo momento, remetendo-nos a aspectos tanto textuais quanto interacionais para as explicações que fornecemos sobre o sistema lexical de uma língua. A análise da formulação coesiva e da interpretação da coerência do texto, não à toa, é feita com recorrência a aspectos extralinguísticos da atividade verbal, além de sempre atrelarmos uma propriedade à outra (coerência e coesão), sem necessariamente deixar de fazer distinção entre as duas.

Em nosso modelo de análise, o primeiro elemento observado são as condições com as quais os textos se realizam socialmente, além dos papéis estabelecidos por seus interlocutores. Como ponto de partida, essas dimensões da interação são essenciais para que expliquemos a ideia global do texto, percebendo como uma macro-organização desse texto obedece a aspectos interacionais. No nosso caso específico, interessa-nos saber como esse processo acontece na interação com os textos públicos, que têm especificidades sobretudo na constituição da interlocução.

Em seguida a esse estudo mais geral do texto, partimos para uma visão mais pontual a respeito do sistema lexical e de como ele está envolvido nessa compreensão global das ideias, a partir do processamento textual. O recorte realizado para o estudo do papel do léxico na construção da argumentatividade parte de três dimensões da interação verbal em bastante evidência nos textos públicos de comentário: a construção temática, a orientação argumentativa e o domínio discursivo.

Acreditamos haver itens lexicais de um texto que dialogam intimamente com cada uma dessas categorias interacionais. Para a construção do tema, há itens

lexicais diretamente relacionados a cada um dos eixos temáticos que compõem o tema geral do texto. Esses itens atuam principalmente para a organização das ideias e a manutenção do tópico discursivo. Com relação à orientação argumentativa, há itens lexicais que são selecionados, no texto, para atender a seus objetivos e conseguir a adesão do interlocutor àquela opinião defendida, mesmo que de maneira velada, pelo enunciador.

Assim, o modo como os itens lexicais atuam para organizar o tema ou defender um ponto de vista caracteriza o funcionamento do léxico no domínio discursivo no qual os textos circulam. As próprias regras interacionais estabelecidas na dinâmica social de funcionamento do domínio já funcionam como reguladoras de sentido de alguns itens lexicais.

Para entender, nessas três dimensões interacionais, como o sistema lexical se organiza e se estabelece no texto, precisamos primeiramente identificar em qual dos dois grandes processos de textualização cada item lexical é configurado: a referenciação, a predicação ou os dois. No decurso de construção do texto, haverá itens lexicais que vão estabelecer referentes e correferentes e relacionar predicadores e argumentos. Além disso, também devemos perceber como o texto vai se construindo com esses dois mecanismos, de maneira alternada, o que implica admitir a mobilidade dos itens lexicais entre as funções de referir e predicar. O modo como cada item lexical é aproveitado na rede referencial e na estrutura predicativa do texto fornece-nos elementos para interpretar como seu enunciador pretendeu estabelecer a coerência desse texto.

Por fim, para fornecer uma visão sobre as relações desenvolvidas entre itens lexicais no texto e como isso contribui para produção de sentidos, precisamos observar os significados e as funções das palavras desse texto, o que aqui faremos para o uso de substantivos (como núcleos do sintagma nominal), adjetivos (como modificadores dos substantivos) e verbos (como núcleos do sintagma verbal). Nesse sentido, o modo como esses itens atuam para marcar a coesão lexical é o principal mecanismo a partir do qual podemos identificar as propriedades textual-interativas do léxico. Dessa forma, voltamos nossa atenção para alguns recursos coesivos elaborados a partir da seleção vocabular, a saber: a repetição, a substituição lexical (pela sinonímia e pela hiperonímia), a associação semântica e as combinações lexicais.

5 O LÉXICO NA INTERAÇÃO ESTABELECIDA PELO TEXTO JORNALÍSTICO ESCRITO: A ARGUMENTATIVIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS

A partir das noções teóricas que foram discutidas em seções anteriores, vamos, então, explicar como os itens lexicais são elementos importantes para se compreender a construção da textualidade em artigos de opinião e editoriais, textos de comentário que fazem parte do domínio jornalístico. O aspecto que escolhemos para explicar o funcionamento lexical nos textos jornalísticos foi a argumentatividade, tendo em vista que tanto os gêneros selecionados (artigo de opinião e editorial) quanto a temática desenvolvida (Eleições Presidenciais de 2018) favorecem que elementos da opinião de seus autores sejam relevantes para a compreensão do texto.

Inicialmente, na subseção 5.1, realizamos uma análise geral da argumentatividade nos textos da amostra, destacando principalmente os posicionamentos revelados nos textos organizados de acordo com o gênero textual. Essa visão geral é importante para percebermos como o uso dos itens lexicais também está ligado ao domínio discursivo, obedecendo a contingências maiores da interação verbal. Também o gênero textual estabeleceu diferenças na orientação argumentativa e, consequentemente, na seleção vocabular, uma vez que as palavras utilizadas nos artigos de opinião eram mais explicitamente avaliativas que nos editoriais.

Em seguida, nas subseções 5.2 e 5.3, apresentamos a descrição dos dados, explicando o funcionamento textual dos itens lexicais nos artigos de opinião (subseção 5.2) e nos editoriais (subseção 5.3). Descrevemos as principais ocorrências encontradas no *corpus*, relacionando os itens lexicais empregados com o posicionamento revelado no texto e dando possibilidades interpretativas para o uso dessas palavras. Também nessas subseções, apresentamos os textos da amostra, organizados por gêneros, e a descrição de alguns usos de expressões lexicais, o que possibilita um aprofundamento maior no contato com as ideias dos textos.

Por fim, na subseção 5.4, nossa discussão de resultados, explicamos as generalizações que encontramos na análise, destacando pontos convergentes e divergentes entre os textos da amostra. Percebemos que o posicionamento

identificado nos artigos e nos editoriais pode ser revelado, entre outros aspectos, pela seleção vocabular, que traz indícios tanto da construção temática quanto da orientação argumentativa. Exploramos também o uso dos itens lexicais mais frequentes para fazer referência aos dois candidatos a presidente da República, o que revela, ainda, o modo como esses textos do domínio jornalístico se inserem em um contexto mais amplo, o das Eleições Presidenciais de 2018.

5.1 Análise global dos artigos de opinião e editoriais: a argumentatividade no domínio jornalístico

Nesta subseção, a partir de alguns elementos destacados em nosso referencial teórico, faremos uma análise mais geral das ideias construídas nos textos que compõem o *corpus*, para que possamos compreender a constituição dos pontos de vista mais amplos dentro desses textos, aspecto central para a definição de sua argumentatividade. Vamos reproduzir a organização global de cada texto, interpretando sua coerência a partir de sua argumentatividade.

O aspecto da interação que observamos de início foi a construção temática dos textos, que se deu pela alternância entre eixos temáticos que corresponderam a espécies de subtemas do assunto maior, as eleições. Ao estabelecer vínculo específico com o segundo turno, os itens lexicais organizaram-se em torno de quatro eixos, a saber: (a) o processo eleitoral, quando os textos tratavam da eleição em si, por meio ora de procedimentos típicos das atividades eleitorais ora de elementos a ela associados; (b) os candidatos e partidos, quando tratavam dos participantes do processo eleitoral ou de suas organizações partidárias; (c) a situação anterior do país, quando remetiam as eleições à possibilidade de mudanças, dando destaque ao que se passou no país antes do processo eleitoral de 2018; e (d) a situação posterior do país, quando remetiam as eleições à possibilidade de mudanças, dando destaque ao que aconteceria no país depois do processo eleitoral de 2018.

O foco em algum dos eixos temáticos ou mesmo os movimentos de passagem de um eixo a outro estabeleceram relações com o objetivo pressuposto do texto, levando em consideração sobretudo seus interlocutores e o veículo. Resumidamente, esses quatro eixos centraram-se na discussão da eleição em si ou em cada um dos presidenciáveis. A partir dessa construção temática, observamos que a orientação argumentativa ora centrava-se nas eleições, tentando passar uma

ideia de neutralidade, ora tinha foco na defesa de um dos dois candidatos, em uma postura de opinião mais explícita, ainda que não totalmente.

A orientação argumentativa dos textos baseou-se, pois, na polaridade estabelecida nas Eleições de 2018 desde o primeiro turno, com maior força no segundo turno. De um lado, o candidato Fernando Haddad, representante da esquerda; de outro, o candidato do PSL, representante da direita. Os itens lexicais relacionados a cada um dos então presidenciáveis representaram o posicionamento do autor do texto ou do veículo em relação às eleições, o que nem sempre coincidiu com o que se assumiu explicitamente no texto.

Com relação aos seis artigos de opinião, encontramos 2 (dois) diferentes posicionamentos mais facilmente identificáveis: em 4 (quatro) textos, houve indicação de apoio à candidatura de Haddad, na maioria das vezes a partir de críticas ao candidato do PSL; em 2 (dois) textos, não houve apoio explícito a nenhum dos candidatos, sendo o foco do articulista a defesa do processo eleitoral. Já no caso dos seis editoriais, esse quadro se inverte, ainda com 2 (dois) posicionamentos identificados: em 5 (cinco) textos, o tema está centralizado nas eleições, discutindo aspectos como cidadania e ética; em 1 (um) texto, há apoio declarado ao candidato que acabou sendo eleito, sendo a opinião tecida com críticas ao PT. Todos esses pontos de vista encontram-se resumidos de maneira esquemática no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Posicionamentos identificados no *corpus*

TEXTOS	Pró-Haddad	Sobre as eleições	Pró-Bolsonaro
Artigos de opinião	AO-DP-01 AO-DP-02 AO-FP-01 AO-JC-01	AO-FP-02 AO-JC-02	---
Editoriais	---	ED-DP-01 ED-DP-02 ED-FP-01 ED-FP-02 ED-JC-01	ED-JC-02

Fonte: o Autor (2020)

Sobre esses posicionamentos, é importante destacar que não estamos tratando, aqui, sempre de posicionamentos explícitos, tendo em vista que, em alguns casos, a seleção das informações e das palavras revelou que, mesmo

quando o foco do tema girou em torno das eleições, houve um posicionamento implícito que acabou por deslocar o texto de um eixo argumentativo para outro. Isso ajuda a comprovar a visão de que não há textos imparciais ou neutros, e o léxico é uma relevante pista textual para descobrirem-se os posicionamentos dos autores de um texto.

Voltando a atenção para as diferenças de construção da opinião entre os gêneros textuais, o fato de, nos editoriais, encontrarmos mais textos cuja temática foi desenvolvida sobre o processo eleitoral, sem declaração de apoio a nenhum candidato, tem relações com a própria função social do gênero. Por representar uma opinião coletiva, institucional, o editorial não pode, em tese, assumir uma postura política explicitamente orientada para algum candidato ou partido, tendo em vista que a instituição jornalística deve lidar com públicos diversos, além de não ser de interesse dela se comprometer politicamente com qualquer candidato. Entretanto, apesar de não haver identificação explícita de posicionamento, encontramos casos em que, pela escolha vocabular e pela seleção de informações, percebeu-se o vínculo do texto com apoio ao candidato Fernando Haddad, como explicaremos na descrição dos dados.

No artigo de opinião, o posicionamento do autor do texto é assumido de maneira mais explícita, embora também tenhamos encontrado casos em que estava explícita não exatamente a opinião efetiva do articulista. É essa, por exemplo, a orientação do texto AO-DP-01, de Maurício Rands, que declara o voto em Fernando Haddad e destaca vários aspectos negativos do presidenciável do PSL, mas, na escolha lexical feita para se referir ao PT e seu candidato, revela que não oferece, necessariamente, apoio a essa candidatura. A argumentatividade nesse gênero textual, então, está submetida a outros aspectos interacionais, como a proteção da face ou o posicionamento social do enunciador, que muitas vezes não pode comprometer-se com o que diz.

De maneira geral, encontramos textos cujo posicionamento argumentativo estava voltado para apoio político aos ideais da esquerda e reconhecimento dos valores da democracia no processo eleitoral, o que se confirma na seleção lexical estabelecida no texto. Especificamente nos artigos de opinião, conseguimos perceber uma relação mais estreita entre o perfil social do autor, indicado na parte inicial, anterior ao texto, sua orientação argumentativa e a escolha dos itens lexicais.

Na próxima subseção, vamos verificar esses dados a partir da descrição das ocorrências de itens lexicais nos textos.

5.2 Descrição dos dados: funcionamento textual dos itens lexicais nos artigos de opinião

Nesta subseção, vamos descrever como os itens lexicais atuam na estruturação textual da argumentatividade, a partir dos elementos que constroem a textualidade no domínio jornalístico, especificamente no gênero artigo de opinião. A partir do estabelecimento das relações de coesão e coerência, podemos compreender como o léxico constrói essa rede textual indicando pistas da orientação argumentativa.

Com relação ao texto AO-DP-01, ele apresenta uma crítica ao candidato Jair Bolsonaro, mostrando diversos elementos e ideais que fundamentam sua candidatura. Inicialmente, ele relata a história de uma senhora que é assumidamente eleitora desse candidato e explica os motivos que a levaram a, mesmo sem ter uma postura fascista, votar em alguém com esse discurso. Esse exemplo é utilizado para que o leitor perceba que há várias circunstâncias no país que levaram o povo à insatisfação e a um voto de protesto. Buscam-se as raízes desse sentimento e da onda moralista que tomou o país. Em contraposição a essa situação, o texto traz, um a um, setores que não terão seus problemas resolvidos com as políticas falhas propostas por esse candidato. Assume-se, então, um apoio à candidatura de Fernando Haddad, única capaz de manter avanços sociais conquistados no país. Esse apoio, entretanto, é crítico, motivo pelo qual o texto traz alguns dos problemas do Partido dos Trabalhadores que o levaram ao descrédito perante a população. Essa postura pode ser explicada pelo fato de o autor do texto ter sido candidato ao governo de Pernambuco com o apoio do presidenciável Ciro Gomes, e ambos terem saído derrotados do pleito já no primeiro turno. Por fim, reassumindo seus valores democráticos, o autor afirma que, mesmo diante dos problemas do PT, no cenário a que chegou o segundo turno, é esse o partido que pode trazer mais benefícios à população, em comparação ao seu oponente, nas urnas.

Antes da análise de seus itens lexicais, reproduzimos aqui o primeiro texto de nosso *corpus*:

TEXTO AO-DP-01

Título: **A neutralidade tem consequências**

Autoria: Maurício Rands
(Advogado, PhD pela Universidade Oxford, ex-deputado federal)
Data de publicação: 12/10/2018
Ordem do dia: segundo artigo publicado

Água Fria, Zona Norte do Recife, dia 5/10, 20h30. Converso com uma senhora que ganha a vida numa banca na calçada, em frente da qual o esgoto corre a céu aberto. A essa hora, ainda ralando. Informa que seu filho pegou doença de pele, que demorou a ser curada porque o atendimento da saúde é imoral. Assim explica por que vota em Bolsonaro. Dizer que essa senhora é fascista seria ignorância sobre os reais motivos do seu voto. As burocracias partidárias não entenderam o levante de julho de 2013 contra os péssimos serviços públicos. Continuam insensíveis à persistência de tanta miséria. Os guias eleitorais seguem no estelionato dos filmetes que parecem retratar a Escandinávia. Como se surpreender com o voto de protesto em quem logrou encarnar o 'antitudo isso que aí está'?

Bolsonaro surfa em três sentimentos muito fortes. O ódio ao sistema político que reproduz a pobreza e a desigualdade, e que retorna péssimos serviços públicos. O ódio à corrupção e ao PT. E, finalmente, o horror à violência que hoje campeia nas ruas. Ele surfa no fracasso da promessa democrática frustrada. Baseado no tripé moralista família-religião-forças armadas, as três instituições que ainda têm crédito aos olhos do povo desesperançado. Seu populismo de direita faz referência nostálgica à ditadura militar e critica os direitos humanos.

O problema é que a receita apresentada por Jair Bolsonaro não vai resolver nossos problemas. Na economia, não é o ultraliberalismo de Paulo Guedes, da Escola de Chicago, que vai reduzir a pobreza e a desigualdade. O estado e suas políticas compensatórias seguem sendo necessários numa das sociedades mais excludentes do planeta. O reacionarismo comportamental também não vai fazer a sociedade menos conflituosa e mais feliz. Ao contrário, o discurso do ódio contra nordestinos, gays, afrodescendentes, mulheres e pobres vai aprofundar os conflitos e a infelicidade. Na segurança, não é armando todos os cidadãos que vamos reduzir a violência. Isso iria agravar os crimes de proximidade. Temos que ter mais armas e equipamentos, sim. Mas nas mãos certas, as dos agentes do estado. Com mais inteligência, equipamentos e policiamento ostensivo. Lógico que não basta apenas atuar nas causas remotas. É preciso que as forças políticas contrárias ao populismo de direita de Bolsonaro reflitam sobre as falhas das soluções sobre a violência que até então têm proposto.

Para que o populismo Bolsonarista seja derrotado, algumas premissas. Primeiro, entender que a candidatura Haddad não é mais apenas de um partido. Depois, a burocracia do seu partido precisa entender que ela, muitas vezes, é bem menor (política e eticamente) do que a generosidade de seus militantes. Por isso, a direção do PT deve um pedido de desculpas. Uma autocrítica que não seja superficial, meramente eleitoreira. Precisa reconhecer que a cúpula partidária corrompeu-se, com muitos de seus principais líderes desviando dinheiro para o patrimônio pessoal.

E que poderia ter feito as reformas estruturais. Ah, precisa reconhecer também que não se muda um país mentindo nas campanhas. E aí, que tal começar por reconhecer o desastre que foi o Governo Dilma? Que a recessão em que ela jogou o país e que os 14 milhões de desempregados foram sua responsabilidade? Alguém acredita que o único culpado foi o Governo Temer?

Embora não alimente ilusões sobre essa capacidade de autocrítica, vou votar em Haddad. Simplesmente porque tenho consciência de que a democracia é uma conquista muito cara do nosso povo. Nas ruas, a minha geração lutou pelas eleições diretas e pela Constituição Cidadã. Nela inscrevemos os valores democráticos do estado de bem-estar social. Com respeito à pluralidade política, à alternância de poderes, à diversidade. Com prevalência das instituições republicanas. Com a busca da erradicação da pobreza e da desigualdade. Com o combate às discriminações aos afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI, idosos, crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade. O ideário expresso por Bolsonaro está longe deste roteiro. Em verdade, tenta reverter alguns dos avanços nessa direção.

Empresto o meu apoio crítico. Vou votar pelos princípios e valores que acima mencionei. Para que nosso país não enverede por retrocessos democráticos e comportamentais. Para que não se perpetue o ambiente de ódio e intolerância que hoje divide a nação. Para que as instituições não sejam ainda mais tensionadas nos próximos anos. Para que as forças democráticas prevaleçam, ainda que muitos sejamos críticos às cúpulas do PT. Espero que essas forças celebrem um compromisso por um projeto de reconstrução nacional. Fundado nos valores da democracia, da tolerância, da ética republicana no trato dos recursos públicos, no respeito ao funcionamento das instituições, e na busca por uma sociedade com menos desigualdade e pobreza.

No texto AO-DP-01, em que se discutiram as consequências problemáticas em que uma posição neutra poderia resultar nas eleições, o foco do texto recai sobre o processo eleitoral em si, para mostrar a importância do voto. Mesmo assim, o aspecto argumentativo central é que o autor do texto assume uma postura favorável e crítica ao candidato Fernando Haddad, voltando seu artigo para persuadir o leitor de que esse presidenciável é o único que pode manter no país valores mínimos de democracia. Em contrapartida, ele ainda tece algumas críticas a essa candidatura, que só são relevadas em nome de um apoio crítico quando comparadas ao perfil do candidato da direita, mais marcado por valores antidemocráticos. Com isso, constrói-se uma orientação argumentativa de apoio crítico ao PT, o que fica marcado na escolha dos itens lexicais direcionados a cada um dos candidatos.

Para caracterização dos candidatos e partidos, os itens lexicais mais representativos foram os substantivos “Bolsonaro”, “Haddad”, “partido” e “PT”, que

aparecem em repetição lexical, sempre para colocar em evidência os participantes do pleito (não houve ocorrência significativa da sigla “PSL”). Em todas as ocorrências, constrói-se uma relação coesiva de repetição dos mesmos itens lexicais para fazer referência aos presidenciáveis e seus partidos, o que reforça a manutenção desses referentes de maneira mais explícita. Como, no conhecimento partilhado dos interlocutores, já constam as relações entre os candidatos e seus partidos, é natural que essas expressões referenciais nominais sejam utilizadas para facilitar a identificação dos referentes textuais.

Com relação aos itens lexicais relacionados ao candidato do PSL, encontramos palavras que indicam os sentimentos expressos por ele, suas atitudes durante o pleito presidencial, seu posicionamento político, sua visão reacionária e seu apelo pela moralidade. Todos esses aspectos contribuem para a construção do referente ‘Bolsonaro’ no texto, indicando um posicionamento do autor Maurício Rands contrário a essa candidatura.

No início do texto, ao narrar a história da moradora do bairro de Água Fria, o autor introduz na rede textual o adjetivo “fascista” para fazer referência ao possível perfil do eleitorado do candidato do PSL. Essa caracterização designa as pessoas pertencentes a um movimento político-filosófico autocrático, ditatorial, que prega a superioridade de uma raça ou nação em detrimento de direitos humanos e individuais. Tal perfil ideológico foi amplamente identificado no discurso desse candidato e de boa parte de seu eleitorado, uma característica cuja recorrência foi bastante debatida no período eleitoral. O autor do texto, entretanto, relativiza essa adjetivação, contestando sua generalização, o que fica marcado no emprego do substantivo “ignorância” para designar o fato de todos os eleitores do presidenciável do PSL serem fascistas. Não há, inclusive, a retomada do adjetivo “fascista” por repetição lexical, indicando a total desfocalização dessa expressão, embora ela possa ser recuperada a partir de outros itens do mesmo campo lexical. Essa postura indica, para o leitor, uma imagem de moderação e neutralidade que o autor tenta manifestar em seu artigo.

Para fazer referência indireta ao PT, também opositor ao grupo político de Maurício Rands nas eleições, aparecem no texto expressões como “burocracias partidárias”, que liga o partido a uma visão negativa sobre a burocracia, “péssimos serviços públicos” e “persistência de tanta miséria”, que atribuem indiretamente ao PT a situação política vigente no período das eleições, e “voto de protesto”, que

justifica o favoritismo no candidato da direita como uma forma de protesto contra o PT, retomando indiretamente as três expressões lexicais anteriores. Mais à frente, esses referentes são recategorizados pelas expressões “fracasso” e “promessa democrática frustrada”, sinalizando a pressuposta decepção da população com os últimos governos da esquerda. A escolha dessas questões para explicar o cenário político das eleições coloca o Partido dos Trabalhadores como uma opção ruim nas eleições, caracterizando sua candidatura como se ele ainda fosse um grupo de situação, algo que ele deixou de ser desde o Golpe Parlamentar de 2016. Esse discurso foi recorrente em toda a campanha eleitoral, tendo sido uma das justificativas para a vitória do candidato do PSL.

Mesmo com pistas de que o artigo AO-DP-01 construa um direcionamento argumentativo contrário à candidatura da esquerda, o que prevalece ainda são as críticas ao candidato da direita. Para indicar o oportunismo desse presidenciável, foi introduzido no texto o verbo ‘surfar’ para indicar que ele estava se aproveitando do momento de instabilidade política e econômica que marcava o país. No trecho “Bolsonaro surfa em três sentimentos muito fortes”, já conseguimos perceber que há emprego de palavras indicadoras desse oportunismo: o já citado verbo “surfar” e o hiperônimo “sentimentos” modificado pelo adjetivo “fortes”. Esse hiperônimo é retomado em diversos momentos do texto pelos hipônimos “ódio”, “infelicidade” e “intolerância”, todos caracterizando atitudes fomentadas pelo discurso do candidato. O substantivo “ódio”, inclusive, é retomado em repetição lexical em outras expressões: “discurso do ódio” e “ambiente de ódio”. No contexto das eleições, esses itens lexicais frequentemente aparecem em combinação: o substantivo “discurso” acaba sendo posicionado ao lado de “ódio”, demonstrando recorrência dessa ideia em todo o processo eleitoral. O substantivo “ódio” aparece, ainda, complementado pelos sintagmas “ao sistema político” e “à corrupção e ao PT” para justificar a queda de popularidade do Partido dos Trabalhadores junto à população, o que teria sido fundamental para sua derrota no pleito. O hiperônimo “sentimentos”, então, traz referência a essas duas expressões hipônimas, além da expressão “horror à violência”, que também marca a situação social do país.

Há, ainda, destaque para as posturas adotadas pelo candidato durante o processo eleitoral. Também com o emprego do verbo ‘surfar’ e, agora, do substantivo “populismo”, destacam-se os sentimentos de ódio expressos pelo presidente eleito. O item “populismo” aparece na expressão “populismo de direita”,

caracterizando uma postura mais conservadora de sua parte. O substantivo “direita” representa ideais mais conservadores e menos voltados para o bem-estar social. No texto, esse item lexical também estabelece relações com o item “retrocesso”, para representar os problemas que poderiam ser causados por um governo de direita. Especificamente no setor econômico, esse posicionamento político é representado pelo item “ultraliberalismo”, para representar um modelo de economia que traz como consequência a concentração de renda na mão dos mais poderosos. No setor social, essa opinião é retomada com as expressões “reacionarismo comportamental” e “discurso do ódio”.

Há ainda uma construção da imagem do candidato mais ligada a uma visão reacionária da sociedade. Essa visão é representada, dentre outros aspectos, por violência e desrespeito aos direitos humanos, o que fica claro no emprego de itens como “horror”, “ditadura militar”, “reacionarismo comportamental”, “crimes” e “armas”, todos presentes no discurso do candidato como uma plataforma a ser empregada em seu governo. O texto traz esses itens associados ao candidato como forma de destacar para seu leitor um lado mais letal do presidenciável.

O texto ainda procura justificar esse grande avanço que Bolsonaro obteve nas urnas entre o primeiro e o segundo turno. Isso é atribuído ao discurso de moralidade que o candidato se propõe a assumir em seu governo. É empregado o item “tripé moralista” como um hiperônimo para os itens “família”, “religião” e “forças armadas”, três elementos presentes no discurso do candidato para justificar seus valores moralizantes e sua postura conservadora, a partir de ideia de que apenas essas instituições salvarão o país dos problemas que o acometem. Esses três itens são retomados posteriormente pelo substantivo “instituições” associado ao substantivo “crédito”, o que permite concluir que o candidato usa o crédito que essas entidades ainda têm na sociedade para agregá-lo a sua imagem.

A partir desses itens lexicais e das informações percebidas em seu emprego, compreendemos a postura do autor do texto como contrária ao candidato da direita, uma vez que, de uma maneira geral, os conteúdos semânticos que esses substantivos, adjetivos e verbos trazem para o texto são pragmaticamente ligados à construção de uma imagem negativa do militar reformado. Isso comprova a orientação argumentativa do texto para apoio ao candidato Haddad, embora tal apoio aconteça de maneira crítica, o que será observado também na seleção lexical.

Como já indicado, com a utilização dos itens lexicais relacionados ao candidato da esquerda, o texto explicita essa postura de apoio e crítica simultâneos. O apoio político indicado no texto é justificado pelo fato de, entre as duas candidaturas, ser a do PT a única que pode atender prioritariamente ao desenvolvimento humano e social. O texto destaca os valores que são defendidos pelo partido e seu candidato, o que é representado pelos itens lexicais “direitos humanos” e “políticas compensatórias”, embora esta última ainda mostre críticas ao modo de governar desse partido. Tais expressões confirmam a informação pressuposta no texto de que Fernando Haddad, dentre os dois candidatos, assume uma postura mais humanitária (com respeito a todos os grupos sociais) e de favorecimento do acesso aos direitos (ajudando esses grupos). São destacados, ainda, vários grupos minoritários que estariam com seus direitos ameaçados caso o candidato do PSL fosse eleito. Esses grupos são percebidos pelos substantivos “nordestinos”, “gays”, “afrodescendentes”, “mulheres” e “pobres”, todos em associação semântica, uma vez que o texto os reúne como grupos sociais minoritários.

Outros itens lexicais ainda justificam o apoio revelado no texto, todos indicando o alinhamento da candidatura do PT com princípios humanos e valores sociais: “democracia”, “princípios” e “valores”. Além disso, também há um destaque para a manutenção de lutas vencidas anteriormente, com os itens “conquista” e “forças democráticas”, que sinalizam ser a esquerda a única, nesse segundo turno, a possibilitar a continuidade das lutas pela democracia travadas na história do país.

Os aspectos positivos atribuídos no texto para o PT, entretanto, aparecem interligados a críticas, como se percebe nos itens lexicais “criticar”, “generosidade”, “pedido de desculpas”, “autocrítica”, “reconhecer” e “responsabilidade”, que marcam a necessidade de reconhecimento do partido dos erros cometidos em gestões anteriores. O texto indica a relutância dos petistas em assumir essa autocrítica, motivo central pelo qual a candidatura da esquerda ficou enfraquecida nas eleições. Há destaque, por meio de itens lexicais diversos, para o que ocasionou essa necessidade de autocrítica.

Dentre as primeiras causas, está a situação em que o país ficou supostamente por culpa dos erros cometidos pelo partido. Os itens lexicais “pobreza”, “desigualdade”, “violência”, “recessão” e “desempregados” estabelecem entre si uma relação de associação semântica na medida em que representam

problemas em evidência na população brasileira. O texto faz ligações desses problemas com os últimos anos de gestão petista no Brasil, um dos motivos pelos quais se postulou que a popularidade do partido estaria em queda.

Nesse sentido, há várias passagens do texto que deixam clara a ligação do candidato Fernando Haddad com seu partido, o que é percebido por itens lexicais como “PT”, “cúpula partidária”, “líderes” e “governo Dilma”. Essas expressões nominais, além de conectarem o candidato aos problemas do partido, fazem ligação direta com os problemas sociais em evidência no país, cuja culpa é atribuída ao partido, como destacam os itens lexicais anteriormente descritos.

Também no âmbito dos problemas do partido, estão em destaque no texto suas ligações com escândalos de corrupção. Essa situação é colocada como uma das causas da desvantagem eleitoral que o partido teve no primeiro turno. Itens lexicais como “corrupção”, “corromper-se”, “desviar” (com complemento verbal “dinheiro”) e “patrimônio pessoal” dão indícios de que o partido tem participação ativa em operações ilegais, o que acabou manchando sua imagem. Atrelado a isso, o texto destaca a pressuposta ilusão que a população teve com o PT, como é destacado em itens como “fracasso”, “promessa democrática”, “falhas”, “mentir” e “desastre”.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-DP-01

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Pró-Haddad	Relacionadas a Haddad	burocracias partidárias	
		democracia/ democrático	repetição lexical
		corrupção	associação semântica
	Relacionadas a Bolsonaro	fascista	
		surfar	
		ódio	repetição lexical/ combinação lexical

Fonte: o Autor (2020)

Para fazer referência a Haddad, destacamos o uso dos itens lexicais “corrupção”, retomado em associação semântica a outros itens, e “democracia” ou “democrático”, retomados algumas vezes em repetição lexical. Para fazer referência

a Bolsonaro, destacamos o uso do item lexical “ódio”, que aparece diversas vezes em repetição lexical e, ainda, em combinação lexical com outros itens.

Com relação ao texto AO-DP-02, encontramos uma postura contrária à candidatura do militar reformado, sem referências (positivas ou negativas) ao PT. A orientação argumentativa é inteiramente voltada para destacar os aspectos negativos que rodearam a candidatura do PSL. Logo no título, já percebemos essa postura com o emprego da expressão lexical “vanguarda do atraso”, que associa diretamente o candidato da extrema direita com os valores autoritários, ligados a um período da história do país marcado pela ditadura militar.

Para melhor compreensão do funcionamento do léxico nesse segundo artigo de opinião, reproduzimos o texto a seguir:

TEXTO AO-DP-02

Título: **A vanguarda do atraso**

Autoria: Ricardo Leitão (Jornalista)
Data de publicação: 16/10/2018
Ordem do dia: único artigo publicado

O título acima foi extraído de um discurso do então deputado federal por Pernambuco, Fernando Lyra (1938/2013), um dos líderes da chamada “bancada dos autênticos”, que enfrentava a ditadura em um Congresso manietado.

Referia-se Lyra às forças mais reacionárias no conjunto das que se opunham à “abertura lenta, segura e gradual” proposta pelo general-presidente Ernesto Geisel e ameaçavam romper a frágil tessitura da reconstrução democrática.

A vanguarda do atraso está agora de volta às ruas, ressurgida do fogo de monturo do arbitrário, com a passagem de Jair Bolsonaro para o segundo turno. Do ponto de vista moral ele desperta o que há de pior na conservadora sociedade brasileira: a intolerância, o preconceito, a defesa da violência, a misoginia, a homofobia, a xenofobia, o nacionalismo tosco.

Mas também reaviva questões que, com a campanha chegando ao final, ainda não têm respostas: quem financia Bolsonaro? De onde vêm os recursos que, há mais de dois anos, lubrificam sua mobilização em praticamente todos os estados?

País em desenvolvimento, como se diz, convivem no Brasil capitalismos de diferentes níveis. Há o financeiro, ombreado aos padrões internacionais que apostou e perdeu suas fichas na candidatura do milionário Henrique Meirelles. No outro extremo há o capitalismo atrelado ao agronegonegócio subdesenvolvido, em alguns estados tão rudimentar que ainda é flagrado escravizando trabalhadores em derrubadas ilegais dematas.

Estes capitalismos de base rural financiam a chamada “bancada do boi” no Congresso, formada pelo impressionante número de aproximadamente 300 parlamentares, entre deputados federais e senadores. Não tardaram em manifestar apoio a Jair Bolsonaro, quando ficou evidente sua passagem para o segundo turno da eleição presidencial.

Mais politica do que financeira, vem em seguida a sustentação da famosa “bancada da bala” – policiais, ex-militares como Bolsonaro, empresários, empenhados na revogação da legislação do desarmamento. Com a ideia já se comprometeu o capitão da reserva do Exército.

Por fim, completa o trio a “bancada da Bíblia”. São os líderes de denominações religiosas extremamente conservadoras, que reproduzem para milhões de seguidores a pregações moralista de Jair Bolsonaro. Em meio aos sermões movimentam diariamente milhões de reais, em espécie, absolutamente livres de fiscalização oficial.

A esse sólido lastro das primeiras horas logo se juntaram os atentos e àgeis rapazes do capitalismo financeiro. Não por acaso, o movimento positivo da Bolsa de Valores de São Paulo cresce à medida que aumenta a vantagem de Bolsonaro nas pesquisas. Sinal de que bons negócios vêm por aí.

Dirão que tudo está sendo feito às claras; de acordo com as regras eleitorais; que pessoas e instituições são livres para fazer e expressar suas escolhas. No entanto, é

inevitável outra questão: em troca do que tamanho apoio está sendo dado e alardeado?

A “bancada do boi” quer a revogação das leis que impedem o avanço o sobre reservas ambientais e de povos indígenas, para plantar capim e extrair madeira – no que têm os votos dos representantes das poluidoras empresas de mineração. A “bancada da bala” pretende que a população se arme como achar melhor, sem qualquer restrição legal, comprando milhões de armas das indústrias que financiam seus mandatos. E a “bancada da Bíblia” reivindica distância da fiscalização sobre sua piedosa e lucrativa rotina de exorcizar pobres almas.

Com tão altos objetivos Jair Bolsonaro já se comprometeu. Trata-se assim de grande equívoco pensar que ele não terá base parlamentar para governar, se eleito. A base será esta, a da vanguarda do atraso, a ela somando-se a histeria do antipetismo e o oportunismo repugnante do centrão.

Domingo, 28, votação do segundo turno, será o primeiro dia dos próximos dois meses e quatro anos. Que Brasil nos espera? Que Brasil aguarda nossos filhos e netos? O bolsonarismo dilacera o país. A vanguarda do atraso ameaçá a democracia. É dever político, o maior de todos, derrotar Jair Bolsonaro.

O retrospecto histórico feito no começo do texto já indica a orientação que será estabelecida em toda sua extensão: a opinião contrária à candidatura de Jair Bolsonaro, baseado no fato de que seus ideais aludem a ideologias antidemocráticas, autoritárias, reacionárias. Esse posicionamento é percebido logo no segundo parágrafo, quando se opõem as expressões “forças mais reacionárias”, que representam a vanguarda do atraso e apresentam íntima relação com as propostas do candidato da direita, e “reconstrução democrática”, relacionada à possibilidade de se reestabelecerem os ideias progressistas do país, afastados desde o Golpe Parlamentar de 2016, o que apresenta relação com o apoio à candidatura de Fernando Haddad. A ligação estabelecida pelo autor dialoga com o que foi amplamente difundido na mídia no período das eleições: eleger o candidato do PSL representaria um retorno a uma situação anterior da história do país, o período ditatorial, relembrado com saudosismo pelo candidato e por grande parte de

seus eleitores, o que justifica o emprego da expressão “vanguarda do atraso”, que será retomada por repetição lexical em vários momentos do texto.

Na primeira retomada por repetição lexical dessa expressão, ela se encontra ligada às expressões “fogo de monturo do arbitrário” e “conservadora sociedade brasileira”. O uso do item lexical “fogo” remete ao pensamento de que a ascensão dessas ideologias reacionárias seja temporária, ainda que violenta. A desqualificação desse posicionamento político é intensificada pelas expressões “de monturo”, referente a um aglomerado de coisas sem valor, e “do arbitrário”, referente à postura típica adotada por governantes em uma ditadura.

Para entendimento do apoio obtido pelo candidato de direita para financiamento de sua candidatura, além da alusão ao capitalismo financeiro e ao agronegócio, o artigo destaca com mais espaço a base política do candidato, o que fica evidente com o uso do substantivo “bancada”, que aparece diversas vezes pelo mecanismo de repetição lexical, modificado por uma perífrase adjetiva em todos os casos. A expressão “bancada do boi” faz a ligação do candidato com deputados do setor pecuarista, conhecidos por centrar seu interesse em causas antinaturalistas com o objetivo principal de conquistar terras para o pasto do gado. A expressão “bancada da bala” relaciona o candidato à causa armamentista, justificada pelo lucro das grandes empresas fornecedoras de armas. Por último, a expressão “bancada da Bíblia” ressalta a ligação do candidato com setores religiosos mais conservadores interessados na dispensa de impostos. A repetição do item “bancada”, com todas as demais denominações, reforça a ligação do candidato do PSL com setores mais corruptíveis da política.

Outro aspecto levantado no texto para justificar um provável favoritismo desse presidenciável nas urnas é a tensão política estabelecida contra o PT, o que também foi evidenciado no texto anterior. A partir das expressões “histeria do antipetismo” e “oportunismo repugnante do centrão”, introduzidas já perto do final do texto, como uma espécie de explicação adicional, avalia-se que a base política do candidato do PSL não foi a única responsável por sua vantagem eleitoral, mas, sim, o sentimento de repúdio ao PT, forjado sobretudo pela mídia e pelo Poder Judiciário. Com o emprego do substantivo “histeria”, percebemos que o autor do texto não avalia positivamente o antipetismo, talvez pelo fato de ter percebido que esse sentimento teve um fundo midiático. Ademais, ressalta-se também a posição do centrão nas eleições, que se aproveitou da polarização política em ebulição no país para tentar

passar uma imagem de neutralidade, distante das brigas protagonizadas por esquerda e direita. Essa ideia é percebida no emprego dos itens lexicais “oportunismo” e “repugnante”.

Por fim, na conclusão do texto, encontramos uma espécie de resumo da discussão desenvolvida. No trecho “O bolsonarismo dilacera o país”, percebe-se a visão de que a eleição do candidato da direita será extremamente danosa ao país, a partir do uso metafórico do verbo ‘dilacerar’. Já em “A vanguarda do atraso ameaça a democracia”, o autor avalia que todo o grupo de apoio a essa candidatura representa interesses exclusivos de uma pequena elite econômica que não tem como objetivo o fortalecimento da democracia.

Em todo o texto, a recorrência do substantivo “atraso”, que aparece em combinação com o substantivo “vanguarda” reforça a orientação argumentativa do artigo: a ideia de que a então provável vitória do candidato do PSL traria consequências desastrosas ao país, com valores fundados principalmente na destruição da democracia. A recorrência lexical do substantivo “bancada” amplia essa construção argumentativa, para mostrar que há interesses de setores poderosos da sociedade por trás de tudo isso.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-DP-02

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Pró-Haddad	Relacionadas a Haddad	reconstrução democrática	
		antipetismo	
	Relacionadas a Bolsonaro	vanguarda do atraso	repetição lexical
		forças mais reacionárias	
		bancada	repetição lexical

Fonte: o Autor (2020)

Reforça-se a opção contrária à eleição da direita, uma vez que itens como “vanguarda do atraso” e “bancada”, que aludem, respectivamente, à ditadura militar e aos esquemas entre políticos, são frequentemente reativados no texto por repetição lexical.

Esse posicionamento contrário a um governo do candidato militar reformado também é encontrado no artigo AO-FP-01, com um enfoque, entretanto, mais próximo do primeiro texto analisado: uma postura crítica em relação ao PT. A discussão gira nos eventos do segundo turno, em comparação com os do primeiro, e mostra problemas políticos e sociais que estariam próximos de se agravar no país com uma provável vitória da direita. Para construção argumentativa desse ponto de vista, analisam-se o antipetismo como uma causa desse favoritismo da direita e o extremo direitismo característico da postura do presidenciável do PSL.

Reproduzimos esse artigo a seguir, para que se observe melhor o funcionamento de seus itens lexicais:

TEXTO AO-FP-01

Título: **O segundo turno**

Autoria: Abelardo Baltar (Economista)
Data de publicação: 09/10/2018
Ordem do dia: único artigo publicado

Passaram para o segundo turno exatamente os favoritos, aqueles que as pesquisas indicavam que deveriam passar. Na verdade, a sucessão presidencial de 2018 vem girando, basicamente, em torno dos 14 anos dos dois últimos governos petistas. Trata-se de uma eleição plebiscitária entre os que aprovaram a maneira de governar do PT e os que não aprovaram. Portanto, o pleito girou, basicamente, em torno da disputa entre petismo e antipetismo. Como a maior parcela da sociedade brasileira tornou-se antipetista, em decorrência do fracasso econômico da metade em diante das gestões petistas, principalmente a gestão Dilma, e também da corrupção generalizada explicitada, sobretudo, pela Lava Jato, Bolsonaro vem levando vantagem, pois sua candidatura, para maior parte dos brasileiros, seria a que melhor representaria todo o forte antipetismo muito presente no atual momento da vida nacional. Melhor, principalmente, do ponto de vista eleitoral, pois em termos de conteúdo das propostas a maior parte dos que votam em Bolsonaro não estão ligados nesse item, como não estão ligados no que fala ou já falou esse candidato. Querem, antes de tudo, derrotar o PT, o que não deixa de ser uma distorção, pois além de querer derrotar esse partido é preciso saber como pensa seu candidato.

O que precisa ficar claro para todos é que a grande maioria dos votos obtidos pelo capitão reformado do Exército não se origina de seu extremo direitismo, que vem a tona de vez em quando, e sim da capacidade de enfrentar o PT, de forma dura, levando vantagem no campo eleitoral. O que é, em parte, tranquilizante para nós democratas, pois seria muito ruim admitir que mais da metade do eleitorado brasileiro tornou-se radical de direita. As pesquisas atuais, de maneira clara desmentem esse fato. Essa fase Bolsonaro, provavelmente, não vai longe, representando apenas o caminho (para mim equivocado), que a sociedade escolheu, para realizar a passagem dos tempos petista para outros tempos, novos

tempos talvez bem mais sérios. Se Bolsonaro ganhar, no segundo turno, é muito provável que o núcleo à direita do seu governo não terá muito espaço na sua gestão, devendo prevalecer o núcleo mais ao centro, cuja "visão do Mundo" é muito mais liberal. Não existe interesse das maiores forças econômicas que atuam no País de uma maior direitização na política referente aos costumes.

E quem ganhará no segundo turno? Não sei, mas o favoritismo é de quem teve mais votos no primeiro, sempre foi assim, no entanto como essa eleição é atípica, tudo pode acontecer. É verdade que os erros do PT foram tão grandes, tão explícitos que a maioria do eleitorado deve votar contra o partido, mas nada é certo. Até porque o segundo turno é outra eleição, com outras regras e por isso provavelmente com outra dinâmica. Mas mesmo com todos atenuantes que coloco, não pode-se deixar de dizer que não corre-se o perigo de um direitismo exagerado numa gestão Bolsonaro, sobretudo no campo dos respeitos as minorias. O que dificultaria bastante isso é que a sociedade brasileira, presentemente, é muito mais inclusiva do que que excludente, favorecendo assim as estas minorias, blindando-as, de certo modo, de maiores perseguições.

Para caracterizar as eleições presidenciais de 2018, o texto apresenta duas expressões lexicais específicas: “eleição plebiscitária” e “distorção”. Ao empregar o adjetivo “plebiscitária”, o artigo indica que as eleições para Presidente na República foram, na verdade uma escolha polarizada, uma votação de sim ou não, entre o PT e aqueles que reprovavam seu modo de governar, o que fica expresso também na contraposição por antonímia dos itens “petismo” e “antipetismo”. Esse cenário é avaliado negativamente pelo articulista, o que se percebe no uso da palavra “distorção” para mostrar o equívoco nessa concepção de processo eleitoral. Explicando, ainda, o assunto em torno do qual as eleições foram debatidas, o texto traz referência aos “dois últimos governos petistas”, para mostrar logo de início a que se resumiu a avaliação dos eleitores para a escolha de seu candidato.

Após essa caracterização do pleito eleitoral, há destaque, no texto, para a candidatura de Jair Bolsonaro. Para fazer referência direta a esse presidenciável, são empregadas duas expressões nominais referenciais: “capitão reformado do Exército” e “radical de direita”, que remetem diretamente a sua ligação com a ditadura militar que aconteceu no Brasil na segunda metade do século XX. Desde o final da dessa ditadura, no período de renovação democrática, não tinha havido, no país, um presidente militar. O emprego do substantivo “capitão” faz a ligação desse presidenciável com as forças armadas, e o vínculo com a ditadura é estabelecido pela expressão “radical de direita”, postura política que foi marca do período ditatorial no Brasil.

Ainda construindo a caracterização do candidato do PSL, o texto também apresenta a expressão lexical “extremo direitismo”, retomada por repetição lexical mais à frente, pela expressão “direitismo exagerado”. O uso do substantivo “direitismo”, formado pela palavra “direita” e pelo sufixo “-ismo”, para designar o movimento político da direita, toma, no texto, um sentido mais negativo dessa palavra, associando a visão política de direita a perigos para o país. Essa visão de direita é intensificada pelos adjetivos “extremo” e “exagerado”, que indicam um extremismo negativo por parte do presidenciável da direita. Anunciam-se, então, futuros problemas para grupos minoritários no país com sua possível eleição, o que se evidencia no emprego da expressão “maiores perseguições”.

Outro aspecto levantado nesse artigo diz respeito às críticas aos governos do PT, apontados como os maiores culpados pelo favoritismo da extrema direita nessas eleições. O substantivo “antipetismo” é retomado no texto pelo menos duas vezes de maneira mais direta, com a repetição lexical do mesmo item e pela substituição lexical, com o adjetivo “antipetista”, para caracterizar um sentimento frequente na sociedade brasileira. Indiretamente, percebemos a adesão do articulista a essa visão política, pelo emprego de expressões como “fracasso econômico”, “corrupção generalizada explícita” e “erros do PT”, todas fazendo referência aos governos petistas. Também há citação da expressão “Lava Jato”, como referência à operação político-judicial que forjou boa parte do sentimento antipetista no país. Percebe-se, aí, que o articulista, apesar de crítico aos governos do PT, tem consciência da fraude midiática que se formulou em torno dessa operação política (a Lava Jato), o que justifica sua posição ainda contrária à eleição do candidato do PSL. Essa consciência também é percebida quando o texto explica o favoritismo desse candidato a partir de dois verbos: “derrotar” e “enfrentar”, que aparecem complementados sintaticamente pela expressão nominal referencial “o PT”. Admite-se, pois, que o pleito eleitoral resumiu-se à avaliação que a sociedade fez em torno dos governos petistas.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-FP-01

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Pró-Haddad	Relacionadas a Haddad	petismo/antipetismo	repetição lexical/ substituição lexical
		governos petistas	
		corrupção	
	Relacionadas a Bolsonaro	capitão	
		radical de direita	substituição lexical
		direitismo	repetição lexical

Fonte: o Autor (2020)

Os destaques na seleção lexical mostram que, nas eleições, a candidatura da esquerda esteve marcada pela associação do PT à corrupção, enquanto a candidatura da direita ficou marcada pelos ideais radicais e pelo vínculo à ditadura militar.

No artigo AO-FP-02, não se delimitou explicitamente o apoio a nenhuma das duas candidaturas, o que o afasta um pouco da funcionalidade original de um artigo de opinião. A discussão desenvolvida gira em torno dos deveres do cidadão em relação às eleições, o que já é indicado no título (“Votar, fiscalizar, cobrar”). Os verbos no infinitivo que constituem o título do artigo são retomados no corpo do texto para organizar os blocos de informações, sempre com foco nas eleições em si, sem menção a aspectos que caracterizem o apoio a qualquer um dos presidenciáveis. O foco da argumentação fica na relação entre as eleições e a cidadania.

A seguir, reproduzimos o texto para que se perceba melhor o funcionamento de seus itens lexicais na construção do ponto de vista do autor:

TEXTO AO-FP-02

Título: **2018 - Votar, fiscalizar, cobrar**

Autoria: Nilzardo Carneiro Leão
(Professor, advogado do IAHGP e da APL)
Data de publicação: 10/10/2018
Ordem do dia: único artigo publicado

Encerrado o primeiro turno das eleições deste ano de 2018, conhecidos foram os candidatos eleitos para Senador, deputados federais e estaduais.

Para Presidente da República e, em alguns Estados, para Governador, nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta de votos, pelo que deverá ocorrer um novo pleito concorrendo, apenas, os dois candidatos mais votados, em data já previamente designada pelo TSE.

Fora de dúvida que a missão dos eleitores foi cumprida em parte, ao exercerem o seu democrático direito de voto. Resta, ainda, o segundo turno.

VOTAR - O trabalho exercido pela Justiça Eleitoral, a extraordinária instrumentalização da urna eletrônica, garantindo a rápida manifestação da vontade do eleitor, os ensinamentos diários que antecederam ao pleito, o despertar para a dignidade do voto e a consciência da cidadania, exerceram a missão de mostrar a importância e fazer com que o exercício do voto seja essencial para a plena concepção da DEMOCRACIA.

O exercício do voto em sucessivos pleitos é o caminho melhor e único para o exercício da liberdade política, de o cidadão tomar consciência de que na vontade livre da escolha está o destino do país e de seu próprio, está o futuro do Estado de Direito Democrático. É com o intercâmbio das ideias, próprio do regime democrático, apresentação de programas, perspectivas de mudanças através da efetiva mobilização social e questionamentos das crises que ocorrem, há não apenas a esperança em rumos reais e efetivos, para que seja alcançado o progresso e ascensão de todos. Isso é, o real sentido do voto em uma DEMOCRACIA.

FISCALIZAR - É preciso que o eleitor, como também e principalmente o que foi eleito pelo voto do cidadão, entendam que a obtenção de um mandato eletivo não significa que o exercício de sua atividade esgota-se com o dar e receber seu voto e libertar-se o vencedor do pleito das suas obrigações expostas como plataforma de sua atuação, seja de executivo ou parlamentar. Mais do que isso: como o próprio nome está a dizer, o eleito recebeu um mandato, isto é, a ele foram conferidos poderes por conta do que afirmou em praça pública e foi discutido em plenários, com que obteve a confiança do eleitor e conseguiu o seu voto.

O eleitor conferiu poderes para que o eleito, no exercício do mandato outorgado cumpra o que foi prometido. Um fio imperceptível, mas indissolúvel, permanece ligando o eleito ao eleitor que lhe conferiu o voto. Assim como quem recebe uma procuração (forma material do mandato) tem de moralmente prestar contas ao outorgante de suas ações com o mandato eleitoral. São obrigações reciprocas e essenciais do eleitor; o fiscalizar.

COBRAR - Moralmente, está o eleitor (outorgante do mandato) no dever de cobrar, tornando-se mais um crítico e vigilante: "Vigiar e cobrar de seu candidato, ações que justifiquem cada centavo que ele irá receber de seu bolso do eleitor", porque a cada votante que sufragou o seu nome deve o eleito a cadeira que ocupa. E o eleitor pode e deve exigir que o eleito preste contas do que recebeu. Essa cobrança deve ser feita através dos recursos próprios, inclusive da internet.

O dever de votar é um bom começo. Para a DEMOCRACIA.

O eleitor tem em suas mãos o voto, a preciosa arma para usar em um próximo pleito eleitoral.

Pela leitura desse texto, percebemos que, diferentemente dos anteriores, ele não demonstra uma posição política enveredada para nenhum dos dois candidatos. Apenas as eleições são o foco da opinião do articulista, o que se percebe nas diversas repetições lexicais que são constantes em todos os parágrafos do artigo. Reiteradamente, empregam-se os itens lexicais “eleição”, “eleitor”, “voto”, “democracia”, “candidatos” e “pleito”, sempre estabelecendo ideias genéricas em relação a esse processo eleitoral, como se o texto trouxesse diversas verdades supostamente universais, o que se aproxima de um suposto ideal de neutralidade.

Um aspecto que diferencia esse texto dos outros também é a forma como ele organiza os blocos de informações, a partir de verbos no infinitivo para indicar ações de cidadania relativas aos deveres do eleitor. Os verbos “votar”, “fiscalizar” e “cobrar”, já presentes no título do artigo, são retomados, cada um, por repetição lexical no início de três parágrafos do texto. Além de pistas lexicais a respeito do tema do texto, esses verbos servem para organizar a informação do artigo, de maneira a conduzir a leitura e a compreensão das informações.

A respeito do verbo “votar”, percebemos que as informações que ele traz para o texto estão relacionadas a aspectos mais gerais do tema ‘eleições’. A esse verbo, o artigo relaciona expressões lexicais como “urna eletrônica”, “vontade do leitor” e “exercício do voto” (este último aparecendo mais de uma vez, por repetição lexical). São itens lexicais que já apresentam, em si, a ideia de eleição, de voto, o que significa que, para o texto, o ato de votar é algo mais geral, que engloba vários outros direitos e deveres. Essa seleção lexical continua no bloco seguinte, representado pelo verbo “fiscalizar”, que só é diretamente retomado por repetição lexical, dessa vez com substantivação: “o fiscalizar”. Mesmo sendo apresentado um novo bloco de informações, a partir da indicação desse segundo verbo no infinitivo, não se percebe, ainda, uma mudança de foco no texto, que continua com reflexões sobre o exercício do voto.

Há uma mudança mais efetiva de foco no artigo quando o terceiro bloco de informações é apresentado, a partir do verbo “cobrar”. Nessa parte do texto, o articulista traça uma espécie de perfil desejável do cidadão, marcado no uso dos adjetivos “crítico” e “vigilante” e dos verbos “vigiar” e “cobrar”, este último retomado

pelo substantivo “cobrança”. Todos esses itens lexicais indicam que o eleitor consciente de seu papel cidadão deve ser um eterno observador das atitudes dos políticos eleitos.

Como se percebeu, o artigo de Nilzardo Carneiro Leão constrói um ponto de vista mais voltado para conscientização do eleitor como cidadão crítico e atuante, sem que se perceba uma orientação argumentativa mais voltada para um dos dois candidatos à Presidência da República. Uma vez que esse texto não se apresentou na polarização entre as duas candidaturas do segundo turno, não identificamos, nele, itens lexicais que sustentassem apoio a um ou outro candidato.

Já no artigo AO-JC-01, de Flávio Brayner, professor da UFPE, encontramos reflexões mais pessoais sobre a história do país e seus reflexos no quadro político em que nos encontramos atualmente. Em um tom de derrotismo, ele recorre a elementos históricos e relatos pessoais para mostrar todo o perigo que o país corre com a iminente eleição do candidato da extrema direita. Esse texto segue reproduzido, para facilitar a análise dos itens lexicais em sua orientação argumentativa.

TEXTO AO-JC-01

Título: **Um certo cansaço**

Autoria: Flávio Brayner (Professor)
Data de publicação: 11/10/2018
Ordem do dia: primeiro artigo publicado

Acho que saímos todos deste 1° turno cansados: cansados de um País que teima em não encontrar seus caminhos e que repete, ao longo do tempo, seus incorrigíveis dilemas que nenhum “herói” vai solucionar. “Infeliz, dizia um personagem de Brecht, o país que tem necessidade de heróis”! Tenho 62 anos e meus olhos viram coisas que não gostaria que aqueles que estão chegando neste mundo há pouco tempo vissem: vi pessoas “desaparecerem”; vi homens que, tendo passado pela indizível dor física da tortura, não eram mais capazes de falar de seu sofrimento pessoal; vi mães que, como verdadeiras Antígonas redivivas, procuravam seus filhos sem nunca terem tido a possibilidade de enterrá-los; vi uma irmã minha Iara Brayner (já falecida) que, depois de torturada, nunca mais pode ter filhos... Depois de tudo isto, eu -historiador- achava que a História pudesse nos ensinar

alguma coisa, mas terminei por abandonar a ideia hegeliana de que 'um povo que não conhece a sua história está fadado a repeti-la'. O eterno retorno do mesmo, e não o progresso rumo à liberdade, talvez seja a lei de todos nós!

No fundo, penso que eram os Aztecas, com sua temporalidade circular, que tinham razão: estamos continuamente condenados a voltar àquele ponto crucial onde precisamos decidir o que queremos fazer de nós mesmos. E como aquela personagem de Vargas Llosa, estamos sempre a nos perguntar “onde foi que o Brasil começou a não dar certo?”, uma pergunta que envolve sempre uma certa ideia de Liberdade, quer dizer, envolve a questão de saber se somos ou não capazes de, ao invés de esperarmos a vinda de “salvadores” da Pátria (prometendo que a sua segurança depende da ordem, que a esperança depende da autoridade, que a moralidade pública depende da vontade do Príncipe..), definirmos nossos próprios predicados.

Nunca fomos uma nação reconciliada: escravistas versus abolicionistas, republicanos versus monarquistas, oligarquias agrárias versus industrialistas, entreguistas versus nacionalistas, separatistas versus centralistas, ricos contra pobres, brancos contra negros, nordestinos contra sulistas..., precisamos sempre de uma “seleção argentina” para nos dar a sensação de que pertencemos a um destino e interesse comuns! Chegados a este ponto, eu dou plena razão a minha filha, Bárbara Brayner, que mora na França há 30 anos e que nunca pediu a nacionalidade francesa, talvez acreditando que um dia, este país... Ela decidiu pedi-la, definitivamente! Decidiu deixar de ser orgulhosa do lugar onde nasceu.

À minha irmã Iara.

Logo no título do texto, o substantivo “cansaço” já indica o tom que o artigo vai apresentar a respeito do posicionamento do autor sobre as eleições e o então cenário político em ebulição no Brasil. Na primeira linha do texto, temos uma retomada dessa palavra por substituição lexical, com o adjetivo “cansados”, para indicar que uma parte dos brasileiros está descontente com o favoritismo da extrema direita nas urnas, o que inclui o autor, como se percebe no verbo “saímos”, flexionado em primeira pessoa do plural.

Para justificar todo esse sentimento, o articulista evoca fatos históricos que mostram não haver nada de novidade em relação ao que até então tinha acontecido no país. Os verbos “teima” e “repete” aludem à ideia de recorrência nas práticas políticas do brasileiro. Ou seja: mesmo que a história nos tenha apresentado resultados desastrosos de uma política de extrema direita que culminou com uma ditadura de mais de vinte anos, nossa sociedade estava retomando esses ideais de maneira muito intensa, como indicaram as urnas no primeiro turno das eleições. Mais à frente, o emprego da expressão lexical “temporalidade circular” vai explicar esse fenômeno, depois de uma retrospectiva histórica acerca dos acontecimentos sociais no período da ditadura militar brasileira.

A retomada histórica sobre esse período ditatorial apresenta expressões como “pessoas desaparecem”, “dor física da tortura”, “sofrimento pessoal” e “torturada”. O verbo ‘desaparecer’ com o sujeito “pessoas” mostra um dos horrores vividos pela sociedade durante a ditadura e estabelece uma espécie de narrativa na argumentação, ampliada pelo fato de o autor ter vivido esse período ditatorial, o que acaba por trazer um tom mais íntimo ao artigo. Esse tom pode ser confirmado também pelo uso da expressão “sofrimento pessoal”, que funciona como um argumento de autoridade, tendo em vista que o autor viveu esse sofrimento. O substantivo “tortura”, retomado em substituição lexical pelo adjetivo “torturada”, também estabelece um sentido de dor, de horror para esse período da nossa história.

A caracterização de nossa ditatura militar reforça, no artigo, a opinião do autor, contrária à eleição do candidato da extrema direita. Já com o foco no presente, no segundo turno das eleições, opõem-se o “eterno retorno do mesmo” ao “progresso rumo à liberdade”, a primeira expressão relacionada ao candidato do PSL e a segunda, ao candidato do PT. Refletindo sobre o favoritismo da direita, o professor Flávio Brayner lamenta que o brasileiro esteja fazendo opção pelo retorno de tudo de antidemocrático que já se observou no país.

Em seguida, o artigo de Brayner faz referências indiretas ao candidato do PSL, a partir das expressões lexicais “autoridade” e “vontade do príncipe”, que evocam uma caracterização desse candidato como alguém autoritário, egoísta e esnobe, que pretende impor suas vontades individuais acima de interesses coletivos. O texto segue explicando que essa não é a fórmula para o

desenvolvimento social e econômico do país, que não são pretensos heróis que vão solucionar os problemas do Brasil.

A essa avaliação crítica sobre o candidato da extrema direita, segue uma descrição da nação brasileira e seu perfil político observado no decurso da história. Por meio de expressões referenciais nominais, que passam a funcionar como pares de antônimos no artigo, pondera-se que o brasileiro sempre esteve em permanente conflito: “escravistas” contra “abolicionistas”, “republicanos” contra “monarquistas”, “oligarquias agrárias” contra “industrialistas”, “entreguistas” contra “nacionalistas”, “separatistas” contra “centralistas”, “ricos” contra “pobres”, “brancos” contra “negros” e “nordestinos” contra “sulistas”. A contraposição desses grupos sociais marca a tensão recorrente em nossa história, mas também eixa evidente outro aspecto: que todo o jogo político do país foi baseado no conflito entre as elites, tendo em vista que a maioria desses perfis levantados pelo autor faz referência a setores de uma elite social e econômica.

Finalizando o texto, o autor continua com o tom estabelecido desde seu começo, o de desesperança em relação ao futuro do país e ao resultado das eleições. Indiretamente, o item lexical “cansaço”, presente no título do texto e retomado logo na primeira linha pelo adjetivo “cansados”, é reiterado, dessa vez pela expressão “decidiu deixar de ser orgulhosa”. Tal expressão faz referência à atitude da filha do articulista de pedir a nacionalidade em outro país, tendo em vista que os então prováveis resultados das eleições apontavam para um Brasil desmoronado por uma gestão incompetente. A expressão verbal “deixar de ser” manifesta uma ideia de processo em relação ao sentimento da filha, o que, combinado ao verbo “decidiu”, mostra que ela relutou em desistir de seu país, mas percebeu que a situação chegou a um ponto insustentável. É essa uma estratégia argumentativa utilizada pelo autor para mostrar seu nível de desesperança para com o país, caso o que se anunciava nas pesquisas se concretizasse nas urnas.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em AO-JC-01

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Pró-Haddad	Relacionadas a Haddad	progresso	
	Relacionadas a Bolsonaro	tortura	substituição lexical
		retrocesso	
		autoridade	

Fonte: o Autor (2020)

O destaque para essa síntese está na associação da candidatura da direita aos ideais de tortura, retrocesso e autoridade, contrários ao progresso, ideal próprio da esquerda.

No último artigo da amostra, AO-JC-02, o foco da discussão se volta para o processo eleitoral, defendendo a lisura das urnas eletrônicas. A partir de relatos pessoais e de uma retrospectiva histórica, o autor, juiz de direito aposentado, que trabalhou durante anos nas eleições com o voto de papel, comprova que o atual processo eleitoral brasileiro é extremamente seguro, servindo de modelo para diversos países. Embora não haja nenhuma menção explícita de apoio à candidatura da esquerda, percebemos tal apoio de maneira implícita, tendo em vista que o texto é contrário a um discurso muito recorrente entre os eleitores do PSL durante as eleições: a contestação dos resultados das urnas. O próprio candidato da direita já havia, em seus discursos, defendido a volta da votação em papel, contestando a lisura do processo eletrônico. Em todo o texto, vemos rebatidas diversas ideias contrárias à segurança das eleições.

Essas observações podem ser confirmadas a seguir, na reprodução do artigo de Adeildo Nunes:

TEXTO AO-JC-02

Título: **Urnas invioláveis**

Autoria: Adeildo Nunes
(Juiz de Direito Aposentado)
Data de publicação: 18/10/2018
Ordem do dia: primeiro artigo publicado

Fui juiz eleitoral durante longos anos, com atuação em vários municípios do Estado de Pernambuco. Presidi eleições proporcionais e majoritárias a nível municipal, estadual e federal. Sou de uma época em que o voto era exercido através de cédulas previamente confeccionadas, e a apuração dos votos era realizada por pessoas do povo, comumente recrutadas de acordo com a relevância da sua função pública ou da iniciativa privada.

Para o recrutamento, naquela época, exigia-se do recrutado a comprovação da sua aptidão, retidão e do seu senso de responsabilidade. Presentes esses requisitos, os mesários e escrutinadores eram designados. Como se nota, nessa época a Justiça Eleitoral era inteiramente dependente da participação da sociedade. Além do juiz eleitoral e dos poucos servidores do cartório eleitoral, a Justiça Eleitoral valia-se da participação do corpo social. Só assim era possível cumprir a função constitucional de proporcionar o exercício do voto popular e a apuração dos votos dentro do espírito da legalidade. Porém, considerando o manuseio do voto, em conjunto com a fragilidade humana e a sua apuração manual, os resultados do pleito quase sempre eram contestados pelos que não conseguiam se eleger e pelos seus adeptos.

Foi a partir de 1996 que o exercício do voto e a sua apuração eletrônica passaram a fazer parte do dia a dia do processo eleitoral do País, quando houve a abolição do manuseio humano durante a votação e a apuração dos votos, que por sinal se perpetuava durante vários dias e incontáveis noites. Desde então o sistema eletrônico de votação e de apuração de votos no Brasil vem sendo cada vez mais aperfeiçoado, tonando-se uma referência internacional, atraindo o interesse de diversas nações. Hoje, mais de 30 países adotam o modelo brasileiro, a exemplo da Suíça, Canadá, México, Peru e Japão, numa comprovação de que somos uma referência mundial em matéria de sistema eletrônico de votação.

Durante as nossas eleições, por isso, é comum a presença de organismos internacionais e de representantes de diversos países do mundo, que aqui chegam para se assegurar da licitude e da eficiência do sistema brasileiro. Imaginar que o nosso sistema de votação e de apuração da vontade popular pode comprometer o sigilo, a exatidão do processo eleitoral ou a sua congruência com o resultado das

urnas, é desconhecer a sua magnitude e a assertiva de que 'só se elege quem tem votos'.

A parte inicial do texto tece um retrospecto histórico sobre o modelo antigo de eleição no Brasil, com o formato de votação no papel. Os dois substantivos que mais evidenciam essa retomada histórica são “cédulas” e “escrutinadores”. A cédula era uma espécie de formulário em papel no qual os eleitores preenchiam as informações dos candidatos que estavam escolhendo. Esse sentido do termo ‘cédula’ não é mais usual hoje em dia, sendo mais comum seu emprego para designar dinheiro físico. Também em desuso está a palavra ‘escrutinador’, que designava as pessoas que contavam os votos e faziam conferência dessa contagem. Pelo menos no contexto atual de eleições, essa palavra não é mais tão frequente quanto antes. Também se referem ao modelo antigo de votação itens lexicais como o substantivo “manuseio” e o adjetivo “manual”, que remetem à contagem dos votos, feita manualmente. Outros itens lexicais utilizados nessa retrospectiva também têm ligação com o atual modelo de eleições, como “apuração” e “resultados”, que servem, entre outras funcionalidades, para facilitar a compreensão do leitor mais jovem, que provavelmente não teve contato com o modelo antigo.

Feita essa retomada histórica, o texto explica a existência de pessoas que contestam os resultados das urnas, como se percebe no trecho “contestados pelos que não conseguiam se eleger”. Essa atitude era muito recorrente no modelo antigo de apuração, e tem voltado a acontecer nos resultados das últimas eleições, demonstrando atraso (ou má-fé) daqueles que ainda contestam as urnas. Nesse ponto, conseguimos estabelecer uma crítica implícita ao presidenciável do PSL, que, por várias vezes e abertamente, questionou a confiabilidade do processo eleitoral no Brasil.

Finalizando o artigo, o autor reforça a segurança da urna eletrônica, acrescentando informações de que nosso sistema eleitoral é um modelo internacionalmente respeitado e seguido. O emprego do substantivo “magnitude” para fazer referência às eleições brasileiras reforça essa grandiosidade de nosso pleito, servindo para que o leitor perceba que aqueles que discordam disso estão absolutamente enganados. Também não se identificou, nesse texto, a adesão mais explícita a uma das candidaturas do pleito.

De modo geral, os artigos de opinião analisados em nossa amostra apontam para um apoio à candidatura de Fernando Haddad, mesmo que muitas vezes esses apoios sejam feitos sem mesmo haver menção ao nome desse candidato ou de seu partido. A abordagem de temas mais voltados à democracia ou mesmo dos problemas da candidatura da direita mostra esse apoio nos textos, o que é colocado mais ainda em evidência quando analisamos as escolhas lexicais dos articulistas. Até mesmo nos textos em que o foco foi a discussão sobre o processo eleitoral de modo geral, a alusão a elementos ligados à democracia pôde colocar o texto mais próximo do apoio à candidatura da esquerda.

5.3 Descrição dos dados: funcionamento textual dos itens lexicais nos editoriais

Nesta subseção, descreveremos os itens lexicais que servem à construção textual da argumentatividade, observando, sempre que pertinente, as relações de textualidade estabelecidas no domínio jornalístico, agora no gênero editorial. Voltados ao entendimento da coerência e da coesão, podemos compreender como o léxico constrói essa rede textual indicando pistas da orientação argumentativa para a compreensão das ideias do texto.

No editorial ED-DP-01, descreve-se o cenário de violência e instabilidade que marcou o processo eleitoral de 2018, discorrendo sobre alguns casos de embates entre eleitores dos lados opostos da política. Apresentam-se problemas de convivência entre oponentes, mostrando como isso repercutiu socialmente. A seguir, reproduzimos o editorial para uma melhor compreensão de como os itens lexicais indicaram essas problemáticas político-sociais:

TEXTO ED-DP-01

Título: **Um basta ao discurso do ódio**

Data de publicação: 15/10/2018

Atrese dias do segundo turno das eleições presidenciais, o Brasil assiste, atônito, ao aumento da violência política, fruto da intolerância que só faz recrudescer. A radicalização entre direita e esquerda incentivou o discurso do ódio, do qual ninguém escapa, mas as principais vítimas são as minorias, sobretudo gays,

lésbicas e travestis, que passaram a ser vítimas constantes de hostilidade e perseguições.

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que, desde o último domingo, quando as urnas decidiram por levar Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) para a etapa final da disputa pelo Palácio do Planalto, 2,7 milhões de mensagens contendo ameaças e xingamentos circularam apenas por uma rede social. Em todo o primeiro turno, foram registradas 1,1 milhão de mensagens com conteúdos semelhantes.

O discurso do ódio se tornou tão presente, que a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu nota ressaltando “profunda preocupação” com atos de violência contra grupos LGBTs, mulheres, afrodescendentes e pessoas com posição políticas divergentes. No entender da ONU, esses ataques devem ser investigados rapidamente, de forma eficaz e imparcial, com punição exemplar para os culpados. Se o país não combater esses crimes, a violência tende a explodir.

Também a Procuradoria-Geral da República se manifestou. Por meio de uma instrução, orientou os procuradores regionais das 27 unidades da Federação a combateram situações de ódio e violência que se espalham pelo país devido à polarização entre Bolsonaro e Haddad. A instrução veio depois do assassinato, a facadas, do mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos. Ele foi morto dentro de um bar ao se envolver em uma discussão na qual defendia o candidato petista. O autor das facadas tinha chegado ao local gritando o nome do presidenciável do PSL.

É inacreditável que uma democracia consolidada, como a brasileira, que já passou por vários testes, esteja enfrentando atos que devem ser repudiados com toda a veemência. Neste país, todas as pessoas, independentemente de cor, sexo ou ideologia, têm o direito de se manifestarem livremente. Não podem ser perseguidas, atacadas, mortas. Os tempos das trevas, da censura, da ditadura, ficaram para trás. Portanto, todos merecem respeito.

> Felizmente, depois de um período de omissão, Haddad e Bolsonaro passaram a pregar a paz e o respeito às opiniões divergentes. Mas ainda estão tímidos nos discursos e nas ações. Se não combaterem os crimes de ódio com a força que o momento exige, darão respaldo para aqueles que se sentem no direito de fazerem prevalecer seus pontos de vistas. O país precisa retomar a tranquilidade. O processo eleitoral é fundamental para que possam definir o futuro de queremos. Não pode ser motivo para que o contraditório, que tão bem faz ao debate, seja anulado. Vamos dar um basta à violência. Respeito é bom e todo mundo gosta.

Nesse texto, vários são os itens lexicais que fazem referência ao clima que se instalou no país durante as eleições. O posicionamento dos brasileiros diante das diferenças políticas pode ser resumido pelo emprego dos substantivos “radicalização” e “polarização”, que especificam essa postura separatista e violenta identificada das relações entre eleitores de diferentes visões políticas. Os adjetivos “inacreditável” e “atônito” expressam a avaliação feita pelo autor a respeito dessa situação. Vários outros itens lexicais também mostram uma avaliação do autor a respeito de fatos ocorridos no período das eleições. O verbo “explodir”, os substantivos “ódio” e “violência” (que aparecem com frequência no texto por repetição lexical) e outros substantivos como “intolerância”, “hostilidade”, “perseguições”, “ameaças” e “xingamentos” passam a constituir o campo semântico das eleições no Brasil.

Ao especificar que esses ataques são mais frequentes no desrespeito às minorias, o texto dá indícios de críticas à candidatura de Bolsonaro, conhecido pelo discurso de ataque a todas as minorias do país. A repetição lexical dos substantivos “ódio” e “violência”, além de “assassinato”, todos em referência às agressões contra negros, índios, gays, mulheres, entre outros grupos minoritários, apresenta relações com as atitudes desse candidato.

Outro aspecto que pode ter relações com críticas ao candidato da extrema direita é a retomada histórica que é feita para lembrar que o país já havia passado por outros problemas semelhantes a esse. Utilizando-se dos substantivos “trevas”, “censura” e “ditadura”, o editorial traz referências diretas ao período da ditadura militar no Brasil, elemento histórico recorrentemente associado ao candidato do PSL. No texto, esses elementos são evocados como argumentos históricos para provar

que os resultados de um clima de hostilidade no país já foram desastrosos anteriormente, e isso não poderia se repetir agora.

Finalizando o texto, o editorial indica que a postura mais adequada para os candidatos é serem contrários às manifestações que pregam a intolerância e a violência. Isso é expresso no verbo “combaterem”, empregado justamente para indicar que essa é a única solução possível para pacificar o país, independentemente de qual fosse o resultado do pleito.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em ED-DP-01

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Sobre as eleições	Relacionadas a Haddad		
	Relacionadas a Bolsonaro	ódio	repetição lexical
		violência	repetição lexical
		trevas	associação semântica
		censura	
		ditadura	

Fonte: o Autor (2020)

Embora tratasse das eleições, o editorial revelou uma ideia em relação à candidatura da direita que se mostra contrária à sua vitória no pleito. Reiteradamente, aparecem no texto, referindo a direita, os substantivos “ódio” e “violência”, em repetição lexical. Além disso, associam-se semanticamente os substantivos “trevas”, “censura” e “ditadura” para caracterizar o governo da extrema direita.

O segundo editorial da amostra, ED-DP-02, discute a configuração da propaganda eleitoral, que continua com as mesmas características das propagandas de antigamente, fantasiando uma vida sem complicações para o brasileiro, diferentemente da realidade que conhecemos. Traça-se um paralelo entre essa realidade e a fantasia exposta nos guias eleitorais e questiona-se como o candidato que será eleito vai resolver muitos dos problemas que existem de verdade. Reproduzimos o texto a seguir:

TEXTO ED-DP-02

Título: **Olhar para o mundo real**

Data de publicação: 16/10/2018

Acompanhar a propaganda eleitoral ensina lições ao brasileiro atento. Ele pode fazer comparações entre o mundo real e o mundo apresentado pelos candidatos que disputam assento no Palácio do Planalto. O cidadão vive no chão da fábrica: acorda cedo para pegar o ônibus que o levará ao trabalho, entrega o filho à escola na expectativa de que aprenda a lição, recorre ao hospital para tratar enfermidades urgentes, sai de casa na torcida para não ser surpreendido por assalto ou bala perdida no caminho, conta os dias para que o mês não seja maior que o salário.

Os postulantes, de olho no poder, se apresentam à moda antiga. Transformados em super-homens, acima da Constituição, das leis e dos poderes constituídos, conjugam o verbo prometer. Emprego, renda, segurança, educação, saúde, lazer estarão ao alcance de todos — tudo num toque de mágica como se os governantes, em 500 anos de história, tivessem feito a opção deliberada por investir em atraso, pobreza e subdesenvolvimento.

Um olhar crítico voltado para a realidade que espera o eleito — seja de que partido for — mostra cenário dramático. Nele, sobressai o problema dos recursos. A dívida pública abocanha nada menos que 80% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora não sejam assertivos sobre a Previdência, os dois finalistas têm de admitir que aposentadorias e pensões são os vilões do deficit primário (excetuados os juros). O que farão? Que planos executarão? Abrir o jogo pode roubar votos. Mas permite decisão consciente do eleitor.

Outros desafios porão em xeque a capacidade de articulação do novo mandatário. Com um Congresso fragmentado e o orçamento no vermelho, ele terá de negociar com o parlamento a regulamentação da Lei Kandir. O prazo se esgota em 31 de dezembro de 2018. Aprovado o projeto, os cofres da União sofrerão pesada pancada: de R$ 3,8 bilhões anuais passarão a desembolsar R$ 39 bilhões.

Também em 31 de dezembro termina o prazo do subsídio de R$ 9,5 bilhões ao diesel, negociado durante a greve dos caminhoneiros. Será renovado? Caso positivo, agrava-se o risco fiscal. Não só. Outras espadas de Dâmocles ameaçam o novo ocupante do Planalto. Administrá-las por certo custarão capital político. Há que arcar com lucros e perdas. Respostas técnicas, sem apelos a populismos e soluções milagreiras, sinalizarão o rumo que o país tomará.

A 12 dias do segundo turno, passou da hora de os candidatos apresentarem propostas claras. A varrição promovida pelas urnas nos até hoje donos do poder demonstraram que o Brasil real está atento. Recusa a velha fórmula de esbanjar sorrisos, carregar criancinhas no colo, apresentar soluções simplistas, prometer serviços públicos que rivalizam com Suécia, Dinamarca e Noruega. Impõe-se olhar para a nação que convive com desemprego recorde, com educação defasada, com saúde enferma, com insegurança que mata. Quais os projetos para mudar esse cenário? Com a palavra, Bolsonaro e Haddad.

Esse editorial apresenta um ponto de vista a respeito do processo eleitoral. A primeira parte é toda voltada para comparar a realidade do país com a fantasia apresentada pelas propagandas eleitorais. Contrapondo os adjetivos “real” e “apresentado”, modificadores do substantivo “mundo”, o editorialista traça um paralelo entre essas duas visões de mundo.

Com relação ao “mundo real”, representado inicialmente no substantivo “realidade”, para justificar que esse é o cenário que realmente acontece no país, encontramos o uso do adjetivo “dramático”. Essa caracterização aponta para os diversos problemas por que passa o país, sobretudo na esfera econômica, questões graves que podem comprometer bastante a situação dos governantes. Também há duas expressões lexicais empregadas para fazer referência a esse mundo real: o hiperônimo “problema” e seu hipônimo “dívida”, que especifica um dos problemas econômicos que comprometem a real situação do país.

Na caracterização do “mundo apresentado” nas campanhas eleitorais, podemos destacar o emprego de três itens lexicais mais expressivos. O substantivo “super-homens” é utilizado para fazer referência à imagem que os políticos querem passar nos horários eleitorais, como se eles fossem os grandes salvadores do país e tivessem condições de resolver todos os entraves que possam surgir nesse mundo

construído por eles nas propagandas políticas. Isso é reforçado pelo uso do verbo “prometer”, relacionado às propostas de seus programas de governo. A semântica desse verbo é muito mais próxima de ações hipotéticas, que dificilmente serão solucionadas, e aponta bem menos para ações mais concretas. Também o emprego do substantivo “mágica” colabora para que o leitor perceba que todas essas promessas não passam de soluções fantasiosas que dificilmente serão realizadas.

Na segunda parte do editorial, depois de caracterizados esses dois mundos distintos, o da fantasia e o da realidade, o texto começa a detalhar as ações que necessariamente precisam ser realizadas pelo governante eleito para resolver os problemas do país. A partir do uso do substantivo “capacidade”, questiona-se se realmente o presidente eleito (seja ele qual for) conseguirá resolver todos os problemas financeiros do país. Ao final do texto, com o uso do substantivo “projetos”, deixa-se uma pergunta sobre o que pode solucionar esses problemas, mostrando que ainda não há uma fórmula exata para isso.

No editorial ED-FP-01, que, diferentemente do que acontece nos outros jornais, é assinado pela editora-chefe da redação do jornal, Patrícia de Raposo, há uma discussão sobre a situação política do país e o clima de violência que toma conta sobretudo das redes sociais. Há menção a vários elementos históricos e a alguns problemas mais recentes para convencer o leitor de que algo precisa mudar. Reproduzimos, a seguir, o texto:

TEXTO ED-FP-01

Título: **O que eu tenho a ver com isso?**

Data de publicação: 13/10/2018
Autoria: Patrícia de Raposo (Editora-chefe)

Vivemos tempos difíceis, tempos violentos e impacientes. Se a democracia pressupõe o poder exercido pelo povo, a intolerância cai como uma pedra sobre ela. Ausência total de disposição para aceitar pessoas com pontos de vista diferentes, ela se contrapõe à sua oponente, a tolerância, que, por contraste, é o “discordar pacificamente”. É o “aceitar”.

O limite entre uma e outra é a emoção. E quando a emoção descontrolada impera, acontece o que temos visto nos últimos dias: o regresso da violência política, essa tão desprezível brutalidade que calou tanta gente nos tempos de chumbo.

A intimidação que a violência política impõe é uma terrível ameaça não só à liberdade de imprensa, que é o direito de comunicar, mas sobretudo à liberdade de expressão, o direito de ser. E só mesmo regimes totalitários tentam reprimi-la, impedido que alguém possa manifestar livremente suas crenças, opiniões e posições.

Nos últimos dias temos visto muito desrespeito à liberdade de expressão. Pessoas estão sendo agredidas porque têm posicionamento político diferente, porque se manifestam politicamente usando um boné, uma camisa, um broche.

Em alguns casos, as vítimas eram homossexuais assumidos, o que amplia o leque da motivação para transgredir a lei e a ordem, coisa que não se via há muito tempo tão abertamente no Brasil, afinal, conquistamos a duras penas o direito à diversidade e à cidadania.

Há um sentimento de ódio espalhado nas redes socais, destruindo amizades, azedando as relações de família. Um rancor que parece ser acalentado por atores políticos, como a estimular o silêncio através do medo e, desta forma, inibir manifestações divergentes.

Numa sociedade na qual a educação é relegada a segundo, terceiro, último plano, e a capacidade de discernimento – que sabemos, só evolui com leitura – é ausente em grande parte da população, só poderíamos chegar a este lamentável momento, no qual resta pouca possibilidade de reflexão entre a população.

Para discernir é preciso analisar e confrontar. Sem cultura histórica, sem conhecimento, é impossível. Com o crescimento das redes sociais a situação se agrava, porque a massa acredita que o WhatsApp é fonte de informação crível e não consegue perceber uma fake news quando a recebe. No Brasil, 70% das pessoas

são incapazes de detectar uma notícia falsa, como mostrou recente pesquisa do Instituto Ipsos, divulgada dia 2 de outubro passado.

Por outro lado, não temos visto as autoridades se colocarem firmemente contra os abusos violentos. Nem dirigentes partidários. Já houve uma morte e diversos ataques brutais a várias pessoas, sem falar nas intimidações, que nem chegam a ser registradas.

Finalizo com a frase dos escritores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt: “O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia - gradual, sutil e mesmo legalmente - para matá-la”.

O texto inicia com uma caracterização do cenário político atual no país, marcado por intensos conflitos ideológicos, sobretudo nas redes sociais. As expressões lexicais “tempos difíceis” e “tempos violentos e impacientes” marcam esse panorama político. Os adjetivos “difíceis”, “violentos” e “impacientes” dão a dimensão de como os cidadãos brasileiros encararam as divergências de opinião durante o pleito eleitoral de 2018, o que será retomado em todo o texto. Mais adiante, depois da metade do texto, todos os elementos que marcaram a postura intolerante das pessoas são resumidos pela introdução da expressão “lamentável momento”, na qual o emprego do adjetivo “lamentável” indica a avaliação da editorialista a respeito das eleições. Também no início do texto, vemos o par de expressões “intolerância” e “democracia”, que funcionam, aqui, como antônimas, uma vez que o texto mostra que, com todo esse clima de guerra pelo qual passamos nas eleições, não temos como construir uma democracia consolidada.

Durante todo o editorial, o tema das eleições é mantido, como indicam vários dos elementos lexicais que compõem o texto. A expressão lexical “violência política”, por exemplo, é frequentemente retomada por substituição lexical, do começo ao fim do texto, para manter a ideia de que tivemos uma eleição altamente violenta. No campo das atitudes tomadas pelos eleitores, destaca-se o emprego do substantivo “intimidação”, que aparece várias vezes em repetição lexical, recurso que marca com mais intensidade a recorrência de atitudes de ameaça por parte dos eleitores. Há também o uso do verbo “inibir” para indicar algumas das ações desse eleitorado.

Outros itens lexicais também expressam essas atitudes, como “ameaça”, “desrespeito” e “autoritarismo”.

No campo das emoções dos eleitores, o texto apresenta adjetivos indicadores de propriedades que ressaltam o aspecto crítico do clima no país. O substantivo “emoção” é modificado pelo adjetivo “descontrolada”, enquanto o substantivo “brutalidade” é modificado pelo adjetivo “desprezível”, ambos ressaltando graves características negativas a respeito das atitudes dos eleitores. Também a expressão lexical “sentimento de ódio” está presente nesse texto, como em diversos outros da amostra, o que indica algo recorrente nas eleições.

Um aspecto que também vale destacar nesse editorial é a retomada histórica que é feita para mostrar ao leitor que esse clima violento já ocorreu em outros momentos na história do país. Os itens lexicais que marcam essa retrospectiva são “tempos de chumbo” e “regimes totalitários”, que conectam diretamente o clima belicoso das eleições de 2018 com o que antecedeu ao Golpe Militar de 1964.

Há, ainda, outro destaque que se pode fazer sobre a primeira parte do texto, que diz respeito às consequências de tanta intolerância. Itens lexicais como “vítimas”, “rancor”, “silêncio”, “medo”’, “morte” e “ataques” fazem com que o leitor perceba os problemas que surgem quando não há espaço para o diálogo, o debate saudável na sociedade de uma maneira geral, sobretudo em questões políticas. A escolha desses itens é feita com a intenção de mostrar como podem ser graves as consequências das brigas com motivações políticas.

Na segunda parte do editorial, passa-se a lembrar as causas de tanta violência e os cenários em que normalmente ela ocorre. A expressão hiperonímica “redes sociais” indica o cenário em que os violentos embates normalmente acontecem, para mostrar que, na segunda década do século XXI, a *internet* ganha protagonismo na disputa política. Há retomada desse hiperônimo pela expressão lexical hiponímica “WhatsApp”, para explicar que, hoje, é esse o principal meio utilizado pelos brasileiros para se informar. Esse item lexical é novamente retomado por substituição lexical pela expressão “fonte de informação”, que acaba por também estabelecer uma relação de associação lexical, no contexto das eleições. Ainda aparece o item lexical “fake news”, também como associação lexical de “WhatsApp”, no contexto do pleito eleitoral de 2018, para mostrar que a maior parte dos eleitores se informa pelas redes sociais com base em notícias falsas.

Para discutir que medidas podem ser tomadas para apaziguar a situação política que a sociedade está vivendo, o editorial também levanta algumas informações marcadas pelos itens lexicais. Com o emprego do verbo “conquistamos”, o texto faz a ligação, mais uma vez, com o passado violento pelo qual o país passou nos anos da ditadura, sobretudo com desrespeito às minorias, que já haviam conquistado mais direitos, se comparado ao tempos anteriores, e agora se viam novamente atacadas no campo político. Mais três verbos são utilizados com o intuito de marcar soluções para esses problemas: “discernir”, “analisar” e “confrontar”. Tais itens verbais dão a ideia de que o cidadão precisa posicionar-se contrariamente a esse clima de intolerância para solucionar esse problema. Assim, também é confirmada a orientação argumentativa do editorial como crítico do modo com que se estabeleceu o pleito eleitoral em 2018.

No editorial seguinte, também assinado pela editora-chefe Patrícia de Raposo, a argumentação é construída para mostrar a influência do aplicativo de conversas *WhatsApp* nos resultados das eleições. O texto apresenta fatos e explicações que mostram porque a falta de informação do brasileiro, atualmente, tem relações diretas com os serviços de *internet* no país. Percebemos, aí, um diálogo com o editorial anterior, publicado pelo mesmo veículo, o que indica uma preocupação especial desse jornal com as fontes de informação pouco confiáveis que são mais frequentes no cotidiano do brasileiro. Reproduzimos o texto a seguir:

TEXTO ED-FP-02

Título: **Movidos pelo WhatsApp**

Data de publicação: 20/10/2018
Autoria: Patrícia de Raposo (Editora-chefe)

O WhatsApp foi criado como um serviço de mensagens, mas hoje é uma das redes sociais mais usadas no Brasil, com 120 milhões de adeptos. Nestas eleições, ganhou um poder de influência avassalador e está sendo capaz de definir o rumo que o pleito irá tomar.

Na última quinta-feira (18), o serviço esteve no centro de uma denúncia envolvendo suposto esquema de doação eleitoral para Bolsonaro por empresas privadas, o que por lei é proibido. O fato, que precisa ser comprovado, se soma aos embates

travados entre os eleitores adversários e reforça o papel de protagonista do WhatsApp nesta campanha, tornando-o o principal canal para veiculação de notícias, grande parte de caráter duvidoso.

Para entender este fenômeno, temos que considerar que as dificuldades econômicas num País com mais de 12 milhões de desempregados impõem limitações sobre o consumo de informação produzida por veículos tradicionais, como jornais, revistas, canais noticiosos fechados, entre outros. Esse conteúdo é essencial para a tomada de decisões, mas por aqui é considerado supérfluo por grande parte da população. Também precisamos ter em mente que o celular passou a ser um produto de primeira necessidade.

Na sua condição de primazia, o telefone móvel mudou hábitos. Para começar, tornou-se o principal mecanismo de acesso à web. Além disso, fez com que muitos telespectadores deixassem de se sentar à frente da TV, seja para assistir ao tradicional "jornal das 8h" da noite, seja para ver filmes. Agor, eles podem ir na internet escolher o que querem ver, na hora que bem entenderem. Esse seria o modelo atual e ideal. Mas não é bem assim.

Os pacotes de dados vendidos pelas operadoras, principalmente às classes C, D E, as que mais sofrem com o desemprego, têm restrições para navegar na web. No entanto são liberados para uso do WhatsApp graças a um acordo com as operadoras. Isso limita essas classes sociais a irem a sites informativos confiáveis. E, ainda que cheguem lá, há outra barreira: a assinatura.

Quer dizer que, mesmo podendo navegar na internet, para ter acesso à notícia, precisam pagar por ela. E, entre pagar pela notícia ou pagar por um filme, muitos ficam com a segunda opção, contentando-se com o “noticiário” que recebem pelo WhatsApp. Se estão lendo verdades ou não, só poderão saber indo às fontes confiáveis de informação. E aí, voltamos ao início do problema, percebem?

Pesquisa do Datafolha divulgada no começo de outubro revelou que, enquanto o Facebook detém 58% dos eleitores, o WhatsApp abraça 68% deste universo. Entre os eleitores de Bolsonaro, 81% usam o WhatsApp, contra 59% dos de Haddad. E

57% dos eleitores do candidato do PSL leem sobre política pelo serviço de mensagem, contra 38% dos eleitores do petista. Isso explica a explosão de fake news.

Os veículos tradicionais, pressionados pela disruptura digital, mudaram o modelo de negócio, fechando seu conteúdo e passando a cobrar por ele. Restringiram, assim, a informação a núcleos privilegiados. A massa tem dificuldade de acesso a notícias verdadeiras. A onda digital atingiu a todos. Mas acertou em cheio a democracia, afastando o povo do acesso livre à informação.

O tema principal desse texto é a rede social *WhatsApp*, motivo pelo qual o item lexical “WhastsApp” já se encontra presente no título do texto e é retomado por repetição lexical em todos os parágrafos, como uma estratégia coesiva de manutenção temática. Por associação lexical, outros itens estarão presentes no decorrer do texto, como “celular”, “redes sociais” (expressão hiperonímica), “web”, “pacote de dados” e “Facebook”. Ao mesmo tempo em que sinalizam o tema do texto, esses itens estabelecem relações com o modo como o cidadão passou a se informar no Brasil atual. Não à toa, o substantivo “acesso” aparece duas vezes no texto, ligado aos substantivos “web” e “notícia”, o que acaba por criar um certo paralelismo entre as expressões “acesso à web” e “acesso à notícia”, formando uma espécie de sinonímia pela relação lexical de combinação. Percebe-se que o universo do texto coloca como se, hoje, o acesso à informação fosse dependente do acesso à *internet*. Mais à frente, já na parte final do texto, resume-se essa questão com a expressão “onda digital”, para mostrar que esse cenário pode constituir algo passageiro, mas que, por enquanto, apresenta grandes proporções para nosso contexto social, humano e político.

Ainda na manutenção temática do texto, outro item lexical faz uma ligação mais direta entre *internet* e as eleições de 2018. A expressão “fake news” ganha uma conotação política, e indica que a limitação do acesso à informação pelo uso da *internet* passa a ocasionar distorções na opinião da população, com resultados problemáticos nas urnas. Posteriormente, essa limitação também é retomada pelo substantivo “problema”, que assume a função de resumir essa questão, reafirmando seu aspecto problemático para nossa sociedade.

Situada a questão da limitação do acesso à *internet* como causa da desinformação, o editorial traz uma ligação explícita entre essa questão e os problemas identificados nas eleições. Por meio da expressão lexical “poder de influência avassalador”, o texto indica, mais uma vez, os problemas que surgem da falta de acesso livre à informação. O uso do adjetivo “avassalador” indica a magnitude desses problemas, que certamente trarão grandes consequências ruins ao país, como indica a orientação argumentativa estabelecida no editorial.

Um último aspecto a se observar nesse texto é que, para fazer a relação do tema (informação pelas redes sociais) com a questão das eleições, logo no começo, é trazida à tona uma caracterização de como elementos políticos têm tido lugar nas redes. Algumas expressões lexicais como “denúncia”, “embates” e “caráter duvidoso” auxiliam a compreensão de que, na *internet*, ocorrem muitos problemas relacionados às divergências políticas, devido tanto a ações mais conscientes, como a denúncia, quanto a problemas na veracidade das informações veiculadas, que muitas vezes têm procedência duvidosa. Mais especificamente para tratar dos fatos políticos dos quais tomamos conhecimentos pela *web*, a expressão lexical “esquema de doação” mostra que, no meio político, há muita ilegalidade nas atitudes tomadas pelos candidatos. O uso do substantivo “esquema” é um indício dessa ilegalidade nas ações dos políticos e de seus apoiadores.

No editorial ED-JC-01, apresenta-se a importância da região Nordeste para o desenvolvimento do país e todos os problemas pelos quais ela passa, nos setores humano, social e econômico. A grande questão levantada pelo editorialista é que os governantes normalmente têm esquecido essa região em seus planos de governo e nas ações efetivas de sua gestão. Isso é colocado como um desafio a ser resolvido pelo presidente que será eleito no segundo turno. Reproduzimos o texto a seguir:

TEXTO ED-JC-01

Título: **Nordeste esquecido**

Data de publicação: 14/10/2018

A importância do Nordeste para o Brasil tem sido destacada na contagem dos votos, nas últimas eleições presidenciais. O peso eleitoral da região, contudo, não é a tradução do valor político, e muito menos, da representatividade econômica, que exibe 14% do PIB nacional, apesar de somar 28% da população brasileira. Com

sérias deficiências em infraestrutura, e contingentes populacionais abaixo da linha da pobreza, além da grande quantidade de pessoas vivendo com baixa renda, o Nordeste ainda carece de investimentos e de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento. Embora haja setores em franco crescimento, como o de energia renovável, e novos polos produtivos, como o automotor em Goiana, os nordestinos ainda esperam a visão integrada e as ações efetivas de um plano consistente para a economia regional.

O desafio é notório ao se examinar a miséria e as dificuldades de geração de emprego em todos os estados. Jair Bolsonaro ou Fernando Haddad, eleito presidente da República no próximo dia 28, precisará voltar os olhos para cá. Como o JC mostrou na edição da ultima quinta, todos os estados nordestinos estão acima da média brasileira em relação à fatia da população em extrema pobreza. Ao se deparar com a legião de pobres, de um lado, e as restrições orçamentárias advindas de uma dívida pública estratosférica, acumulada pelos antecessores do próximo ocupante do Planalto, o futuro governo terá que fazer escolhas. Governar o Brasil a partir de 2019, mais que nunca, será exercer a arte de escolher, equilibrando a saúde fiscal com o angustiante déficit social.

Esse exercício de bom senso passa pelo aproveitamento do potencial do Nordeste. Algo que não foi pensado, ao menos não na dimensão que deveria ter sido, pelos dois finalistas do pleito presidencial. No programa de governo do PT, o termo que designa a região aparece apenas na referência à violência que grassa na região. No do candidato do PSL, há menção a uma nova matriz de energia limpa utilizando a força do vento e da luz solar, e só. É preciso retomar a estratégia regional para o desenvolvimento, através de políticas específicas que minimizem os desequilíbrios regionais. Sem que isso ocorra, a renda per capita média do cidadão nordestino continuará sendo até um terço menor do que em São Paulo, por exemplo. As chamadas redes de proteção social devem seguir a função de amparo temporário, mas sem políticas eficientes de redução estrutural da pobreza, o problema não se resolve.

A diminuição da pobreza no Nordeste e a ampliação das oportunidades de trabalho e negócios na região, significam um salto qualitativo para a economia brasileira.

> Neste aspecto, a abordagem regional é imprescindível para tirar o País da crise, e ao mesmo tempo, levar a condições de crescimento econômico sustentável com benefícios compartilhados por todos os brasileiros. Os primeiros esboços de planejamento do presidente a ser eleito não devem esquecer o Nordeste, nem os nordestinos.

Já no título, o tema do texto é retratado no emprego do substantivo “Nordeste”, que é retomado posteriormente, em todos os parágrafos do editorial, às vezes mais de duas vezes em cada um desses parágrafos. O principal recurso utilizado para essa retomada é a repetição lexical, o que indica um reforço dessa palavra, para que o leitor esteja sempre ciente do que trata o texto e da importância que se quer indicar para essa região. As retomadas também são feitas por meio de substituição lexical, com o adjetivo “nordestinos”, em “estados nordestinos”, e com o hiperônimo “região”, ambos fazendo referência direta ao nome da região, motivo pelo qual também se reforça o tema do texto e a importância do Nordeste para o Brasil.

No campo político, o editorial também ressalta a importância da região nas eleições, o que fica mais evidente na expressão “peso eleitoral”, que faz referência à tradicional influência do Nordeste nos números de votos das eleições nacionais. O emprego do substantivo “peso” intensifica mais ainda a relevância eleitoral da região. Também por isso, emprega-se o substantivo “desafio” para mostrar que não será fácil para o novo governante relacionar-se com os problemas do Nordeste, já que, em seus próprios planos de governo, essa região vem esquecida, segundo o editorial.

A maior parte do editorial trata sobre os problemas enfrentados pela região Nordeste, sendo o principal deles a “pobreza”, substantivo que é retomado várias vezes por repetição lexical em todos os parágrafos, o que imprime uma ideia de frequência e intensidade a essa questão. Vários outros substantivos também são empregados para indicar as problemáticas da região, como “deficiências”, “miséria”, “dificuldades” e “violência”, que, além de assegurarem a manutenção temática, ampliam para o leitor o conhecimento da situação do nordestino. Com a expressão lexical “desequilíbrios regionais”, o editorial mostra uma diferenciação entre essa região e as demais, o que se apresenta como outro problema a ser resolvido pelo futuro governante. Com o verbo “esperam”, indica-se que o povo do Nordeste tem

consciência dessa situação e vê nas urnas uma possibilidade de mudança mais efetiva.

Esse editorial, então, não assume uma orientação argumentativa voltada para defesa da candidatura de nenhum dos dois presidenciáveis. Seu ponto de vista é construído na necessidade de se resolverem as demandas do Nordeste a partir dos resultados das eleições, sejam eles quais forem.

No último editorial da amostra, encontramos o único texto selecionado no *corpus* que estabelece críticas diretas ao PT e indica apoio, mesmo que implícito, à candidatura da extrema direita. Vários aspectos problemáticos contra o PT são levantados pelo editorialista, que os caracteriza como desafios a serem vencidos por esse partido. Reproduzimos, a seguir, esse último editorial para a observação de seus itens lexicais.

TEXTO ED-JC-02

Título: **O desafio do PT**

Data de publicação: 18/10/2018

Se tomada por base a premissa democrática do rodízio e da substituição, no poder, dos representantes eleitos pelo povo, a política é o espaço do diálogo, e não, da dispensa de interlocutores. Da ampliação do debate, e não, da redução dogmática. Da construção de consensos, e não, da eliminação da crítica. O que o Partido dos Trabalhadores (PT) colhe nas eleições de 2018, até agora, vem de anos de práticas e discursos contrários à natureza da política. Como o JC abordou em reportagem na edição de ontem, o partido de Fernando Haddad não conseguiu – repita-se, até o momento – reunir em torno de sua candidatura um apoio consistente. Com o distanciamento de Jair Bolsonaro (PSL) na frente das sondagens de opinião para o voto no dia 28, o que se vê é um PT cada vez mais ilhado.

Desde 2002, seja nas campanhas, seja no exercício do poder, o PT assumiu mais posturas excludentes, politicamente, do que no sentido de alargar sua base representativa. Excluindo até parte da população brasileira, ao querer criar reserva de mercado para bandeiras de igualdade, tolerância e justiça social – que são, antes de mais nada, humanistas, não sendo propriedade da esquerda, e muito menos do

PT. Diversas pautas em prol das minorias, por exemplo, possuem o cunho liberal quando levantadas em outros países.

Uma prévia do que o partido enfrenta hoje foi dada nas últimas eleições, em 2016, para a prefeitura de São Paulo. O mesmo Fernando Haddad perdeu a reeleição, em primeiro turno, para João Dória, que tenta este ano ser governador. E a derrota teve um gosto amargo para o PT, que chegou a ser estudado por pesquisadores ligados ao partido, por causa do cansaço detectado na população das periferias da maior cidade do Brasil, em relação ao discurso e às promessas petistas. Há dois anos, a eleição de Dória foi um aviso. Às vésperas do segundo turno entre Haddad e Bolsonaro, o PT parece demonstrar que não compreendeu o recado das urnas paulistanas.

O antipetismo, em boa medida, foi urdido pelos próprios petistas. Uma atrás da outras, portas foram sendo fechadas a potenciais aliados. Como a ex-ministra Marina Silva, bombardeada pela campanha do PT em 2014. Sem a concretização de uma aliança para o segundo turno, a solidão de Haddad se transforma em motivo de desavença. É o que expôs a fala de Cid Gomes, irmão de Ciro Gomes, ao discursar para um grupo de petistas clamando por reconhecimento de erros. O PDT dos irmãos Gomes poderia até conferir apoio de modo efetivo, mas o campo minado pelo PT no primeiro turno dificultou as coisas.

A desqualificação de adversários e ex-aliados é complementada pela desqualificação de cidadãos que não votam no PT. A democracia petista se restringe ao governo de filiados. O fascismo é o outro. A pregação da tolerância logo vira intolerante, se a bandeira não for exclusiva do partido. O ressentimento de parcela da população se junta ao isolamento político num quadro eleitoral que promete deixar muitas lições.

Logo no título do texto, já são apresentados dois substantivos que vão marcar sua construção temática: “desafio” e “PT”. Esses itens lexicais serão retomados por repetição lexical em todo o texto, para enfatizar a opinião de que esse partido enfrenta sérios problemas no cenário político nacional. A orientação argumentativa estabelecida no editorial é contrária à candidatura do Partido dos Trabalhadores nas

eleições de 2018, o que se percebe logo na primeira linha com o emprego dos substantivos “rodízio” e “substituição”, indicando a necessidade de alternância do poder. Essa visão foi bastante reproduzida durante as eleições, quando os opositores de Fernando Haddad queriam fazer acreditar que o PT ainda fosse situação na política nacional, na tentativa de ligar o partido aos problemas relativos do governo Temer. A partir daí, fica evidente que o editorialista vai apresentar variados motivos para não votar em Haddad (e, consequentemente, votar em seu opositor).

Todo o texto, então, passa a caracterizar o Partido dos Trabalhadores e relatar diversos problemas enfrentados por ele. O primeiro adjetivo empregado em referência ao PT é “ilhado”, para mostrar que o partido se encontra isolado dos demais, situação que o próprio texto justifica com o uso da expressão “posturas excludentes”, indicando que foram os próprios petistas os responsáveis por esse isolamento, graças aos embates promovidos contra seus adversários.

A partir daí, várias expressões nominais referenciais são empregadas para mostrar esses problemas do PT, na visão do articulista: a expressão “promessas petistas” é usada para caracterizar o partido como instituição baseada apenas em promessas, que pouco age efetivamente; a expressão “campo minado” pretende indicar que o PT faz política atacando as pessoas; a expressão “democracia petista” quer mostrar que o partido entende o que é democracia de um modo peculiar, apenas observando o que lhe é conveniente; o substantivo “desqualificação” ressalta que os petistas frequentemente desmerecem seu opositores, o que fica ainda mais evidente nos complementos desse substantivo, que explicitam ser essa desqualificação voltada aos adversários e aos que não votem no partido.

Ainda caracterizando o PT, vários itens lexicais destacam a consequências desse pretenso perfil do partido. Verbos como “enfrenta” e “perdeu”, este último retomado em substituição lexical pelo substantivo “derrota”, pretendem indicar que a consequência maior da postura adotada pelo partido foi o fato de ele ter perdido em boa parte das disputas no primeiro turno do pleito de 2018. Isso também é refletido no uso do item “cansaço” para designar o estado de aborrecimento no qual o partido se encontraria. Ainda, duas expressões lexicais concorrem para mostrar as maiores consequências do modo de agir do PT: “antipetismo” e “isolamento político”, que funcionam também como indicadores das causas das referidas derrotas políticas do partido.

A partir dessa caracterização, então, o editorialista dá indícios de sua orientação argumentativa: mostrar os problemas que o próprio Partido dos Trabalhadores criou para si como justificativa para seu fraco desempenho nas urnas. Dessa forma, estabelece-se um caminho argumentativo que foi recorrente no período das eleições no Brasil: desqualificar o PT para justificar o voto no candidato da extrema direita, e não em Fernando Haddad.

Sintetizamos as principais ocorrências da análise desse texto no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Itens lexicais que sustentam a argumentação em ED-JC-02

Posição assumida no texto	Algumas palavras que sustentam a argumentação		Alguns procedimentos e recursos de coesão lexical
Pró-Bolsonaro	Relacionadas a Haddad	desafio	repetição lexical
		PT	repetição lexical
		ilhado	
		petista	repetição lexical/ substituição lexical
		antipetismo	
	Relacionadas a Bolsonaro		

Fonte: o Autor (2020)

Para construir uma argumentação em favor da extrema direita, o texto, como se observa, faz toda uma caracterização do antipetismo, a partir de diversificados itens lexicais em repetição lexical.

De uma maneira geral, os editoriais descritos em nossa amostra realizam sobretudo uma análise do cenário político das eleições de 2018, que são sempre postas como o foco temático dos textos. Podemos perceber, entretanto, que, quando a discussão sobre as eleições está mais voltada para a defesa de uma democracia mais consolidada, os itens lexicais selecionados apontam para um apoio implícito ao candidato Fernando Haddad, como se observou também em alguns artigos de opinião, gênero em que isso aconteceu de maneira menos frequente. Por seu caráter mais institucional, coletivo, os editoriais evitaram o estabelecimento de um posicionamento mais explícito nos textos. Só pudemos perceber a orientação argumentativa de muitos deles pelas ideias que foram levantadas e pela descrição

de alguns de seus itens lexicais na relação com o contexto político do qual os textos emergiram.

5.4 Discussão dos resultados

Nesta subseção, vamos discutir os resultados da pesquisa a partir da descrição de dados fornecida nas subseções anteriores. De modo geral, percebemos que, no universo de nossa pesquisa, a organização do conteúdo dos textos tem no léxico um sistema essencial. Em outras palavras, os itens lexicais contribuem para a inclusão do texto dentro de seu tema e para a manutenção desse tema, organizando-se os blocos de informação desse texto a partir de tais itens. A compreensão do texto também é direcionada pela seleção lexical, uma vez que os leitores já trazem, em seus sistemas de conhecimento ativados no momento da leitura, os significados das palavras associados a determinados usos, ou mesmo a posicionamentos ideológicos, o que se constitui como um dos fatores que colaboram para produção de sentidos.

Por isso, os elementos da interação verbal são essenciais para que o leitor faça associações entre o uso das palavras e outras dimensões do texto, como a suposta intencionalidade que ele percebe do autor do texto, a inclusão desse texto em um contexto mais amplo, a época em que o texto foi produzido, etc. Como essa leitura depende de múltiplos fatores, como o conhecimento que esse leitor tem do perfil do autor (no caso dos artigos de opinião) ou do jornal (no caso dos editoriais), é múltipla, também, a possibilidade de interpretações que podem ser dadas aos sentidos das palavras. Na descrição de nossos dados, nosso foco se voltou para entender como, nesse processo de leitura, a seleção lexical auxilia na elaboração das inferências permitidas pelo texto. Ressaltamos que entendemos os itens lexicais no seu papel de pistas de contextualização (GUMPERZ, 2013), uma vez que defendemos a ideia de que um leitor não interpreta exatamente os sentidos das palavras, mas as intenções por trás de seu emprego, e também as não intenções, tendo em vista que a compreensão é orientada não só pelo viés do autor de um texto, mas, sim, por fatores outros da interação verbal, como o tema, a orientação argumentativa e o contexto, elementos de destaque em nossa análise.

Centrando-se a atenção no aspecto da argumentatividade, os itens lexicais assumem papel de bastante relevância na interpretação do ponto de vista revelado

no texto. A seleção vocabular é um dos elementos do texto que direciona seu conteúdo para a orientação argumentativa instaurada, e os aspectos ideológicos carregados junto com as palavras são fundamentais para a adesão (ou não) do leitor ao que ele encontra no texto.

No campo da textualidade, o que nos chamou a atenção foi a predominância do recurso coesivo da repetição lexical em palavras mais ligadas ao tema central dos textos: as eleições. Sobretudo no emprego de substantivos, repetiram-se com frequência, na maioria dos textos, palavras como “antipetismo”, “corrupção”, “ditadura”, “intolerância” e “democracia”. O uso reiterado das mesmas palavras do começo ao fim do texto coloca em maior evidência o contexto das Eleições Presidenciais de 2018, sempre com foco nos assuntos mais explorados pela mídia, como os escândalos de corrupção ou a intolerância característica dos embates políticos dentro da sociedade. Mesmo em alguns casos de substituição lexical, os textos não se afastaram muito dessa ênfase, uma vez que também foram empregadas palavras diferentes, mas com o mesmo radical, como nos adjetivos “antipetista”, “corrupto”, “intolerante” ou “antidemocrático”.

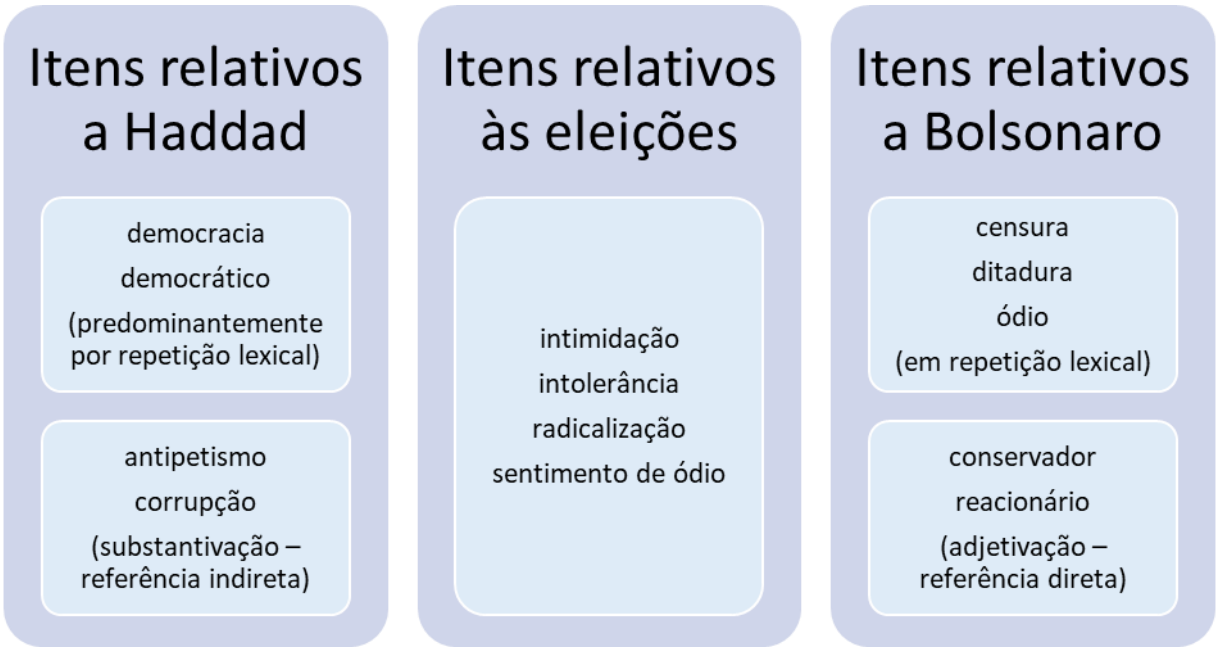
No campo dos recursos argumentativos, observamos o uso recorrente da retrospectiva histórica nos textos, principalmente para trazer à memória os fatos da ditadura militar brasileira, período que ocorreu entre 1964 e 1985 e foi marcado pela extrema violência por parte dos governantes no trato com os grupos que defendiam ideais mais progressistas. Algumas expressões lexicais como “tempos de chumbo”, “ditadura militar” e “censura” marcaram esse recurso de retomada histórica, que sempre vinha nos textos constituindo um alerta para a gravidade do cenário que estava se estabelecendo no pleito eleitoral. Havia uma espécie de recado, como se os autores dos textos quisessem avisar que não seria bom o resultado de uma eleição que se baseou nos mesmos sentimentos e atitudes que culminaram no Golpe Militar de 1964.

Para o entendimento da orientação argumentativa, estabelecemos basicamente três possibilidades de organização do ponto de vista, o que esteve bastante associado à própria construção temática dos textos: (i) textos que apresentaram uma postura a favor da candidatura da esquerda, ou assumidamente, ou indiretamente, por meio de críticas ao candidato da direita; (ii) textos que não apresentavam um posicionamento explícito a favor de nenhum dos candidatos, centrando sua discussão no próprio processo eleitoral, avaliando questões como a

postura dos eleitores ou mesmo a organização do pleito; e (iii) textos que apresentavam ideias de apoio ao candidato do PSL.

Sistematizamos, no Quadro 11, a seguir, as palavras que mais frequentemente foram utilizadas em cada direção argumentativa.

Quadro 11 – Itens lexicais mais significativos da amostra



Fonte: o Autor (2020)

Nos textos de orientação mais voltada para apoiar Fernando Haddad (AO-DP--01, AO-DP-02, AO-FP-01 e AO-JC-01), não encontramos exatamente um apoio direto, por isso não houve destaque para itens lexicais que indicassem essa postura. Em todos esses casos, os textos apresentavam críticas de diversos níveis ao Partido dos Trabalhadores, mas reconheciam que essa candidatura era a mais apropriada no segundo turno, tendo em vista que a vitória do outro candidato traria consequências muito piores para o país. Dois itens lexicais recorrentes nos textos com essa orientação foram o substantivo “democracia” e o adjetivo “democrático”. Eles sempre eram utilizados para mostrar que apenas a candidatura do PT, nesse segundo turno, era fundada em princípios democráticos, como o respeito ao diferente e a liberdade de expressão.

Considerando todo o universo da amostra, outros dois itens lexicais aparecem como os que mais fizeram referência à candidatura da esquerda: “antipetismo” e “corrupção”. Observamos, no emprego desses substantivos, que, sempre que havia

referência textual ao PT, ela nunca era feita de maneira direta, ressaltando uma propriedade do partido, mas, sim, indireta, a partir de palavras que, no contexto político atual, tinham ganhado associação com os petistas. De maneira diferente, ocorreram as referências ao candidato da direita, que eram feitas de maneira mais direta, inclusive com predominância do uso de adjetivos. Os itens lexicais mais frequentemente relacionados a esse candidato foram “reacionário” e “conservador”, este último bastante repetido em vários textos. Essa adjetivação dá destaque mais evidente a propriedades identificadas nesse candidato, o que torna mais fácil a identificação do leitor.

A diferenciação na seleção lexical tipicamente empregada para cada um dos candidatos dá indícios de como a argumentatividade foi estabelecida nos textos. Para críticas ao candidato da esquerda, a referência era mais indireta, por meio dos substantivos, o que exigia inferências mais complexas na compreensão do texto. Para críticas ao candidato mais conservador, a referência era mais direta, com os adjetivos, o que, em tese, facilitaria a compreensão de sua caracterização como alguém mais ligado a valores autoritários. Assim, de maneira geral, para os textos da amostra, essa distinção na escolha vocabular para referir os candidatos pode apontar para um apoio maior à candidatura da esquerda, embora esse apoio tenha sido feito de maneira mais crítica, destacando muitas vezes pontos negativos em relação ao candidato Haddad.

Outro aspecto que foi identificado como contrário à candidatura de Fernando Haddad foi a relação estabelecida nos textos entre o PT e o Governo Temer. Pelo fato de o então presidente Michel Temer ter sido vice de Dilma Rousseff antes do Golpe Parlamentar de 2016, foi frequente, nas eleições de 2018, a colocação do Partido dos Trabalhadores como um partido de situação, e não de oposição. Os itens lexicais “rodízio” e “substituição” aparecem como indicações de que a vitória do presidenciável do PSL seria uma renovação política, argumento bastante utilizado pelos eleitores da direita durante o pleito.

Com relação a outros itens lexicais frequentemente voltados para referir-se ao candidato da direita, podemos destacar, ainda, a recorrência de uma ligação desse candidato com posturas ditatoriais. Com o emprego dos substantivos “censura” e “ditatura” para indicar referência ao militar reformado, percebemos que uma estratégia argumentativa empregada era fazer ligação desse candidato com a ditadura militar brasileira para mostrar o lado negativo de sua campanha.

Nos textos cujo centro da discussão eram as eleições (AO-FP-02, AO-JC-02, ED-DP-01, ED-DP-02, ED-FP-01, ED-FP-02 e ED-JC-01), o destaque foi dado para o clima de tensão que se estabeleceu no país nesse período. Os itens lexicais “intimidação”, “intolerância”, “radicalização” e “sentimento de ódio” foram os mais presentes nos textos com essa orientação, indicando posturas autoritárias por parte dos próprios eleitores, de uma maneira geral. Também nesses textos, e em outros com orientações argumentativas diferentes, esses itens lexicais apareceram frequentemente relacionados ao candidato Jair Bolsonaro, o que indicou um alinhamento desse presidenciável com o próprio clima de intolerância instaurado no país. Não é objetivo do nosso estudo nem podemos afirmar isso com exatidão, mas esse alinhamento pode ter sido um dos fatores que contribuíram para sua vitória nas urnas.

No texto cuja orientação argumentativa se voltava para apoio ao candidato do PSL (ED-JC-02), não se observou um apoio explícito a favor dessa candidatura. Todos os elementos textuais, incluindo-se os itens lexicais, faziam uma referência a ideias contrária ao PT, e nunca a elementos favoráveis ao presidenciável da extrema direita. Essa estratégia argumentativa pode indicar, inclusive, uma espécie de proteção da face, sobretudo por ser o texto um editorial, que apresenta a opinião do jornal como um todo e raramente se posiciona mais diretamente sobre questões mais delicadas, como política.

Comparando-se o uso de itens lexicais identificado nos textos, percebemos que foram os substantivos os que mais marcaram o tema e a orientação argumentativa nos textos. Embora os adjetivos também tenham sido usados com frequência para marcar os posicionamentos ideológicos, ficou a cargo dos substantivos a maioria das associações entre o sistema lexical e os elementos da interação que explicavam as relações da textualidade. Em menor número, os verbos também foram usados para marcar os pontos de vista revelados nos textos.

De modo geral, então, constatamos que o jornalismo recifense, nesse período do segundo turno das eleições, posicionou-se contra o clima de guerra que se estabeleceu na sociedade brasileira naquela época. A análise dos itens lexicais empregados nos textos evidenciou que, pelas orientações argumentativas seguidas, o candidato eleito era o que tinha mais ligações com atitudes de retrocesso e autoritarismo, o que não foi suficiente para diminuir sua popularidade. Como causa para essa situação, percebeu-se que o candidato derrotado quase sempre apareceu

associado a escândalos de corrupção, o que confirma toda a campanha estabelecida por setores como a mídia e o Poder Judiciário antes mesmo das eleições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou, de maneira central, (a) propor uma perspectiva de estudo do léxico que o concebesse como sistema linguístico essencial na construção da textualidade e (b) comprovar empiricamente essa perspectiva na análise de textos de comentário do domínio jornalístico. Escolhemos os textos de comentário (artigos de opinião e editoriais) para observar com mais atenção o processamento textual nesses gêneros e, a partir daí, entender o funcionamento do sistema lexical dentro dos fatores de textualidade, entre os quais indicamos as relações de coesão e coerência como ponto de partida para observação da argumentatividade nesse domínio discursivo.

Nossos resultados apontaram, com foco na seleção lexical, que se percebeu uma relação entre a escolha que é feita para o emprego de substantivos, adjetivos e verbos e a orientação argumentativa revelada nos textos. Para o entendimento dessa orientação argumentativa e das próprias conexões semânticas estabelecidas nos textos, foi essencial perceber o processo da interação verbal no qual esse texto estava envolvido. Para isso, buscamos, na situação de interação, explicar aspectos como o perfil dos autores do texto, tendo em vista que, na escrita, esse é o elemento mais recuperável da interlocução de um texto, a finalidade dos gêneros textuais e sua abordagem temática, intimamente relacionada a seu contexto de produção e circulação.

Duas foram as principais contribuições apresentadas nesta Tese, uma de caráter teórico e outra de caráter empírico. Nas seções 3 e 4, desenvolvemos postulados de análise para estudo do léxico nos textos, de uma maneira mais completa, a partir de suas relações de textualidade, concebidas sob uma ótica sociointeracional. Um aspecto analítico de especial destaque em nosso estudo do léxico é que ele parte do sistema lexical observado na dinâmica das relações entre a própria língua e outras dimensões de dentro e de fora da linguagem, como a cultura, a ideologia ou os domínios discursivos. Também o léxico é visto como um objeto de investigação de bastante relevância para entender os mecanismos por trás do processamento dos textos, já que elementos mais evidentes da interação têm no sistema lexical pistas de contextualização que vão orientar a compreensão de um

texto, levando em conta as relações desse próprio texto com seu autor e seu suposto leitor.

Nosso aparato teórico-analítico, como indicado, centra-se na observação da seleção lexical nos textos, visto que as escolhas linguísticas realizadas no processamento textual podem revelar as intenções iniciais do autor do texto para com seus interlocutores, tomados, na atividade verbal escrita, de maneira presumida, como atestamos em alguns momentos da Tese. A interação, então, ocorre no próprio processo de textualização, no qual o sistema lexical, para nós, assume papel essencial. É a análise dessa seleção lexical, pois, um procedimento de base para se entender a interação verbal e a constituição de sentidos em dado domínio discursivo (em nosso caso, o jornalístico). Assim, investigamos as prováveis motivações sociointeracionais para a escolha das palavras de um texto, o que passa pelo entendimento de sua semântica e dos usos que os itens lexicais adquirem nas situações comunicativas. Isso reforça o papel da coerência textual como um fator de textualidade também ligado ao léxico.

Além disso, o modo como os itens lexicais são arranjados no texto também dá indicações de sua formulação interacional. As repetições e substituições lexicais que compõem a tessitura textual – sua coesão – não são feitas aleatoriamente e também obedecem a certos fatores de natureza sociointeracional, como o gênero textual ou a orientação argumentativa. Logo, entender os significados construídos nas amarras do texto é um procedimento necessário para desvelar suas ideias e prováveis objetivos interacionais. Isso significa que mesmo processos mais estruturantes do texto, o que inclui o funcionamento de seu sistema lexical, são definidos no quadro da interação.

É importante destacar, aqui, que nosso aparato teórico não dá conta da análise de todos os aspectos envolvidos no processo de textualização, como, aliás, acontece de maneira geral na Linguística de Texto. Os modelos de análise até então desenvolvidos explicam o funcionamento de fenômenos linguísticos e interacionais mais específicos dentro dos textos, que, embora interpretados de maneira global, só são analisados de maneira mais pontual. Em nosso caso, os fenômenos linguísticos de destaque são aqueles proporcionados pelo sistema lexical, entendido, em nossa visão, a partir também de aspectos mais gerais da interação verbal, como estamos defendendo durante toda Tese. Para diferenciar nossa pesquisa de outras que investigaram o léxico dentro de textos, como as de Marcuschi (2003a; 2004; 2007a)

e Antunes (1992; 1996; 2012), nosso trabalho esteve centrado na argumentatividade dos textos para explicar questões mais amplas do processo de textualização, envolvendo a análise da coerência e da coesão.

Devemos salientar, por isso, que o aparato teórico que aqui propomos não foi testado em todos os seus aspectos, já que escolhemos apenas um dos fatores da interação para verificar o funcionamento lexical dos textos. Tendo em vista a própria natureza dos textos e do tema abordado na amostra, julgamos ser a argumentatividade mais bem observável nesse contexto de pesquisa, o que se confirmou na descrição dos itens lexicais empregados nos textos. Em linhas gerais, confirmamos que a orientação argumentativa de um texto é um fator responsável pela escolha feita pelo autor para o emprego de determinadas palavras. O léxico, então, revela muitos aspectos culturais e ideológicos do autor de um texto escrito, sobretudo quando aceitamos que o processo de compreensão, na escrita, é eminentemente inferencial. Podemos dizer, ainda, que itens lexicais utilizados em um texto dependem de sua orientação argumentativa e das significações que essas palavras adquirem em interações anteriores, que, muitas vezes, acabam por se disseminar na língua.

No campo de nossa contribuição empírica, na seção 5 da Tese, não apresentamos apenas a descrição de como substantivos, adjetivos e verbos atuam no processamento textual. Revelamos, também, como esses elementos lexicais foram fundamentais para entender, no universo de nossa amostra, como o jornalismo recifense abordou as polêmicas envolvidas no processo eleitoral de 2018. A partir do estabelecimento da orientação argumentativa, os itens lexicais indicaram a perspectiva com que foram caracterizados os candidatos e o próprio processo eleitoral.

Com relação aos candidatos, não encontramos nenhum texto que fizesse uma defesa aberta a qualquer uma das candidaturas de maneira explícita. Os itens lexicais que indicavam apoio a determinada visão política não o faziam de maneira a ressaltar aspectos positivos de seu candidato, mas, sim, a dar relevo aos aspectos negativos do candidato opositor, sobretudo quando se contrapunham os valores da democracia e do autoritarismo. Nesse sentido, itens lexicais como “autoritário” e “democrático” estiveram evidentes nos textos, como formas de traçar os perfis desses candidatos.

Com relação ao pleito eleitoral como um todo, o ponto de destaque foi que quase toda a discussão sobre os possíveis resultados das urnas girava em torno do passado, a partir da estratégia de relembrar fatos ocorridos em tempos de ditadura no Brasil como sinal de alerta para o que se anunciava nas eleições. Assim, foram frequentes nos textos itens lexicais como “ditadura” e “autoritário”, além de expressões como “tempos de chumbo”, para relembrar acontecimentos negativos na história de nosso país.

Por fim, nosso trabalho também enseja relação com possibilidades de pesquisa futuras. O aparato teórico-metodológico por nós desenvolvido favorece diversos enfoques específicos para cada um dos elementos da interação verbal estudados. Além da análise da argumentatividade, a perspectiva textual-interativa de estudo do léxico pode centrar seu estudo apenas na construção do tema de um texto, ou, empregando uma metodologia comparativa, ampliar a quantidade de gêneros textuais ou domínios discursivos estudados para conseguir-se chegar a diferenciações mais específicas a respeito da seleção lexical em cada gênero de texto ou domínio discursivo. No campo aplicado, o entendimento de que o sistema lexical se estabelece no texto sociointeracionalmente, concebendo a língua como atividade situada de comunicação, pode aportar importantes contribuições para o ensino de línguas, uma vez que há possibilidades de serem analisados materiais didáticos diversos, documentos norteadores e avaliações institucionalizadas a partir desse prisma, ou mesmo elaboradas atividades para o ensino do vocabulário com base nesses pressupostos.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o estudo do léxico. *In*: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Orgs.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 716-721. (CD-Room)

ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilardo. Referenciação na construção do texto narrativo: marcas inferíveis. *In*: COELHO, Fabio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento (Orgs.). **Ensino de língua portuguesa** – teorias e práticas (volume 1). Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 211-227.

ALVES, Ieda Maria (Org.). **Neologia e neologismos em diferentes perspectivas**. São Paulo: Paulistana Editora, 2010.

ANSCOMBRE, Jean-Claude (ed.). **Théorie des topoi**. Paris: Kimé, 1995.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Liège/Bruxelas: Pierre Mardaga, 1988.

ANTUNES, Irandé. O léxico como componente fundamental da língua: implicações pedagógicas. *In*: COELHO, Fabio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento (Orgs.). **Ensino de língua portuguesa** – teorias e práticas (volume 1). Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 247-259.

ANTUNES, Irandé. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

ANTUNES, Irandé. **Aspectos da coesão do texto**: uma análise em editoriais jornalísticos. Recife: Editora da UFPE, 1996.

ANTUNES, Irandé. **Aspectos da coesão lexical na organização do texto escrito de comentário**. 1992. 477 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

APOTHÉLOZ, Denis. Referência opaca, manipulação de pontos de vista e textualidade. Tradução de Anaximandro Amorim e Rivaldo Capistrano Júnior. **Revista de Letras**, v. 2, n. 36, 13 fev. 2018.

ARAÚJO, Cíntia Regina de. Editorial: um gênero textual? *In*: **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**, 4., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. Disponível em: http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/35.pdf. Acesso em: 07 mai. 2019.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018[2010].

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010[2001].

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, Kazue Saito Monteiro de. Linguística Textual e Análise da Conversação. *In*: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). **Linguística textual** - interfaces e delimitações - homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 302-334.

BARROS, Kazue Saito Monteiro de. O que há num domínio pedagógico? **Investigações**, Recife, v. 18, n. 02, 2005.

BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Ariel, 1997.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. *In*: BENTES, Anna Christina; MUSSALIN, Fernanda (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 246-282.

BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. *In*: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir texto, gênero, discurso**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 19-46.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Introducción a la lingüística del texto**. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. O vocabulário na pesquisa e no ensino. *In*: BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Estudar vocabulário**: como e para quê? Campina Grande: Bagagem, 2004. p.11-37.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1978].

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática referente à língua portuguesa**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011[1956].

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Elis de Almeida. O léxico na sala de aula: da teoria à prática pedagógica. *In*: VALENTE, André Crim (Org.). **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. São Paulo: Parábola, 2015. p. 118-124.

CARRARA, Anna Carolina Ferreira. **A construção prefixal de modificação de grau** – uma abordagem construcionista da morfologia derivacional. 2015. 216 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2015.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Princípios básicos de lexicologia**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. Léxico. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2014. p. 189-190.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. *In*: GALVEZ, Charlotte (Org.). **O texto**: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. p. 39-90.

CHAROLLES, Michel. Coherence as a principle of interpretability of discourse. **Text 3**, vol. 1, p. 71-98, 1983.

CHAVES, Rui. Organização do léxico. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Coords.). **Gramática do português** – volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 185-212.

CHIERCHIA, Genaro. **Semântica**. Campinas: Editora da Unicamp/ Eduel, 2003.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola, 2012.

COSERIU, Eugenio. **Principios de semântica estructural**. Madrid: Gredos, 1991[1981].

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999[1991].

COUTINHO, Emílio. **Quais são os jornais de maior circulação no Brasil?** [S.l.], Casa dos Focas, jul. 2013. Disponível em: http://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/. Acesso em: 07 mai. 2019.

CUNHA, Celso. A magia da palavra. *In*: CUNHA, Celso. **Sob a pele das palavras**: dispersos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004. p. 217-233.

DE MIGUEL, Elena. La teoría del léxicon generativo. *In*: DE MIGUEL, Elena (Edit.). **Panorama de la lexicologia**. Barcelona: Ariel, 2009. p. 337-368.

DÍAZ, María Belén Villar. Modelos estructurales. *In*: DE MIGUEL, Elena (Edit.). **Panorama de la lexicologia**. Barcelona: Ariel, 2009. p. 219-246.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

DOIRON, Maranubia Pereira Barbosa. **A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas - ALEAL**. 2017. 488 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2017.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DURANTI, Alessandro. **Antropologia linguística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FERNANDES, Patricia Damasceno. **Neologismos políticos**: a criação lexical em textos de Reinaldo Azevedo para o *blog* da Veja. 2017. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Cuiabá, 2017.

FERRAREZI Jr., Celso. **Semântica**. São Paulo: Parábola, 2019. (Coleção Linguística para o Ensino Superior 6)

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONTANALS, Jaume Mateu. Modelos cognitivos. *In*: DE MIGUEL, Elena (Edit.). **Panorama de la lexicologia**. Barcelona: Ariel, 2009. p. 281-300.

GAMA, Vanessa Oliveira Silva. **Neologismo em foco**: inovações lexicais no jornal Massa! 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2017.

GANANÇA, João Henrique Lara. **Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de *blogs* da *internet***. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

GUMPERZ, John Joseph. Convenções de contextualização. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro Moraes (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 149-182.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in english**. Londres: Longman, 1976.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Por que uma nova fase da linguística textual? **Letras em Revista**, Teresina, v. 08, n. 01, jan./jun. 2017.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Léxico e semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HJELMSLEV, Louis. Dans quelle mesure les significations des mots peuvent-elles être considérées comme formant une structure. **Anais do 8º Congresso Internacional de Linguística**. Oslo, 1957. p. 268-286.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Muro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1992.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Introdução. *In*: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 27-36.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Flagrantes da construção interacional dos sentidos. *In*: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2017. p. 129-143.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007[1993].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. *In*: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012[2007].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KUNCZIC, Michael. **Conceitos de jornalismo**. Norte e sul: manual de comunicação. Tradução de Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEAL, Audria Albuquerque. Vocabulário e aspectos linguísticos do português em livros didáticos. In.: BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Estudar vocabulário**: como e para quê? Campina Grande: Bagagem, 2004. p. 39-82.

LIMA, Ana. Revisitando a classe dos “adjetivos”. *In*: PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana (Orgs.). **Questões de linguagem**: pesquisa e ensino em produção de textos e análise linguística. Recife: Editora da UFPE, 2014. p. 137-156.

LIMA, Evanielle Freire; NEVES, Herbertt. Perspectivas de ensino de gramática no caderno Pontos de Vista da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 8, nº 1, p. 44-59, 2019.

LYONS, John. **Lingua(gem) e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LYONS, John. **Semântica – I**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1977.

LYONS, John. **Linguistique générale**: introduction à la linguistique théorique. Tradução: Françoise Dubois-Charlier e David Robinson. Paris: Larousse, 1970.

MAHECHA, Viviana Mahecha; FERRO, Geral Eduardo Mateus. El léxico disponible y sus mecanismos de asociación: un análisis con grafos. *In*: ROSA, Florencio del Barrio de la (Edit.). **Palabras Vocabulario Léxico**. La lexicología aplicada a la didáctica y a la diacronía. Veneza: Ca'Foscari, 2017. p. 123-142.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. *In*: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 207-240.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. *In*: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem**: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 146-168.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? *In*: NEGRI, Ligia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Orgs.). **Sentido e significação**. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 263-284.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O aspecto lexical no processo de textualização**. Recife, 2003a, 33 p. Projeto de Pesquisa não publicado.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão do suporte nos gêneros textuais. **NLCV**: língua, linguística e literatura. João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 11-36, out., 2003b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. *In*: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 351-367.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDES, Amália. Processos de gramaticalização. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Coords.). **Gramática do português** – volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 249-293.

MIRANDA, Lilia Soares. **O léxico de remanescentes de comunidades garimpeiras do Alto Jequitinhonha**. 2015. 128 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. *In*: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

MONDADA, Lorenza. Gestion du topic et organisation de la conversation. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 7-35, jul.-dez. 2001.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MILLER, George Armitage. Nous in WordNet. *In*: FELLBAUM, Christiane (Ed.). **WordNet**: an electronic lexical database. Cambridge: MIT Press, 1998. p. 23-46.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora UNESP, 2018a.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional**: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018b.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011[1999].

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

ORTEGA, Rosa María; AGUILAR, César; VILLASEÑOR, Luis; MONTES, Manuel; SIERRA, Gerardo. Hacia la identificación de relaciones de hiponimia/hiperonimia en internet. **Signos**. Valparaíso - Chile, v. 44, nº 75, p. 68-84, 2011.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PERES, João Andrade. Semântica do sintagma nominal. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Coords.). **Gramática do português** – volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 735-815.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologie et sémantique lexicale**: notions fondamentales. 3. ed. Québec: Les Presses de l'Université de Montréal, 2016.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. Estrutura da frase. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Coords.). **Gramática do português** – volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 303-398.

REY, Alain. **La lexicologie** – lectures. 3. ed. Paris: Klincksiek, 1980[1970].

RIO-TORTO, Graça. Léxico, renovação e representações no Brasil e em Portugal. *In*: VALENTE, André Crim (Org.). **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. São Paulo: Parábola, 2015. p. 125-141.

RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil - vol. VI**: a construção morfológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, Carlos Roberto de Souza. **A natureza polissêmica do prefixo co(N) na Língua Portuguesa**: uma abordagem cognitiva. 2015. 134 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTANA, Messias dos Santos. **O sufixo diminutivo em português: forma, funcionamento e significação - do século XIII ao XX**. 2017. 912 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom Books, 2009.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Neologismos na ciência da informação**. 2015. 178 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA Jr., Ilson Rodrigues da. **Verbos de movimento e sua representação na estrutura léxico conceptual**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STRONGOLI, Maria Thereza de Queiroz Guimarães. Processos cognitivos e linguísticos na (re)construção de textos sincréticos. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa**: reflexões lusófonas. São Paulo: EDUC, 2006. p. 169-178.

TAMBA, Irène. **A semântica**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. (Coleção Na Ponta da Língua 10)

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. Exemplos de um exame/consulta médica. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro Moraes (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 183-214.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.

USÓN, Ricardo Mairal; CORTÉS, Francisco. Modelos funcionales. *In*: DE MIGUEL, Elena (Edit.). **Panorama de la lexicologia**. Barcelona: Ariel, 2009. p. 247-279.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do português. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção de linguística)

VELOSO, Rita; RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. Adjetivo e sintagma adjetival. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (Coords.). **Gramática do português** – volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1359-1493.

WENGER, Etienne. **Communities of practice**. Learning, meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.